

M a n o e l a P e d r o z a

Terra de resistência



t á t i c a s e e s t r a t é g i a s c a m p o n e s a s
n o s s e r t õ e s c a r i o c a s
(1 9 5 0 - 1 9 6 8)

J a n e i r o d e 2 0 0 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO
SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA

Manoela da Silva Pedroza

Terra de resistência



*Táticas e estratégias camponesas
nos sertões cariocas
(1950-1968)*

*Dissertação defendida no Programa de
Pós Graduação em História da UFRGS
como exigência parcial para obtenção do
título de Mestre em História.*

Orientadora: Profª Drª Cláudia Wasserman

*Banca Examinadora: Prof. Dr. Zander Navarro (PGDR – UFRGS)
Profª Drª Virginia Fontes (PPGHIST – UFF)
Profª Drª Leonilde Medeiros (CPDA – UFRRJ)*

Janeiro de 2003

*Aos muitos trabalhadores e trabalhadoras que perderam
suas terras ou suas vidas anonimamente nos sertões cariocas*

com respeito,

Para vovó Hélia e Bebelê

com saudades.

RESUMO

O objeto desta pesquisa são as especificidades das táticas e estratégias de luta por terra dos posseiros dos sertões cariocas nas décadas de 1950 e 60. Contexto em que o processo de intensa urbanização gerou toda uma demanda imobiliária nos territórios vizinhos ao centro da cidade do Rio de Janeiro, iniciando conflitos por terra entre grileiros e posseiros. A abordagem se dará através de conceitos e teorias que permitam que um mesmo dado (as lutas por terra) possa ser interpretado de maneira diversa, atentando para as ações e reações -- sacrifícios, malandragens, vitórias e aprendizagens de transformação -- dos atores envolvidos na luta como construções históricas, de acordo com as adversidades e as possibilidades dadas em cada conjuntura. O objetivo é entender *como e por que* agiram aqueles/as trabalhadores/as, segundo seus desejos e hábitos de luta. As hipóteses deste trabalho são relacionais e foram apenas tangenciadas nos outros estudos sobre o tema. Em outras palavras, embora haja trabalhos sobre as especificidades agrícolas e agrárias do estado do Rio de Janeiro, outros que se detiveram nas formas de resistência dos posseiros da Baixada, e ainda diversos estudos de caso sobre conflitos, lideranças ou momentos específicos dessas lutas, esses dados ainda não se relacionam uns com os outros em tentativas de exploração teórica e explicativa mais amplas. As relações, limites ou determinações entre as especificidades agrárias e agrícolas e as formas de resistência daquele momento permanecem como questões. Dessa maneira, julgo que posso contribuir com esse processo de pesquisas ao analisar algumas estratégias de luta de trabalhadores/as percebendo desejos, identidades em formação, inter-relações com outros grupos, salientando que os fenômenos que irei analisar se situam numa área complexa onde existem fortes determinações econômicas, mas também possibilidades de mudanças políticas, a partir de atitudes e resistências dentro de um contexto conflituoso. Procuo provar que os homens e mulheres demonstram seus desejos e ações por mudanças a partir de uma problemática dada, um “campo de possibilidades”, tecendo o futuro com os fios e rocas do presente.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, conflitos de terra, campesinato.

ABSTRACT

The object of this search is the details of the strategies and tactics of fight for land of the leaseholders of the carioca back-country in 50's and 60's. In this context, the process of intensive urbanization created an immovable lawsuit on the around lands to the downtown of the city of Rio de Janeiro, it started conflicts for land between leaseholders and land grabbers. The approach is going to be through the concepts and theories that allow one same figure could be interpreted in different ways, having an attention for the actions and reactions- conflicts, sacrifices, trickeries, victories and over all learning of transformation-of the involved actors in the fight as historic constructions, according with the adversities and possibilities exposed in each group. The objective is to understand how and why that workers acted, in conformity to theirs wishes and habits of fight. The hypothesis of this work can be related and they were just touched in other studies about this topic. In other words, although there are works about the agricultural and agrarian details of the state of Rio de Janeiro, others that were worried with the ways of the leaseholders resistance of the Baixada, and more many case studies about conflicts, leadership or specific moments of these fights, these figures still not having relation in tries of theoretical exploration and explications. The relation, limits or determinations between the agricultural and agrarian details and the ways of resistance of that moment keep on question. In this way, I judge that I can contribute with this process of search when I analyse some workers fight strategies with wishes, identities on formation, inter-relations with other groups, I would like to remind that the phenomenon that I will analyse they are in a complex area where there are strong economic determinations, but there are possibilities of politic changes too with the attitudes and resistances inside of a conflicted context. I intend to prove that men and women give evidences of their wishes and actions for changes when they have a problematic situation, a "field of possibilities", they twist the future with twines and spinning wheels of the present.

Key-Words: Baixada Fluminense, land conflicts, peasantry

APESAR...

Da atual situação de penúria e individualismo radicais por que passam as Universidades e pós-graduações federais deste país, fruto de uma cruel política levada a cabo nestes anos de governo Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato para matar as atividades de pesquisa e docência públicas. Esperamos dias melhores num governo com preocupações mais humanistas e democráticas.

Da precarização das condições de trabalho dos professores da rede pública do ensino fundamental e médio, que os aliena de tal forma que faz com que se perca a vontade de pesquisar, aprender, de tornar as escolas centros de produção de vida e conhecimento, como poderiam ser.

Esta dissertação foi feita a duras penas, mas está aqui para provar que, apesar de tudo isso, ainda não perdemos a esperança.

OS AGRADECIMENTOS...

Agradecimentos para todas as pessoas queridas não caberiam aqui. Vou me ater então ao grupo dentre elas que mais de perto colaborou para este trabalho vir ao mundo.

Aos trabalhadores e trabalhadoras deste país, que com seus impostos viabilizam a existência da Universidade Pública, dos centros e bolsas de pesquisa, mesmo que a maior parte continue (ainda) tão distante deles.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, da Biblioteca do Museu Nacional da UFRJ, da Biblioteca do CPDA/UFRRJ, do Instituto de Terras e do Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro que, mesmo com graus diferentes de boa vontade, me possibilitaram acesso a documentos, livros, fichas policiais, jornais e outros tipos de fontes sem os quais a realização deste trabalho seria impossível.

À Cláudia Wasserman, porque sei que fez um esforço além do necessário por ter a mim como orientanda, e às professoras Virgínia Fontes e Leonilde Sérvo de Medeiros, que não só me avaliaram mas estiveram disponíveis durante a execução deste trabalho, ternamente rigorosas como só elas conseguem ser! Ao professor Zander Navarro, pelo respeito que mostrou à diversidade de nossas opiniões e o incentivo à discussão crítica.

Aos meus alunos e alunas, companheiros e companheiras de ensinar e aprender no Colégio Municipal Getúlio Vargas, em Resende, por me obrigarem cotidianamente a não perder os pés no chão e justificar todas as minhas práticas, pela recompensa boa de ter muitos como amigos, mesmo depois de um ano que foram “divididos” com a execução dessa dissertação. Especialmente aos novos colegas de magistério, Milton Borges e Elizete Coelho, pelo companheirismo nas idéias e na prática difícil de inventar o novo dentro de uma estrutura tão carcomida;

Aos amigos e amigas de toda vida que não posso citar para não correr o risco de esquecer algum, especialmente aos que compartilharam minhas incertezas nesta dissertação e dividiram alguns trabalhos muito chatos (porque sei que só fizeram isso porque são realmente irmãos): Gerson Fraga, André Dantas, César e Élcia, Tarcísio Carvalho, Kátia Bernardon e Arlene Foletto.

Aos mestres e mestras que me guiaram por toda esta senda de querer aprender mais e mais: Marcelo Quaresma (no 2º grau), Virgínia Fontes e Marcelo Badaró (da graduação na UFF) e Silvia Petersen (do mestrado da UFRGS); e também aos outros que, a partir de suas idiossincrasias, me mostraram o que não ser e fazer como educadora...

Aos pais e mães que me criaram e também os que me acolheram, porque tive a sorte de ter vários nessa vida: “seu Manel”, Dona Rita de Cássia, Tio Milton, Tia Maria, Dona Irene e Seu Eitor; e também à sorte de ter tido o melhor revisor ortográfico que alguém pode sonhar: meu pai.

POR FIM,

Este trabalho não pode ser apenas dedicado ao Tiago, meu companheiro, porque somente dar a ele alguma coisa seria muito pouco. O trabalho foi feito junto com ele em todas suas etapas e, graças a ele, por sua compreensão e ajuda, pode ser finalizado sem uma separação. Esta dissertação é a filha gêmea que nasceu primeiro das duas que gestamos, e serão sempre a razão de ser do nosso insólito encontro em Porto Alegre. Este trabalho é nosso.

Resende, primavera de 2002

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	<i>Página 9</i>
<i>Capítulo 1: estudos sobre campesinato</i>	<i>Página 37</i>
<i>Capítulo 2: os sertões cariocas</i>	<i>Página 89</i>
<i>Capítulo 3: táticas de resistência</i>	<i>Página 157</i>
<i>Conclusão</i>	<i>Página 229</i>
<i>Bibliografia</i>	<i>Página 261</i>
<i>Fontes</i>	<i>Página 272</i>
<i>Anexos</i>	<i>Página 275</i>

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1996 e 2000, colaborei com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do estado do Rio de Janeiro (doravante MST-RJ), nas ações do Coletivo de Educação do estado.

Uma de nossas tarefas consistia em manter o “acompanhamento pedagógico” das escolas dos assentamentos e acampamentos, contribuindo para a formação das educadoras e para o melhor encaminhamento de problemas vividos pelos alunos e alunas assentados. Esse trabalho ‘de base’ voluntário, de pouca visibilidade e extremamente dificultado pela falta de recursos, infra-estrutura e difícil acesso dessas áreas, foi para mim uma grande escola. Nesse tempo, aprendi a respeitar os saberes acumulados daqueles trabalhadores e trabalhadoras, a escutar atentamente seus problemas e anseios, a rir de suas piadas. Porém o mais difícil de tudo era o constante exercício de diálogo entre a minha cultura, urbana e letrada, com outra bem diferente, sobretudo porque somente dessa forma seria possível que as duas partes – eu e eles -- se entendessem: detectassem os problemas que deviam ser enfrentados, construíssem suas soluções, crescessem juntas.

Dentro da nossa concepção da forma como deveriam ser alfabetizados adultos trabalhadores, nos era muito caro o resgate da identidade do grupo, das histórias de lutas e solidariedade que, caso contrário, seriam paulatinamente esquecidas. Foi nesse contexto que trabalhei com algumas educadoras e educandos da Baixada Fluminense, conhecendo as suas histórias e dificuldades para chegarem até à condição de assentados. Esse processo levou a um impasse na minha capacidade de compreensão: de um lado havia todos aqueles assentados da Baixada Fluminense com suas trajetórias de resistência que remontavam à década de 1950 e, em alguns casos, perpassavam toda a ditadura militar, para terem os assentamentos formalizados apenas na década de 1980. Por outro, havia o contraste com a atual situação de abandono agrícola e individualismo organizativo desses mesmos assentamentos, fato do qual

se queixavam os militantes do MST-RJ, sobretudo os de origem sulina, acostumados com outro contexto político e cultural.

Foi então que meus problemas desta pesquisa começaram a se desenhar: como entender essa diversidade de atuação política e organização da produção entre os assentamentos fluminenses mais antigos e os mais novos, já liderados pelo MST-RJ? Por quê motivo uma trajetória de lutas tão marcante tinha sido apagada da memória coletiva, deixando apenas a impressão de que aqueles assentados tinham menos interesse na produção agrícola e na organização política (“eram mais preguiçosos”, foi o que ouvi dizer) do que os sem-terra do sul do Brasil? Que especificidades da ocupação agrária e agrícola do Rio de Janeiro explicariam a desorganização agrícola da Baixada Fluminense? E por que era justamente nessa região tão caoticamente urbanizada que se concentrava a maior parte dos assentamentos antigos?

Vou dar um exemplo do peso dessas questões: nos salta aos olhos atualmente o baixo nível de associativismo detectado entre os assentados do Rio de Janeiro. De acordo com o Censo de Reforma Agrária de 1997, apenas 8,43% dos assentados do estado são filiados a sindicatos e 2,41% fazem parte de alguma cooperativa.¹

Minha intuição dizia que estes esses dados não poderiam falar por si, pois eram a ponta de uma longa disputa histórica envolvendo política e memória e, para bem avaliar esse processo, seria preciso levar em conta, por exemplo, que a repressão militar foi elemento fundamental na eliminação e desagregação das lideranças e organizações camponesas no estado do Rio que funcionou até o início da década de 80, destruindo grande parte da cultura política associativa que se tentava construir até 64. A ditadura militar também foi primorosa em desfazer, apagar ou esquecer áreas de assentamentos onde caberia ao Estado a responsabilidade de legalizar e fomentar a produção e infra-estrutura. A morosidade do

¹ INCRA. *1º Censo de Reforma Agrária do Brasil*. 1997. Observação: os dados são referentes aos 24 assentamentos do INCRA-RJ.

encaminhamento para todas essas demandas forçou as famílias assentadas a optarem por soluções de sobrevivências individuais na produção agrícola, pelo assalariamento rural e urbano ou pela venda dos lotes.

Por último, as lideranças camponesas do pré-64 foram consideradas pelo MST e Comissão Pastoral da Terra do estado do Rio de Janeiro como *"ótimos mobilizadores para ocupação e péssimos organizadores nos assentamentos"* (Novicki, 1994). Sem levar em consideração que a luta pela terra até meados da década de 70 foi basicamente luta pela permanência ou pela posse de terra para trabalho familiar -- em regiões de alta valorização imobiliária pois perto dos centros urbanos -- estando a produção cooperativada e tecnificada fora do horizonte cultural e simbólico daquelas pessoas.

Ao negar a simplicidade das dicotomias que foram construídas, a situação atual dos assentamentos se complexificava exponencialmente e requeria cuidados ao ser abordada. Sem cair nos simplismos e naturalizações, meu projeto de pesquisa inicial se propunha a compreender melhor as raízes históricas e sociais dessa situação, isto é, os limites e barreiras nas quais esbarraram os/as trabalhadores/as fluminenses e marcaram sua especificidade frente às lutas de hoje. Debrucei-me sobre o estudo da questão agrária no Rio de Janeiro a partir de uma das áreas que, para o MST-RJ, era um "caso perdido": o Assentamento Normandia. Na análise da longa trajetória do grupo de assentados que ainda viviam lá -- que envolvia posse, grilagem, despejo, resistência, manifestações públicas, longo abandono por parte do Estado mesmo depois de instituído o assentamento -- baseei minha monografia de conclusão do curso de História na UFF (Pedroza, 2000).

Mas os problemas do assentamento Normandia não se resolviam nele mesmo e, reconhecendo a limitação espacial e teórica desse primeiro trabalho, resolvi expandir minhas pesquisas para o conjunto das lutas por terra na região, e sobre isso construí o projeto do curso de mestrado em História na UFRGS aprovado em 2001. Ao começar a ler a bibliografia já existente sobre alguns temas que tangenciavam essas questões que me intrigavam (conflitos

de terra, assentamentos rurais, questão agrária, entre outros), concluí que o que rondava naquele momento as mentes dos/as pesquisadores/as do universo rural fluminense eram as seguintes questões:

a) A viabilidade ou não de se organizar áreas de produção agrícola num estado onde a quase totalidade das políticas públicas está voltada para o universo urbano; levando-se em conta inclusive a fraqueza do setor primário-exportador no PIB estadual (somente 2%).

b) A relação entre a vida urbana pela qual passam as famílias assentadas e sua possibilidade ou não de trabalharem e se reorganizarem em áreas rurais, reforçando ou matizando as fronteiras entre "ser urbano" e "ser rural" hoje. Isso é consequência da estreita relação entre os assentamentos rurais e os centros urbanos no estado, por exemplo, em sua dependência da infra-estrutura, escolas e mercado consumidor, por vezes até de mercado de trabalho, motivo pelo qual discute-se a aplicabilidade do conceito de *pluriatividade* para melhor entender as especificidades desse mundo do trabalho.

c) Os efeitos da alta pressão social sobre a terra -- principalmente na área da metrópole e suas periferias -- causados pelo intenso afluxo populacional na região do Grande Rio com permanência da concentração fundiária e sem a pretendida democratização do solo.

d) A relação historicamente conflitiva entre os Governos Federal e Estadual no que tange à questão agrária fluminense, onde a inoperância do primeiro motivou a criação de um aparato paralelo de organização da questão fundiária pelo segundo, que hoje se tornou entrave burocrático real e ainda dificulta a ação conjunta dos assentados do estado do Rio de Janeiro, divididos entre o INCRA e o ITERJ.

e) A relação dos assentamentos com o governo estadual, principalmente no caso dos governadores Roberto Silveira (1959-62) e Leonel Brizola (1982-86 e 1990-94), onde o governo "moldou" grande parte das iniciativas políticas, levando a que os/as posseiros/as fossem de certa forma aprisionados pelo padrão de atuação requerido pelo modelo estatal de associativismo. Sendo assim, em que sentido as estratégias coletivas inspiradas nos

programas do estado podem entrar em atrito com formas anteriores de organização inspiradas na posse tradicional da terra.

f) Os efeitos e relações entre a rápida urbanização das cidades desde os anos 50 para o esvaziamento do campo, causando o quadro atual de hipertrofia da metrópole -- com todos os problemas urbanos derivados disso -- e a aparente crise, estagnação e falta de funcionalidade produtiva do interior do estado. Paralelo a isso, o processo de reestruturação produtiva do campo que, no estado do Rio, se revela pelas faces do turismo de fim de semana, ocupação de antigas áreas agrícolas por sítios ou casas de veraneio, remodelação do perfil da produção agro-pecuária para atendimento de novas demandas, como a produção agroecológica ou de culturas finas.²

* * *

Partindo desses pontos, há grandes debates e discordâncias que mostram o quanto há campo para pesquisas que ainda precisam ser feitas, ou refeitas em outras bases. Dessas, há muitas questões que também moldaram meu olhar ao querer entender melhor as lutas na Baixada Fluminense. Especificamente sobre os conflitos de terra e movimentos de trabalhadores rurais, dois pesquisadores brasileiros parecem ter motivado o início do interesse sobre esse tema no Brasil. O primeiro deles foi Aspásia Camargo (1973). Seu trabalho é historicamente datado nos marcos da teoria da dependência, e faz um apanhado macrosociológico sobre as características políticas do período “populista” e suas possíveis implicações para a conformação dos movimentos sociais nordestinos do período.

Ela caracteriza esses movimentos, sobretudo as Ligas Camponesas, como conflitos de classe que politicamente aprofundaram a crise do Estado populista mas foram refratados,

² A base bibliográfica que deu base a esta síntese de questões está dispersamente referenciada na bibliografia geral no fim da dissertação, dentre as quais posso citar aqui Alentejano, 1996; Araújo, 1982; MST, 2000; Carneiro, 1998; Castro, 1995; Geiger, 1951; Geiger, 1956; Giuliani & Castro, 1996; Grynspan, 1990; Medeiros, 1994; Mello, 1996, entre outros.

porque o camponês estava preso a um sistema produtivo marginalizado e frágil e as revoltas estouravam dentro da periferia, dissociadas dos pólos de crescimento e de decisão política e sem repercutir no centro da sociedade brasileira. Portanto, seus movimentos eram reprimidos porque presos a uma estrutura que se extinguiu. Possivelmente algumas limitações teóricas desse trabalho (como a generalização excessiva do caso nordestino para todo o Brasil, e a não explicitação de fontes nem da abrangência das conclusões) motivou pesquisas posteriores sobre o tema.

Depois, Moacir Palmeira, antropólogo do Museu Nacional da UFRJ, em um texto e um artigo publicado na coletânea *Igreja e Questão Agrária* (Palmeira, 1985, 1975), se ocupou de duas questões: o porquê da diferença na periodização dos sindicatos de trabalhadores rurais em relação aos sindicatos urbanos no Brasil, e o papel da CONTAG e do sindicalismo rural na formação da identidade política camponesa. Privilegiando a análise de relações de poder, o autor defendeu que foi a diferenciação política do campesinato e a redefinição das relações entre este e o Estado que possibilitaram a “internalização da luta de classes”. Parte desse processo complexo se deveu à substituição de mediadores tradicionais por novos, capazes de introduzir novas diferenciações sociais no seio da comunidade camponesa tradicional. Por fim, a autor concluiu que **foi a mobilização política que gerou o campesinato no Brasil como uma identidade política nova**. Algumas das hipóteses sugeridas nesse pequeno artigo de Moacir Palmeira serão discutidas por mim mais adiante. Elas parecem ter suscitado uma série de novas questões para estudos posteriores, como demonstra sua constante citação nos trabalhos de Mário Grynspan e Eliane Cantarino, de que falarei adiante.

Os livros de Leonilde Medeiros (1989), Candido Grzybowski (1991), Luiz Flavio Costa (1996) e Claudinei Colletti (1998) me ajudaram pela ótima base factual, grande inventário de casos e situações de luta no campo no Brasil. Mas, pelo que pude perceber, os trabalhos que versam sobre as formas de organização dos trabalhadores rurais têm como características o teleologismo: dividem a história dessas pessoas em pré e pós Estatuto do

Trabalhador Rural (1963), como se elas não fossem capazes, antes disso, de se organizarem “de verdade” para lutar por direitos. Pior que isso, a idéia de que *os trabalhadores rurais conseguiram o que os da cidade já tinham* reproduz a visão "urbocêntrica" que gostaria de desconstruir.

A dissertação de mestrado de Frederico Araújo (1982) é o primeiro trabalho acadêmico de que tive notícia que versa especificamente sobre os conflitos de terra na Baixada Fluminense entre 1950 e 1964. Seu objetivo foi a recuperação histórica dos campos político, ideológico e econômico daquele contexto para, a partir deles, entender melhor os confrontos de interesses em torno da luta pela terra. Para tanto, o autor reuniu material heterogêneo: depoimentos, documentos, censos, jornais e estudos acadêmicos. Mesmo com as contingências de um trabalho datado no contexto da macrosociologia marxista, o autor trouxe pistas interessantes quando tentou compor a dinâmica dos conflitos de terra a partir de parâmetros locais de identidades sociais e traçar o perfil da produção agrícola da região.

A dissertação de mestrado de Mário Grynspan (1987) teve como objetivo estudar a mobilização camponesa ocorrida no Rio de Janeiro entre os anos de 1950 e 1964, entendendo-a como parte do processo de inserção política do campesinato no Brasil. A questão que o instiga é a relação do campesinato com os mediadores que disputam a representação desse novo ator político no cenário nacional. Tentando relacionar as experiências de antropólogo e historiador, Grynspan cruza fontes orais e jornalísticas³ para perceber os pontos de vista das diversas forças envolvidas nessa disputa política. A meu ver, o mérito do trabalho de Grynspan é ser o primeiro sobre o assunto a encarar a participação do campesinato na “grande política” sem desconsiderar os aspectos específicos que o diferiam das classes comumente entendidas como ‘modernamente’ politizadas.

³ Como fontes jornalísticas o autor fez levantamento dos jornais Luta Democrática, Última Hora, Terra Livre, Liga, Novos Rumos, Imprensa Popular, O Semanário, Jornal do Brasil, Correio da Manhã e O Estado de São Paulo, dentro do recorte proposto e das tiragens de cada um. Também realizou dezoito entrevistas com pessoas-chave no processo de mobilização camponesa na Baixada: líderes camponeses, advogados, funcionários do governo, mediadores políticos de facções distintas.

A tese de doutorado de Eliane Cantarino O'Dwyer (1988), defendida apenas um ano depois de Grynspan, tem objetivo parecido embora curiosamente não dialogue com ele. Seu trabalho versa sobre as representações da identidade camponesa no estado do Rio de Janeiro produzidas em planos distintos: primeiro, nas transformações do cenário político-institucional; segundo, no campo social, com a constituição do campesinato como força social autônoma. A autora analisa para tanto reportagens e depoimentos de lideranças, entendendo que foram esses discursos que produziram o campesinato como sujeito coletivo e dotado de sentido político.

A partir da leitura de todos esses trabalhos, constatei que muitos aspectos da ocupação agrária e agrícola da Baixada e dos movimentos de lavradores já haviam sido suficientemente estudados: a periodização das lutas, a estruturação das associações de posseiros e trabalhadores rurais, o problema específico da grilagem de terras públicas, o conflito entre a especulação imobiliária e os lavradores, a origem e atuação das lideranças e mediadores políticos, e tipologias e descrições (com base em jornais ou entrevistas) sobre as lutas na região. Pelo próprio caráter propedêutico e de reconhecimento de uma bibliografia temática, que tem hoje uma dissertação de mestrado, os leitores poderão perceber no meu trabalho que apenas me remeto à bibliografia secundária ao apresentar essas questões, não havendo a menor intenção de “reinventar a roda”.

Do conjunto dessas leituras emergiram outras questões que gostaria de entender melhor mas que permaneciam latentes, apenas tangenciadas nos outros estudos sobre o tema. Embora houvesse trabalhos sobre as especificidades agrícolas e agrárias do estado do Rio de Janeiro, outros que se detivessem nas formas de resistência dos posseiros da Baixada, e ainda diversos estudos de caso sobre conflitos, lideranças ou momentos específicos dessas lutas, a mim parecia ainda um mosaico pouco entrosado, em que esses dados não se relacionavam uns com os outros em tentativas de exploração teórica e explicativa mais amplas. Em outras palavras, **as relações, limites ou determinações entre as especificidades agrárias e**

agrícolas e as formas de resistência daquele momento me parecem ser ainda um bom campo de discussão, que pretendo explorar minimamente neste trabalho.

* * *

A partir desses problemas teóricos, meu objeto de pesquisa continua sendo as especificidades das táticas e estratégias de luta por terra dos posseiros do sertão carioca nas décadas de 1950 e 60, mas vistas com outro olhar, que possibilite algumas novas conclusões sobre o tema. Essa nova abordagem deve antes de tudo se confrontar com o 'olhar de medusa' do Estado sobre os/as trabalhadores/as que lutam por terra (e dos sucessivos aparelhos de hegemonia pública e privada que os identificam como "invasores", em sua terminologia carregada de *sentido*). Segundo, deve perceber as ações e reações -- conflitos, sacrifícios, malandragens, vitórias e sobretudo aprendizagens de transformação -- dos atores envolvidos na luta como construções, de acordo com as adversidades e as possibilidades dadas em cada conjuntura histórica. Em outras palavras, entender *como* e *por que* agiram aqueles/as trabalhadores/as, segundo seus desejos e hábitos de luta.

O recorte espacial vai ser (assim espero) mais bem entendido após a discussão que travarei no segundo capítulo. Por hora, vou apenas dizer que a região da Baixada Fluminense tem sido contestada como um bom ponto de partida para circunscrever os conflitos sociais lá ocorridos, porque sua conotação urbana é insuficiente para tratar dos problemas sociais do campo. Por outro lado, é consenso que havia grandes similitudes na formação social e agrária de todo entorno da *urbs* do Rio de Janeiro, que pouco levou em consideração limites estritos (como os municípios que foram se multiplicando na vizinhança a partir da década de 40). Não vou então adotar uma região que priorize fronteiras políticas. Interessa saber, por exemplo, onde naquele momento se instalaram os posseiros e pequenos produtores. De fato, os bairros rurais, mesmo que a poucos quilômetros do centro do Rio de Janeiro (como Santa

Cruz, Jacarepaguá, Mangaratiba) até 1940 eram pelos próprios contemporâneos denominados de sertões cariocas, tal sua situação de esquecimento, por isso vou resgatar esta definição provisoriamente, até serem melhor esclarecidos seus motivos no capítulo 2.

As décadas em questão formam um período cujos limites são claros. Num sentido social bem amplo, a partir do fim do Estado Novo, sobretudo no início da década de 1950, a sociedade civil e os trabalhadores em particular se organizaram crescentemente, em "quantidade e qualidade", processo esse só freado a partir do golpe militar e destruído em 1968. Simultaneamente, na região do Grande Rio o processo de intensa urbanização gerou toda uma demanda imobiliária nos territórios vizinhos ao centro da cidade, sobretudo na Baixada Fluminense, iniciando aí os conflitos por terra entre grileiros e posseiros. Portanto, o corte cronológico inicial da pesquisa é o ano de 1950. Sei que não foi apenas nesse momento que se iniciaram os conflitos, pois a literatura aponta existirem desde o século XIX (Stein, 1961). Mas, na década de 1950, as lutas se intensificaram com as cada vez mais recorrentes tentativas de despejo dos lavradores foram potencializadas pelo surgimento de novas lideranças camponesas e mediadores políticos.

"Se enfocarmos o período que vai da década de 50 ao início da de 60, o que vemos é uma situação de tensão e conflito que, em intensidade, violência e, curiosamente, mesmo em relação aos atores envolvidos, em muito se aproxima à de regiões de fronteira" (Grynspan, 1996).

Vale ressaltar também que o ano de 1943 é um marco na organização dos trabalhadores no Brasil. Tanto porque o Estado Novo começou a empenhar-se funcionalmente na qualificação dos líderes sindicais afinados com o modelo corporativo, quanto pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT --, o maior programa social e trabalhista de Vargas que, a partir de 1945, pôs em prática os direitos sociais e trabalhistas requeridos durante tanto tempo pelos trabalhadores brasileiros (Gomes, 1994). O ponto crucial aqui é que a CLT, desde a sua criação até 1963, não contemplou os trabalhadores do campo.

O autor que melhor me parece compreender a dinâmica da articulação entre campo e cidade no capitalismo brasileiro desse período é Francisco de Oliveira (1987). Ele explica que, mesmo com todas as mudanças trazidas depois do golpe de 30, a propriedade da terra continuou sendo bem inalienável, absoluto e resguardado. Mais que um lugar de atraso a ser eliminado, a estrutura de terra e trabalho do universo rural brasileiro potencializou o desenvolvimento da indústria, do seu mercado e da sua força de trabalho, na medida em que, segundo ele, a) criou uma corrente migratória constante do campo para a cidade, aumentando o exército industrial de reserva e, com isso, diminuindo o poder de barganha dos operários urbanos por melhores salários; b) pela falta de direitos e garantias trabalhistas ao trabalhador rural, somada à pouca mecanização da lavoura tradicional, a mercadoria agrícola poderia ser vendida a baixo preço, sem déficit para o patrão, e continuar reproduzindo sua mão-de-obra. Isso diminuía o custo da cesta básica e, conseqüentemente, achatava o salário mínimo urbano, que tinha nela sua base de cálculo. Segundo a conclusão desse autor, o papel dado à agricultura e ao trabalhador rural era o de, subordinando-se a esse novo padrão de acumulação pela sua pobreza e super-exploração, servir para potencializá-lo.

Esses fatores -- a maior abertura política para a organização civil, os conflitos de terra e a ausência de legislação trabalhista oficial -- são decisivos para a conformação específica das estratégias de luta pela permanência e posse de terras nos sertões cariocas, quase todas em áreas de especulação e litígio. Dentro desses limites -- 1950 a 1968 -- posso circunscrever um certo “campo de possibilidades” para as estratégias de resistência dos trabalhadores rurais, campo desencontrado dos trabalhadores urbanos, já que fora do modelo de participação política oficial.

Mas toda essa estrutura se rompeu definitivamente em meados da década de 1960. Primeiro, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (lei 4.214, de 1963), quando o governo João Goulart estendeu os benefícios sociais e a normatização trabalhista da CLT para os trabalhadores do campo e suas organizações. Depois, com a ruptura política e

democrática iniciada com o golpe militar de 1964, que progressivamente impediu e reprimiu a organização livre, as reivindicações políticas e as ações de resistência dos posseiros da Baixada, visivelmente incentivando a expropriação desses trabalhadores e a acumulação de terras em mãos do capital imobiliário e especulativo.

Também devido às especificidades do trabalho de historiadora, o recorte deste trabalho se limita a 1968 pela censura política que a maior parte da imprensa sofreu depois desse ano, onde os conflitos passarão a figurar, quando muito, nos jornais conservadores como notas pequenas e isoladas, com nenhuma possibilidade de se averiguar o grau de falseamento dos dados apresentados nas notícias. O Jornal *Terra Livre*, editado pelo Partido Comunista e fonte importante, é cassado ainda em 1964.

* * *

A abordagem deste meu objeto se dará através de conceitos e teorias que permitam interpretar as lutas por terra nos sertões cariocas de maneira diversa do que já foi feito. Optei neste trabalho por discutir as teorias no momento em que os problemas que aparecem requeiram sua explicação, isto é, no decorrer de todos os capítulos, e não como uma parte estanque, separada dos objetos reais. Mesmo assim, há alguns conceitos muito importantes que conformaram o meu olhar sobre o problema mais geral e serão continuamente referidos neste trabalho, que por isso merecem ser aqui minimamente explicitados.

O primeiro deles é o conceito de *camponês* e de *campesinato*, que foi tratado sobretudo sob dois enfoques: o econômico e o político. O que caracterizaria as especificidades da estrutura social e da economia camponesa será alvo de longa discussão no primeiro capítulo, onde confrontarei a visão de marxistas e não marxistas. Mesmo assim, de forma geral entende-se que o campesinato é um grupo social cuja célula básica é a família como unidade de produção e consumo, que vive basicamente do trabalho agrícola, e, por

último, que possui algum grau de liberdade e autonomia sobre o uso dos fatores de produção (terra e trabalho). (Abramovay, 1992; Cardoso, 2002; Chayanov, 1966; Moura, 1986; Shanin, 1973). A questão que vai me interessar é em que medida os lavradores e posseiros do sertão carioca podem ser conceituados como camponeses, e quais as implicações de serem ou não camponeses em suas estratégias de luta. Esse problema será abordado no segundo capítulo.

O segundo conceito muito utilizado é o de *fronteira*. Comumente, se entende por fronteira aberta uma região cuja apropriação agrária é indefinida, permitindo desbravamentos e posses de “pioneiros”. Na história do Brasil, foram homens e mulheres livres e pobres que ocuparam essa fronteira, povoando o interior do país e abrindo trilhas que seriam mais tarde seguidas pelos grandes proprietários. Historicamente falando, a fronteira marcaria os limites entre a região colonial (de domínio dos senhores de terra e colonizadores) e outra região ainda não dominada e, portanto, onde outros grupos sociais poderiam viver e trabalhar fora do jugo dos patrões e dos títulos de propriedade: os sertões. A fronteira é, portanto, o início do território de liberdade, mesmo que provisória, dos colonizados: negros, índios e homens livres pobres (Mattos, 1987; Brandão, 1995).

Acontece que se naturalizou a visão de uma fronteira diacronicamente concêntrica, com seu foco nas grandes cidades do litoral e progressiva expansão para os rincões do interior do país (Velho, 1976). O que penso é que, diferente de um processo unívoco de expansão centro-interior, as fronteiras são definidas e redefinidas socialmente por fatores heterogêneos no tempo e no espaço, já que, encarnando possibilidades de sobrevivência autônoma dos homens livres pobres ou de grandes apropriações de terra para os grandes interesses, são inventadas ou destruídas de acordo com o campo de possibilidades de cada conjuntura: subsídios estatais, créditos agrícolas, núcleos de colonização e povoamento, transportes, representações de riqueza (como o “El Dorado”), *boom* de determinada mercadoria (como a borracha, a soja, o café).

Para o caso específico que estudo, a região dos sertões cariocas durante o século XX vai ser por mim caracterizada como **uma fronteira aberta que sofreu progressivo processo de fechamento**, isto é, como sendo, nesse período, um foco de atração de homens livres pobres e, depois, de interesses imobiliários e especulativos que entraram em choque com os primeiros ocupantes. A “descoberta” ou criação de uma fronteira de atração de gentes onde antes só havia *desertões* é um fenômeno complexo, ainda mais se levarmos em conta que há grupos sociais que são atraídos por desejos diferentes, até conflitantes, para um mesmo lugar. O processo de redefinições dessa fronteira será abordado no capítulo 2.

Uma outra tese que foi essencial para que eu entendesse o problema de lidar com ações de classes trabalhadoras durante a ditadura militar, pela ausência de fontes confiáveis, foi a de Edgar De Decca: *O silêncio dos vencidos* (1986). Nessa obra, o autor demonstra que enquanto o Estado ditatorial se encarregava de calar fisicamente as resistências ao seu projeto de poder, a produção acadêmica do período, por sua vez, desconsiderou que a ordem dos ‘vencidos’ possuía registros diferenciados, por isso esses discursos acadêmicos, *atendendo a demandas específicas de poder, silenciavam indiretamente o eco das experiências proletárias* (De Decca, 1986:32). Edgar de Decca propõe um desafio que ainda está por ser concluído, quando diz que superar o golpe de 1964 significa também a superação de um modo de pensar que, operando com a classe operária como uma abstração, fixou para os vencidos um marco histórico em 1964 e silenciou a respeito da dimensão prática diferente dessa classe social, instrumentalizando seu silêncio.

Aceitei este desafio tentando entender as táticas e estratégias dos posseiros da Baixada através de outros olhares, que nada mais são que outros conceitos e hipóteses que permitem a esses trabalhadores agir e falar dentro do seu “campo de possibilidades”. Para conseguir isso foi essencial a leitura do historiador inglês Edward Thompson. Muito sumariamente, em *Formação da classe operária inglesa* (1998b) o autor propõe que uma classe social, como fenômeno histórico que ocorre e se demonstra efetivamente nas relações humanas, se forma a

partir de um processo ativo, em que se entrecruzam a ação humana e os condicionamentos estruturais. Numa segunda obra, *Costumes em Comum* (1998a), o autor analisa, teoriza e exemplifica casos do que conceitua como "cultura popular e camponesa rebelde" na Inglaterra do século XVIII. No terceiro, *Senhores e Caçadores* (1987), trata da relação do Direito com o Estado, rejeitando a noção da lei como simples máscara para a dominação de uma classe e vendo-a como um complexo campo de lutas. Muito de minhas motivações de pesquisa se conformaram a partir das idéias propostas por ele.

Também foi importante a obra do filósofo, historiador e teólogo francês Michel de Certeau (1994), que levou para o cotidiano mais micro a observação de *táticas de praticante* através das quais os segmentos pobres reinventam as normas que lhes são impostas de maneira que lhes seja mais favorável, dentro do possível. Outro clássico para essa discussão é *Conformismo e Resistência*, da filósofa Marilena Chauí (1986), que tem o mérito de analisar casos de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as da ditadura à Nova República. Um balanço mais detalhado das repercussões dessas obras no meu trabalho será feito na conclusão desta dissertação.

Nunca é demais afirmar que vejo o conflito social -- em suas mais diferentes formas -- como dimensão fundamental desta pesquisa, a partir do conceito proposto por Karl Marx, bem explicado por Virgínia Fontes:

"Indo além da mera valorização do conflito como forma de obtenção de satisfações individuais de interesses, Marx procurará a matriz fundamental do conflito não na natureza humana, mas no próprio processo histórico. Transita assim, da imediatez de cada conflito pontual para a busca das matrizes contraditórias que organizam e modelam a estrutura dos conflitos nos diversos períodos históricos (...) Pensar a transformação -- lenta ou rápida, molecular ou violenta, constante ou eventual -- pressupõe identificar variadas modalidades de conflito, de divergências, de diferenças que, em seu embate, aportam alternativas, sugerem outras formas de convivência, rejeitam padrões de vida precedentes." (Fontes, 1998:35).

E a história não se faz de processos abstratos. Ela é construída a partir de atos, reflexos e erros de pessoas concretas. É por isso necessário atentar para as estratégias de luta

e resistência nas terras dos posseiros, como forma de responder, da sua maneira, à ‘modernização capitalista’, porque

"a inovação tecnológica (...) não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas, ("modernização", "racionalização"), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes" (Thompson, 1998^a:19).

Todas essas obras, olhando o problema da resistência popular sob diversos ângulos e partindo mesmo de matrizes teóricas distintas, têm o grande mérito de requalificar as práticas da cultura popular, analisando-a e avaliando sua eficácia de maneira criteriosa e crítica. Dessa maneira, julgo que posso contribuir com esse processo de pesquisas ao analisar alguns processos de conflito de terra e estratégias de luta de trabalhadores/as percebendo desejos, identidades em formação, inter-relações com outros grupos, salientando que os fenômenos que irei analisar se situam numa área complexa onde existem fortes determinações econômicas, mas também possibilidades de mudanças políticas a partir de atitudes e resistências dentro de um contexto conflituoso. Novamente, os homens e mulheres demonstram seus desejos e ações por mudanças a partir de uma problemática dada, um “campo de possibilidades”, tecendo o futuro com os fios e rocas do presente.

Por isso, considero que meu trabalho se situa numa angustiante fronteira entre o campo da História Agrária -- pelos métodos e tipo de abordagem do problema -- e a Sociologia Rural -- pela proximidade temporal e recorte temático. Isso é ruim pelas incompletudes e cobranças vindas dos dois lados, mas, ao mesmo tempo, é um desafio, pois espero que possa dar continuidade a essa linha de pesquisas, acrescentando um estudo de média duração que não seja demasiadamente descritivo nem generalista (que já existem bastantes), e que mantenha a preocupação historiográfica com as transformações, rupturas e continuidades no tempo e no espaço.

Além disso, no momento atual em que vivemos de crise da agricultura nacional, a Reforma Agrária é desqualificada pelos projetos neoliberais para o campo⁴ e, com isso, todos os movimentos de trabalhadores/as que por ela lutaram e lutam, querendo que se creia que a urbanização marginal pelo êxodo rural é o único caminho possível para as populações do campo. Por isso o compromisso social de resgatar formas de luta e resistência que podem vir a reforçar a memória de força e as possibilidades de construção de novas Histórias pelos trabalhadores/as frente ao capital e ao Estado autoritário em que estamos historicamente mergulhados.

Esses processos também acarretam a desqualificação dos movimentos de luta pela terra do período pré-64 até por atores que estão longe de serem 'de direita', como o MST e a CPT. Sabendo que *"mito e invenção são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável, dizendo: Somos diferentes e melhores do que os outros"* (Hobsbawm, 1998a:19), não acho que organizações de trabalhadores também não tentem forjar a superioridade de sua luta e organização em detrimento de uma anterior.⁵ E como *"o abuso ideológico mais comum da história baseia-se antes em anacronismo que em mentiras"* (Hobsbawm, 1998a:19), o trabalho de historiador/a - contextualizando ininterruptamente, descobrindo redes de significantes diferentes em cada momento histórico -- adquire importância para repensar alguns mitos, inclusive na 'esquerda'.

⁴ Não é possível nos alongarmos muito nessa questão. Em síntese, as medidas atuais do Governo Federal foram a implantação do Banco da Terra, o Pronaf, o Novo Mundo Rural, o acordo agrícola com o GATT e o desmantelamento do INCRA. Tudo isso se encaixa numa estratégia mais ampla de subordinar a agricultura brasileira aos interesses de mercado sob hegemonia dos países ricos, tanto no que diz respeito aos gêneros produzidos (prioridade para os exportáveis e não para os de abastecimento interno) quanto na dependência de tecnologias externas (pacotes tecnológicos, insumos, e agora, sementes transgênicas). Além disso, o aumento das importações agrícolas (subsidiadas nos países de origem) arruinou grande parte dos pequenos e médios produtores brasileiros. Ver boa síntese em TEIXEIRA, Gerson. *Agricultura e Abastecimento* (cartilha editada por MST, MAB, MPA e ANMTR)

⁵ Uma construção de memória similar é estudada por Marcelo Badaró, no que tange aos sindicatos urbanos. Ver Mattos, 1998.

Sem desconsiderar a proximidade temporal dos fatos e seus possíveis desdobramentos até a atualidade, ou perder o compromisso com as lutas e embates atuais nos quais se encontram as áreas de assentamento rural do meu estado, espero mostrar que os posseiros do sertão carioca lutaram dentro do seu 'campo de possibilidades' e, a partir deste, elaboraram planos e construíram o futuro de todos nós, e sempre foi assim, e agora é a nossa vez. Compromisso, no sentido freiriano (Freire, 1987), talvez seja a maior justificativa pessoal para este trabalho.

* * *

Pesquisas sobre trabalhadores esbarram numa dificuldade muito concreta, comum a todos os interessados em pesquisar classes subalternas, sobretudo as pouco alfabetizadas: a falta de material produzido pelos próprios atores. Segundo Hobsbawm (1998^a:219), a história dos movimentos populares difere da maioria da história tradicional na medida em que simplesmente não há um corpo de material pronto a seu respeito. Além disso, a história agrária não tem sido no Brasil o campo preferido dos historiadores por ser uma história sem heróis, sem grandes políticos nem grandes batalhas (Linhares, 2002) e, além de tudo, com raríssimas e difíceis fontes.

Minha trajetória em busca de fontes sobre o universo rural no século XX é apenas mais um caso que corrobora um quadro de informações dispersas e de difícil acesso, somadas ao fato de vários arquivos não estarem organizados e outros simplesmente não disponibilizarem a documentação para pesquisa, por estar destruída, desaparecida, e até por razões políticas. É em parte essa situação que cria uma ausência de memória sobre esses conflitos, tão presente hoje (Grynspan, 1990). Depois de ter tido durante vários meses muita dificuldade em localizar a documentação que inicialmente previra, acabei me conscientizando de que seria um esforço muito desproporcional ao que apenas 1 (um) ano de pesquisa me

permitiria (sem bolsas ou quaisquer auxílios financeiros). Optei então por utilizar um levantamento de notícias veiculadas em alguns jornais de época, tanto as coletadas por mim mesma na Biblioteca Nacional quanto outras que foram recolhidas e citadas por Mário Grynsman (1987, 1990), Eliane Cantarino O'Dwyer (1988) e Frederico Araújo (1982) em seus trabalhos sobre o mesmo tema que descrevi anteriormente.

A coleta dessas fontes obedeceu ao critério de "agulha no palheiro": foi feito levantamento nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Fluminense*, *Última Hora*, *Luta Democrática* e *Terra Livre*, entre 1954 e 68, obedecendo aos limites de circulação de cada um, e pescando as notícias que se relacionavam a situações de luta e ao cotidiano de sobrevivência dos posseiros. É preciso reconhecer que o recurso aos jornais acaba preenchendo lacunas num contexto de raras outras fontes documentais escritas. Isso acarreta um outro problema metodológico, que é o fato dos *jornalistas serem, ao mesmo tempo, testemunhas e atores e, na maior parte das vezes, porta-vozes de partidos políticos, de organizações e de interesses* (Abreu, 1996).

Sabendo disso, é preciso conhecer as principais características editoriais dos jornais que mais me ofereceram dados sobre os conflitos de terra na Baixada Fluminense. O jornal *Última Hora* expressava as idéias do Partido Trabalhista Brasileiro e foi criado para servir de respaldo ao getulismo junto à opinião pública, denunciando, por exemplo, a indenização do exército.⁶ Ele era o preferido pelo público popular, pelo *layout* inovador e novas técnicas de comunicação de massas. Já o *Jornal do Brasil*, embora mantivesse sua tradição de evitar o comprometimento partidário explícito, era um defensor da livre iniciativa, conservador, constitucional e católico (Abreu, 1996). Ele cobriu com certa frequência as lutas camponesas durante a década de 50, e transcreveu algumas declarações de lavradores que foram utilizadas por mim. O *Luta Democrática* pertenceu ao ex-deputado Tenório Cavalcanti, e cobria de

⁶ Inclusive em 1953 os outros jornais anti-getulistas iniciaram grande campanha contra este jornal, denunciando suas fontes de financiamento e tentando enredar mais ainda Getúlio Vargas, mas ao fim seu envolvimento não foi comprovado (Abreu, 1996).

forma sistemática as lutas que ocorriam no campo do estado do Rio a partir de 1961, com postura explicitamente favorável aos lavradores, até porque o próprio Tenório teve participação e algumas ocupações. Já o jornal *Terra Livre* era vinculado à ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, com participação dos comunistas, circulando com dificuldades no período da clandestinidade do PCB mas importante veículo de publicização dos conflitos. Também ligado ao PCB, o diário *Imprensa Popular* circulou até 1958, e cobria as lutas camponesas do estado do Rio.

As notícias que veicularam sobre conflitos de terra na Baixada Fluminense, via de regra continham dados “objetivos”: quem estava envolvido, onde e quando o problema surgiu (um breve histórico) e, algumas vezes, traziam depoimentos e entrevistas com os posseiros ameaçados. Os dados apresentados foram “aproveitados” desde que confirmados por, ao menos, uma outra fonte. Já os depoimentos representaram a única e tortuosa forma de poder ter acesso às falas dos posseiros, por isso foram “lidos a contrapelo”: anulando-se a visão ora comunistizante ora sensacionalista das notícias, tentei aproveitar essas entrevistas ao máximo, apenas descartando aquelas em que claramente era o jornalista que falava pela boca do posseiro, o que podia ser percebido pelo vocabulário e pela mensagem política direta que veiculava.

Se mesmo hoje esse trabalho de crítica metódica às fontes jornalísticas não pode ser descartado, até à década de 1960 o problema era bem maior. Isso porque a década de 1950, de onde é extraída a maior parte das reportagens que utilizo neste trabalho, é considerada pelos pesquisadores da imprensa uma década de transição, quando os jornais estavam deixando de fazer “jornalismo de combate” -- espaços de críticas e debates de idéias, opiniões e doutrinas, que apresentavam a política de atualidade com linguagem pouco objetiva -- para se tornar o que são hoje, empresas comerciais detentoras de poder econômico, cada vez mais

controladas por profissionais do ramo.⁷ Foi nessa década que surgiram os jornais *Última Hora* (1951) e *Tribuna da Imprensa* (1949), trazendo inovações na cobertura e linguagem jornalísticas. O *Jornal do Brasil* sofreu uma grande reforma, e também o *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Diário Carioca*, *Folha da Manhã* e *O Jornal* reformularam suas linguagens, fazendo a notícia ocupar mais espaço que a opinião.

Agindo dessa forma, a análise criteriosa da documentação me possibilitou tanto um mapeamento geral das causas dos conflitos e estratégias de resistência, quanto também me ajudou a perceber contra qual visão de terra e trabalho rural, produzida pelas classes dominantes, esses/as trabalhadores/as se batiam em seu cotidiano, além de dados a respeito de conflitos vizinhos e de mudanças na conjuntura política e agrária nacional. Numa abordagem cronológica bem geral desse conjunto de notícias recolhidas, percebe-se que o número de litígios por ano veio num crescendo entre 1950 e 1969, e refluíu a partir daí. Mas essa impressão passada pelos jornais é apenas em parte verdadeira. Isso porque o refluxo da década de 1970 coincidiu com o período mais duro da ditadura militar, com censura, perseguição e repressão política, que certamente afetaram as fontes consultadas.

* * *

São objetivos desta dissertação:

- Contribuir academicamente com o campo historiográfico para que o objeto de estudo *campesinato* possa ser pesquisado como processo, historicizado, marcando suas diferenças e continuidades para contextos diferentes no tempo e no espaço; e também para a destruição da dicotomia entre *operários/politizados X camponeses/apolíticos* presente nos

⁷ O suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, foi um divisor de águas. A imprensa que nos meses anteriores tinha exacerbado o uso de linguagem violenta e apaixonada para tratar os temas da política nacional (modelo francês), a partir deste acontecimento busca maior objetividade na construção e transmissão das notícias, tentando progressivamente separar o fato do comentário pessoal (modelo norte americano) (Abreu, 1996).

estudos da área, reafirmando a capacidade de pensar e agir dos trabalhadores do campo e alargando os objetos da História e Sociologia do trabalho.

- Em termos das visões costumeiras da História do Brasil e seus mitos, “virar ao avesso” um processo que é comumente visto como ‘modernização da economia’ e agricultura brasileiras, iniciado nos anos JK e levado a cabo durante a ditadura militar. O trabalho procurará mostrar que, além de ter sido uma ‘modernização conservadora’, que potencializou a exploração da classe dominante sobre os trabalhadores do campo e da cidade e gerou mais pobreza e sofrimento, não foi um processo ‘natural’ pois, no caso específico dos sertões cariocas, foi tenazmente rechaçada pela resistência e luta dos posseiros.
- Metodologicamente, testar novos conceitos e teorias que possibilitem novas interpretações para o antigo problema da desqualificação das lutas dos trabalhadores rurais e posseiros antes de 1963 e, com isso, requalificar o próprio caráter da mobilização dos trabalhadores no campo nesse período, negando a generalização do modelo das Ligas Camponesas para todas as ações camponesas no Brasil durante as décadas de 1950 e 60.
- Desconstruir o marco de 1963 (criação do Estatuto do Trabalhador Rural) para a análise das táticas e estratégias de luta dos trabalhadores rurais no Brasil e propor uma outra periodização que não os veja pelos olhos do Estado nem dos trabalhadores e sindicatos urbanos.

* * *

Buscar-se-á, no decorrer desta pesquisa, comprovar as seguintes hipóteses iniciais:

- No capítulo 2, mostrar que os sertões cariocas são uma delimitação regional que incorpora a história e a dinâmica da região dos conflitos de terras ocorridos na Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 60, e que pode dar conta dos recortes espaciais deste trabalho.

- Também no capítulo 2, provar que as táticas e estratégias de luta pela terra utilizadas pelos posseiros dos sertões cariocas nas décadas de 1950 e 60 se relacionavam a algumas especificidades das condições sócio-econômicas do campo fluminense, como, por exemplo, a existência de terras públicas desde origens imperiais griladas por particulares, a indefinição dos limites entre propriedades, as políticas de incentivo à formação de um cinturão verde em torno da cidade do Rio de Janeiro, ou a transformação de terras agricultáveis em bens imobiliários ou especulativos.
- No capítulo 3, provar que representação de poder e o imaginário político que embasam as práticas sociais dos posseiros do sertão carioca não podem ser compreendidos a partir de categorias políticas liberais modernas (indivíduo, partido, sindicato, liberdade de expressão e associação política, entre outras), que jamais foram partilhadas ou funcionaram plenamente para a população pobre no Brasil. Ao invés disso, defendo que os posseiros tinham uma consciência peculiar das condições de exploração que sofriam e um senso de legitimidade de suas lutas independente dos mediadores políticos modernos, relacionados ambos ao que seria uma ‘tradicional cultura camponesa rebelde’.
- Ainda no capítulo 3, mostrar que as lutas de resistência dos posseiros do sertão carioca, mesmo que não tivessem como alvo direto a estrutura do poder político e se utilizassem de métodos de ação mais fragmentados, locais e diretos, questionaram na prática o *status quo* e os interesses dos grandes proprietários, do governo ditatorial e do sistema capitalista, forçando até a médio prazo uma revisão dos códigos legais do país que incorporasse suas demandas e confirmasse sua legitimidade.
- Considerando que existiu tanto sincrônica quanto diacronicamente um mosaico de possibilidades de mediação e ação dos posseiros, as táticas e estratégias de luta pela terra utilizadas pelos posseiros dos sertões cariocas nas décadas de 1950 e 60 só podem ser avaliadas localmente, levando-se em consideração se responderam imediata e

satisfatoriamente aos desejos dos trabalhadores rurais ou do grupo de famílias ameaçadas frente aos desafios daquele momento.

* * *

Para dar conta desses objetivos e hipóteses, esta dissertação se estruturará da seguinte maneira:

No capítulo um o primeiro problema é compreender a forma com que o campesinato se estruturou como um objeto de estudo para as ciências humanas no século XX, a partir da aceitação ou rejeição da ‘metáfora do saco de batatas’ de Karl Marx. Depois, entender as causas do silenciamento da historiografia no debate a respeito de grupos camponeses no século XX a partir das relações entre campos acadêmico e político. Para tanto, discuto as influências e divergências desse paradigma em relação às pesquisas acadêmicas sobre a questão agrária no Brasil a partir da década de 70, remarcando os avanços teóricos mais importantes para o meu objeto de estudo. Por fim, levando em conta as lacunas e problemas da abordagem deste objeto por campos conceituais e metodológicos distintos (como a antropologia e a economia), finalizo com algumas propostas a respeito de novas possibilidades para o estudo do campesinato no Brasil enquanto um processo histórico rico e não determinado aprioristicamente por nenhuma teoria.

No segundo capítulo, a primeira intenção é definir os sertões cariocas como uma paisagem dinâmica, analisando de que forma os grupos sociais foram mutuamente construindo e sendo construídos pela região, sem perder o foco no modo de vida dos posseiros que são o objeto do meu estudo. Depois, quando a dinâmica do grande capital e do Estado transformou a “vocação” inicial desses sertões, mostrarei como as novas pressões pela terra afetaram a vida dos lavradores que l   viviam e desencadearam um processo de constru  o de uma identidade camponesa na região. No fim, justificarei por que, ao invés de definir os

posseiros como camponeses ou não a partir de tipologias estanques, vou encarar o conceito num sentido dinâmico e histórico – de busca de autonomia -- que me interessa para caracterizar esses grupos, percebendo por que a ânsia camponesa por liberdade pode ser considerada uma resistência ao sistema capitalista.

No último capítulo, o problema que se coloca é entender a forma e o conteúdo específicos das lutas por terra; serão enfocados precisamente os processos de resistência aos despejos, suas características, transformações e as possibilidades de interpretação. Vou descrever a consciência peculiar que os posseiros tinham das condições de dominação e também explicar seus métodos de ação fragmentados, instantâneos, anônimos e diretos. Procurar-se-á compreender as diferenças e o processo de aprendizado mútuo entre táticas dos posseiros e dos sindicatos urbanos e mediadores políticos, sobretudo o Partido Comunista, mostrando inclusive como essa ‘consciência camponesa rebelde’ tinha um papel ativo de recriação de tradições. Depois, se discutirá a relação entre as lutas diretas e os recursos legais e jurídicos que eram simultaneamente utilizados pelos posseiros para permanecer na terra, explicando por que os posseiros foram instados, pela falta de outras possibilidades, a optar por formas heterodoxas de expressão política. Por último, entrarei na discussão sobre a avaliação da eficácia e da radicalidade dessas ações.

* * *

Por fim, concordo com Marx (1978) que o processo de apresentação de uma pesquisa deve ser necessariamente diferente de sua produção, para que se torne compreensível para o leitor as dificuldades humanas desta tarefa, as etapas de trabalho e as questões concretas e teóricas com que a autora se deparou, para que haja, além de exposição de pressupostos, debate e crítica das condições em que eles foram gerados, tarefa inalienável do campo

científico. Neste trabalho, a preocupação na “feitura para leitura” deste texto teve algumas repercussões práticas, que justifico a seguir.

A primeira foi que, dada a complexidade da problemática e o número de questões que serão abordadas, foi pensada uma organização interna dos capítulos para que o leitor não precise acumular nem se confundir com uma série de estudos de caso e fontes sobre os problemas mais distintos e, apenas na conclusão final do trabalho, ver hipóteses serem retomadas, correndo o risco de se perder o fio da meada. Por isso, mesmo fazendo parte de um encadeamento lógico para a consecução dos objetivos propostos para esta pesquisa, os capítulos foram pensados e construídos como “pequenas totalidades”, isto é, cada um deles apresenta na introdução os problemas que se propõe a discutir e as hipóteses que buscará comprovar ao longo das partes seguintes e, na conclusão, cada um retoma as idéias centrais e as hipóteses que foram testadas no decorrer do texto. Sendo desnecessário que na conclusão final se repitam as mesmas conclusões de cada capítulo, esta última parte trará debates específicos, de cunho mais comparativo, conclusivo e dos limites do conjunto do que foi dito e pensado neste trabalho.

Segundo, para economia de notas, as referências bibliográficas sintéticas (sobrenome do autor e ano da edição da obra citada) de idéias ou citações expostas no decorrer do trabalho constam entre parêntese ao longo do texto, e podem ser encontradas na bibliografia final. As notas de rodapé só foram colocadas em seguida desta referência quando esta merecia alguma contextualização ou confrontação com outras idéias e autores, sendo, portanto, notas explicativas. Também para economia de tamanho de notas, as reportagens de jornais são citadas em nota de rodapé trazendo somente os dados que julguei essenciais, em ordem, o título da matéria, o jornal e dia da publicação. Na lista final dos periódicos utilizados podem-se encontrar dados mais completos sobre cada um deles, como a cidade, o período total em que o jornal foi editado e o período que pesquisei para este trabalho.

Terceiro, este texto parte do princípio de querer ser lido por todos e todas interessados, e também de que ser simples não é a mesma coisa de ser simplista. Fazendo minhas as palavras de Georges Duby, *realizar uma investigação com todo o rigor necessário não impõe a obrigação, no momento de divulgar os resultados, de escrever com frieza* (Duby, 1994). Portanto, para leitores não especializados que também queiram conhecer este campo de debates teóricos, me coloquei um pouco a tarefa de fazer esta ‘apresentação teórica e temática’ de que senti falta ao iniciar meus estudos. Para o leitor mais especializado no tema esse constante explicar (em notas, parênteses ou parágrafos) pode soar repetitivo, mas simplesmente remete à preocupação didática que me orienta.

Quarto, houve uma preocupação na construção do texto de não tornar o gênero masculino o único motor agente da história. Procurei em vários momentos falar nas famílias e também nas mulheres dos posseiros, mas sabendo o quanto isso alongaria as frases e consumiria mais os meus leitores, optei por ir “nem tanto ao mar nem tanto à terra”: quando se lê repetidas vezes as palavras trabalhadores, posseiros e homens, e já se começa a esquecer que são apenas uma tradicional metonímia machista, ajudo seu esforço de memória e escrevo de vez em quando trabalhadores e trabalhadoras, famílias de posseiros e homens e mulheres, estes sim a “totalidade real” do grupo em questão.

Por último, que já não é sem tempo, que o leitor não torça o nariz para alguns usos da 1ª pessoa do plural. Fui criteriosa em separar dois tipos de nós: o primeiro, que visa apenas a tirar minha própria responsabilidade na construção das hipóteses e da pesquisa, forjando um respaldo coletivo imaginário, foi descartado. Mas há um segundo uso de que não posso me furtar, quando considero que estou percorrendo, junto com o leitor, um processo de construção teórica e que, algumas vezes, podemos chegar juntos a conclusões ou sínteses, depois dos dados que eu apresentei. É um nós de nó mesmo, de cumplicidade, de estar junto fazendo um mesma tarefa. É a minha maneira de mostrar que construi as teorias dialogicamente (o que é bem verdade), porque, para mim, não é possível fazer de outro modo.

Depois de todas as justificativas e apresentações, é preciso fazer com que o trabalho se apresente.

CAPÍTULO 1

Estudos sobre campesinato

Por toda parte há homens que se afogam

E ninguém olha para eles!

Vocês não sabem ver?

Alto lá, são seus irmãos,

Homens como nós!

Bertold Brecht

Eu sou é trabalhador

Do lado de lá não vou ficar

É o lado do opressor

Eu vou ficar é do lado de cá.

Luiz Vila Nova

ÍNDICE

Introdução

<i>1. Marx e os primeiros estudos contemporâneos sobre campesinato</i>	<i>42</i>
<i>2. Década de 60: ressurgimento do interesse</i>	<i>53</i>
<i>3. Capitalismo autoritário</i>	<i>56</i>
<i>4. Onde entra a História nessa história?</i>	<i>62</i>
<i>5. Questão agrária e historiografia sobre homens livres e pobres no Brasil</i>	<i>67</i>
<i>6. Conclusão</i>	<i>80</i>

Este é um trabalho sobre grupos de posseiros que resistiram a serem expropriados das terras em que moravam e trabalhavam na Baixada Fluminense, a partir de 1950 até 1968. O objetivo do trabalho é contextualizar essas ações de resistência em seu tempo e seu espaço para melhor compreendê-las e, portanto, este é um trabalho de história. Os pesquisadores de história agrária brasileira, ou das histórias dos homens e mulheres que viveram de seu trabalho no campo, têm uma série de dificuldades que já foram muito lamentadas: o difícil acesso às fontes documentais, a descentralização e desorganização dos arquivos, os diversos interesses políticos e econômicos contrários a que se mexa nesse assunto, entre outros. Mas ainda há uma outra qualidade de problemas, ligada aos campos disciplinares e seus respectivos instrumentais teóricos e metodológicos que lidam com esse objeto. Esses problemas conformaram atualmente a situação de quase inexistência de trabalhos de História sobre esse recorte espaço-temporal e o grupo social, ao passo que eles abundam em outras disciplinas, como na Sociologia, na Economia e na Antropologia.

Por isso o leitor vai perceber o uso amiúde de termos sociológicos -- *modernização*, *capitalismo*, *mediadores* --, por vezes estranhos à tradição historiográfica sobre homens livres e pobres no Brasil. Esse dado não deve ser encarado como natural ou incontável. Muito pelo contrário, na crítica de Edward P. Thompson ao uso indiscriminado de vários termos do vocabulário sociológico encontramos bases sólidas para ter cuidado com esses "abusos":

Os termos 'feudal', 'capitalista' ou 'burguês' são excessivamente imprecisos e incluem fenômenos demasiado amplos e díspares para cumprir um serviço analítico sério. (...) uma nova série de termos, como "pré-industrial", "tradicional", "paternalismo" e "modernização" parecem suscetíveis praticamente às mesmas objeções. (...) Têm consideravelmente menos especificidade histórica que termos como feudalismo ou capitalismo (...) Têm tanto ou tão pouco valor como outros termos descritivos generalizados – autoritário, democrático, igualitário – que por si mesmos, e sem substanciais desenvolvimentos, não podem caracterizar um sistema de relações sociais (Thompson, 1979:19).

Então por que se deixar cair nessa teia tão sujeita a problemas que gostaria *a priori* de evitar? A resposta é que ainda não foram criados, no campo da historiografia, termos e conceitos para instrumentalizar melhor o objeto, o tempo e o espaço de que trato aqui. Vejam que trabalhos sobre ‘universo rural’ ou ‘mundo do trabalho agrícola’ na Grécia antiga, na França medieval, nos impérios asiáticos, entre outros exemplos, são abundantes e muito ricos (Cardoso, 1994; Cardoso, 1985; Cardoso et alii, 1990; Duby, 1962). O problema se coloca quando se analisam esses grupos de trabalhadores na história contemporânea, sobretudo no século XX. Explicando com outras palavras, **a questão que se tornou tabu na historiografia é a relação desses grupos de trabalhadores/as rurais com o desenvolvimento industrial e a conseqüente penetração capitalista no campo**, processos marcantes em nosso país sobretudo no século passado, e com claras repercussões econômicas, sociais e políticas no presente (Stédile, 1994; Gorgen & Stédile, 1991; Silva, 1996).

Mais do que um fato consumado que deva ser lamentado como ‘leite derramado’, vou encarar essas opções acadêmicas de recortes temporais e temáticos como históricas, fruto sobretudo de dois outros processos: primeiro, o papel político que foi sendo atribuído aos camponeses desde os primeiros escritos de Marx até a década de 1970; segundo, as sucessivas clivagens e o enrijecimento das ossaturas dos campos acadêmicos nas áreas das ciências humanas. **Minha hipótese é que a compreensão ampla dessas relações entre campos acadêmico e político – por vezes negligenciada – é o que pode tornar inteligível esse dar de ombros da historiografia do mundo do trabalho em relação aos trabalhadores e trabalhadoras do campo.** Por isso, o objetivo deste capítulo é sondar as causas do silenciamento da historiografia no debate a respeito de grupos camponeses no século XX, entender o motivo desse nosso afastamento (e da conseqüente ‘apropriação’ do objeto por outras disciplinas), e propor algumas alternativas para que se possa lidar com o tema de forma renovada.

Neste texto, o termo *questão agrária* será tratado como a análise das relações de propriedade e de produção vigentes no espaço rural, numa perspectiva histórica e dinâmica dos determinantes e aspectos fundamentais das transformações dessas relações no mundo moderno. Por *questão camponesa* entenderemos os aspectos precisamente relacionados à estrutura social que ao mesmo tempo produz e é produzida pela *questão agrária*.

1 Marx e os primeiros estudos contemporâneos sobre campesinato

O primeiro pesquisador contemporâneo que se debruçou sobre o problema da relação difícil entre campesinato e capitalismo trabalhava indistintamente com história e sociologia: Karl Marx. Ele nos legou um vasto campo conceitual para análise e explicação do problema⁸ e, a meu ver, sua principal contribuição foi o método, o caráter original de suas reflexões e o complexo instrumental teórico para análise da realidade social, utilizado pelas ciências humanas até nossos dias. Lembrando as palavras da professora Virginia Fontes, “*Marx descortina o pensamento histórico, ao qual ele incorpora um campo de reflexão radicalmente novo: a complexidade (ou totalidade) própria do real e a relação dialética entre sujeitos e estruturas sociais*” (Marx, 1991).⁹

Depois dele, pensadores começaram a discutir o problema partindo (ou não) de suas premissas teóricas e chegando (ou não) às mesmas conclusões; e a historiografia econômica e social pesquisou e acumulou muitos dados e idéias novas, sobretudo nas análises mais gerais sobre as mudanças em sociedades camponesas (Shanin, 1973). Considerando acertadas as palavras de Otávio Velho ao julgar que *algumas obras tornam-se clássicas num determinado campo intelectual por enfrentarem questões de relevância profunda para a sociedade, dando respostas também particularmente significativas não só cientificamente, mas sobretudo social, política e ideologicamente* (Velho, 1979:101), é inegável a constatação de que a corrente de estudos e debates com base nas reflexões de Marx foi a mais intensa no campo da sociologia rural e da história agrária.

Por isso vou iniciar esta discussão debatendo a *questão agrária* e a *questão camponesa* nos textos de Marx. Os fragmentos de suas obras que serão citados a seguir vão

⁸ Importante lembrar que no período que Marx escreve ainda não existem os campos acadêmicos definidos como hoje. E que Max Weber também travou uma discussão a respeito da especificidade ou não da economia da Grécia Antiga, que em certo sentido pode ser considerada camponesa. Cf WEBER, Max. *General Economic History*. New York. Colliers. 1961. Para uma revisão desse debate sobre o *oikos*, ver POLANYI et al. *Trade and Market in the early empires*. New York. The Free Press. 1957. (Shanin, 1973).

⁹ Sobre o método de investigação proposto por Marx, recomendo a leitura de Marx, 1978.

funcionar como catalisadores, ou fontes-base para comentários, tanto por sua importância na fundação do paradigma marxista sobre a questão camponesa quanto pela síntese de elementos teóricos que eles contêm.

A conclusão que Marx expressa no *18 Brumário* é de que

"Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo (...) a grande massa da nação francesa é assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas (...) na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria organização política, nessa exata medida não constituem uma classe".¹⁰

Nesse trecho, conhecido como 'metáfora do saco de batatas', Marx utiliza os conceitos de *classe social*, *relações sociais*, *organização política e modo de produção* (já aplicados na análise do sistema capitalista) ao estudo do caso específico do campesinato francês na segunda metade do século XIX. Ao fazer isso ele tinha duas intenções distintas: por um lado tentava investigar teoricamente um grupo social não capitalista com um instrumental cunhado para análise do capitalismo, mas também intervir politicamente na luta social perdida pelo proletariado francês com o golpe de Luiz Bonaparte.

De fato, alguns estudiosos do assunto atestam que a postura de Marx em relação ao campesinato mudou muito depois da derrota popular na revolução de 1848. Quando chegou à conclusão que no Ocidente a classe camponesa nunca consistiria numa força revolucionária autônoma, Marx dirigiu sua crítica diretamente aos camponeses que não se levantaram na França. Na década seguinte, Marx praticamente abandonou os estudos sobre o papel do campesinato para se dedicar à criação de suas teorias econômicas. Foi nesse momento que incorporou a questão agrária às teses de economia política, na forma da teoria da renda fundiária. Em outras palavras, é como se ele migrasse da *questão camponesa* e de suas

¹⁰ Toda essa primeira parte sobre Marx está baseada em um livro muito conhecido: Marx, Karl. *O 18 brumário de Luiz Bonaparte*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1969 p. 115 [grifos meus]. Recomendo também a leitura de Marx, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo. Paz e Terra. 1991.

implicações políticas diretas, expressas no *18 Brumário*, para a análise da *questão agrária* em sentido mais amplo. Mas isso não vem ao caso neste texto (Hegedus, 1984).

É preciso notar a relação estreita da questão camponesa com a forma com que Marx encarava a fatal penetração de formas de produção capitalistas no universo rural tradicional. O desaparecimento do campesinato para Marx é comumente encarado como uma conclusão lógica, implícita na sua concepção sobre o desenvolvimento do capitalismo. Acho contudo que essa tese pode também ter sido baseada nas evidências históricas e factuais que analisava. Poder-se-ia atribuir a generalização feita por Marx à dificuldade de circulação de informações sobre o contexto extra-europeu: na Inglaterra, seu estudo de caso, o processo precoce de ‘cercamento dos campos’ determinou a quase extinção do campesinato ainda no século XVIII. A partir dessa experiência, Marx concluiu que esse era mesmo o fim esperado do campesinato ao ser confrontado com o capitalismo: desaparecer. Portanto, a falta de interesse na análise dos camponeses no capitalismo era devida sobretudo à visão um tanto evolucionista de que eles estariam fadados à extinção e, enquanto vestigiais, não deviam ser objeto de maiores preocupações políticas e/ou analíticas.

Imbuído dessas premissas políticas e teóricas, **Marx concluiu que as famílias camponesas, por manter um modo de produção que isola seus membros, não formam uma ‘classe para si’, somente uma imensa massa desarticulada** (Marx, 1969). Para entender a visão sobre o campesinato exposta por Marx na ‘metáfora do saco de batatas’, é preciso inseri-la no conjunto maior da problemática e dos limites da ‘modernidade’ do século XIX, e historicizar a produção marxiana no embate e na herança das tradições teóricas de seu tempo. Segundo análise de Antonio Gramsci, o marxismo é herdeiro de todo o passado cultural que passa pelo Renascimento e a Reforma, a filosofia alemã e a Revolução Francesa, o calvinismo e a economia clássica inglesa, o liberalismo laico, até o historicismo, em suma, deste conjunto de concepções que estaria na base de toda a *modernidade* do século XIX. A novidade do marxismo seria de se colocar de forma dialética também no embate com essas

teorias, na medida em que se situava no contraste entre cultura popular e alta cultura e configurava-se como uma filosofia que era também política, e uma política que era também filosofia (Gramsci, 1981:106). Reforçando esta idéia, Teodor Shanin diz que

o capitalismo 'juvenil' e otimista do século XIX influenciou muito a visão marxista clássica. Era visto como agressivo, construtivo, dominador e supereficaz na sua capacidade de se expandir. A inspiração de Marx, no que se refere aos camponeses é, em grande parte, a de um europeu da Europa Central (...) situado no meio inglês de um capitalismo 'descamponesado' (Shanin, 1980:57).

Em síntese, Marx chegou a duas conclusões na análise do campesinato: a primeira é que, enquanto a estrutura capitalista -- as condições de exploração fabris, as tensões entre trabalho social e capital privado, a vivência coletiva da exploração -- possibilitaria ao proletariado forjar sua consciência de *classe para si* e, ao final, acumular forças para derrubar essa mesma estrutura e implantar o socialismo; **no universo rural tradicional a estrutura social fazia o trabalho contrário: isolava os camponeses, criando neles o senso de manutenção de suas pequenas propriedades ao invés do sentimento de ação coletiva revolucionária.**

Por isso, o máximo que se podia esperar dos camponeses, amarrados no passado, eram rebeliões como as da Idade Média, sem propostas de um novo rearranjo social, ou alianças com a classe operária, onde se submeteriam aos desígnios desta. Quando Marx privilegiou a análise da estrutura do sistema capitalista e o acirramento de suas contradições internas como determinante para sua posterior derrocada, a partir principalmente da tensão entre as duas classes protagonistas -- proletariado e burguesia --, acabou formulando um esquema que não deixa nenhuma possibilidade para camponeses pré-capitalistas serem ativos nesse processo, tirando-lhes o valor de agentes da transformação da história. É por isso que, nas palavras de Maria Paula Araújo (Araújo, 2000) haveria uma incompatibilidade ontológica entre o camponês e a teoria marxista.

A segunda tese, decorrente da primeira, era que os camponeses existiriam como vestígios do passado feudal, sem papel funcional no momento em que viviam, sendo apenas objetos da estrutura capitalista do seu tempo que os condenava a esperar passivamente a extinção que viria mais cedo ou mais tarde pela diferenciação social. Se o camponês tradicional era parte de um sistema do passado feudal, seu sentido histórico só poderia ser o desaparecimento no novo sistema capitalista que se afigurava. Isso porque a totalidade do sistema capitalista não tem no modo de produção camponês uma relação determinante para seu desenvolvimento, isto é, o capitalismo prescindiria do campesinato, com o qual se relacionaria então apenas como contingência histórica a ser paulatinamente eliminada pela diferenciação social. Neste sentido, a estrutura capitalista de Marx se desenvolve inexoravelmente engolindo as relações de produção tradicionais, num processo de expansão em que “o mundo era o limite”.

Não vamos esquecer que Marx considerou *de fora* o problema camponês. Segundo András Hegedüs, Marx o analisava com base numa ideologia que partia e representava os interesses de uma outra classe – o proletariado industrial – inspirando-se em valores sociais e humanos alheios ao tradicionalismo dominante entre o campesinato. Por isso, em sua opinião, seria simplista e parcial acusar o marxismo de ser hostil aos camponeses. A seu ver

O marxismo nessa fase considerava os camponeses como um mundo à parte, e apontava-lhes os interesses a partir de seus próprios valores; nessa base, não só não quer ser hostil aos camponeses, mas se apresenta como o único defensor de seus “verdadeiros interesses” (Hegedüs, 1984:159).

Essas ficaram sendo as mais lembradas posições de Marx a respeito do campesinato, embora não sejam as únicas. Mais tarde, nos *Grundrisse*, Marx estudou sociedades camponesas de tipo Oriental, Clássico Antigo ou Germânico, caracterizando-as como sociedades agrícolas, baseadas na propriedade e trabalho na terra. Comparando esses últimos textos com os primeiros, no que diz respeito ao campesinato, é possível perceber uma visão ambivalente de Marx, que se manifestaria de duas formas: pela sua dificuldade em manter

uma atitude consistente em um momento dado, quando analisa em detalhes casos de camponeses particulares, e de outra parte, pela mudança gradual de sua posição através do tempo, ao analisar as ações políticas camponesas em 1848 -- quando atribui ao campesinato francês a sustentação conservadora para o golpe de Luiz Bonaparte -- e em 1871, quando reconhece o papel político do camponês nas ações da Comuna de Paris (Duggett, 1976: 22).

Embora o panorama da agricultura européia fosse bastante diversificado em 1850,¹¹ quando Marx escrevia, ao menos para a Europa Ocidental ele não duvidava da eliminação da pequena propriedade camponesa. Onde o capitalismo parecia consolidado e já havia um proletariado urbano, ele parecia estar certo. Afinal, no século XIX, no campo inglês inexistiam camponeses (Hobsbawm, 1982). Mas permanecia o problema da diversidade nacional e regional. Ao analisar sociedades onde o capitalismo não era o modo de produção dominante e os camponeses eram maioria da população (como na Europa Oriental e Américas, por exemplo), Marx hesitava entre achar que eles deveriam ser destruídos ou se seriam aliados dos proletários em prol da revolução socialista.¹² Nesses casos, que classe faria a revolução? Nesse ponto é que existiria a possibilidade do camponês ter algum papel transformador, mas essa questão era tão difícil que Marx deixou-a aos próprios interessados nacionais.¹³

¹¹ Em 1850 o panorama da agricultura nos países centrais era bem diversificado. Com o sistema de arrendamento em grande escala e a expulsão dos camponeses as relações capitalistas haviam penetrado mais profundamente na agricultura inglesa. Já na França dominava a pequena produção camponesa consolidada pela Revolução de 1789; na região da atual Alemanha, nas áreas industriais as pequenas propriedades camponesas cada vez mais produziam para o mercado, enquanto na Prússia predominavam os *junkers*. Nas outras regiões, que iam desde a Espanha até a Rússia, passando pelo Império Austro-húngaro, os latifúndios semifeudais coexistiam com as aldeias camponesas de terras comunais. Na Europa Oriental as comunidades de aldeias (como o *mir* russo) eram uma realidade muito viva e presente: as massas camponesas eram muito estáveis, a grande força determinante da produção agrícola nessa imensa região (Hegedüs, 1984).

¹² Michael Duggett exemplifica esse processo com o caso russo. Analisando a estrutura social russa ainda pré-capitalista, Marx concluiu que era possível pular uma etapa nesse país, onde as comunidades aldeãs passariam diretamente a terras socializadas. Mas ao fim, deixa a questão da aliança ou não do proletariado com o campesinato feudal em aberto para ser resolvida pelos revolucionários russos. Duggett, 1976: 18.

¹³ Gramsci, relendo essa idéia, entendeu por seu turno que Marx acreditava que os diversos momentos da evolução se processam em países diversos, cada um dos quais estando especialmente adaptado a cada um dos momentos históricos. E, mesmo não tendo deixado muito bem explicada essa tese, não daria margem ao erro de marxistas posteriores em acharem que *todas* as fases da evolução do capitalismo devem se produzir da mesma forma, em todos os povos modernos, num processo evolutivo unilinear. Gramsci, 1981:130.

Deve ficar claro aqui que o próprio Marx não estava particularmente preocupado em deixar respostas ou conceitos prontos para a posteridade. Como já pontuei no início, sua contribuição inegável foi o método dialético de análise da totalidade social e do processo histórico, com o qual ele remexeu os problemas que lhe interessavam. Só que Marx também agia politicamente: intervinha, debatia, organizava pessoas e partidos para a causa que considerava, além de científica, mais justa e libertadora para todos os trabalhadores. Ele analisava o mundo para transformá-lo.

Aconteceu que os grupos e Partidos Socialistas, que discutiam arduamente suas opções políticas tentando estar de acordo com o sentido da história, isto é, da “evolução inexorável para o comunismo”, acabaram, mesmo antes, mas sobretudo depois da morte de Marx, vendo seus escritos de outra forma. Inicialmente, os partidos procuraram encontrar em Marx respostas para as seguintes perguntas:

1. O que acontecerá com a propriedade camponesa depois da revolução socialista, considerando seu peso determinante na economia e na vida de milhões de pessoas em quase todos os países?
2. Já que a grande empresa agrícola não se difundiu na maior parte dos países, como se organizará a agricultura socialista?

Na ânsia de ter essas respostas, os marxistas repetiam os manuscritos e rascunhos de Marx como receituário: suas conclusões para casos específicos no tempo e no espaço foram tomadas como leis gerais (quase naturais) da sociedade. Muito de seu método foi abandonado porque petrificado, e penso que seria muito difícil ter sido diferente, já que a lógica da política mais imediata requer soluções emergenciais e respostas rápidas, diferente da lógica do pensamento científico ou filosófico.

Dessa forma, quisesse Marx ou não, se cristalizou um paradigma marxista sobre a questão agrária e o campesinato, porque essas questões transcenderam o quadro teórico para se tornarem elementos fundamentais nas disputas sobre os programas agrários dos Partidos

Socialistas da época. Dos estudos iniciados por Marx ou de suas premissas partiram outros que, em grande parte de maneira valorativamente negativa, caracterizaram a estrutura social do modo de vida camponês como contendo uma série de características específicas que impediriam ou dificultariam sua ação coletiva.¹⁴ Essa linha de pensamento pode ser verificada sobretudo nos textos de Karl Kautsky (1980) e de Lênin (1982), seus seguidores.

Karl Kautsky era ativista e pensador influente do Partido Social Democrata Alemão. Ele defendeu que os camponeses eram *burgueses* por serem *proprietários*, e a pequena propriedade camponesa deveria ser aniquilada pelo capitalismo pelo seu atraso técnico, cunhando os termos "industrialização da agricultura" e "lei tendencial de concentração da propriedade" (Kautsky, 1980). Para Kautsky *"a expropriação do pequeno produtor e a sua transformação em trabalhador rural assalariado seria, portanto, não apenas um processo inevitável – decorrência necessária do desenvolvimento do capitalismo no campo – como também positivo"* (Araújo, 2002:66). Ele elaborou, desdobrou e generalizou o exemplo inglês de Marx para produção industrial n'O Capital, vol. I parte 8 (Shanin, 1980; Araújo, 2002; Hegedüs, 1984).

Depois dele, Lênin vaticinou a aldeia camponesa russa -- o *mir* -- como um resquício da sociedade feudal que devia ser totalmente destruído e dar lugar ao capitalismo agrário.¹⁵ Debatendo diretamente com os populistas russos, para ele o desenvolvimento do capitalismo no campo implicaria na extinção pela diferenciação social dos camponeses feudais em

¹⁴ Michael Duggett, baseando-se sobretudo nos Grundrisse [MARX, 1991], matiza a forma taxativa exposta em Marx dizendo que se deve considerar a dificuldade teórica deste em conceituar o campesinato como classe ou não a partir de um instrumental que se aplicava bem para o proletariado urbano e para os clubes da burguesia, mas não para camponeses dispersos em um vasto país. A essa busca por rigor teórico e intervenção política atravessa toda a produção teórica marxiana sobre o campesinato, mas não foi concluída a ponto de ter sido possível, após sua morte, que diversos intelectuais no campo do Marxismo formulassem conclusões ou opiniões distintas a respeito dos mesmos textos.

¹⁵ LENIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo agrário na Rússia*, original de 1899. O *mir* russo funcionava como controlador e distribuidor de terras segundo critérios costumeiros que não obedeciam ao código civil russo. Ao analisar a situação em que as famílias camponesas mais ricas eram beneficiadas na distribuição das terras porque com frequência agregavam novos membros, Lênin concluiu que essa situação estaria contribuindo para a diferenciação social e a criação de classes sociais antagônicas no meio rural russo (Moura, 1986). Segundo Hamza Alavi, foi por esse motivo que, mesmo mudando suas táticas políticas em 1905, os bolcheviques jamais chegaram a conseguir uma base sólida junto ao campesinato russo (Alavi, 1969: 311). Sobre esse assunto ver também Hegedüs, 1984.

burguesia agrária, pequenos burgueses ou proletários rurais. Essa proposição poderia não ter tido tanta repercussão não fosse o sucesso político de Lênin após 1917. A partir daquele momento, suas teses tiveram decisiva influência nas posteriores gerações de marxistas no que concerne ao debate sobre campesinato e capitalismo, e seus escritos dominaram as análises de sociedades camponesas na III Internacional e nos movimentos comunistas do Leste Europeu¹⁶ (Shanin, 1980:54; Hegedüs, 1984).

Essa concepção marxista dominante compreendia o desenvolvimento histórico em etapas: do feudalismo ao capitalismo e deste ao socialismo. A partir dela, o VI Congresso da III Internacional, realizado em 1928, determinou uma estratégia revolucionária a ser adotada por todos os países do terceiro mundo: a realização de uma revolução burguesa, nacional e democrática, de caráter anti-imperialista e anti-feudal, que primeiro alçaria esses países à condição de capitalistas para depois poderem, com suas massas proletárias no campo e na cidade, chegarem ao socialismo (Araújo, 2002). Veremos mais adiante a repercussão dessas políticas no Brasil.

Dentro da vertente marxista, a corrente de estudos sobre o campesinato preocupou-se com a problemática da transformação capitalista desse grupo, expressa em dois principais debates conceituais: a diferenciação do campesinato e a especificidade ou não de um 'modo de produção camponês' (Shanin, 1980:53). Tudo isso a partir do critério de propriedade ou expropriação da terra, e deste como definidor dos grupos sociais camponeses e das possibilidades de sua organização política mecanicamente decorrentes. A tipologia básica criada a partir de então foi a de que os camponeses se dividiam entre *camponeses médios* -- que são os pequenos proprietários independentes, que possuem e trabalham na própria terra --, *camponeses ricos*, -- ou fazendeiros capitalistas, que possuem terra e exploram o trabalho assalariado nela --, e *camponeses pobres*, categoria que englobaria o proletariado agrícola

¹⁶ Isso não quer dizer que a obra de Lênin não possa ter mudado no que trata do campesinato. Mas essa discussão já foge dos objetivos deste capítulo. Para aprofundar as discussões, ver Shanin, 1980, parte 3.

(que recebe salário para trabalhar na terra de outrem), e os meeiros (camponeses sem terra que trabalham na terra de outro proprietário). Esse esquema, com algumas nuances, foi aplicado em diversos casos e momentos históricos, ficando a discussão restrita a qual desses segmentos caberia o título de mais conservador ou mais revolucionário em cada situação histórica ou revolucionária dada (Alavi, 1969; Wolf, 1969).

Para além de discussões teóricas ou acadêmicas, o significado político do conceito *camponês* garantiu uma periodicidade em seu próprio uso, sempre refletindo a história social em sentido amplo mas também uma dinâmica específica do pensamento acadêmico. Para os partidos socialistas e comunistas, por exemplo, saber quem era e o que representava politicamente o camponês era conceber ou não alianças estratégicas e políticas públicas que os contemplassem (Hegedüs, 1984). A exemplo disso, até o começo do século XX, foi na Europa do Leste, que passava por profundas mudanças econômicas (industrialização) e políticas (ascensão dos movimentos nacionalista, populista e socialista) onde a sociologia rural e a economia agrária contribuíram enormemente para o entendimento da especificidade da economia camponesa. O debate sobre o conceito de campesinato e suas repercussões produzido nesse período formou a maior parte do instrumental conceitual e ideológico relevante de que hoje dispomos para estudar a “economia camponesa”, sendo bons exemplos os trabalhos de Galeski e Chayanov¹⁷ (Shanin, 1973).

Essa torrente de estudos foi interrompida nas décadas de 20 e 30 do século passado, obrigada a um longo silêncio forçado, provocado pela polarização ideológica, pela intensa vigilância na produção acadêmica do leste europeu e, posteriormente, entre as décadas de 1940 e 60, pelo auge das "teorias da modernização pós-coloniais".¹⁸ *Uma taxonomia básica*

¹⁷ GALESKI, B. *Basic concepts of rural sociology*. Manchester. Manchester University Press. 1972; Chayanov, A *The theory of peasant economy*. Homewood, III. Irwin for American Economy Association. 1966. Apud Shanin, 1973

¹⁸ Shanin também acrescenta que esse arsenal teórico chegou aos Estados Unidos através da mediação de europeus que escreviam em inglês, como Marx, Znaniecki e Sorokin, ou através das traduções para língua inglesa de Weber, Lênin e Chayanov. Mesmo assim, a maior parte da sociologia rural norte-americana se

de moderno/tradicional (com uma implícita suposição nós/eles) tornou os camponeses terminologicamente invisíveis, dentro do pacote geral dos "tradicionais" e outros exóticos (Shanin, 1980:72). O sentimento geral era de que o desenvolvimento e a modernização incessantes situavam os camponeses na jaula do rústico, do tradicional e da bruxaria, junto com tudo o que seria fatalmente relegado a segundo plano nas preocupações de quem era "progressista".

No Brasil, por exemplo, a atuação concreta do PCB na organização dos trabalhadores rurais só se dá efetivamente a partir das resoluções do Manifesto de Agosto de 1950, quando começou a haver atividades contínuas de propaganda e pregação política, sobretudo com a chegada nos sertões cariocas de alguns militantes comunistas.

preocupou prioritariamente com a produção agrícola em moldes industriais: problemas ligados à eficiência, produtividade, recursos e lucratividade. Cf. Shanin, 1973.

2 *Década de 60: ressurgimento do interesse*

Apenas na década de 60, quando houve uma sucessão de crises nos países pobres e na agricultura mundial, com o colapso das prescrições modernizantes simples e rápidas, a decisão da China de 'andar com os próprios pés' e a conseqüente descoberta de uma tenacidade camponesa (sobretudo no Leste Europeu e depois que camponeses do Vietnã derrotaram a potência mais moderna do mundo), essa situação mudou. A análise apurada do conjunto desses fatos mostrou aos pesquisadores do tema que **as profecias de fim do campesinato propaladas pelos clássicos de Marx, Lênin e Kautsky efetivamente não se realizaram: nos países desenvolvidos o pequeno produtor não se tornou necessariamente miserável, nem proletário rural, e o progresso técnico não foi incompatível com a continuidade da produção familiar (Abramovay, 1998).** No balanço de Margarida Moura:

Se o camponês tornou-se um fascinante e problemático tema de estudo contemporâneo, foi exatamente porque os esquemas que o interpretavam como resíduo de uma formação social anterior, como resquício ou sobrevivência de épocas passadas, revelaram-se um instrumento analítico e conceitual inadequado à apreensão de sua condição social viva em tantas regiões agrárias (Moura, 1986:68).

Esses fatos históricos contundentes fizeram com que pesquisadores buscassem, sobretudo a partir da década de 60, encontrar ou cunhar outras maneiras de explicar a relação do capitalismo com o campesinato. Nesse esforço, vieram à tona as teses de Alexander Chayanov, professor russo que trabalhou no Instituto Agrário de Moscou ainda nos tempos do czar, sendo Ministro da Agricultura depois da revolução de 1917 e durante toda a década de 20, quando organizou cooperativas agrícolas de pequeno e médio porte na URSS. Terminou eliminado pelos expurgos de Stálin (Abramovay, 1998: 47; Araújo, 2002).

Chayanov formulou uma complexa teoria sobre o funcionamento interno da economia camponesa, tentando provar que ela não era capitalista (Cardoso, 2002). Ele via a tendência do campesinato não em desaparecer, mas em se integrar verticalmente ao capital (conceito de *subsunção formal*), mantendo a identidade social e a lógica interna das unidades camponesas.

É ele quem formulou a idéia de que o *modo de produção camponês* poderia manter uma lógica econômica diversa mesmo no interior de uma formação capitalista (Chayanov, 1966).

Seguiu-se a essa "redescoberta" de Chayanov uma explosão de estudos, publicações e debates.¹⁹ O trabalho de Chayanov foi marco na discussão dos sistemas camponeses e suscitou inúmeros críticos e adeptos, a partir dele se formou uma linha de pesquisas paralela ao marxismo, sobretudo dentro da escola neoclássica.²⁰ Nesse momento, boas pesquisas foram feitas no campo da antropologia, descobrindo que, além das sociedades indígenas, dos grupos étnicos e das castas, os camponeses também demandavam uma abordagem etnográfica, sobretudo nos aspectos ligados ao parentesco e à cultura. Já sobre aspectos econômicos, era mister entender a subordinação do campesinato à lógica dos complexos agroindustriais – transformando-se em um trabalhador para o capital -- sem se proletarianizar nem desaparecer; e ao mesmo tempo entender como se processava o *cálculo camponês* tão distinto da lógica industrial do lucro-mercadoria. Por fim, havia também várias questões políticas que incitavam debates calorosos: qual o papel do campesinato nas revoluções que haviam derrubado a burguesia? Que classe ele representava? Porque o camponês defende tão ferozmente formas locais próprias de organização social e cultural mas nunca chega a se isolar completamente nem formar uma "nova sociedade"? (Moura, 1986; Amin & Vergopoulos, 1977)

A novidade foi que a maior parte desses novos trabalhos foi levada a cabo justamente por pesquisadores marxistas do terceiro mundo que, vivendo em países basicamente agrários em processo de descolonização, ensaiavam modelos de desenvolvimento autônomos que não podiam prescindir do campesinato. A motivação central para esses estudos foi adaptar a teoria

¹⁹ Na opinião de Shanin, o termo camponês passou a ser usado como mais uma moda acadêmica, um truque editorial que incrementava as vendas de quem dele se utilizasse. Isso explicaria o fastio na década de 70, desencantada com o termo utilizado em excesso, trivializado. Daí as posteriores descobertas da não existência real do campesinato, dos apelos a sua desconceituação. Cf Shanin, 1973.

²⁰ Ver melhor a discussão e revisão de bibliografia sobre particularidades de sistemas camponeses em Abramovay, 1998, Capítulos 2, 3 e 4. Sobre a teoria de Chayanov, ver Araújo, 2002. Já para uma crítica às suas teses, ver Cardoso, 2002.

marxista clássica às especificidades desses países, de onde surgiram as chamadas teorias e correntes terceiromundistas. Nesse esforço teórico a questão camponesa e a questão agrária eram de fundamental relevância, já que, em sua quase totalidade, a agricultura desses países mantinha aspectos aparentemente ‘pré-capitalistas’. Os embates políticos e teóricos mais frequentes giravam em torno dessas perguntas: como resolver a questão agrária nos países subdesenvolvidos? Como levar desenvolvimento econômico e social para o campo? Como trazer os camponeses para propostas políticas voltadas para a emancipação e o socialismo? Enfim, como conseguir valorizar, dentro do campo marxista, o papel histórico dos camponeses? (Araújo, 2002)

A maior urgência parecia ser **historicizar os grupos camponeses, marcando suas diferenças no tempo e no espaço**. Essa idéia já foi pensada por Shanin, que concluiu que

O termo campesinato não implica total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla e não-camponesa. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas (Shanin, 1980:75).

Considereei que a questão mais relevante dentro dessa discussão foi relativizar a ‘metáfora do saco de batatas’. Foram apresentados novos dados e versões que pudessem circunscrever as conclusões de Marx a seu contexto: os camponeses franceses e ingleses do século XIX. Isso permitiria expor outros métodos e formas possíveis de se analisar o campesinato em países periféricos do capitalismo, sobretudo o Brasil.

3 *Capitalismo autoritário*

Antes de entender melhor as especificidades e os porquês da relação entre campesinato e capitalismo no Brasil, é preciso deixar claro que existe uma vasta discussão a respeito da implantação do capitalismo em países de periferia (Cueva, 1977; Cardoso & Brignoli, 1988) mas que desse debate só vou pinçar aquilo que tem relação direta com o campesinato. De forma geral, embora o sistema camponês possa se desenvolver no interior do capitalismo, este tende a subverter a lógica interna da produção camponesa. Porque existe uma incompatibilidade ontológica entre campesinato tradicional com o capitalismo, o desenvolvimento do capitalismo mina as bases de subsistência do campesinato. Isso se dá pela sistemática retirada de seus excedentes pelas classes dominantes tradicionais (Velho, 1979).

A experiência dos grupos de camponeses do sertão carioca é um exemplo desse processo. A hipótese aceita é que primeiro perderam sua relação tradicional com a terra devido aos rearranjos da produção agrícola do latifúndio para bases capitalistas (introdução de novas máquinas, mudança de culturas, venda da propriedade, etc), o que os obrigou a migrar para a Baixada Fluminense. Depois, quando já se tinham estabelecido autonomamente em terras vazias do sertão carioca, chegam novamente os interesses capitalistas especulativos para despejá-los. Mesmo os que não foram imediatamente proletarizados, teimando em manter-se camponeses, enfrentavam cotidianamente o problema da falta de créditos e infraestrutura, além de grandes dificuldades de comercialização e o baixo preço da produção agrícola, fatores que demonstram a crescente drenagem do excedente produzido pelo trabalhador do campo pelos outros setores dominantes da economia, que o pauperiza cada vez mais.

Portanto, inserindo-se no debate sobre essas condições e maneiras diferenciadas da penetração capitalista no Brasil, e também discutindo o peso dos modelos de desenvolvimento

agrário na constituição política do Estado, considero importante lembrar o conceito de "capitalismo autoritário" cunhado pelo antropólogo Otávio Velho (Velho, 1976).

Essa modalidade particular de capitalismo consistiria numa forma diferente de articulação do político com o econômico em face do desenvolvimento capitalista internacional desigual e combinado, dirigido via de regra pelo capitalismo burguês/competitivo clássico. Nessa forma autoritária, o *político* determina o *econômico* e desenvolve as forças produtivas, mantendo sua autonomia em nível nacional, com papel ativo e direto do Estado neste processo, mesmo em períodos formalmente liberais. Nos países capitalistas autoritários, os processos de modernização capitalista são acelerados pela queima proposital de etapas, dada a dominação oligárquica e a falta de resistências. Com isso, a fase da acumulação primitiva se confunde com a de acumulação propriamente capitalista.²¹

Otávio Velho defendeu que o Brasil se incluiria num grupo de países de formação autoritária pelo fato de não ter conhecido uma revolução burguesa no sentido clássico do termo, nem uma burguesia de tradição revolucionária, e porque na atualidade seu Estado está direcionado por uma forte burocracia estatal conservadora (ou estava até janeiro de 2003) que aglutina funções administrativas com as de transformações legais do regime -- que por vezes pode contrariar os interesses imediatos das classes dominantes mais reacionárias, citando como exemplos disso os golpes de 1930 e 64, que tiveram a intenção de solucionar crises em que "se mudou para permanecer". O capitalismo autoritário seria o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho que não tivessem passado por nenhuma ruptura revolucionária. As relações sociais seriam portanto marcadas por esse viés repressivo e autoritário (Araújo, 2002:72; Linhares, 2002:143).

²¹ Esta conclusão me parece interessante na medida em que se contrapõe às análises correntes de que somos um país em desenvolvimento, isto é, de que o Brasil caminha, tanto econômica quanto politicamente, na mesma direção dos países capitalistas centrais. Nesse sentido, tanto nossa democracia quanto os grupos hegemônicos são distintos, quanto seus interesses econômicos podem divergir dos processos históricos ocorridos em formações capitalistas clássicas. Sem perder de vista o quadro internacional de dominação e da articulação de interesses centrais na vida econômica da periferia em função da existência de elites associadas, é possível traçar outros caminhos também para a relação com os modos de produção tradicionais distintos.

Enquanto nos países de capitalismo central a tendência seria de eliminação do campesinato para dar lugar à diferenciação interna e à dimensão exclusivamente burguesa da produção, nas formações capitalistas autoritárias se daria a subordinação do camponês, fazendo então com que ele adquira uma face burguesa dentro do jogo dominante do valor de troca capitalista, mas ao mesmo tempo tendo influências, pressões e resistências sobre ele. O que me interessa aqui é que o autor defende que o **desenvolvimento desse capitalismo autoritário exige a formação de um campesinato, seja como válvula de escape de mão-de-obra sobrando para as grandes propriedades, seja para o abastecimento barato de setores urbanos pobres**. Tudo isso se daria num processo de tensões e ameaças de resistência das velhas estruturas e da expansão dos monopólios. No caso brasileiro, isso pode ser percebido pelos conflitos e discordâncias de objetivos entre diversos órgãos governamentais (tais como o INCRA e a SUDAM), que refletem as contradições existentes no papel do Estado em ter de garantir, dentro de certos limites, a consolidação desse campesinato emergente contra os interesses burgueses mais reacionários de um lado -- a burguesia agrária latifundista -- e mais modernizantes de outro -- a burguesia empresarial rural (Velho, 1979:52-54).

No caso que estudo, por exemplo, a maior parte dos novos camponeses que chegam no sertão carioca só o fazem porque foram expulsos das fazendas onde tinham *morada*. Eles têm sua relação tradicional com a terra rompida mas não se proletarizam, já que são necessários para o sistema ao fazerem o trabalho duro de sanear e desbravar as terras para, logo depois, produzir alimentos baratos para a cidade do Rio de Janeiro.

Isso porque o capitalismo aqui não implicou uma transformação na agricultura que levasse ao desaparecimento do campesinato, mas sim tendeu a provocar a transferência do excedente de capital gerado no campo para as cidades, sobretudo pela existência de uma fronteira aberta que se constituiu *locus* privilegiado de desenvolvimento do campesinato e de sua afirmação (Velho, 1979:56). Se concordarmos que nada incentivava os camponeses do

sertão carioca a permanecerem nas terras, já que o interesse especulativo daquele momento era que todos abandonassem suas posses, isso não quer dizer que não se precisasse dessa massa de trabalho no geral da economia nacional, em outras regiões.

Vou explicar melhor: naquele local eles não eram mais lucrativos, mas podiam reproduzir suas condições sociais em outros espaços, sobretudo na fronteira agrícola do norte e centro-oeste, onde novamente fariam o trabalho de desbravamento, até que fossem mais uma vez expulsos por grileiros, e assim por diante. É claro que isso não é um processo que possa ser percebido em microescala, pois me refiro aos interesses das classes dominantes do sistema capitalista (auxiliadas pelo governo brasileiro) em nível nacional que podia se diferenciar espacialmente, isto é, forjar uma “divisão regional” do trabalho, como aconteceu. Não foram as mesmas famílias que, expulsas da Baixada Fluminense, migraram para o Mato Grosso, bem sabemos. É bem mais provável que tenham lotado as periferias da cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, os interesses dessas classes dominantes puderam alimentar esse ciclo de expulsão-aqui-e-reprodução-lá do campesinato brasileiro durante várias décadas.

Para a compreensão mais aprofundada dessa tese, é preciso dizer que ela parece partir de um marxismo-estruturalista de viés althusseriano, e ao mesmo tempo o supera. Para Althusser, os modos de produção jamais existiriam em estado puro, pois convivem sempre com elementos que historicamente lhe são anteriores, articulando-se então *formações sociais* que poderiam congregiar diversos modos de produção num momento dado. Nesses casos, poderiam existir "modos de produção secundários", diferentes do "principal" porque apareceriam apenas articulados a outros modos de produção e sempre explorados. Esse modelo de análise teve grande influência sobre os pesquisadores do universo rural brasileiro. A partir dele, se entendeu que a existência do campesinato como um desses modos de produção secundários teria a missão histórica de rebaixar o valor da força de trabalho oferecendo produtos da cesta básica a preços menores, o que conferiria "funcionalidade à

pequena produção" tradicional dentro de formações capitalistas, como no caso brasileiro, e outros (Althusser, 1979; Oliveira, 1987).

O conceito althusseriano de *formações sociais* abriu uma série de novas perspectivas, mas não deixou com o tempo de ter suas limitações apontadas. Luiz Eduardo Soares julga insuficiente afirmar que o capitalismo, ao se reproduzir, reproduz elementos não-capitalistas que lhe seriam úteis. Em sua opinião, **ver o capitalismo de forma estruturalista é continuar a encarar o capitalismo nos seus aspectos de continuidade e homogeneidade, e, nesse sentido, continuar a investigá-lo funcionalmente.** Isso porque, segundo visões funcionalistas e homogeneizadoras do desenvolvimento capitalista (ou 'desvio economicista'), no processo histórico não atuaria a vontade dos homens, apoiada em suas idéias, suas percepções, seus valores. Não atuaria a organização das forças políticas, os compromissos, as alianças, os confrontos (Soares, 1981:212). Dizendo de outra forma, nessa perspectiva o processo histórico é isentado de contradições que poderiam humanamente transformá-lo em outra coisa que de antemão não estaria prevista. A partir dessas idéias, não é difícil a constatação de que a estrutura social de formações capitalistas de periferia, como o Brasil, tem um série de contradições internas: resistências de grupos tradicionais, estratégias diversas para não proletarização, diferentes composições do aparelho de Estado, resistências à modernização das relações de trabalho, além da dependência externa e de toda a herança autoritária e violenta. Tudo isso forma um contexto que deve ser mais que funcional: é contraditório mesmo.

Margarida Maria Moura acrescenta que para entender porque o camponês não desaparece no sistema capitalista é preciso ver que ele desempenha um papel contraditório que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer, e, de outro, é resultado do próprio capitalismo que não o extingue. Isso porque interessaria ao capital extrair sobretrabalho por onde for possível, incluindo aí formas de produção não capitalistas como a agricultura familiar realizada pelos posseiros. É nesse contexto de tensões que o campesinato sobrevive

no campo brasileiro. Há inúmeros exemplos de como se dá esse contraditório movimento de manter o camponês, empobrecendo-o: a agricultura, ao mesmo tempo em que recebe estímulos à capitalização, enfrenta permanentemente a questão de produzir alimentos a custos baixos, missão desempenhada predominantemente pela produção familiar. Para poder atingir esses objetivos é que parece útil a manutenção de relações não capitalistas no trabalho camponês (como a relação de moradia e apossamento, o pagamento em trabalho e em gêneros, a exploração da mão-de-obra de crianças, mulheres e idosos, entre outros). Os camponeses serviriam ao desenvolvimento capitalista num sentido menos direto, um tipo de "acumulação primitiva" permanente, oferecendo mão-de-obra e alimentação baratas, e mercado para bens que geram lucros, como insumos e máquinas. Subordinaram-se mas não desapareceram, e esse é o "problema" (Shanin, 1980; Oliveira, 1987; Moura, 1986).

Esses trabalhos e hipóteses que acabo de expor são muito importantes para circunscreverem as conclusões de Marx para seu devido contexto histórico e político, porque abrem a possibilidade de novas contradições e rearranjos estruturais nos países de terceiro mundo, que não poderiam ser previstas no século XIX.

4 *Onde entra a História nessa história?*

Já falei neste capítulo de qual paradigma sobre a questão agrária se consolidou dentro do campo marxista dito clássico, e quais as principais críticas e revisões que ele sofreu especialmente depois de 1960 nos países subdesenvolvidos. Agora, a questão é a seguinte: **dentro do campo das ciências sociais, primeiramente nos países centrais, como especificamente a historiografia vai lidar com esses novos problemas?** Que novas demandas foram efetuadas para responder às mudanças políticas que diziam respeito ao debate sobre questão agrária e camponesa a partir da década de 60?

As reformulações às interpretações tradicionais dos movimentos populares nos países centrais não partiram, na década de 60, dos debates acadêmicos, mas sobretudo das formulações das práticas revolucionárias que acabaram impregnando o campo de debates historiográficos. Essas práticas, nesse momento, se processavam em países pertencentes à periferia do capitalismo, sociedades consideradas atrasadas, tradicionais e agrárias, onde a classe operária clássica praticamente não tinha influência. Para compreender a dialética inusitada dessas então chamadas *revoltas*, e principalmente para prognosticar se elas dariam ou não numa verdadeira *revolução socialista* clássica, o marxismo desses anos teve de cunhar ou explorar novos conceitos (Decca, 1992:14).

Para tanto, foram formuladas novas teorias (como as terceiromundistas, teoria da dependência e a do populismo) e novos conceitos, como o *pré-político* e *banditismo social*.²² Esse novo arsenal permitiu importantes análises comparativas de sociedades tradicionais que presenciaram processos acelerados de modernização. De forma muito geral é possível dizer que **essas 'novas teorias da revolução' da década de 60 tentavam conciliar as antigas teses marxistas com a novidade das revoltas camponesas da América Latina, que**

²² Para uma discussão mais ampla das teses do banditismo social, ver Hobsbawm, 1968; e Velho, 1979.

potencializavam novos elementos e dinâmicas da resistência que não as já mapeadas (Decca, 1992).²³

Antes de 1968, as teses marxistas se mantinham nos debates de militantes e partidários, fora do campo acadêmico.²⁴ É no pós 1968 que as leituras e interpretações de Marx adentraram a academia, e foi principalmente dentro dessa corrente que surgiram a maior parte dos apelos "desconstrucionistas" do campesinato (isto é, que ele não existiria enquanto classe social), invocando para tanto a autoridade do próprio Marx na "metáfora do saco de batatas", de que já falei anteriormente.

Foi esse contexto pleno de impasses e necessidade de reformulações teóricas que permitiu o surgimento da chamada *história vista de baixo*, inicialmente com a história social inglesa. É bem verdade que isso só foi possível depois da derrocada em massa das tentativas e expectativas revolucionárias da década de 70. Essa vertente se desenvolveu como um campo novo de pesquisas e de revisão conceitual da teoria marxista e, precisamente em relação ao objeto que me interessa, questionou a visão consolidada de que os rebeldes primitivos eram incapazes de definir seus objetivos políticos. Para isso foi fundamental que comesçassem a trabalhar com questões ligadas à cultura popular que transcendiam o campo das teorias revolucionárias e davam margem para que rebeldias e resistências tradicionais tivessem lógicas próprias e se autodeterminassem (Decca, 1992).

A grande diferença da abordagem marxista anterior para o que será ensaiado a seguir pelos historiadores da *New Left* foi o fato deles reafirmarem a emancipação da rebeldia e

²³ Há também uma outra vertente de mudanças na teoria marxista levada a cabo sobretudo a partir do maio de 68 francês e dos chamados *novos movimentos sociais* que surgiram a partir de então em todo mundo, mas principalmente nos centros velhos do capitalismo. Eles politizaram questões ligadas à sexualidade, às relações raciais, ao papel da juventude, questionando as vanguardas políticas e as formas até então conhecidas de organização do campo de esquerda, como os partidos, os sindicatos e as posturas dos dirigentes. Hoje é necessário também falarmos da *revolução cultural*, da microfísica do poder e até dos ditames da pós-modernidade para entendermos os caminhos das pesquisas que já versam sobre resistências coletivas e individuais. Mas por uma questão de tempo e espaço esse não será o foco privilegiado deste trabalho, porque me aterei principalmente aos movimentos camponeses. Sobre a vertente dos novos movimentos sociais, ver Gohn, 1997.

²⁴ Sobre essa trajetória do marxismo, ver BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. in: FREITAS, Marcos C. (org.) *Historiografia em perspectiva*. São Paulo. Contexto. 1998.

revolta populares em relação às teorias revolucionárias do olhar do historiador, buscando estudá-las sob o prisma de sua própria lógica de resistência, da ação e consciência humanas em cada contexto específico, para além das instituições da política moderna – como partidos, sindicatos e legislações -- e os apanágios liberais e jurídicos do que seriam formas corretas ou não de ação. A crítica arguta de Thompson, um dos expoentes na Nova Esquerda, é de que *"apenas o historiador míope considera cegas as explosões da multidão"* (Thompson, 1998:64), e é nesse debate dentro do campo marxista que se poderão explicitar novos olhares sobre velhos problemas.

Segundo Otávio Velho, o conceito de *pré-político* de Hobsbawm não se sustentava porque o "político" e o "pré-político" não se apresentam puros na realidade. Precisam ser tratados sincronicamente, e não como tipos ideais. Na realidade, a convivência entre os dois é um dado fundamental, como aspectos diferentes de uma totalidade que se manterá incompleta na ausência de um deles. **Nesse sentido, uma linguagem formalmente "pré-política" poderia disfarçar um conteúdo "político", e vice-versa. A distinção desses conceitos mostra uma visão burocrática da ação política, provavelmente devido à perspectiva economicista** (Velho, 1979).

Nessa mesma linha de raciocínio, Eric Wolf defendeu que não se sustentaria a visão de que a atividade política propriamente dita seria só a subordinada ao cálculo racional, restrita à ordem da grande política institucional, partidária e formal. Isso porque haveria níveis de organização independentes da ordenação sindical, institucional, religiosa ou partidária, assim como há implementação de projetos espontâneos racionais e objetivos. Concluindo, diz que *o célebre espontaneísmo deve ser compreendido como uma das formas de ação política dos grupos sociais, uma das modalidades do que poderíamos denominar imprecisamente comportamento espontâneo*. E que *“é preciso levar em conta o quadro geral em que se inserem os grupos sociais, o ‘campo de possibilidades’ dado pelo contexto da luta de classes*

de cada momento, que será responsável em boa parte pelo significado real das ações populares” (Wolf, 1969:226).

Já entrando no debate a respeito do caráter conservador e tradicionalista do camponês, nascido também da metáfora do saco de batatas e reforçado pelas teorias pré-políticas, Wolf vai expor a premissa de que tanto a persistência da tradição quanto a mudança necessitam de explicação. *É possível que as pessoas se apeguem aos hábitos ancestrais por inércia; é mais provável, porém, que existam boas e suficientes razões por trás de tal apego tanto quanto boas e suficientes razões para a mudança.* Para ele, a própria tentativa do camponês médio e do camponês livre de se conservarem tradicionais é que os torna revolucionários (Wolf, 1969:14/350).

É preciso salientar que o próprio Hobsbawm, autor do termo pré-político, em trabalhos posteriores parece abandoná-lo e reconhece para os camponeses um papel um tanto diferente do que fizera em 1959 (Hobsbawm, 1999). De maneira muito mais sutil e matizada por todas as críticas pertinentes que sofreu, Hobsbawm hoje entende que a comunidade camponesa não pode ser sempre encarada como antiga e tradicional. *Algumas vezes ela pode ser nova por ter rompido com outra mais antiga, por usar mecanismos legais novos, mesclados com a experiência tradicional.* Mas continua a defender que *existe uma clara diferença de formas de atuação de camponeses, tradicionais ou modernas, estas últimas já dentro de influência do Estado, instituições e ideologias nacionais, inclusive de esquerda* (Hobsbawm, 1998b:260). Neste artigo o autor não utiliza a distinção entre político e pré-político, mas mantém a idéia de que *a modernização trouxe consigo maiores contatos com o mundo exterior, com sindicatos e outros movimentos sociais*, isto é, que existe um marco histórico do Ocidente, responsável por transformações substanciais entre os camponeses e sua prática política: a Grande Transformação, o triunfo da sociedade burguesa e do capitalismo industrial (Carvalho, 2002:47).

Por tudo isso se deve remarcar as diferenças significativas entre o novo conceito de *resistência popular tradicional*, cunhado pela história social inglesa, do que era considerado *banditismo social* por Hobsbawm, na década de 60, que buscava vincular as ações de populares de alguma maneira às teorias da revolução proletária. Em outras palavras, se, por um lado, o autor relacionava o banditismo com as possibilidades revolucionárias das sociedades camponesas sob impacto da penetração capitalista, por outro essa tese abria caminho para legitimação de tentativas de instrumentalizar esses rebeldes primitivos por teorias revolucionárias, já que sozinhos eles nunca conseguiriam vislumbrar claros objetivos políticos. É claro que foi colocada nesses sujeitos, na maioria das vezes, a "culpa" pelo fracasso da 'revolução mundial' na década de 70 (Decca, 1992).²⁵

O problema era justamente esse: era alocada nos corações desses "objetos de pesquisa" uma vontade que eles não tinham (de fazer a revolução socialista)! E eles acabavam sendo culpados de não ter realizado algo, ou de não ter realizado esse algo *da maneira que* estava no desejo do historiador, não de si próprios. A história social inglesa vem justamente dissociar o campo da resistência popular das diretrizes ditadas pela teoria da revolução marxista, por um lado, e das teorias liberais/modernas da ação política, por outro. Por essa nova ótica, os movimentos sociais adquirirão sentido se analisados em seus próprios contextos, apreendidas as lutas de classe que polarizavam as forças naquele momento, e a forma com que responderam -- a partir de suas vivências e possibilidades -- à exploração e aos ditames dos dominantes, entre outras questões.

²⁵ Sobre essa culpabilização da vítima, exemplo de peso é a forma com que Bóris Fausto analisa o papel dos anarquistas na primeira república, in *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo. Difel. 1977

5 *Questão agrária e historiografia sobre homens livres e pobres no Brasil*

Seguindo a meta a que me propus no início do capítulo, da mesma forma que os pesquisadores marxistas do terceiro mundo buscaram analisar as especificidades do desenvolvimento capitalista em seus países para melhor compreender suas nuances em relação às teses clássicas, **no Brasil a trajetória dos estudos sobre campesinato também se relacionou intimamente com os diferentes momentos e transformações da questão agrária e camponesa no país.** A bem da coerência com tudo o que acabo de expor, é lícito reconstituir aqui o processo de conformação da questão agrária tanto no campo econômico e político quanto em suas decorrências no campo acadêmico brasileiro. É isso que farei agora.

O conceito de camponês referia-se originalmente a um grupo social *bem localizado estrutural e historicamente*, [os camponeses feudais europeus] *não sendo criado pelos cientistas sociais, mas tendo sido apropriado por estes* (Velho, 1979:41). No Brasil, a situação do camponês não se equipara com o caso camponês clássico nem mesmo com outros países latino-americanos onde sobreviveram comunidades indígenas. A definição conceitual dos homens e mulheres que trabalham no campo brasileiro é fonte de polêmicas, geradora de muitos debates dentro e fora das ciências humanas. Um dos primeiros pesquisadores a tentar definir a especificidade desse grupo social foi Caio Prado Jr., ainda na década de 1940, com a intenção de

"dar à expressão campesinato um conteúdo concreto e capaz de delimitar uma realidade específica, dentro do quadro geral da economia agrária -- trabalhadores e pequenos produtores autônomos que, ocupando embora a terra a títulos diferentes -- proprietários, arrendatários, parceiros... -- exercem sua atividade por conta própria. Esse tipo de trabalhadores, a que propriamente se aplica e que se deve reservar a designação de camponeses, forma uma categoria econômica e social caracterizada e distinta dos trabalhadores dependentes que não exercem suas atividades produtivas por conta própria e sim a serviço de outrem (...)" (Prado Jr., 1966, 204/5)".

Para Caio Prado Jr., o termo camponês devia ser usado exclusivamente para o pequeno agricultor que fosse o empresário de sua própria produção. Para ele, este grupo social de trabalhadores autônomos a princípio estaria fora do sistema produtivo dominante, logo, não teria significado para a ordem econômica colonial. Essa 'exclusão de sentido' de grande parte da população caracterizaria, para Caio Prado, um processo de formação nacional incompleto (Prado Jr., 1942).²⁶

Nas décadas de 1930 e 40 não houve propriamente uma discussão nacional sobre a questão agrária. Isso porque o Estado que se instaurava com o golpe de 1930 em grande parte pactuava com as oligarquias rurais, que mantinham seu velho estilo de produzir e dominar. Se esse pacto, por um lado, não impediu que os capitais gerados no setor primário passassem a viabilizar o processo de industrialização crescente, fazendo com que esses antigos "donos" do Estado perdessem a partir de então sua posição dominante dentro desse aparelho, por outro condicionou essa subordinação geral do setor agrícola à não intervenção estatal direta sobre ele. Isso se materializou economicamente no assim chamado "complexo rural"²⁷, que possibilitou a manutenção por mais algum tempo das formas de propriedade, poder e trabalho tradicionais (Oliveira, 1987; Martins, 1981; Facó, 1976; Leal, 1949; Medeiros, 2002).

Os estudos sobre homens e mulheres pobres das áreas rurais mudaram completamente seu teor a partir dos anos 50. Essa mudança teve relação direta com o afrouxamento da costumeira 'obrigatoriedade da não modernização' no campo brasileiro, que começava a ser posta em xeque nos anos do desenvolvimentismo. A crença geral de que o país alcançaria em pouco tempo o "primeiro mundo" se chocava frontalmente com a situação de "atraso" e "arcaísmo" na zona rural, para usar os termos da época. Assim, a partir desses anos, malgrado

²⁶ Vale acrescentar que, ainda na década de 40, quando escrevia, não se desencadeara tão agudamente o processo de urbanização e industrialização no Centro-Sul do país, e os meios acadêmicos eram dominados pela visão evolucionista, nacionalista e centralizadora, como um "braço do poder Estatal". Depois dele, Celso Furtado, Fernando Novais e Jacob Gorender, da escola paulista, formularam as teses do feudalismo ou do escravismo colonial. Ver melhor em Maia, 1994.

²⁷ Por complexo rural entendemos um conjunto intrincado de atividades agrícolas e manufatureiras indissoluvelmente ligadas e internalizadas nas fazendas, que reproduziam em nível local os setores agrícolas e manufatureiros que eram a base da economia colonial brasileira. Mais detalhes em Silva, 1996.

a vontade do setor latifundista mais conservador de que a questão agrária continuasse a não existir, crescia o debate sobre as possibilidades de transformações no universo rural, tanto da "esquerda-revolucionária" quanto do Estado. Ao mesmo tempo, esses anos presenciaram a progressiva publicização tanto a partir da identidade política de camponês quanto dos problemas que enfrentava, produto de um conjunto de lutas sociais por certos direitos trabalhistas, sociais e agrários dessa categoria que se firmava enquanto classe social (Medeiros, 2002).

Essas grandes mudanças sócio-econômicas (sobretudo a intensa industrialização e o crescimento do êxodo rural, além da configuração recente de uma "democracia de massas") instigaram mudanças teórico-metodológicas nas ciências sociais e humanas. Já nos idos dos anos 50 e 60, alguns olhares ainda formados pelas escolas funcionalista e estruturalista tentavam ampliar a gama dos sujeitos históricos possíveis. Nas palavras de Maria Odila Leite, *interpretar o social implica passar pelo crivo de redefinição da cidadania política*, e a preocupação passou a ser *explorar diferenças e especificidades que tiveram um grande peso no processo desigual de nossa formação social* (Leite, 1998:58).

Tudo isso para enfatizar a importância na historiografia de desvendar conjunturas parciais de grupos sociais em formação sem impor-lhes de antemão conceitos e categorias abstratas. Estas terão de dar precedência à interpretação possível das condições de vida de grupos sociais que mal começamos a discernir através dos parâmetros ideológicos distantes daqueles que os relegavam a um lugar subordinado, subalterno ou de antemão configurado (Dias, 1998:59).

Pelo lado do Estado e dos setores ligados ao *status quo* a questão agrária se mostrava como a relação disfuncional e crescentemente tensa entre agricultura/campo e os demais setores da economia/cidade. Partindo de teses dualistas, achava-se que o atraso da agricultura era a explicação para o atraso geral da economia brasileira, processo este bem explicado nas teses de Gilberto Paim. Esse autor, que sonhava com o modelo *farmer*²⁸ redimindo nossos

²⁸ De forma geral, a *via farmer*, escolhida pelos Estados Unidos, se oporia à *via prussiana*, ou via autoritária. Na primeira a terra seria concedida em pequenos lotes a todos que quisessem cultivá-la, enquanto na segunda a

sertões, defendia que o complexo rural tradicional, auto-suficiente, que produzia para o mercado externo, ao mesmo tempo não consumia da indústria nem liberava para ela mão-de-obra, além de não produzir gêneros que alimentassem o mercado interno. **A transformação desse complexo rural tradicional – o latifúndio -- para moldes capitalistas parecia, para esse autor que representava setores estatais, a solução para a questão agrária brasileira.** A reforma agrária não parecia a ele uma boa saída para o problema, e sim, a modernização do latifúndio tradicional (Paim, 1950).

Seguindo na mesma linha, Ignácio Rangel, Ministro da Fazenda entre 1961 a 63, via os mesmos problemas no complexo rural, mas por sua vez lembrava da possibilidade da criação de minifúndios, acreditando que a reforma agrária poderia estancar o êxodo rural excessivo que atrapalhava a industrialização e, com isso, alavancar o capitalismo em todo país. **Sua conclusão é que a reforma agrária poderia existir onde a fazenda capitalista (modelo ideal) não tivesse tido sucesso, portanto, teria caráter moderado e parcial** (Rangel, 1961).

Nos setores de esquerda hegemonizados pelo Partido Comunista Brasileiro, havia certos dogmatismos na análise da "questão agrária" que geraram longas polêmicas e demoraram muito tempo até serem superados, sobre os quais a literatura acadêmica já tem bastantes análises (Martins, 1981; Medeiros, 1983; Faleiros, 1989; Costa, 1996; Santos & Costa, 1997). A maior parte das teses tinha como pilares as diretrizes internacionais do PC pós 58, sobretudo o etapismo unívoco dos modos de produção rumo ao socialismo. Segundo essas teorias, o campo brasileiro tinha características feudais, como a existência de um campesinato. **No entendimento dos comunistas elas deveriam ser eliminadas com a introdução de formas capitalistas de trabalho (mais precisamente os direitos**

terra se manteria concentrada formando latifúndios. Ver melhor teorização em MOORE JR, *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo contemporâneo*. São Paulo. Martins Fontes. 1983 (Parte III) e Velho, 1976. As discussões sobre as vias de apropriação fundiária no Brasil foram muito longas. Para conhecer mais o projeto de Rui Barbosa, ver Motta, 1996; Sobre a política de apropriação fundiária nos EUA durante o século XIX ver COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo. Brasiliense. 1985.

trabalhistas) que só poderiam ser implantados mediante uma **Revolução Democrática e Burguesa**. Só depois da superação dessa fase feudal pelo capitalismo é que se poderia pensar em trabalhar em prol do socialismo.

Para o Partido Comunista, a questão agrária se colocava como a superação do atraso na agricultura camponesa para conseguir consolidar primeiro o capitalismo, para depois haver bases sociais sólidas – um proletariado rural consolidado – para se lutar pelo socialismo. Nesses grupos era consenso que a situação dos pobres do campo era deplorável e eram necessárias mudanças urgentes, mas se discordava internamente quanto ao processo e as alianças necessárias para que essa Reforma Agrária se viabilizasse (Guimarães, 1963; Prado Jr., 1966). O que gerava controvérsia e tensão entre os comunistas eram os meios: trabalhar no plano das reivindicações imediatas ou incentivar ações revolucionárias? (Medeiros, 2000)

No início dos anos 60 cresceu também a visão das Ligas Camponesas sobre o que seria a questão agrária brasileira. Sua versão ficou conhecida como "radical", porque defendiam que a **opressão e exploração dos pobres rurais só se resolveriam definitivamente com a chegada do socialismo no campo, no país e no mundo, e com uma reforma agrária massiva e sob controle dos trabalhadores, sem ter de passar pela etapa da revolução burguesa** (Julião, 1962). Mas, no cenário nacional as Ligas entram em crise ainda em 1962, e com o golpe de 64 seu projeto é imediatamente destruído, junto com suas lideranças.

Também posso citar a transformação na visão oficial da Igreja Católica sobre a questão agrária. Durante todas as décadas de 1950 e 60, a intervenção da igreja foi assistencialista, visando sobretudo a evitar a '*penetração do perigo vermelho*' nos '*corações pacatos dos pobres trabalhadores*', e defendendo formalmente uma "reforma agrária cristã" (sem luta com os patrões). Mas, depois de 1968, as novas orientações episcopais motivaram a criação de um setor progressista leigo no interior dessa igreja (principalmente na ossatura da

Comissão Pastoral da Terra), setor este que, dentre outros feitos, se alinhou na mediação das lutas no campo como "fermento" da reforma agrária (Novaes, 1995).

Se pudermos resumir esse ambiente intelectual e político de 1950 até 1964 poderíamos enxergar, primeiro, que os camponeses iam cada vez mais se tornando atores de seu processo de afirmação enquanto classe social e categoria profissional carente de direitos, devido às conquistas parciais pela legislação trabalhista até a luta mais geral pela Reforma Agrária. Esse movimento, mesmo heterogêneo e desigual regional e politicamente, caminhava no sentido de articular conflitos agrários locais no conjunto das transformações econômicas mais amplas sofridas pelo país numa nova linguagem que, antes de tudo, afirmava nacionalmente a identidade política do camponês (Medeiros, 2002). A consequência disso foi que, para os mediadores e grupos políticos daquele momento, **a questão agrária se tornou um problema que deveria ser superado por um movimento nacional de transformação.** Mesmo sabendo dos rumos diversos que cada setor (trabalhistas, comunistas, católicos, proprietários) imprimia a essas mudanças, havia um consenso político e social no desejo de democratização interna, industrialização e justiça social, e isso marcava o paradigma da questão agrária naquele momento.

A partir do golpe militar, o debate sobre a questão agrária perdeu sua polarização e deixou de ser propriamente um debate. Isso porque a repressão às oposições políticas e a aplicação sem meios-termos do receituário da "modernização conservadora" no campo se tornou a proposta claramente vencedora.²⁹

De fato, o governo ditatorial implantado sabia bem a quem agradar, e já no final dos anos 70 o Estado tinha sido eficaz no aprofundamento das relações capitalistas no campo:

²⁹ Mesmo assim, havia a produção intelectual clandestina de latino-americanos que continuava falando em aliança com a burguesia e todo o resto, não querendo ver estas mudanças. Para mais detalhes sobre a relação entre trabalhadores rurais e o Estado brasileiro durante a ditadura militar, que não abordaremos aqui para não estender demais o texto, ver Medeiros, 2002.

aumento de produtividade e do mercado interno, internalização do D1 agrícola³⁰ nos complexos agroindustriais, diferenciação do campesinato tradicional, produzindo uma situação bem diferente do que havia antes de 1950.³¹ Nesses anos, a concepção de Reforma Agrária em curso a tornou praticamente sinônima de "política de terras", e isso também se explica com o termo **'modernização conservadora': processo em que transformações na base técnica e econômica não tiveram correspondência nos planos social e político, de onde decorreram 'consequências perversas'**, dentre elas a expropriação de milhares de famílias por empresas capitalistas ou pela especulação fundiária das metrópoles em expansão, concentração das propriedades, disparidade das rendas, êxodo rural, aumento da exploração tanto dos empregados rurais quanto dos minifundistas, deterioração da qualidade de vida da população rural e do meio-ambiente (Leite & Palmeira, 1998; Stédile, 1994; Silva, 1996).

Mas houve sobretudo uma grande crise e reestruturação das teses de esquerda, motivadas pela tentativa de compreender, ou mensurar, os efeitos dessa modernização para as classes sociais envolvidas no processo e depois revisitar as teses das décadas de 1950 e 60 sobre a questão. Os trabalhos de Caio Prado Jr. no período pós golpe tentaram avaliar os novos elementos da composição agrária dentro do sistema capitalista dependente das periferias mundiais. Segundo sua análise, o capitalismo brasileiro não precisou de uma reforma agrária para se desenvolver conforme pregava o modelo clássico, porque não haveria aqui um campesinato consolidado, e porque, longe de ser feudal, a burguesia brasileira era transnacional (Prado Jr., 1966).

³⁰ Por internalização do D1 agrícola entende-se que o processo de modernização da agricultura acarreta a produção interna de bens, insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, isto é, de bens de capitais para a agricultura, que antes eram importados.

³¹ Segundo a prof^a. Leonilde Medeiros, não é possível esquecer que o Estatuto da Terra (promulgado em 1964) tinha uma visão modernizadora do campo, quando, por exemplo, regulamentava relações de trabalho que ficaram fora do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e estabelecia um limite para a propriedade. No entanto, no embate entre as diferentes forças que sustentaram o golpe, essas propostas acabaram sendo derrotadas. Para melhor discussão sobre o processo de esvaziamento político do Estatuto da Terra, ver Veiga, 1990.

Nesse contexto começaram as discussões de alguns grupos de pesquisadores brasileiros sobre o caráter específico do desenvolvimento capitalista aqui, onde a 'modernização conservadora' se dera à revelia tanto de grupos de oposição política quanto de grande parte dos pesquisadores do tema. Essas mudanças no universo rural brasileiro eram fato social que tinha que ser mais bem entendido, e para isso foram buscados os conceitos e teorias já dados no cenário intelectual da época, marcadamente no campo do marxismo europeu.³² Dentre os trabalhos que começaram a ser produzidos aqui no início dos anos 70 sobre sistemas econômicos camponeses, existiam os que buscavam compatibilizar reflexões sobre o sistema econômico camponês (feitas a partir dos neo-populistas russos) com o materialismo histórico, mas tiveram apenas um relativo sucesso, pois tratava-se de esforço extremamente difícil e do qual surgiu a noção do *modo de produção camponês* (Velho, 1979).

Concordo aqui que o uso ou não do conceito de camponês para designar um tipo social no Brasil se relaciona com a subestimação (ou não) da penetração do capitalismo no campo, levando à proletarianização rural; e também com a prioridade da pequena propriedade em projetos de reforma agrária, para saber se a reivindicação básica dos rurícolas é a posse da terra ou o aumento de salário. É essa problemática que dá o caráter extra-acadêmico desse debate e suas profundas motivações políticas (Velho, 1979).

Mas Otávio Velho falou de onde se situava, sobretudo dos estudos efetuados no campo da antropologia social. Na historiografia brasileira pós 68 houve predomínio do marxismo de viés althusseriano, que trazia consigo problemas teóricos diferentes (Dosse, 1993; Gouldner, 1985; Lloyd, 1995). Conhecida no senso comum *savant* como "marxista ortodoxo", esta corrente de pensamento merece ser bem contextualizada. Não devemos esquecer das profundas mudanças teóricas que possibilitou ainda no fim dos anos 60,³³ no sentido de abrir

³² Para entender melhor as especificidades do capitalismo em países periféricos, ver Araújo, 2002:71 e seguintes.

³³ Essas mudanças podem ser amplamente discutidas pela leitura dos textos De Decca, Edgar. *Rebeldia e revolução na história social*. In BRESCIANI, Stella e outros (orgs) *Jogos da Política*. São Paulo.

o leque de preocupações da história política tradicional, antes presa a fenômenos macrológicos e institucionais, que partilhavam da problemática da esfera pública e liberal.³⁴ Segundo Maria Yedda Linhares, os estudos marxistas no campo da história agrária se começaram a se preocupar com o mercado interno e a produção de alimentos, a brecha camponesa, as diferentes modalidades de apropriação, posse e uso da terra. As abordagens eram necessariamente localizadas (uma comunidade ou uma região) e de longa duração, utilizando fontes numerosas, principalmente séries cartoriais. A aproximação em especial com a história regional francesa e a história econômica inglesa e holandesa, as possibilidades da abordagem antropológica e os estudos específicos sobre campesinato no Brasil foram decisivos para a expansão das pesquisas de história agrária em nosso país (Linhares, 2002).

Primeiro, o livro *Homens livres na ordem escravocrata* de Maria Sylvia de Mello Franco é fruto de sua tese de doutoramento na USP, em 1964. Partindo da tese de que a instituição escravista no Brasil, por suas características históricas singulares, deu origem à formação dos homens livres não integrados à produção mercantil, o objetivo da autora é enxergar, a partir dos processos-crime de uma região cafeeicultora do século XIX (sobretudo a comarca da Guaratinguetá-SP), as relações sociais estabelecidas pelos homens livres da época com seus iguais, com a sociedade mais ampla e com o governo.

Nas conclusões da autora, esses homens e mulheres, por não terem tido uma relação estável com o circuito mercantil, não foram favorecidos por mecanismos de coesão e cooperação social (como o mutirão). Eles eram seminômades e, portanto, não enraizaram tradições comunitárias, vivendo imersos num circuito onde as autoridades e hierarquias reguladoras eram fracas ou inexistentes, cujo valor maior era a valentia pessoal. Na mesma

ANPUH/FAPESP. 1992; e Casanova, Julian. *La historia social y los historiadores*. Barcelona. Editora Crítica. 1997

³⁴ Sem esquecer o contexto desenvolvimentista nacional da ditadura militar e os problemas que ele colocou, as tendências acadêmicas nas ciências sociais e humanas desse momento preferiam temas cuja abrangência fosse nacional, centrada nos pólos econômicos dominantes em suas épocas (os chamados ciclos), terminando suas análises na discussão do porquê do Brasil não haver se industrializado segundo tanto o modelo desenvolvimentista quanto o industrialismo soviético. (Oliveira, 2001)

linha de Caio Prado Jr., esses homens *eram a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade* (Franco, 1997:15). Inseriam-se numa ordem marginalizada, marcada pela violência, instabilidade econômica e falta de perspectivas futuras. Também não conseguiram resistir coletivamente a situações de injustiça e opressão, apenas de forma violenta, pessoal e isolada, porque simplesmente não fariam falta. Contra essa ordem tinham apenas o recurso ao nomadismo, à mobilidade espacial.

Para se contrapor a essa visão, vou reproduzir aqui as conclusões de Hebe de Castro sobre essas mesmas pessoas, esclarecendo por que as idéias de Maria Sylvia podem ter algo de 'memória histórica reificada':

(...) Do nosso ponto de vista, a marginalização daqueles produtos pelo discurso da época se deve menos a uma posição não fundamental na organização sócio-econômica escravista do que aos problemas que sua autonomia causava em nível de controle social e da manutenção da ordem (Castro, 1988:43).

Essa hipótese permite entrever que havia naquela época uma disputa quanto ao sentido da autonomia desses pobres livres: sua condição de liberdade dos senhores pode ter sido encarada como afronta, como desordem dentro de uma ordem social hierarquizada; partindo desse inconveniente é que os senhores de terras e pessoas criaram uma imagem que lhes era conveniente, pertinente a seu *status quo*. Acontece, e aí consiste o problema para a historiografia, que essa memória não deve ser aceita nem reificada como história. Isso seria ver o passado com os olhos dos dominantes, em outras palavras, uma "visão de cima".

Nesse contexto, foi travado também um longo debate sobre os homens livres e pobres no Brasil. A crítica de Ciro Cardoso formulada na década de 70 é endereçada à escola paulista (tanto a Caio Prado Jr. quanto a Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré), que defendiam a tese do 'Brasil feudal', cara ao PC (Guimarães, 1963). Nesse contexto de debates, a diferença marcante dos historiadores do Rio de Janeiro em relação às análises formadas na USP foi a visão da inserção dos homens livres e pobres no jogo das relações econômicas e sociais do período colonial. Ciro sintetizou a polêmica numa asserção simples e

clara: *dizer que o sentido do Sistema Colonial mercantilista foi preparar o advento do capitalismo industrial contemporâneo não explica a racionalidade daquele sistema para os homens que o viveram.*³⁵ **Somente com a construção de novas lentes, novos conceitos e instrumentos para analisar o contexto complexo da vida cotidiana de uma colônia dependente é que se pode perceber o papel dos homens e mulheres livres e pobres.** A partir daí, tais indivíduos não serão simplesmente vistos como "desclassificados", "marginais", ou "sem razão de ser", antes, *vivem o dia-a-dia do mundo colonial, aproveitando a chance de serem livres e o estigma de serem pobres* (Maia, 1994:50).

Na opinião de Ciro Cardoso, a estrutura econômica do campesinato se definiria pela presença de quatro características básicas: 1º o acesso estável à terra, por meio de propriedade legal ou usufruto; 2º o trabalho predominantemente familiar, mesmo com uso de mão-de-obra assalariada sazonal; 3º a economia fundamentalmente de subsistência, mesmo mantendo relações de mercado; 4º certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas. Mas, mesmo estruturalmente definida a economia, para ele a definição de camponês conteria uma série de termos que seriam dificilmente unificáveis para contextos históricos de longa duração (Cardoso, 2002:20).

A partir daí, trabalhos de vulto no campo historiográfico foram realizados a fim de deslindar os meandros do cotidiano, das relações sociais e de produção desse grupo social.³⁶

³⁵ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do sistema econômico mundial: a preocupação obsessiva com a extração do excedente. In LAPA, José (org) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis. Vozes. 1980. p. 122

³⁶ Posso citar alguns trabalhos de historiadores e historiadoras sobre homens livres pobres: CASTRO, Hebe Maria de. *Das cores do Silêncio*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1995; CASTRO, Hebe Maria de. *A escravidão fora das grandes unidades agro-exportadoras*. In CARDOSO, Ciro. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro. Zahar. 1988; e CASTRO, Hebe Maria de. *Ao sul da história*. São Paulo. Brasiliense. 1897; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo. Kairós, livraria e editora. 1983; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do Poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil na Segunda metade do século XIX*. Tese de doutoramento, UNICAMP. 1996; e MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas bandas d'além*. Dissertação de mestrado. Niterói. UFF. 1989; SILVA, Francisco C. T. *Conservadorismo e Hegemonia agrária no Brasil* in CARNEIRO, Maria José et alii (orgs) *Campo Aberto: o rural no estado do Rio de Janeiro*. Contra Capa Livraria. Rio de Janeiro. 1998; e SILVA, Francisco C. T. *A morfologia da pobreza: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia*. Tese de doutoramento. Niterói. UFF. 1990; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca. 1992; SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro. Graal. 1990.

Aprendeu-se que a colonização não produzia apenas colonizadores, colonos e escravos: ela também criou uma massa crescente de homens livres pobres que se distribuíam de maneira irregular pela imensidão do território, predominantemente negros e mestiços forros. Preocupavam os governantes e a "boa sociedade" porque, a seus olhos, esses pobres não tinham ocupação, não tinham lugar, não pertenciam ao *mundo do trabalho* e muito menos deveriam chegar ao *mundo do governo*. Vagavam desordenadamente, ampliando o desconforto que já imperava na crise política da menoridade (Mattos, 1987:121). Eram *agregados e moradores*, se conseguiam a posse de terra dentro de uma fazenda; eram *vadios*, porque suas ocupações não se encaixavam no sentido da produção colonial e não geravam riqueza. Constituíam um mundo à parte, no entender dos setores dominantes: o *mundo da desordem* (Franco, 1997; Souza, 1990; Mattos, 1987).

Partindo dessas novas motivações, a historiografia sobre homens livres e pobres no Brasil escolheu preferencialmente o recorte temporal das décadas finais do Império, de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, que entendia condensar uma série de questões relevantes a serem desvendadas, sobretudo a formação das classes trabalhadoras nas diferentes regiões do país como um impasse para as classes dominantes, provocando processos políticos decisivos para manter sua hegemonia. Esse contexto parecia propício para desvendar a experiência de grupos não determinantes no processo de nova inserção social (Dias, 1998:59).

Partindo das premissas teóricas que rompem o estigma de homens livres como *vadios*, se coloca a tese *Nas fronteiras do poder*, de Márcia Motta (1996). No entender da autora, mesmo não tendo o prestígio político nem o título oficial da terra como os sesmeiros, os pequenos posseiros, lavradores e pequenos arrendatários – homens livres e pobres – sabiam de sua importância social enquanto legítimos povoadores e produtores de alimentos para abastecimento da população da colônia -- objetivos do rei de Portugal com a política de

sesmarias -- e também que na legislação fundiária havia brechas para que legitimassem suas ocupações, pelas quais lutavam das mais diversas maneiras.

A autora defende que, em detrimento da propriedade legal, a *posse* é a realidade da ocupação territorial no Brasil, sendo legitimada por uma série de objetivos da colonização e ambigüidades do sistema jurídico que remontavam ao sistema de sesmarias, e era também impulsionada pela incapacidade de fiscalização da Coroa Portuguesa. Quando especificamente analisa os efeitos da Lei de Terras de 1850 nos conflitos da época, a autora conclui que

Os pequenos posseiros percebiam que o fortalecimento de relações entre si era uma importante arma de luta contra os grandes senhores (...) e usavam a seu favor o artigo que discriminava terras públicas das privadas, para que pudessem assegurar suas posses em terras devolutas (Motta, 1996:301).

Como se vê, usei essas duas autoras para expressar aqui a diversidade de concepções e trabalhos dirigidos ao cotidiano desses grupos subalternos no Brasil. Mais precisamente, entendo que as hipóteses de Márcia Motta, que por sua vez se inspiram em Edward Thompson, explicariam melhor alguns aspectos da resistência dos posseiros de que trato neste trabalho: essa forma de entender o direito à terra de trabalho acima do título foi recorrentemente utilizada por grupos sociais subalternos na história do Brasil.

6 Conclusão

Neste capítulo foi meu interesse sondar as causas do silenciamento da historiografia no debate a respeito de grupos camponeses no século XX. Até aqui, acompanhamos os estudos de marxistas sobre o campesinato e vimos como eles relacionaram o conceito de classes à sua funcionalidade dentro do sistema capitalista, partindo do axioma de que o desenvolvimento do capitalismo chegaria a ser total (em profundidade) e global (em extensão). Estaria fora de suas possibilidades históricas entender que o capitalismo em países periféricos se estruturaria de modo bem diferente do previsto, como por exemplo a "funcionalidade" de outras formações sociais pré-capitalistas dentro de seu escopo de dominação. Além disso, Marx também não considerou a resistência consciente à penetração capitalista *de dentro do sistema*. Com raras exceções, as correntes marxistas hegemônicas exacerbaram essas interpretações para todo o mundo, precisamente no caso objeto que me interessa aqui, o campesinato, até os anos 70.

Uma série de reviravoltas políticas fez com que a década de 60 fosse um período em que vários campos disciplinares resgataram autores esquecidos e criaram um grande aparato conceitual para a compreensão da vitalidade dos camponeses no mundo. Em benefício do próprio objeto de análise, vários aspectos da estrutura social camponesa foram enfocados: o geral e o específico, a escala nacional e o nível da unidade familiar de produção, entre outros. As teses terceiromundistas implodiram a visão ortodoxa do marxismo sobre a questão camponesa quando afirmaram as especificidades espaciais do campesinato e procuraram inseri-lo no conjunto maior das transformações da realidade. E fizeram isso, na maior parte das vezes, resgatando autores dentro da própria tradição marxista que tiveram uma sensibilidade maior para o problema camponês, como Chayanov (Araújo, 2002).

Luiz Eduardo Soares sintetiza bem os pólos teóricos que se configuraram naquele momento a respeito da relação entre campesinato e capitalismo: de um lado, a preocupação

exacerbada com a especificidade, baseada na subestimação das articulações entre produção camponesa e o desenvolvimento do capitalismo; de outro lado, a atenção unilateral para com os movimentos do capital, *abstraídos de suas formas concretas de presença, de suas segmentações internas e das contradições que enfrentam* (Soares, 1981:210).

Explicando melhor, a corrente marxista vai considerar como relação determinante a subordinação do campesinato ao modo de produção capitalista mais amplo, e a partir disso ele não teria especificidade nenhuma; por outro, os estudos antropológicos vão ver como determinante a forma imediata de organização da produção pelos camponeses, e, a partir disso, eles são bem diferentes do capitalismo. De minha parte considero que os dois grupos de estudos pecam por não relacionarem satisfatoriamente a estrutura camponesa com a *totalidade* social no sentido mais amplo e dialético do termo, isto é, com as relações sociais mais gerais que a determinam e ao mesmo tempo interagem. O primeiro grupo porque isola o campesinato da estrutura capitalista com a qual forçosamente se relaciona em algum grau; o segundo porque vê a estrutura capitalista como inexoravelmente dominante, quase totalitária, sem contradições internas e nem passível de mudanças pelas ações e resistências de grupos que efetivamente lhe compõem, como os camponeses. Esses dois movimentos, embora sem falhas teórico-metodológicas graves, são reducionistas (Pedroza, 2001b).

Mas ao mesmo tempo, o afastamento entre os campos disciplinares e sua falta de comunicação levou a várias 'redescobertas' de coisas que já eram conhecidas por outras disciplinas, além de várias formas de mútua ignorância e até hostilidade (Shanin, 1973: 66). Para entender a conformação específica do campo historiográfico brasileiro, parto do dado que, se não grassava nesses meios uma produção teórica ufanista do capitalismo, mesmo assim ela compartilhava da mesma problemática da industrialização mundial e suas consequências no devir. Ao penetrarem com toda força na academia, na década de 1970, as correntes marxistas trouxeram consigo tanto a tendência vanguardista de ditar as regras de certo e errado para as ações dos trabalhadores que estudavam quanto a prescrição das classes

com e sem futuro. Em outras palavras, **se a lógica do capitalismo era aceita como avassaladora na análise da historiografia,**³⁷ **as estratégias dos trabalhadores também deveriam seguir as mesmas orientações daquelas ditadas por Marx, quando este generalizou, a partir da análise do operariado londrino, as explicações sobre a possibilidade de revoluções socialistas em todo o mundo.**³⁸

Não é de se esperar outra coisa naquele contexto: o Brasil e os demais países do terceiro mundo durante o século XX estavam fadados a "tirar o atraso", pensando e desenvolvendo políticas apoiadas em modelos externos de industrialização, de esquerda ou de direita (Hobsbawm, 1998:15-6). Na problemática das pesquisas acadêmicas, a industrialização era um ponto consensual que representaria o grau máximo de desenvolvimento humano. Pelos partidários do capitalismo era sinônimo de progresso, fartura e conforto jamais vivido e presenciado nesses 'anos dourados'; para os seus críticos, era a etapa em que afloravam as contradições sociais, a luta de classes entre operariado e burguesia se explicitava e se construiria o socialismo. Para ambos os lados era consenso que o capitalismo imperialista transformou e continuaria transformando todas as regiões do globo. Algumas delas, mesmo mantendo lógicas internas diversas, nunca mais funcionariam como antes, numa tendência unívoca de estreitamento dos laços de dependência.³⁹

Então, quando falei antes que os primeiros estudos sobre trabalhadores no Brasil a contrapor a produção tradicional se inseriam na mesma problemática da industrialização mundial, isso teve como principal consequência teórico-política o fato de **a classe operária**

³⁷ Como exemplo desse tipo de construção, ver CUEVA, Augustin. *Teoría Social y procesos políticos en América Latina*. Cidade do México. Edicol. 1979

³⁸ Embora não se relacione diretamente com o que discutimos neste momento, vale a pena lembrar da ressalva de Tiago B. de Oliveira quando concluiu que "apesar de se alterar a hegemonia da história quanto aos seus personagens principais, colocando "os de baixo" em evidência, a historiografia do movimento operário reproduz velhos esquemas do poder político, econômico e intelectual que uma região "definidora de sentido" pudesse ter em relação às outras" (...) no caso, as análises do eixo Rio-São Paulo. Cf OLIVEIRA, Tiago B. *A parte pelo Todo: o nacional e o regional no movimento operário brasileiro*. PPGHIST/UFRGS. 2001 (não publicado)

³⁹ Sobre esse assunto ver, por exemplo, IANNI, Otávio. *A sociedade global*. São Paulo. Civilização Brasileira. 1998

ser privilegiada como o agente central -- ou mesmo único -- da revolução. O movimento operário, para os setores acadêmicos ligados ao pensamento de esquerda, era a esperança de futuro e, conseqüentemente, deveria ser mais bem estudado no passado. Para tanto, desde uma produção dita 'tradicional' -- ligada ao estudo das organizações formais de classe (sindicatos e partidos), das lideranças e das instâncias de dominação (a burguesia e o Estado) - - até os novos estudos que passam pela cultura operária, formação e cotidiano da classe (com clara influência da Nova Esquerda Inglesa), esse foi o foco privilegiado da resistência política no campo da historiografia.⁴⁰

A isso se somou uma outra divisão costumeira de campos acadêmicos em que à História, segundo novos critérios e metodologias de rigor e crítica que se consolidavam naquele momento, caberia destrinchar o mais antigo, visto como o mais difícil no trabalho de decodificação das fontes arquivísticas, algo que pudesse se submeter ao crivo metodológico que qualificaria a formação de historiador. Os estudos temporais mais recentes eram vistos como muito “escorregadios”... fontes arquivísticas escassas ou de acesso restrito levando à necessidade de ‘ir a campo’: fazer entrevistas ou buscar meios alternativos aos arquivos, métodos estes que continuam sendo mais habituais às outras ciências sociais (Hobsbawm, 1998a).

Assim, a historiografia brasileira 'dos de baixo', ao priorizar olhar para grupos sociais não dominantes, optou pelos caminhos que considerou melhores para elucidação de processos históricos e seus problemas teóricos: os escravos na colônia, os homens livres e pobres no império e o proletariado urbano na república. Essas vertentes são fruto de um amadurecimento muito benéfico do olhar que incidia sobre esses grupos sociais e dos métodos que os tratavam, graças à trajetória de debates internos do campo historiográfico e de influências de outros campos disciplinares, sobretudo da antropologia (Pedroza, 2001d;

⁴⁰ Cf. PETERSEN, Sílvia R. *Ainda o movimento operário como objeto historiográfico*. Porto Alegre. Revista Anos 90, n.8: dez/97. e BATALHA, Cláudio. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências*. IN: FREITAS, Marcos C. (org.) *Historiografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.151.

Negro, 1997; Serna & Pons, 1993). Mas, ao mesmo tempo, **enquanto a historiografia se encarregaria de pensar um passado com possibilidades de futuro, ou, em outras palavras, as origens do que (e de quem) construiria o futuro, ficou relegado à antropologia o estudo sobre grupos que "não fizessem diferença" no conflito com o capitalismo mundial (índios, bruxas, camponeses).**

Pelas mesmas razões por que o camponês foi considerado marginal e residual na produção, a avaliação de suas representações e ações na análise política sempre foi minimizada. A minoridade conferida à ação política do camponês está presente em diversas tendências de interpretação sobre o meio rural brasileiro. É ilustrativo lembrar as análises que explicavam o comportamento político do camponês como patológico ou certas concepções da esquerda que julgam o camponês um indivíduo preso a ficções alienantes, cabendo aos ativistas a tarefa magistral de "ensiná-lo" (Moura, 1986:52).

Na linha de raciocínio de Margarida Maria Moura, a consequência dessas concepções tem sido, freqüentemente, a glorificação do proletariado urbano e às vezes também rural como classe redentora da ordem social injusta. O uso abusivo e formalista de conceitos, como 'classe fundamental', por exemplo, tem servido, muitas vezes, para atribuir aos operários ideologias e práticas sociais que concretamente não desempenham, mas que utopicamente desejava-se que viessem a desempenhar (Moura, 1986:53).

Nesse ínterim, ressaltei a influência dos trabalhos de Edward Thompson ao criticar as teorias consagradas e desmontar preconceitos macrológicos e ortodoxos, como por exemplo a generalização do modelo das Ligas para julgamento de todas as ações camponesas e a manutenção da dicotomia *operários X camponeses*. Mesmo entendendo que as cisões disciplinares fizeram com que Thompson fosse apropriado diferentemente entre historiadores e sociólogos, sua contribuição para esses campos acadêmicos foi inegável para o alargamento dos objetos da história e sociologia do trabalho. Para a história social do trabalho, Thompson contribui para uma nova visão não institucional do processo político, que passa pela construção de identidades na luta de classes, na apreensão de que a resistência camponesa no

Brasil é uma herança cultural, reafirmando a capacidade de pensar e agir dos trabalhadores (Paoli, 2001).

Mesmo assim, sei que permanece o desconforto em relação ao tema, que deve ter sua quota de "estranhamento disciplinar", porque não nos acostumamos a trazer para nós os conceitos de outros campos, historicizando-os, mas preferimos refutá-los como a-históricos, *a priori*. Por isso, nos dias de hoje, no debate sobre campesinato falta que os historiadores e historiadoras vejam que podem contribuir com o hábito de desnaturalizar o que parece dado desde sempre, pela busca de articulação entre os diferentes fenômenos, pelo costume de pensar processos, integrando tempo e lugares diferentes (Fontes, 1998:2). Se já nos atrasamos ou ignoramos esse debate, considero esse silenciamento uma falta grave. Primeiro, porque me parece considerar como “poeira da história” um campo tão crucial para nosso devir quanto o é a questão agrária nos países de terceiro mundo. Depois, porque algumas vezes já têm há muito nos alertado que em fatias acadêmicas o verdadeiro conhecimento nunca se dará, e não parece ser esse isolamento o caminho para qualquer proposta supradisciplinar de sucesso (Santos, 1989). Enfim, o campesinato precisa de reflexão histórica, mas não de qualquer uma, mas daquela que

incorpora as diversas modalidades de explicação dos processos sociais, desde as dimensões mais abrangentes (estruturais ou psicologizantes) até as proposições mais pontuais, não se limitando a produção dos historiadores stricto sensu (...) Reflexão histórica pois, será tomada em seu sentido mais amplo, incorporando contribuições oriundas de diversas áreas (...) (Fontes, 1998:2).

Minha proposta é que, como instrumento de análise para a historiografia, o campesinato seja visto como processo, para que possa ser historicizado, marcando suas diferenças e continuidades para contextos diferentes no tempo e no espaço. Esta missão será levada a cabo quando da desmitificação da ‘metáfora do saco de batatas’ como teoria explicativa máxima para todos os camponeses. Também o processo histórico do qual faz parte deve ser percebido como não determinado *a priori* por nenhuma lei ou teoria geral, para

que possam ser percebidas as complexas contradições e tensões geradas pela relação entre campesinato e capitalismo no Brasil.

Para deixar mais claro, vou resgatar o debate que Thompson travou com certas idéias de Marx, que são familiares ao campo historiográfico. Thompson criticava a tentativa de explicação do movimento de uma dada relação social como algo imanente a ela mesma. Dizia que

não seria a industrialização que se teria imposto a capitalistas e trabalhadores, com a força de uma lei que regeria suas relações (...) ao contrário, a industrialização seria o resultado de um processo histórico real, como todo processo histórico, único, pouco importando o fato de que, depois, por sua importância e características, ele se tornaria um modelo universal (Silva, 2001:64).

Em outras palavras, Thompson não concordava que a lógica do capital, mesmo entendida como relação social, pudesse explicar o processo histórico real. Ele defendia que somente a lógica do próprio processo pode explicar o desenvolvimento do capitalismo, e não o contrário. Foi uma inversão radical. A lição que tirei disso é que preciso encarar as possibilidades dos sujeitos interferirem nas estruturas que os determinam como algo viável, concreto, que se deu em vários momentos históricos, contrariando uma suposta lógica teórica auto-suficiente que condenou os sujeitos a meros joguetes delas.

É nesse sentido que, em suas proposições a respeito do capitalismo autoritário, Otávio Velho chega a uma conclusão muito importante. A partir do estudo da fronteira agrícola em expansão, na década de 50, ele vai dizer que, ao contrário de outros casos, **não preexiste no Brasil uma grande massa camponesa, incompatível com a *plantation*; foi o desenvolvimento do capitalismo engendrou o aparecimento do campesinato no Brasil.** Por isso, a partir da década de 50, inicia-se o avanço em larga escala da frente de pequenos agricultores em terras novas (regiões de fronteira primeiro que outras), contemporâneo à decadência da *plantation* e acompanhando a ampliação do desenvolvimento do capitalismo. Isso foi possível porque essa frente de produtores estava ligada ao mercado nacional mas

subordinada ao sistema dominante, e por isso pode ser chamada de *campesinato* (Velho, 1979:60).

As teses de Otávio Velho nos mostraram que os camponeses (mesmo os que já existiam antes do capitalismo no campo, os 'homens livres pobres'), foram multiplicados pelo próprio sistema capitalista em expansão, na medida em que os que antes estavam presos ao latifúndio (moradores e parceiros), foram a contragosto libertados (se quedaram "livres como pássaros", na expressão de Marx) e, já que a acessibilidade à fronteira aberta aumentava progressivamente com a expansão da rede de transportes e incentivos oficiais, tiveram a opção de se "recamponesar". Por isso ser possível ao capitalismo gestar e continuamente recriar esse tipo de contradição (que não é a contradição clássica apontada por Marx) que é o *campesinato* (Pedroza, 2001b).

Os camponeses brasileiros não são resquícios feudais, eles fazem parte do processo histórico em que vivem (ou melhor, são um "pedaço" deste processo). Seus comportamentos, reações, alianças, enfim, seu 'agir no mundo' tem repercussões concretas nesse mundo, modificando-o para caminhos que não estavam ditados de antemão. Shanin também nos instiga a pensar que, se são influenciados pela sociedade mais ampla, em que medida também influenciam-na? Em que medida políticas de Estado, ações de patrões/fazendeiros, repressão ou cooptação de lideranças e organizações de classe foram pensadas para satisfazer, combater ou enganar interesses de grupos camponeses? Até que ponto foi a influência desses grupos no fazer-se da história social em que se inseriam? (Shanin, 1980).

Sem jogar fora o bebê com a água do banho, a idéia de um **modo de produção subordinado**, se puder ser depurada do ranço estruturalista a que se vinculou originalmente, me parece bastante boa para explicar como os novos camponeses se relacionariam com o sistema capitalista. Ela permite que se percebam as especificidades produtivas, sociais, culturais, políticas, mas não perde a noção da inter-relação -- desvantajosa e desigual -- com o todo capitalista, que coloca sempre novos problemas, como a miséria, a contestação da posse

da terra, a necessidade de proletarização. Se esses problemas não forem resolvidos, contestados ou assimilados a tempo pela unidade camponesa (que para isso pode utilizar várias 'táticas de fraco', nos termos de Certeau) eles podem implodi-la, como fazem muitas vezes. **Portanto, esse "estar a perigo" permanente é uma das condições estruturais na existência camponesa no capitalismo** (Moura, 1986; Garcia Jr, 1983).

Espero neste capítulo ter conseguido percorrer com o leitor um pouco da trajetória histórica dos estudos sobre campesinato, homens livres pobres, nas diferentes denominações de que se trajaram. A idéia inicial era que esta revisão de bibliografia contextualizada pudesse explicar as razões das preferências da historiografia, que me parecia ser necessário para explicar o fato de, como historiadora, estar lidando com um aparato conceitual dos estudos sociológicos e antropológicos. Espero ter mostrado que, malgrado as origens comuns desses estudos em fins do século XIX, a ossatura já consolidada dos campos acadêmicos com o ressurgimento do interesse pelo tema, na década de 60, fez com que os interesses e problemáticas da historiografia tivessem se distanciado desse recorte.

Esse percurso também permitiu vislumbrar lacunas e problemas na abordagem desse objeto e, por isso é preciso a partir de agora, mais do que antes, dialogar com campos conceituais e metodológicos distintos, a fim de conseguir configurar, a partir dos dados concretos que tenho sobre o grupo social de posseiros, uma síntese teórica que torne esses objetos de pesquisa compreensíveis em todas suas ambigüidades e particularidades históricas. O que me proponho no próximo capítulo é fazer um pouco desse diálogo, trazendo para esse debate agora principalmente os pontos que me parecem mais relevantes para compreender o modo de vida e a 'cultura política' desses lavradores, e também remarcar suas especificidades históricas, em relação a outros grupos camponeses.

CAPÍTULO 2

OS SERTÕES CARIOCAS

Sabem esperar, sabendo

Ao mesmo tempo, forçar

As horas daquela urgência

Que não permite esperar.

D. Pedro Casaldáliga

Ninguém educa ninguém,

Ninguém se educa sozinho.

As pessoas se educam entre si

Descobrimos este novo caminho.

Zé Pinto

ÍNDICE

Introdução

1.	<i>A formação dos novos sertões cariocas</i>	94
2.	<i>A chegada dos lavradores</i>	101
a)	Relações de produção e comercialização	106
b)	‘Modo de produção camponês’ ou agricultura familiar?	111
3.	<i>Mudanças de interesse e novos conflitos</i>	124
a)	As obras de saneamento e o fracasso do cinturão verde	124
b)	O início da especulação imobiliária	126
c)	Os despejos de lavradores	127
4.	<i>Identidade camponesa em transformação</i>	132
a)	A reinvenção do campesinato	133
b)	A transformação do lavrador em posseiro	140
5.	<i>Conclusão: finalmente definindo o grupo</i>	143

Ilmar Mattos, em sua tese sobre a formação da classe senhorial no Brasil imperial (1987), localizou a ‘região colonial’ no cruzamento das dimensões espacial e temporal, e procurou apreendê-la como algo dinâmico. Mesmo sabendo que a região possuía uma localização espacial, ele defendeu que não seria esse espaço físico que interessaria à história, e sim o espaço socialmente construído num determinado tempo histórico. A região, assim, deveria ser vista como uma construção que se efetuará a partir da vida social dos homens, dos processos adaptativos e associativos que vivem, além das formas de consciência social que lhes correspondem. Os limites da região existem enquanto limites sociais (Mattos, 1987:25).

O dinamismo da região é feito em parte do dinamismo das pessoas que a constroem. Por isso é preciso enxergar os atores se orientando no sentido de realizarem seus objetivos sociais e culturais mais amplos, manipulando e combinando as opções efetivamente presentes, inclusive as identidades sociais. As ações e reações desses homens e mulheres poderão ser pensadas em relação à acumulação e à reprodução de determinados padrões sociais de consumo, bem como à perseguição de valores culturais fundamentais, a que a atividade camponesa, isolada ou combinada, pode servir, no caso específico que trato aqui. Em suma, não devemos perder de vista os elementos da manipulação, da reação e dos projetos, que dependem de experiências sócio-culturais concretas (Velho, 1979:95), demandando uma explicação para a formação da região que se some à construção da totalidade do sistema social (Moura, 1986).

Por isso minha intenção agora é pôr em movimento no tempo, isto é, em processos históricos concretos, o conjunto de campos conceituais que já abordei no capítulo anterior. Nesse sentido vou tentar expor alguns momentos em que se fizeram necessárias reestruturações, opções ou mesmo dismantelamentos de grupos de camponeses. Obviamente o processo mais caro é o da penetração capitalista no campo, e as necessárias respostas sociais

e econômicas que lhe foram dadas em sociedades concretas por diferentes tipos de trabalhadores e que, portanto, não tornou a sociedade rural homogeneamente proletarizada.

Estou partindo dessas premissas para definir os sertões cariocas. A intenção deste capítulo é acompanhar um pouco da região que nos interessa: ver os passos de sua apropriação fundiária e econômica, quais interesses sociais e políticos a cobiçaram, a abandonaram, e por fim voltaram a encará-la. Nesse conjunto, porque é verdadeiramente impossível separar os homens e mulheres das paisagens que vão construindo, pretendo perceber os grupos sociais que se entrecruzaram ao plantarem nessa região seus mais diversos desejos. Minha primeira intenção é ver como essa paisagem, um todo dialético entre homens e espaço físico que vão se chocando e mutuamente formando, poderá ser chamada de sertões cariocas.

O segundo ponto é analisar melhor o grupo dos posseiros que são o objeto do meu estudo. Esse grupo possui uma série de especificidades históricas. Ele se compõe de homens e mulheres que ocuparam individual ou coletivamente 'sertões cariocas', como os chamaremos aqui e, a partir do momento da valorização imobiliária dessas terras e das subseqüentes violências impetradas por grileiros, começaram a organizar sua resistência para conseguir permanecer em suas posses. Mas quem são essas pessoas? De onde vêm? O que fazem, como vivem, o que plantam? Como sentem sua relação com a terra, como se identificam entre si e perante os outros? Para responder essas questões vou caracterizar o grupo social dos lavradores da Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 60, tentando apresentar as conclusões de outros trabalhos sobre eles que me parecem relevantes para a compreensão do grupo e de seu contexto (separados apenas para facilitar a análise). Quando julgar necessário, vou apontar algumas fontes e lacunas que permitem ainda falar do mesmo tema sob novos ângulos.

Para responder essas questões o capítulo se orientará da seguinte forma: primeiro um breve histórico da formação da paisagem da Baixada Fluminense, para entendermos suas

especificidades agrícolas (da produção) e agrárias (da apropriação da terra) que podem ajudar na compreensão das formas típicas de conflitos na região. Em seguida, vou apresentar um breve apanhado das relações de produção e comercialização experimentadas pelos lavradores antes do início dos despejos, para entendermos a situação que seria considerada “normal” e legitimada mais tarde, com o correr das lutas. Na segunda parte será vista a dinâmica do grande capital e do Estado, que transformou a “vocação” inicial desses sertões a partir de novos interesses especulativos. Por último, veremos como essa nova situação afetou a forma com que os lavradores se percebiam no mundo e os pressionou para novas representações e alianças de classe. A conclusão tratará de questões relativas à construção de uma identidade camponesa na região e da possibilidade de conceituação do grupo como camponês.

7 *A formação dos novos sertões cariocas*

No que interessa à minha pesquisa é importante balizar os recortes espaciais do objeto que trato, para não incorrer nos velhos problemas da generalização excessiva das teses macrológicas. A região da Baixada Fluminense tem sido contestada como um bom ponto de partida para circunscrever os conflitos sociais lá ocorridos. Mário Grynspan acha que o termo Baixada Fluminense tem conotação urbana, sendo insuficiente para tratar dos problemas sociais do campo, porque exclui municípios com características sociais e políticas muito próximas, como Itaguaí, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, e inclui outros muito diferentes, como São João de Meriti e Nilópolis. O autor utiliza o termo Baixada (entendido como as cercanias da cidade do Rio de Janeiro, de onde se irradiaram as resistências aos despejos), tentando resgatar a forma com que os atores da época percebiam seu espaço (Grynspan, 1987). Já Frederico Araújo adota a categoria Baixada da Guanabara, utilizada por geógrafos, tentando alargar a parte urbana da Baixada Fluminense para englobar também municípios com histórias agrárias e agrícolas parecidas (Araújo, 1982:14).

O que é consenso é que havia grandes similitudes na formação social e agrária de todo este entorno da *urbs* do Rio de Janeiro, que pouco levou em consideração limites estritos (como os municípios que foram se multiplicando na vizinhança a partir da década de 40). Não vou então adotar uma região que priorize fronteiras políticas. Os limites serão outros: interessa saber, por exemplo, onde naquele momento passava a linha que dividia o que era interessante para o Estado e o capital especulativo do que não era, onde inicialmente se instalaram os posseiros e pequenos produtores, porque a região que nos interessa começou como uma brecha de desinteresse dos grandes proprietários pela renda da terra, mas, num momento posterior, passa a ser valorizada pelos olhos do capital e conseqüentemente enredada numa teia de conflitos entre quem já vivia e quem agora queria lucrar.

Daí o dinamismo da região. Ela se transforma duramente em poucos anos, a partir das novas relações sociais e econômicas que vão se fixando e deslocando outras. Por isso vou propor que a chamemos de sertões cariocas. Esta é uma hipótese que deve ser testada no decorrer do capítulo, mas que sobreveio, primeiro, a partir da lembrança dos cursos com o professor Ilmar Mattos, nos quais ele buscava a gênese da palavra *sertão* em *desertão*, terras desertas não porque nada nelas brotasse, mas porque, para os colonizadores, eram terras ainda não dominadas, não lucrativas e, portanto, vazias de significado. **Os sertões cariocas serão terras vazias de significado tanto para o Estado quanto para o capital agroexportador ou especulativo, no momento em que se instalaram os posseiros.** Mas que, num momento posterior, passarão a ter significado para seus supostos proprietários, e serão requeridas, gerando conflitos violentos.

Carlos Rodrigues Brandão acrescenta que o sertão e suas beiras foram o lugar da vida dos "homens pobres", seus desbravadores. Porque se o sertão precisava ser pouco a pouco conquistado através de um árduo trabalho, é sinal de que ele *podia* ser conquistado, por não ser ainda o lugar do domínio do senhor de terras, ou por ser justamente a sobra de seus domínios. O sertão eram as terras que podiam ser "apossadas" por atos de uma conquista lenta, quase invisível, único meio de os homens pobres e livres terem a sua terra. Por isso, o sertão se associa ao sítio e ao bairro para ser o oposto da fazenda e da cidade, locais da posse já estabelecida, da ordem já estabilizada e da lei do senhor de terras, que garantia uma coisa e outra (Brandão, 1995: 157).

De fato, os bairros rurais, mesmo que situados a poucos quilômetros do centro do Rio de Janeiro (como Santa Cruz, Jacarepaguá, Mangaratiba) até 1940 eram pelos próprios contemporâneos denominados assim, sertões cariocas, tal sua situação de esquecimento, expressa na reportagem sobre os colonos de Piranema: *as mulheres trabalham de sol a sol, juntamente com os seus companheiros e depois vão levar o produto, na maior parte cachos*

*de banana, na cabeça, a quilômetros de distância para vendê-lo(...).*⁴¹ Não eram abastecidos por nenhuma infra-estrutura (eletricidade, água tratada, esgoto, hospitais ou escolas) e sequer por transportes que ligassem essas zonas aos centros urbanos, antes da construção das rodovias e ferrovias nas décadas de 1940 e 50.

Mas esse esquecimento não havia sempre sido assim. Sabemos que, desde fins do século XVI, de modo semelhante ao que ocorria na costa oriental do Nordeste e no Recôncavo Baiano, também na Baixada Fluminense as atividades de colonização portuguesa ocorreram por meio da agroindústria açucareira, que acabava por comandar, em larga medida, a distribuição dos grupos humanos, ao mesmo tempo em que requeria a atividade pastoril que a complementava. Pela Baixada estendiam-se os canaviais e as fazendas de criação de gado, usando de força de trabalho em larga medida compulsória: primeiro os índios nativos e depois os negros africanos (Mattos, 1987: 41).

Sobretudo durante a segunda metade do século XVIII, não obstante o início da ocupação do interior, a Baixada Fluminense continuava a ser a parte mais significativa da Capitania do Rio de Janeiro, inclusive como centro produtor. Mas, ao fim desse período, as plantações de cana migraram para o norte fluminense, adquirindo lá caráter de *plantation*. No início do século XIX já era possível distinguir duas áreas de produção açucareira no estado: uma antiga, com terras já cansadas, matas escassas e baixa produtividade (no Recôncavo da Guanabara), e outra nova, com terras férteis, em Campos dos Goytacazes, esta última já sendo a maior área produtora de açúcar do estado (Mendes, 1950:51 *apud* Mattos, 1987:43). Nesse mesmo período, o café passa a ser cultivado seguindo a trilha deixada pelo açúcar: primeiro na Baixada Fluminense e, aos poucos, subindo as serras de seu entorno (Grynspan, 1987).

Mas é importante ter claro que somente no século XIX a grande propriedade cafeeira realmente engoliu as pequenas e se consolidou na "vocalização agro-exportadora". Ela avançou em função da nova fome de terras para cafeeira de exportação, fagocitando a

⁴¹ *Organizaram-se para enfrentar os grileiros*. Imprensa Popular. 18 de setembro de 1954.

diversidade agrícola até então existente. Esse avanço se chocou com os pequenos sitiantes e posseiros já consolidados, e a partir daí se desencadearam os conflitos, tanto legais quanto de representações do que seria o “tradicional e o moderno” no campo: as pequenas roças só a partir de então serão tachadas de atrasadas, “coisa de livres indolentes”. Esta imagem era cunhada de modo a desqualificar para excluir, com o objetivo maior de reforçar a legitimidade do latifúndio.⁴² Nesse momento, levando inclusive em consideração a introdução da mão-de-obra imigrante para substituição dos escravos negros, foi que uma grande parte da população passou a ser excluída do mercado de terras e trabalho.⁴³

Em fins do século XIX, com a lenta decadência da lavoura cafeeira escravista e a concentração da produção agrícola mais valorizada no norte do estado e no Vale do Paraíba, a Baixada passou a ser vista como área abandonada e decadente (Grynspan, 1987). Nesse momento, com os antigos barões do café já mortos e seus herdeiros desinteressados pelas terras cansadas, insalubres e alagadas que impunham muitos esforços para o lucro, o interesse da *plantation* abandonou a região e deu espaço para que antigas grandes fazendas fossem desmembradas, aforadas ou simplesmente tivessem suas bordas apossadas por famílias de

⁴² Segundo Vera Lúcia Ferlini, o latifúndio começa a ser mitificado entre 1790 e 1840, a partir de imagens criadas pela elite imperial (sobretudo os cafeicultores fluminenses) detentora do monopólio das representações do “nacional” em formação naquele período. Para bem do azeitamento da legitimidade da dominação era importante impor ao passado colonial a imagem do latifúndio imemorial, ligada umbilicalmente à construção da riqueza brasileira. Essa imagem foi reforçada pela literatura dos viajantes, que desqualificavam as pequenas propriedades, mas sobretudo porque, enquanto construção da memória, ela servia para justificar as grandes propriedades desses senhores, e excluir da história nacional o papel dos pequenos sitiantes. O século XIX inventou o passado colonial, e a historiografia contemporânea por muito tempo acreditou nessa invenção. Vera Lúcia Ferlini. Palestra *As mudanças da terra*, na mesa redonda *Em busca de um novo equilíbrio*, no XXI Simpósio Nacional da ANPUH. Niterói, julho de 2001.

⁴³ Segundo pesquisas recentes, mesmo a propriedade escravista entre os séculos XVI e XVIII articulava-se com pequenos proprietários livres e arrendatários em troca de trabalho e víveres. Essas pesquisas rebatem a tese de que o latifúndio foi a forma “racional” de exploração econômica durante todo o Antigo Sistema Colonial. O engenho, por exemplo, convivia com o fracionamento jurídico (arrendamento) das terras. Apenas nos momentos de crise econômica é que se colocava em jogo a viabilidade da pequena propriedade, que era incorporada pelo latifúndio ou apossada por outros. Nos momentos de prosperidade o latifúndio era uma realidade econômica, mas não jurídica. Durante todo o século XVIII cresceu muito a demanda por pequenas propriedades para a Coroa Portuguesa, num contexto de formação estrutural de um mercado interno e urbano para gêneros alimentícios, e de mobilidade espacial das populações coloniais para regiões de surto econômico (como as minas gerais). Em termos de mão-de-obra, as pequenas propriedades em geral utilizaram mão-de-obra livre com poucos escravos. Comprovou-se que o Antigo Sistema Colonial não era uniforme nem inexorável. Pelo contrário, os livres poderiam perfeitamente se inserir no mercado de trabalho. Vera Lúcia Ferlini. Palestra *As mudanças da terra*, na mesa redonda *Em busca de um novo equilíbrio*, no XXI Simpósio Nacional da ANPUH. Niterói, julho de 2001.

lavradores pobres. Chamarei esse processo de ‘re-sertanização’ da outrora próspera Baixada Fluminense.

Não era uma novidade na história do Brasil que áreas outrora controladas por um senhor de terras fossem divididas entre famílias de lavradores. Sabe-se que as formas econômicas e sociais que podem ser denominadas ‘camponesas’ resultaram de distintos movimentos históricos da nossa estrutura agrária. Por exemplo, os lavradores que viviam e produziam na condição de homens livres pobres ao lado das grandes lavouras, eram convocados eventualmente para tarefas em seu interior, mas sempre retornando à própria roça. Tal “campesinato” se subordinava aos movimentos de sístole e diástole da vida econômica da grande lavoura: quando esta se expandia, passava a necessitar de um número maior de braços e terras de vizinhos; quando se retraía, o camponês e suas terras eram menos solicitados (Moura, 1986). Mais distantes do latifúndio também se constituíram sítios a partir da ocupação autônoma de terras apossadas (Moura, 1986), que poderiam manter-se durante longos períodos sem serem molestados, mas ficavam ameaçados assim que os fazendeiros avançavam sobre suas terras, ou, nas palavras do professor Ilmar, quando a *região colonial* avançava sobre o *sertão* (Mattos, 1987). Por outro lado, nos períodos das crises econômicas era comum que imensas fazendas agroexportadoras fossem divididas em parcelas menores ou até abandonadas, possibilitando o surgimento de várias posses familiares voltadas para a produção de alimentos, como atesta o caso da antiga região cafeeicultora no Vale do Paraíba (Moura, 1986; Castro, 1998; Alentejano, 1996; Geiger & Mesquita, 1956) e da Baixada Fluminense.

Por isso, a noção de ‘decadência’ e de ‘abandono’ deve ser usada entre muitas aspás. Vou explicar isso melhor: quem vê a região abandonada são os grandes senhores porque, para a exportação, houve concretamente decadência na produção (Santos, 1984), principalmente se comparada ao passado de grande fazenda escravista. Mas, para um outro grupo social, esse “abandono” abriu novas possibilidades de trabalho da região, já que o desinteresse dos

grandes proprietários em cultivar permitia que pequenos agricultores sem posses (arrendatários, parceiros e posseiros) pudessem mais facilmente viver e trabalhar naquelas terras.

É importante frisar que, embora os usos cotidianos desses sertões estivessem abandonados pelos grandes proprietários, os títulos legais dessas propriedades se mantinham firmemente em suas mãos, sendo paralelamente negociados e engrandecidos nos cartórios e nas cidades durante todo esse período. Esse processo transformou o perfil dos antigos proprietários rurais, que agora se tornaram absenteístas e investiam na terra capitais acumulados nos setores industrial e comercial. Segundo Eliane O'Dwyer, foram em grande parte comerciantes da cidade ou grandes firmas exportadoras que, aproveitando-se da falência dos antigos fazendeiros e do baixo preço da terra até o final dos anos 30, compraram propriedades na região para cultivar frutas. O caso de Nova Iguaçu é exemplar: o desenvolvimento da fruticultura fez com que várias propriedades abandonadas fossem adquiridas e loteadas para a formação de pomares (Mendes, 1950:100). Outros eram aqueles que não estavam interessados em implementar qualquer cultivo, mantendo apenas a criação extensiva de gado enquanto esperavam a valorização do imóvel (O'Dwyer, 1988:54). Foram esses mesmos donos que, quando as terras começaram a se valorizar, no início dos anos 40, passaram a especular, vendendo-as para imobiliárias ou fazendo loteamentos.⁴⁴ Mas só na década de 40 foi visível e sensível para os posseiros do local esse processo de reconstituição de grandes propriedades que haviam sido desmembradas com a queda da produção de açúcar no final do século XIX (O'Dwyer, 1988).

Para Mário Grynspar, o florescimento de novas atividades nessas áreas abandonadas, principalmente a cultura de gêneros alimentícios, de frutas e a extração de madeira, mesmo

⁴⁴ “O abandono definitivo dos pomares e o deslocamento dos pés de laranjeiras (dos municípios do Grande Rio) se deu depois de 1946, quando o mercado indicava uma situação favorável à laranja” (Geiger & Schaeffer, 1951:101 apud O'Dwyer, 1988:55). O declínio dessas culturas no Grande Rio acompanhou o seu florescimento a leste da Baía de Guanabara, nos municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito, regiões não atingidas pela urbanização até aquele momento (O'Dwyer, 1988:55).

controladas por grandes proprietários e seus administradores, atraiu muitas famílias de pequenos lavradores, que se associavam a essa produção por meio de parcerias, aforamentos, pequenos lotes ou posse. A chegada desses novos ocupantes na região pode ser balizada entre 1920 e 1950 (Grynspan, 1987:38/40). Grynspan defende inclusive que as lavouras desses pequenos eram significativas no conjunto geral da produção agrícola da região, contrariando a média estadual de decréscimo da produção de alimentos (Grynspan, 1987:39). Só na década de 40 a fruticultura vai enfrentar dificuldades de reprodução, relacionadas com o fim da Segunda Guerra e com a queda de exportações, mas já também devido à especulação fundiária (Geiger & Mesquita, 1956).

8 A chegada dos lavradores

Aqui vou tentar balizar de onde saíram e por que vieram os posseiros para as terras da Baixada Fluminense. Vou partir da descrição que jornalistas fizeram da vida de alguns deles, como o relato de D. Creuza: *Cheguei para este sítio em 1922, juntamente com o meu marido. Aqui só encontramos mato. Passamos as maiores privações nesse lugar e aqui perdemos três filhos, em consequência da água que tomavam.*⁴⁵ O jornal *Imprensa Popular*, noticiando uma ação de despejo em Austin, Nova Iguaçu, no ano de 1952, dizia que *grande parte dos moradores do local ali reside há mais de 30 anos. Quando chegaram, o mato era de meter medo.*⁴⁶ Segundo Mário Grynspan, *as terras da Baixada vão sendo ocupadas por lavradores, oriundos de outras regiões do estado ou do país, e que, vez por outra, são referidos como 'desbravadores'* (Grynspan, 1987:22). Esses lavradores foram atraídos pelos empregos na produção de laranja em Nova Iguaçu, ou mesmo pela possibilidade de estabelecerem posses ou parcerias para cultivo de frutas, gêneros alimentícios, ou fabrico de carvão (Grynspan, 1987:28).

Junto com esses, vários outros depoimentos apontam que esses lavradores haviam chegado nas "terras livres" de dez a vinte anos antes dos despejos⁴⁷. Essa datação tem uma série de implicações para as quais é preciso atentar. Primeiro, não se configurava a ocupação daquelas famílias como "posse imemorial", pois as pessoas estavam ali havia, no máximo, duas gerações. Esse "campesinato novo", flutuante, é uma das características da ocupação das áreas rurais do estado do Rio de Janeiro. Os determinantes para esse pouco enraizamento

⁴⁵ Depoimento da lavradora Creuza, ameaçada de despejo no interior de Campo Grande. Manchete: *Em Campo Grande, estado do Rio, mais de 30 posseiros estão sendo expulsos das terras que cultivavam*. Jornal Terra Livre, 1ª quinzena de agosto de 1954.

⁴⁶ *Imprensa Popular*, 15 de março de 1952.

⁴⁷ *Em Campo Grande, estado do Rio, mais de 30 posseiros estão sendo expulsos das terras que cultivam*. Terra Livre, 1ª quinzena de setembro de 1954. *Carta confirma violência*. Correio da Manhã; 03 de dezembro de 1966. *Nova investida dos grileiros de Xerém*. Imprensa Popular; 01 de outubro de 1953. *Lavrador lançado à miséria*. Imprensa Popular; 06 de janeiro de 1954. *Ninguém me põe fora da terra!* Imprensa Popular; 18 de julho de 1954.

com a terra em que viviam foram pesquisados por contemporâneos, os geógrafos Pedro Geiger e Miriam Mesquita, que assim sintetizaram o problema:

Outro fato importante que ocorre comumente na Baixada Fluminense, e que as estatísticas não mencionam, são os deslocamentos das populações rurais nos municípios e nas propriedades da região. Esses movimentos são devidos, principalmente, à falta de posse da terra pela maioria dos agricultores (...) raro é o morador que permanece mais de dez anos numa propriedade (Geiger & Mesquita, 1956:44).

Eles concluíram ter relações diretas com a concentração fundiária no estado do Rio de Janeiro a exclusão de grande parte da população rural da posse e da propriedade da terra em que trabalhavam. Grynspan também sugeriu que havia no estado do Rio de Janeiro um fluxo relativamente intenso de populações rurais em busca de novas terras para se estabelecerem, e que a estratégia dos lavradores despejados era costumeiramente ocupar novas áreas, enquanto isso foi possível (Grynspan, 1987; Geiger & Mesquita, 1956). De uma forma ou de outra, estamos lidando com opções que ensaiaram recriar condições de vida autônomas, pois aproveitaram da possibilidade de ocuparem novas terras e não ir para as cidades nem se proletarizar no campo.

Considero também ser possível dizer que essas famílias de trabalhadores chegaram à Baixada Fluminense naquele momento porque foram expulsos do campo do interior do estado do Rio de Janeiro ou de estados vizinhos (sobretudo o Espírito Santo) devido à transformação ou decadência agrícola dessas regiões, antes ainda do grande êxodo rural das décadas de 1940, 50 e 60. Esse processo pode ser explicado pela relação contraditória entre o capitalismo autoritário e o campesinato, ao fato de que, na década de 50, contemporâneo à decadência da *plantation*, houve avanço em larga escala da frente de pequenos agricultores em terras novas (regiões de fronteira), acompanhando a ampliação do desenvolvimento do capitalismo (ligada ao mercado nacional mas subordinada ao sistema dominante), pode ser muito útil para a compreensão da mobilidade camponesa.

Ele aponta a especificidade do surgimento do campesinato no Brasil como parte do processo de penetração capitalista no campo, que gerou como contrapartida a expulsão em um lugar mas a reprodução do campesinato em outros, como as áreas de fronteira, por exemplo. Por último, Velho ressalta o papel ativo que o conjunto de camponeses possuiu nas ações concretas baseadas em análise conjuntural -- *táticas*⁴⁸ -- das melhores oportunidades para a manutenção de um modo de vida livre e autônomo (no caso, indo para a fronteira num momento em que o Estado auxiliava esse processo com outras intenções). A meu ver, **essas ações podem ser percebidas como resistência à expropriação capitalista dentro de sistema capitalista consolidado.**

O relato de “seu” Geneci Ferreira, liderança da resistência na Fazenda Normandia, nas décadas de 1950 a 70 em Nova Iguaçu, mostra sua parte desse processo. Colono de um fazendeiro no Espírito Santo, com 13 anos, a contragosto, o rapaz foi obrigado a se mudar para uma nova fazenda comprada pelo patrão. Na viagem de caminhão houve um acidente e morreram três pessoas. Aí Geneci confirmou a raiva da situação em que vivia, já que *eles perderam a vida a troco de nada, sem mais e sem menos. E agora não há dinheiro que pague essas vidas*. E então formulou a idéia que *Deus lhe desse nem que fosse um pedacinho pequenininho, mas que fosse dele*. Ele tinha um irmão que vivia no Rio que o convidou a vir morar com ele. Quando já estavam instalados na periferia urbana da cidade, foram visitar um parente que morava em Japeri, e nesse fim de semana conheceu as terras onde depois se instalaria. Em suas palavras *Aí eu vi que o caminho abriu. Quando eu passava de trem, quando eu peguei o trem em Madureira, faz de conta que o meu caminho foi se abrindo... o senhor me mostrou que ali era o meu lugar. Isso era tudo vazio.*⁴⁹

⁴⁸ Esse conceito não foi expresso por Otávio Velho. Eu que o inseri porque julguei que sintetizava bem a proposta do autor. O conceito de *táticas de praticante* foi cunhado por Michel de Certeau (1994). Elas consistiriam nos meios através dos quais os segmentos pobres reinventam as normas que lhes são impostas de maneira que lhes seja mais favorável, dentro do possível. Discussão mais aprofundada na conclusão deste trabalho.

⁴⁹ Dados de entrevista com o senhor Geneci Ferreira. Assentamento Normandia, 22 de abril de 2000.

Essa possibilidade de ‘recriação camponesa’, ou recamponesação, isto é, de antigos trabalhadores procurarem meios de subsistência independentes de patrões, pode também ser considerada fruto da inexistência de alternativas concretas de reprodução social de outras maneiras que sejam percebidas como vantajosas, fazendo com que a via camponesa se torne a única alternativa para as massas rurais pobres (Velho, 1979). A população rural migrou para terras livres quando se dissolveu o sistema tradicional de manutenção de mão-de-obra da plantation, isto é, devido a sua subordinação ao sistema, por não terem alternativas, concomitante às dificuldades crescentes de absorção desse exército de reserva nos grandes centros urbanos (Velho, 1979:60). Entendo que essa idéia comporta também o fato de parte do êxodo rural das décadas de 50 a 70 ter sido motivado pelas expectativas de mudanças de vida na cidade grande, percebidas naquele momento como possíveis e vantajosas, que não podem ser negligenciadas do campo das opções familiares que foram feitas, já que em outras situações onde a fantasia estivesse menos visível, poderia ser mais viável a opção de pedir morada em outra fazenda a ir para as cidades. Isso dependeu do momento.

O caso do “seu” Geneci foi o mesmo de outros trabalhadores que, deparados a uma situação em que podiam escolher entre se sujeitar a patrões (no campo ou na cidade), ou procurar terras livres em que pudessem ter autonomia, escolheram esta última opção. O motivo que os levou a vir para a Baixada Fluminense e não para outro lugar (isto é, por que nesse caso optaram por um êxodo rural→rural e não rural→urbano, como foi o caso da maior parte dos migrantes que depois viriam para a cidade do Rio de Janeiro), pode ser entendido se pudermos nos despir do olhar teleológico e ver o processo com outros olhos: será que naquele tempo o estado do Rio de Janeiro ainda tinha tanta terra livre – uma zona rural aberta e produtiva -- que eles não vislumbravam que a situação pudesse mudar em tão curto prazo?⁵⁰

⁵⁰ Sobre essa tentativa de recriar condições de vida autônomas ver também *Jornal do Brasil*, 30/6/1963, 1º caderno, p. 25; Geiger & Mesquita, 1956:44; e Grynspar, 1987:176.

Como viviam antes de serem posseiros por estas bandas também é uma segunda questão que abre muitas possibilidades: eles eram *moradores* de grandes fazendas ou camponeses autônomos, *homens livres pobres*, nos termos da história agrária? Se tivessem sido moradores⁵¹ expulsos que recriaram condições de vida independentes dos grandes fazendeiros nas novas posses que encontraram (processo similar ao que ocorreu nas regiões de fronteiras agrícolas em expansão⁵²) então pode ser aventada a hipótese de que suas novas formas de viver eram táticas de resistência à proletarianização que os esperava nas cidades.

Mas havia outras possibilidades. Eles já poderiam ser autônomos antes de chegar ao 'sertão carioca', na forma de posseiros ou sitiantes, e tiveram que se deslocar espacialmente por contingências particulares das regiões de origem (uma seca prolongada, por exemplo). As fontes parecem mostrar que havia esses dois casos e mais um terceiro: um grupo de trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as, subempregados ou desempregados, que buscava no retorno à vida rural uma possibilidade de melhorar as condições de suas famílias, podendo mesmo nunca ter tido a experiência de vida no campo.⁵³ Esse dado não pode ser negligenciado, primeiro porque isso foi um argumento tradicional para desqualificar a autêntica "vocação agrícola" desses ocupantes (embora, só para lembrar, ninguém se preocupe em saber da vocação agrícola do fazendeiro). Segundo porque estamos falando de possibilidade de 'êxodo urbano', tão estranha à que vivemos atualmente (Grynspan, 1987).

Na conclusão de seu estudo sobre economia camponesa, Theodor Shanin demonstra que há reais possibilidades de "recamponesação" dentro do sistema capitalista citando, para confirmar sua tese, o exemplo do caso brasileiro (Shanin, 1980; Silva, 1999). Mesmo

⁵¹ O sistema de morada firmado entre uma família de lavradores sem terra e um fazendeiro previa o acesso a um lote dentro da propriedade mediante a contrapartida de alguns dias de trabalho semanal gratuito para o patrão. De fato, além desses dias, o patrão cobrava uma renda ou uma parte da produção da família residente em suas terras (O'Dwyer, 1988:74). O fato de ser morador de alguém é costumeiramente encarado pelos outros sitiantes como uma forma de sujeição, de falta de liberdade por estar permanentemente à disposição do proprietário (Garcia Jr., 1975; O'Dwyer, 1988).

⁵² Para entender a reprodução do campesinato brasileiro em áreas de fronteira, ver Velho, 1976.

⁵³ Sobre a origem urbana de alguns posseiros, ver Grynspan, 1987:177.

sabendo que esse processo é bem mais localizado e menos determinante que outros (como a urbanização). Podemos perguntar qual o significado disso quando pensamos a transformação capitalista da agricultura camponesa. Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas ou trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados (Shanin, 1980:58).⁵⁴

R e l a ç õ e s d e p r o d u ç ã o e c o m e r c i a l i z a ç ã o

A vida dos posseiros da Baixada Fluminense já não era fácil antes dos despejos. Depois de terem arcado com todo o esforço para sanear as terras, derrubar as matas e construir benfeitorias, os lavradores se mantinham naquelas áreas

*Morando em casas de barro batido, telhado de palha, construídas em terras devolutas, (...). Na verdade ali não há nenhum recurso ou assistência. Se um camponês ou algum membro de sua família adoece, tem que caminhar, a pé, cerca de uma hora para receber socorros, pois ali não existe posto de saúde, nem sequer uma farmácia. Não existem escolas em Piranema e as crianças crescem sem receber qualquer instrução.*⁵⁵

As famílias de lavradores viviam nessas condições a produzir gêneros para subsistência e/ou mercado local. As principais culturas eram aipim, feijão, milho e frutas, sobretudo a banana, cuja escolha pode ser entendida se observarmos que todas podem ter dupla utilidade: consumo familiar ou venda no mercado, dependendo para tanto dos preços e das necessidades no momento.

Essa lógica de consumo e produção das famílias de lavradores é visivelmente diferente da lógica capitalista. Nesse caso, que explicação dão os pesquisadores marxistas quando constatarem empiricamente a existência atual de formas de produção, como essa? Eles as

⁵⁴ Velho ressalta a importância histórica das terras livres -- a fronteira aberta -- como fator impulsionador da manutenção do sistema camponês. A possibilidade aberta pela fronteira de uma constante busca por melhores terras evitou que surgisse uma estratificação intransponível entre proprietários e não proprietários, mantendo a alta homogeneidade social das comunidades de posseiros que se formaram. No caso de situações de pressão para desagregação do modo de vida camponês (como conflitos de posse ou grandes secas), uma possível mudança de papel no sistema produtivo -- a proletarianização -- é substituída por um contínuo desdobramento no espaço do mesmo sistema camponês anterior (Velho, 1976).

⁵⁵ *Organizaram-se para enfrentar os grileiros*. Imprensa Popular. 18 de setembro de 1954.

definem como sendo função de certo tipo de relacionamento com segmentos capitalistas ou com movimentos do capital. Explicando melhor, por estarem subordinadas em última instância ao modo de dominação capitalista mais amplo, elas não seriam nem formas anteriores ao capitalismo nem resistências a ele, já que não teriam autonomia dentro desse sistema. Na visão desses pesquisadores, os camponeses do sertão carioca, mesmo que trabalhem de forma autônoma em seus lotes, no fim das contas precisam vender suas mercadorias no mercado, porque não produzem tudo o que consomem e precisam ter dinheiro. Isso seria a prova de que estão plenamente inseridos no sistema capitalista, tanto como produtores quanto como consumidores de mercadorias.⁵⁶

Se o campesinato for pensado em termos de pequena produção mercantil, tendo também virtualidades burguesas, seria possível esclarecer uma série de questões a seu respeito que não poderiam ser feitas com outro campo conceitual, tais como a tecnificação (acarretando a capitalização de determinadas unidades produtivas e a proletarianização de outras), e formas concretas de subordinação indireta do trabalho ao capital (Soares, 1981:213). Os pesquisadores que defendem essa tese consideram que isso não seria incompatível com um modo de produção específico, mas sim apenas a outra face da moeda, que se revelaria quando o sistema envolvente é predominantemente capitalista (Velho, 1979:64).

Além disso, o trabalho agrícola sob formas não capitalistas pode ser interessante para outros setores capitalistas, por exemplo, ao baratear os custos da cesta básica para assalariados e, com isso, aumentar a acumulação dos patrões (Oliveira, 1987); ou por não ter que se preocupar com créditos ou infra-estrutura (redirecionando os investimentos do governo para o setor industrial); ou mesmo pelos preços de seus produtos poderem ser cada vez mais

⁵⁶ A produção camponesa não é anti-capitalista porque os pequenos produtores agrícolas produzem mercadorias, colocando seus produtos no mercado e dependem deste para a reprodução de sua força de trabalho (Soares, 1981:213). Otávio Velho reforça essa idéia dizendo que para o caso brasileiro é preciso criticar os termos "economia de subsistência" e "economia natural", porque eles supõem um campesinato desvinculado das relações de mercado com a sociedade envolvente. Velho acredita que não há campesinato no Brasil sem relações de mercado (Velho, 1979:93). Por isso, na sua opinião, não haveria leis de funcionamento gerais do modo de produção camponês. (Velho, 1979:89).

aviltados sem que, com isso, os agricultores parem de produzir e mudem de ramo (Chayanov, 1966). Não se deve perder de vista que o modo de produção camponês se define não só por suas características endógenas, mas por ser subordinado, isto é, não ter alternativas às pressões exógenas às quais de alguma forma opõe resistência (Velho, 1979).

Só que, se partirmos para essa lógica mais autônoma, é preciso ver uma outra série de estudos que ainda não apresentei. Se descontarmos algumas falhas de generalização excessiva ou de pré-conceitos do olhar do pesquisador (Garcia Jr., 1975), é possível perceber nas conclusões dos estudos dos "camponesólogos" um sentimento generalizado de que haveria especificidades camponesas, como nos diz Shanin

Entendo que aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses entre vários modos de produção é chegar perto da riqueza e das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são os mesmos que os camponeses sob o feudalismo, mas que possuem uma especificidade de características sociais e econômicas que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. (Shanin, 1980:69).

Em sua maior parte esse campo de pesquisas foi formado por trabalhos de não marxistas⁵⁷ que, tendo como principal justificativa o fato de que sociedades não capitalistas não separam a economia dos outros campos da vida social e, por isso, outras relações de ordem cultural, parental ou comunitárias podem ser tão estruturantes nessas sociedades quanto as relações de produção. Esses autores consideraram ser possível caracterizar as sociedades camponesas segundo outros critérios que não somente de ordem patrimonialista.

Mas pesquisas também revelaram a natureza incompleta da racionalidade econômica do campesinato e, em decorrência, que as relações estabelecidas por eles com o mercado capitalista têm particularidades empíricas, ditas as 'particularidades dos mercados com camponeses', que foram tratadas por uma série de autores. Algumas delas são: a flexibilidade

⁵⁷ Os estudos não marxistas optaram quase sempre por uma metodologia funcionalista, de criação de tipologias ou enumeração de características que perdem a dinâmica e as transformações dessa sociedade. A análise estática dos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais em separado, numa tipologia simplista, é insuficiente. É preciso encarar a especificidade camponesa na interdependência entre todos os elementos mencionados, ao mesmo tempo em que o cerne determinante, segundo Shanin, repousaria na natureza e na dinâmica do empreendimento rural familiar (Shanin, 1980).

entre consumo e venda em função de circunstâncias ocasionais – chamada ‘alternatividade subsistência-mercado’ (ou seja, a possibilidade de consumir o que plantou quando o preço está baixo ou de vender o mesmo produto quando assim o valha); o caráter não mercantilizado de alguns dos meios de produção (como a terra e o trabalho); a formação de monopólios locais de compra e venda de produtos; a existência de uma cadeia social de clientelismo, patronagem e usura para sustentar a reprodução camponesa; informações sobre preços e tecnologias pobres e fragmentadas e, por último, critérios de uso do solo particulares por seguirem normas sociais comunitárias (Abramovay, 1992). Todos esses aspectos puderam ser verificados no meu estudo de caso, tanto pelas fontes jornalísticas quanto pelo trabalho anterior de outros pesquisadores sobre o assunto (Grynspan, 1987; O’Dwyer, 1988). Eles serão mais aprofundados no capítulo seguinte.

Por isso, mesmo concordando que não há como negar a convivência de formas não capitalistas de produção com o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, Luiz Eduardo Soares pondera que o emprego do conceito de modo de produção não é apropriado para a compreensão da especificidade camponesa (Soares, 1981:211). Isso porque mesmo que seja na relação de compra e venda com esses mercados que residam os elementos que dão (ou não) equilíbrio interno à unidade camponesa, condicionando, pressionando e/ou transformando essa lógica interna (Ellis, 1988), as relações dos camponeses com o mercado se dariam numa outra lógica, determinada pelo mecanismo de ‘alternatividade subsistência-mercado’ ligado ao funcionamento interno da unidade camponesa.

Pelos depoimentos que encontrei, as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores vizinhos à capital federal de manter sua produção agrícola eram muito peculiares: ao mesmo tempo em que tinham a missão de abastecer de gêneros alimentícios um vasto mercado consumidor urbano, não eram contemplados com nenhuma assistência técnica, creditícia ou comercial, como se, para o Estado, não existissem de fato. É a conclusão que fica patente quando sabemos que

*Vivendo nas imediações da própria capital da República, os camponeses do sertão carioca não dispõem de financiamentos do governo, embora sejam abastecedores naturais da população. Não recebem praticamente nenhuma ajuda técnica. As pragas atacam suas lavouras, como acontece presentemente com os bananais de Jacarepaguá, Campo Grande e imediações. (...).*⁵⁸

Essa falta de apoio fazia com que as condições de produção fossem tradicionais, sem quaisquer setores *a montante* e *a jusante* da agricultura (isto é: nível zero de mecanização, adubação, preparo do solo e, também, sem nenhum beneficiamento do produto agrícola final), produção que era vendida *in natura* para intermediários, que se alimentavam da falta de condições do lavrador vender melhor seu produto e acabava, por vezes, encarecendo para o consumidor o que foi vendido pelos agricultores a preços irrisórios. Essa situação era constantemente denunciada pelas associações de lavradores.

*(...) Como os cereais não custavam o suor do ministro João Cleofas, são vendidos por preços baixíssimos aos particulares, que passam a fazer concorrência aos colonos, e tendo no fim lucros muito maiores do que os que trabalharam para plantá-los. Dessa forma, quando os colonos do Núcleo São Bento vão às feiras livres vender os seus produtos, encontram os particulares fazendo-lhes concorrência com os próprios cereais por eles plantados, e que são quase dados aos particulares pelo Ministério da Agricultura.*⁵⁹

No caso desses colonos, eram obrigados a vender para o Ministério da Agricultura. No geral, a necessidade de vender a produção a intermediários a baixo preço estava ligada às promessas de venda antecipadamente feitas aos agiotas que fornecessem algum crédito aos lavradores, fator que impedia a capitalização desses produtores e o incremento de suas técnicas de produção, como constatou a reportagem a seguir

*O lavrador carioca é obrigado a entregar a produção aos intermediários e ainda submeter-se ao tabelamento arbitrário da COFAP. (...) o médio e pequeno lavrador não são beneficiados pelo crédito fácil e a longo prazo, nem mesmo por crédito nenhum, vivem sujeitos ao agiota pagando juros de 5 a 10% ao mês.*⁶⁰

⁵⁸ Conferência Regional dos Trabalhadores Agrícolas. Imprensa Popular. 21 de agosto de 1954.

⁵⁹ Explorados pelo Ministério da Agricultura os camponeses de Nova Iguaçu. Imprensa Popular. 23 de janeiro de 1954.

⁶⁰ Liquidada pela prefeitura a produção agropecuária. Imprensa Popular. 12 de agosto de 1954.

Poderíamos julgar que ao menos a situação dos Núcleos Coloniais, áreas diretamente gerenciadas pelo governo federal para fins de agricultura, fosse melhor.⁶¹ Mas, em 1954, a Imprensa Popular já denunciava vários problemas:

*As colheitas feitas pelos colonos do Núcleo São Bento e que deviam pertencer totalmente aos mesmos, são, entretanto divididas com o Ministério da Agricultura, que fica com a metade dos produtos. Obrigados a uma produção restrita em virtude dos contratos a prazo curto, cara devido às inúmeras dificuldades, os lavradores não encontram um mercado onde livremente possam vender seus produtos ao consumidor. Têm de entregar toda a produção à especulação dos intermediários e ainda se submeter arbitrariamente ao tabelamento arbitrário da COFAP.*⁶²

Ao contrário do que se projetou, o que aconteceu foi o abandono da política de incentivo ao “cinturão verde” em prol de outras prioridades. Os órgãos responsáveis por gerir a dinâmica produtiva dos colonos que lá viviam se tornaram verdadeiros patrões e açambarcadores da produção, sem a contrapartida da assistência que deviam fornecer. Por isso, os lavradores dos núcleos acabavam ficando aprisionados numa rede em que o Estado cobrava tabelamentos, impostos sobre a terra e nada dava em troca.

‘ M o d o d e p r o d u ç ã o c a m p o n ê s ’ o u a g r i c u l t u r a f a m i l i a r ?

Vou aqui apenas pincelar uma discussão que por muito tempo atizou o debate entre os marxistas e não marxistas: a maneira exata de conceituar a forma de produzir do camponês. Já que, para Marx, o conceito de modo de produção deveria se aplicar ao cálculo econômico dominante num determinado momento histórico, à economia camponesa faltaria um ingrediente crucial para sua conceituação como modo de produção próprio, que é justamente dominar para subordinar. Nesse sentido, os camponeses não conformariam um modo de produção porque lhes faltaria a estrutura político-econômica relativamente auto-suficiente ou,

⁶¹ O Instituto Nacional de Imigração e Colonização, INIC, ligado ao Ministério da Agricultura, tinha como objetivo maior a administração e manutenção dos núcleos coloniais e das terras públicas existentes nesse período. (Grynspan, 1987:261).

⁶² *Liquidada pela prefeitura a produção agropecuária.* Imprensa Popular. 12 de agosto de 1954.

em outras palavras, porque eles não dominariam o sistema de apropriação de excedentes. (Moura, 1986:62; Shanin, 1973). É a situação exposta por Eric Hobsbawm:

O mundo do pobre, embora elaborado, reservado e separado, é um mundo subalterno e, portanto, em alguns sentidos um mundo incompleto, pois normalmente admite a existência de uma estrutura geral daqueles que detêm a hegemonia ou, de qualquer maneira, sua própria incapacidade de na maior parte do tempo fazer algo quanto a isso (Hobsbawm, 1987:67).

Como já apontei no capítulo anterior, a escola marxista em grande parte negou a especificidade do modo de vida camponês, preferindo se referir a ele como parte de uma pequena burguesia, ou como proletário rural tendencial. As obras de Marx lidaram com a economia camponesa: 1) como um modo de produção secundário (uma das formas de produção mercantil simples) que historicamente aparece subordinado a diversos modos de produção dominantes; 2) referindo-se especificamente a formações econômico-sociais européias do século XIX, como uma forma de transição cuja tendência seria a absorção pelo capitalismo (Cardoso, 2002).

Partindo dessas premissas ou negando-as é que se caracterizaram as correntes de debate a respeito do caráter capitalista ou não da economia camponesa. Em outras palavras, os estudos marxistas tenderam a negar a especificidade do modo de produção camponês, inserindo-o na lógica do modo de produção capitalista mais amplo, enquanto os pesquisadores não marxistas (sobretudo antropólogos culturalistas e economistas neoclássicos) fizeram o trabalho inverso: tentaram comprovar a singularidade da economia do campesinato. Para os últimos, existiriam aspectos da lógica desses modos de viver (de capitalistas e camponeses) que não são mutuamente assimiláveis, ao mesmo tempo que existiria algo “lá no fundo” que une os camponeses, que os caracteriza enquanto classe social no sentido mais relacional do termo, mesmo estando continuamente tensionados pelo capitalismo.

O campesinato seria um grupo social com *unidade e identidade* e, mesmo em transformação dentro do sistema capitalista, manteria posição própria e uma lógica de organizar a produção imediata não voltada para a maximização dos lucros. A economia

camponesa se caracterizaria por formas extensivas de ocupação autônoma e familiar, pelo controle dos próprios meios de produção, pela prioridade da subsistência e pela qualificação profissional multidimensional (Chayanov, 1966). Além disso, a família camponesa não se proletarizaria totalmente porque teria em seu interior forças marginais e não transferíveis à produção capitalista, como crianças e idosos (Tepicht, 1973).

Se for possível pensar o conceito de modo de produção num sentido mais estrito que o original proposto por Marx,⁶³ onde ele só comportaria a forma de produzir, o processo de trabalho e o nível tecnológico geral da produção, então neste caso os camponeses seriam um modo de produção específico, em função de uma lógica diferente da capitalista, e daí surge a idéia de 'modo de produção camponês' (Chayanov, 1966).

Por isso, mesmo com todas essas dificuldades, eles se regozijavam por serem livres e de verem as realizações do próprio trabalho na terra. No mesmo relato de Dona Creuza, por exemplo, ela conta todas as suas dificuldades mas termina dizendo que *vivíamos calmamente até no ano passado, quando fomos intimados, os 32 posseiros, para comparecer à delegacia de polícia*.⁶⁴ Como podemos explicar esse aparente paradoxo entre as péssimas condições de trabalho e a visão que os próprios lavradores tinham de suas vidas?

É sua posição independente da exploração direta do sistema capitalista que os lavradores do sertão carioca gostavam muito de frisar: a vantagem de não ter patrões e poder fazer o que quisessem em sua própria terra. Eles lembravam bem da condição de sujeição em que viviam anteriormente e, para conquistar e manter essa autonomia tinham feito, e ainda faziam, os maiores sacrifícios. Situação parecida com o estudo de Otávio Velho, onde mostrou que em algumas regiões do Brasil existe ainda a nostalgia da busca do 'bom patrão'

⁶³ Vou retomar a autoridade de Marx para designar o modo de produção: o conceito representaria a forma abstrata e ao mesmo tempo uma estrutura histórica particular dentro da qual são providas as necessidades materiais da sociedade, em um dado estágio do seu desenvolvimento. Um sistema de economia política centrado na criação, apropriação e controle de excedentes, através das relações de dominação do homem pelo homem, que forneceria o determinante para várias outras características de uma dada sociedade numa dada época, porque definiria também um 'padrão de consciência' típico (Marx, 1991).

⁶⁴ Em Campo Grande, estado do Rio, mais de 30 posseiros estão sendo expulsos das terras que cultivam. Terra Livre. 1a quinzena de setembro de 1954.

ou de um paternalismo governamental, mas no caso específico que estudou, camponeses do sul de Marabá, eles efetivamente consideravam como o maior bem não só o fato de serem patrões de si mesmos e de terem a posse da terra, mas também que esse seria o caminho real para a sua prosperidade e integração na sociedade. Em termos de perspectivas futuras, tinham medo do retorno do cativeiro (que seria a proletarianização) mas percebiam suas trajetórias sociais como ascendentes, desde que não fossem perturbados (Velho, 1979:62; Bourdieu, 1986).

Para Ricardo Abramovay, o camponês atual e o pequeno produtor familiar são a mesma coisa: pessoas que não desapareceram com a penetração do capitalismo no campo mas também não mantiveram a lógica camponesa clássica (Abramovay, 1992:130). Já outros autores, mais prudentes, postulam a possibilidade de ser feita uma diferenciação entre *camponês* e *agricultor familiar* pelo nível com que sua produção é socializada no mercado capitalista. (Ellis, 1988). Nesse caso, o produtor poderia ser definido pela maneira com que se insere no quadro da divisão social do trabalho mais ampla, formando um *continuum* entre a produção camponesa mais isolada, somente para auto-subsistência, e o agricultor “integrado”, que produz em seu sítio mas recebe ordens, regras, insumos, sementes e tudo o mais da empresa para a qual destinará seus produtos.

Devemos tomar cuidado ao usar agricultura familiar como sinônimo de agricultura camponesa, atentando para o que Maria Moura já colocava que é a diferença de abrangência desses termos. Enquanto a agricultura familiar se refere ao uso de um certo tipo de mão-de-obra para o trabalho agrícola (quase sempre auto e superexplorada), sendo apenas uma variante do processo mais amplo de produção de mais valia capitalista; a agricultura camponesa teria uma lógica produtiva própria, baseada em critérios extra-econômicos e resistente à capitalização. Se a simples socialização da produção não basta para diferenciá-las (porque mesmo o produtor para subsistência troca mercadorias para obter o que não produz), Shanin nos apresenta alguns autores (Danilov et alii *apud* Shanin 1980) que para resolver esse

problema tiveram a idéia de diferenciar quem seria mesmo camponês a partir do uso ou não de meios de produção naturais (terra e mão-de-obra), não mecanizados (Shanin, 1980: nota 26).

Além de um modo de produção distinto, o campesinato teria uma cultura *lato sensu* e uma moralidade próprias diante de seu esforço produtivo, com preeminência da racionalização tradicional e conformista, a tradição oral, mapas cognitivos específicos e padrões próprios de socialização e aprendizado ocupacional. Seguindo essas pistas, os estudos antropológicos vão ressaltar que a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta, porque seu ambiente social permite que outros critérios não econômicos sejam organizadores da vida social.

No que tange à organização social, mesmo sem formar uma sociedade à parte e inserido num conjunto social --nacional e urbano -- que o influencia e domina, o campesinato possuiria um modo de viver em sociedade específico, sistemicamente integrado no que pode ser chamado de uma 'sociedade parcial' com uma 'cultura parcial': regras comunitárias e familiares, símbolos de trabalho, e códigos específicos de conduta, produção e distribuição do excedente (Redfield, 1956; Abramovay, 1992). Na organização social, a predominância em ordem decrescente do grupo doméstico, da aldeia, do centro mercantil e do nível mais baixo da autoridade estatal (a municipalidade), bem como a posição subserviente geral das unidades camponesas no sistema de dominação política mais amplo (Shanin, 1980).

No campo político, os grupos camponeses se caracterizariam por possuir sistemas de intermediação e apadrinhamento e tendência à segmentação vertical (relações de tipo coronelísticas ou clientelísticas) e ao faccionismo, a atmosfera típica da política e da rebelião camponesas: o banditismo e a guerrilha (Shanin, 1980). De novo aparece o problema da *diferenciação interna X coesão* da sociedade camponesa, questão muito presente nos debates sobre as ações políticas dos camponeses. Um pouco disso já foi discutido no capítulo anterior, quando falei do conceito de *rebeldes primitivos*. O conceito de 'modo de vida',

cunhado pela escola funcionalista, pressupõe homogeneidade e harmonia interna à comunidade camponesa, uma visão idealizadamente integrada da vida social.⁶⁵ Já Otávio Velho reitera que os camponeses não agiriam politicamente sempre do mesmo jeito, e os estudos a esse respeito devem perceber essas diferenciações internas, sem visões românticas ou moralistas que impediriam o pesquisador de perceber “homens e mulheres reais”, achando que a política camponesa é mais pura e distinta de todo o resto. (Velho, 1979:90; Soares, 1981)

Essa idéia me parece completar a discussão de Thompson a respeito da ambigüidade entre conformismo e resistência latente na identidade dos trabalhadores, bem explicada no trecho a seguir:

"A identidade social de muitos trabalhadores mostra também uma certa ambigüidade. É possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde. (...) Assim, as duas consciências teóricas podem ser vistas como derivadas de dois aspectos da mesma realidade: de um lado, a conformidade com o status quo, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores, os oficiais dos pobres, etc. De outro lado, o "senso comum", derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e os vizinhos, que expõe continuamente o texto do teatro paternalista à crítica irônica e, com menos frequência, à revolta" (Thompson, 1998:21).

Thompson gostaria que se entendesse que os trabalhadores não são nunca 100% revolucionários nem 100% conservadores. E que, dentro de uma hegemonia capitalista que não consegue ser totalitária, há formas de aceitar e de rejeitar padrões e ordens vindas de cima. Os camponeses engolem (não têm alternativa quanto a isso) serem subordinados (pagar impostos que lhes tiram o excedente, serem progressivamente mais explorados, não construírem suas próprias políticas, etc), mas também mantêm teimosamente formas de viver e ver o mundo distintas desses que os dominam. Seria preciso reconhecer que no processo

⁶⁵ A respeito da economia neoclássica, ela colaborou para o entendimento da lógica camponesa e do problema agrário no Terceiro Mundo, mas as três teorias neoclássicas sobre a microeconomia camponesa se baseavam em critérios somente econômicos, gerais e a-históricos, e não levavam em conta o ambiente social onde transcorre a vida camponesa. Uma discussão aprofundada sobre essas teorias em Abramovay, 1992, capítulo 3.

histórico há permanências e rupturas, contradições que geram mudanças e outras que refletem a dominação e que, enfim, há espaço para especificidades subordinadas, que, por assim o serem, ao mesmo tempo resistem e se conformam (Chauí, 1986).

Há os que tenham concluído que a situação de relativa autonomia dos lavradores dos sertões cariocas em seus lotes (sua dependência era exclusivamente relacionada ao pagamento de renda da terra ao fazendeiro), fez com que não se fortalecessem laços de cooperação entre eles, daí a inexistência de uma comunidade rural (O'Dwyer, 1988:90). Nessa concepção, os lavradores do sertão carioca se diferenciavam de pequenos proprietários de terra apenas porque

além de subordinados no que dizia respeito à apropriação dos produtos cultivados, estavam constrangidos a incluir os grandes proprietários rurais na estratégia de reprodução das suas condições de trabalho e manutenção. (...) Pelo uso da terra destinavam uma parte de sua produção agrícola, sendo este pagamento responsabilidade individual de cada família (O'Dwyer, 1988:89/90).

Mas o estudo de Lindoso sobre a ocupação da Fazenda Cachoeira Grande nos passa uma idéia diferente:

Esse movimento social que trouxe levas de migrantes do Norte Fluminense e do Espírito Santo para áreas mais ou menos próximas do Rio de Janeiro transcorreu sem que fossem quebrados (ou que fossem reconstituídos) os laços de parentesco, amizade e vizinhança que uniam grupos de trabalhadores em seus locais de origem, ou que foram se formando em sua trajetória migratória. Ao encontrarem "terra livre" esses grupos se reconstituíam – ou encontraram condições de se manter – na medida em que encontraram um locus no qual podiam operar essas relações (Lindoso, 1983: 37).

A partir dessa análise, é possível perceber laços de parentesco, amizade e vizinhança que uniam as famílias de lavradores em seus locais de origem, laços esses que deviam lhes ser suficientemente caros para que não fossem destruídos, nem numa situação tão adversa quanto uma nova ocupação de terras.

Afirmando certa coesão interna dessa comunidade camponesa, Hobsbawm concorda que a desintegração política possa ser adiada ou dissimulada pela persistência de diferenças

tradicionais maiores entre cidade e campo, mesmo que alguns sempre falem em nome dos interesses comuns dessa comunidade, particularmente os camponeses ricos. A respeito dessa identidade de classe, Hobsbawm constata que eles próprios se percebem como diferentes de grupos não camponeses, seus comportamentos e costumes são concretamente diversos dos da cidade, e conclui que essas diferenças podem ter gerado *uma vaga consciência camponesa, como uma subvariedade especial da subalternidade, da pobreza, da exploração e da opressão, que não tem limites geográficos* (Hobsbawm, 1998^a:217). Mesmo assim, ele afirma que em situações políticas modernas, premido em algum momento pela diferenciação econômica, *o campesinato como conceito político desaparece, porque os conflitos no seio do setor rural passam a contrabalançar o que todos os camponeses têm em comum contra os de fora* (Hobsbawm, 1998:235).

Já a ressalva de Thompson é para que, ao lidar com camadas populares, não tendamos, pelas fontes "de cima" com que geralmente lidamos, a encampar a "visão de classe" desses registros, quase sempre uma descrição das relações sociais do ponto de vista dos dominadores. Se conseguirmos fugir disso, poderemos perceber que

A vida de uma paróquia pode igualmente girar em torno do mercado semanal, das festividades e férias de verão e inverno, da festa anual da aldeia, tanto como ao redor do que ocorria na casa grande (...) Podia existir uma radical dissociação – em certos casos antagonismo – entre a cultura e inclusive a "política" dos pobres e aquelas dos grandes (Thompson, 1979:17).

Mesmo sabendo que Thompson se referia aos pobres ingleses do século XVIII, acho que a advertência é válida para o meu caso. Então, por que os lavradores por sua própria iniciativa não poderiam querer criar laços comunitários e alianças políticas independentes? Será que esses lavradores que nos são passados como "bichos do mato", só estariam isolados do circuito de mando e desmando dos grandes proprietários? Baseados numa visão mais positiva e autônoma das classes populares alguns estudos têm mesmo demonstrado que esse isolamento proporcionaria uma situação de maior autonomia política, que seria favorável à

afirmação mais rápida de uma identidade de classe, e é o que constato nesse caso (Wolf, 1969).

É por isso que, pensando menos na produção e mais na organização social, Margarida Maria Moura vai discordar dessa intercambialidade entre os termos *pequeno produtor* e *camponês*. Em seu argumento, o conceito de pequeno produtor remete somente à realidade econômica da troca de mercadorias, enquanto o conceito de camponês transcende essa materialidade econômica e remete a outros aspectos de sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. O campesinato seria *um conceito que permitiria melhor explorar aspectos da cultura e do modo de vida desses grupos* (Moura, 1986:69).

Sendo assim, **considero que as especificidades camponesas devem ser entendidas sem desconsiderar que algumas de suas características** (as ‘virtualidades burguesas’, os sonhos de consumo, a necessidade de tecnificação da produção, por exemplo) **podem ser determinadas pela sua relação com o capitalismo**, e que isso é um dos padrões essenciais para a transformação da agricultura camponesa contemporânea. **Mas a falha desse raciocínio é que não se pode definir como capitalista tudo o que estiver vinculado à economia capitalista**, porque

Isso seria uma grande redução, não importa o nome que a designe (articulação, dualismo, etc). Os camponeses e suas dinâmicas devem ser considerados tanto enquanto tais, como dentro de contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que são eles e do que é a sociedade em que vivem (Shanin, 1980:69).

Vou defender aqui a idéia de que o "modo de viver do camponês", mesmo sendo subordinado, não pode ser reduzido nem explicado pela lógica e pelos valores capitalistas. Conclusões equivocadas sobre a lógica camponesa podem partir, por exemplo, de representações distintas que o mesmo termo, como *terra* ou *mercado*, podem ter para esses dois mundos.

No primeiro caso, a terra, está em jogo a famosa questão de ter ou não a propriedade privada para ser ou não considerado capitalista. Acontece que querer se manter na terra não é querer acumular, e esta é uma diferença muito grande entre a propriedade capitalista e a 'terra de trabalho' camponesa. Para o camponês

A terra é pensada e empregada estritamente como valor de uso, meio de produção e matéria-prima, nunca valor de troca, quer dizer, jamais enquanto bem passível de comercialização, [Isso] constituiria uma espécie de marca registrada do campesinato, expressiva de sua lógica econômica singular (Soares, 1981:23).

A segunda discussão nesse campo pode ter como exemplo o caráter do mercado.

O mercado é um mercado ou é uma metáfora? É claro que pode ser ambas as coisas, mas muito freqüentemente o discurso sobre 'o mercado' transmite a impressão de algo definido – um espaço ou instituição de permutas (...) – quando, na verdade, o termo é empregado como metáfora do processo econômico ou como uma idealização ou abstração desse processo (Thompson, 1998^a:213).

Margarida Maria Moura, resgatando Theodor Shanin, nos lembra de uma diferença muito importante entre os conceitos *lugar de mercado* e *mercado*: o *lugar de mercado* sempre foi um espaço vital da existência camponesa, onde se adquirem mercadorias, recebem-se informações locais e gerais e a comunidade interage com o que a cerca. As pesquisas mais recentes desmentem a idéia de que os camponeses, mesmo no feudalismo, viviam num mundo fechado, sem trocas com o exterior (Thompson, 1998^a). Nem eles viviam somente com o que produziam, porque o 'lugar de mercado' e a 'alternatividade subsistência-mercado' faziam das feiras lugares de trocas mercantis e simbólicas mesmo sem moeda, mesmo sem nenhuma condição (quem sabe até intenção) de acumulação nos moldes capitalistas (O'Dwyer, 1977; Garcia Jr., 1975; Shanin, 1980). Na síntese de Eric Wolf podemos entender o porquê da não acumulação do mercado camponês:

o camponês produz num mercado de fatores e produtos restritos. Os fatores de produção -- terra, trabalho e equipamento -- reduzem-se a uma relativa imobilidade, em virtude de antigas hipotecas e expectativas; a produção é vendida no mercado, a fim de conseguir manter a margem de lucro

necessária para a compra de mercadorias não produzidas em casa (Wolf, 1969:15).

A meu ver, é preciso então que se faça uma diferenciação entre os objetivos capitalistas num mercado (a acumulação para reprodução ampliada do capital), e os objetivos camponeses (reprodução simples, manutenção da sobrevivência). No caso que estudo, por exemplo, todo sábado partiam todos os homens com seus produtos para serem vendidos no mercado central de Nova Iguaçu. Havia inclusive um vagão do trem destinado somente a estas mercadorias. De tarde, voltavam no mesmo vagão, também cheio, mas dessa vez com sabão, sal, açúcar, enfim, com as mercadorias pelas quais trocaram parte de seus produtos.

Daí concordo com Maria Moura: não é todo o mercado que é burguês. Nesse espaço podem ocorrer trocas mercantis simples (do tipo M-D-M)⁶⁶ que mutuamente permitem aos que trocam novas aquisições para uso da casa e do sítio, sem esquecer que também existem trocas para intermediários que geram lucro comercial numa esfera de circulação mais ampla. E mesmo quando se relacionam com mercados verdadeiramente capitalistas, essas relações são diferentes, consideradas como uma “inserção parcial em mercados incompletos”, já que há uma flexibilidade bem maior entre consumo e venda do que é produzido, e nem todos os meios de produção são comprados (Abramovay, 1992; Heredia, 1979; Garcia Jr., 1975).

O termo *mercado* no linguajar moderno transcende o espaço e o contato físicos, consistindo muito mais numa lógica de produção baseada na transformação da terra e da força de trabalho em dinheiro com vistas ao lucro, à reprodução ampliada do capital. Como a “economia de mercado” é muitas vezes utilizada como uma metáfora do processo capitalista, pode virar um mito, um tipo ideal de mercado como uma entidade neutra, uma força consensual benéfica, um espírito energizador que involuntariamente maximiza os melhores interesses da nação.

⁶⁶ Na teoria de Marx, a fórmula M-D-M representa a produção mercantil simples, que se dá quando a venda de uma mercadoria resulta em dinheiro para adquirir outra. A circulação da produção camponesa é, portanto, uma reprodução simples da riqueza, isto é, nem acrescenta nem diminui nada do montante geral da riqueza. Em contraposição a ela, a fórmula D-M-D é quando o dinheiro compra mercadorias (força de trabalho entre elas) para produzir mais dinheiro, característica do modo de produção capitalista. Cf. Moura, 1986.

Quando visto sob esse aspecto, o mercado é uma máscara usada pelos interesses particulares que não coincidem com os da “nação” ou da “comunidade”, mas que querem, acima de tudo, ser confundidos com esses interesses coletivos (Thompson, 1998^a:235).

A crítica de Thompson para esse uso do termo mercado é clara: ele *não pode ser isolado e abstraído da rede de relações políticas, sociais e legais em que está situado* (Thompson, 1998^a:222). Por isso devemos ter cuidado ao falar de relações de mercado com camponeses. Não custa ressaltar que os produtos no mercado camponês (um *lugar de mercado*, ou um *mercado de subsistência*, para definir melhor) não têm como objetivo a acumulação para enriquecimento. Sendo assim, o mercado é estranho à lógica de reprodução camponesa, ao cálculo econômico camponês e, mais que isso, com ele trava um cabo de guerra de transformações internas e pressões externas. (Moura, 1986; Shanin, 1973; Abramovay, 1992).

As especificidades culturais, econômicas, sociais e políticas do grupo camponês me fazem defender que os lavradores do sertão carioca teriam um outro tipo de economia que lhes impõe outras preocupações e valores que não somente os do mercado liberal e, mais ainda, faz com que resistam à integração pura e simples de suas normas de conduta em regras puramente econômicas. As pequenas comunidades rurais seriam marcadas por uma cultura tradicional em unidade indissolúvel com relações sociais de reciprocidade (Shanin, 1973; Polanyi, 1957 apud Abramovay, 1992), formando uma *economia moral que pressupõe direito à subsistência e reciprocidade* (Scott, 1976⁶⁷), e também uma ética de subsistência onde a busca de segurança, lealdade, dependência e reciprocidade limitariam o consumo (Wolf, 1969).

Não estou esquecendo que uma lógica tão diversa não possa conviver dentro do sistema capitalista sem problemas. Muito pelo contrário, há toda uma literatura "vista de cima" em que os brasileiros livres e pobres seriam indolentes para o trabalho, vadios, sujos e

⁶⁷ Sobre discussão de economia moral, ver principalmente Thompson, 1998a, capítulos 4 e 5.

desordeiros. Para os "modernizadores" do campo, o modo de vida da autossustentação lembraria a barbárie e seria melhor que o "pobre honesto e trabalhador" se curvasse ao trabalho explorado pelo latifúndio (Silva, 1998; Pedroza, 1999). Essa visão, muito comum durante a primeira metade do século XX, é prova de que

o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo ("necessidades"), às inovações técnicas e à racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos (Thompson, 1998:21).

Em seu conjunto, os camponeses são marginalizados, a importância da economia camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada pela lógica empresarial. Um dos motivos para tudo isso é que, segundo a tese de Mann e Dickinson (Mann & Dickinson, 1987), a agricultura tem particularidades naturais -- por operar com base em elementos vivos -- que colocam obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho e, por isso, impedem que o setor se industrialize como os outros. Nesse sentido, não interessaria à lógica capitalista um campo tão cheio de limites e dificuldades naturais à acumulação. Por isso a saída progressiva da burguesia agrária (que prefere investir em outros setores) e a permanência da agricultura familiar como motor e alicerce da produção agrícola (Abramovay, 1992).

Por isso a economia dos camponeses pode ser vista como um dos fatores de resistência à penetração capitalista no sistema camponês. Em síntese, a vida dos lavradores fluminenses ou cariocas, desde os Núcleos Coloniais até as imediações do centro da capital, não parecia variar muito desse quadro que acabo de expor. Hoje ela é vista como periferia do Rio de Janeiro (zonas Norte e Oeste) e Baixada Fluminense, quando se refere aos municípios vizinhos. Até o início dos anos 40, entretanto, eram todos sertões cariocas, que passaram a ser cobiçados a partir de processos bem datados, que passo a expor agora.

9 *Mudanças de interesse e novos conflitos*

No período de dita ‘decadência produtiva’ da Baixada Fluminense, de fins do século XIX até 1920, foram aventadas várias propostas para revitalização produtiva da região, mas que demandavam investimentos efetivos dos governos em saneamento e incentivos.⁶⁸ Isso porque a Baixada é formada por planícies e pântanos facilmente alagáveis, e sem a limpeza periódica dos canais e rios, antes feita pelos escravos, grandes trechos foram novamente tomados por águas paradas, viveiros de mosquitos.

A s o b r a s d e s a n e a m e n t o e o f r a c a s s o d o c i n t u r ã o v e r d e

Mas as obras de drenagem e saneamento do governo federal começaram efetivamente apenas em 1938, e se concentraram maciçamente nos municípios da Baixada mais próximos à cidade do Rio de Janeiro (Grynspan, 1987:42). Essas obras faziam parte de um plano maior que tencionava desde melhorar a salubridade da região até fomentar a colonização intensiva, passando pelo incremento da rede de transportes para escoamento da produção.⁶⁹ Uma das metas era a criação de um cinturão verde que produzisse gêneros alimentícios para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro,⁷⁰ para tentar solucionar as crises de abastecimento vividas após a 2ª Guerra Mundial. Para tanto foram formados, até 1955, sete núcleos coloniais no estado. Dentro desse grande projeto federal constava prioridade para regularização fundiária da região, pois já se apresentava como um problema, nessa época, a

⁶⁸ É nesse contexto também que surgem as propostas de diversificação da agricultura na região, partindo da mão-de-obra imigrante e disciplinando os “nacionais”, para revalorizar as áreas decadentes. A Baixada Fluminense era uma área privilegiada para experimentações modernizantes, porque assim se mantinha intacta a estrutura fundiária do restante do estado do Rio de Janeiro. Discussão mais ampla desse assunto em Santos, 1984; e Pedroza, 1999.

⁶⁹ Segundo Grynspan, “A colonização no Brasil se inseria na retórica estadonovista de construção da nacionalidade, de expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, de conquista do interior do país e de ocupação e recuperação de seus espaços vazios (Esterci, 1972; Velho, 1976). Visava-se, com o deslocamento controlado da fronteira agrícola, a redução de tensões nas áreas mais tradicionais e mais densamente povoadas (Tavares, Considera, Silva, 1972:33).” (Grynspan, 1987:44)

⁷⁰ Decreto-lei 893, decreto-lei 5110 de 12 de janeiro de 1940. Ver também Silva, 1961:4 e 11; Grynspan, 1987:45; Pedroza, 2000.

apropriação indébita de terras. Por isso, o governo tentou implementar uma série de medidas para controlar a ocupação fundiária e agrícola, principalmente nas áreas de patrimônio federal, como a Fazenda Nacional de Santa Cruz, que vinham sendo ocupadas por todo tipo de gente desde o século XVIII (Mello, 1996, Mendes, 1950, Rio de Janeiro, 1991, Silva, 1961).

Mas o incentivo dessa “vocalização agrícola” da Baixada foi concomitante com a promoção industrial de outras regiões do estado, só que com pesos muito distintos: enquanto a produção de alimentos diminuiu 35%, entre 1940 e 50, a população urbana subiu de 37,5% para 47,5% do total da população do estado, no mesmo período.⁷¹

Dados demonstram que, já nos anos de 1950 e 1960, era bastante alto o índice de urbanização da população da Baixada. Com isso, as áreas rurais das imediações das cidades vinham perdendo suas características agrícolas (Grynspan, 1987). Esse processo de esvaziamento da produção agrícola foi -- não coincidentemente -- concomitante com o início do enorme afluxo populacional para a cidade do Rio. População migrante e basicamente rural que, expropriada, premida pela baixa renda e o aumento do valor dos lotes e dos aluguéis no centro, se via forçada a morar nas periferias da cidade e nos municípios vizinhos.⁷² Nessa sobra de gente para pouca casa é que as terras da baixada se revalorizaram economicamente,

⁷¹ CODERJ. *Diagnóstico do estado do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Niterói. 1970 apud Grynspan, 1987:48.

⁷² De 1950 a 1970, as cidades de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Nilópolis têm crescimento populacional de 340%, contra 80% do Rio de Janeiro. É possível dizer que o uso do solo urbano no Brasil tem características marcadamente segregadoras na criação de periferias, conta com o Estado para maximização da acumulação especulativa, produz um espaço onde a sociedade civil organizada não intervém de maneira sistemática e esmaga os pobres. Mas não podemos esquecer que é o Estado que mantém a ordem social necessária à realização de um determinado modelo de acumulação. “Nesse aspecto, quando os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de espoliação urbana, e quando a criação de excedente se realiza também através da pauperização absoluta de vastos contingentes sociais, o Estado, para viabilizar semelhante “modelo de ordem social” de características selvagens para a força de trabalho, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras. O controle e contenção dos movimentos reivindicativos passa a ser condição para a efetivação de semelhante modelo excludente de repartição dos benefícios que, por sinal, tem sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil.” In KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979. Pp. 59/60. Ver também, do mesmo autor, *Capitalismo e marginalidade na América latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985. Ainda sobre a questão do solo urbano, ver SILVA, Luís A da. *Solo Urbano: Tópicos sobre o uso da Terra*. Rio de Janeiro. IUPERJ. 1981.

mas em outras bases que não mais a agricultura. É preciso então entender melhor os fios da rede especulativa que enfeixou nossas grandes metrópoles e criou as megalópoles brasileiras nesse período.

O início da especulação imobiliária

Foi o próprio crescimento da cidade do Rio de Janeiro e do seu mercado de trabalho, com seu poder de atração sobre populações de outras partes do país e com o encarecimento do seu solo, que provocou um deslocamento populacional para áreas circunvizinhas, se refletindo na região do Grande Rio. O que vai se observar em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, por exemplo, a partir dos anos 1940, é uma rápida transformação do espaço rural em urbano e uma acentuada valorização da terra como ativo financeiro (Grynspan, 1990:112).

A ação especulativa no sertão carioca refletiu interesses de um grupo de setores dominantes. Para entender isso, é preciso incorporar novos fios a esse novelo... Seria muito difícil trabalhar no Rio e morar, por exemplo, em Nova Iguaçu, se não houvesse um sistema viário minimamente eficiente para um transporte pendular diário de dezenas de milhares de trabalhadores que moram na Baixada. Daí haver empresários, loteadores, donos de empresas de ônibus, empreiteiros, entre outros, interessados nessa questão.

Para isso a ação do Estado nesse momento foi fundamental, já que dotou a área de infra-estrutura de transporte, comunicações e energia, condições fundamentais para o desenvolvimento industrial, mas que também deu impulso para a atividade especulativa (Alentejano, 1996:82). A construção de estradas de rodagem (sobretudo a rodovia Presidente Dutra, ligando os centros do Rio de Janeiro e São Paulo), a eletrificação e construção de ramais da estrada de ferro para a periferia e a implantação de indústrias (na Baixada a refinaria Duque de Caxias e a Fábrica Nacional de Motores) possibilitaram a formação de

cidades-dormitório, como serão caracterizados os centros urbanos dentro da área chamada de Grande Rio.

A ação do Estado também se deu quando, nos anos 1940 e 50, grandes extensões de terras públicas recém-valorizadas foram alienadas a particulares a preços abaixo do mercado (Geiger & Mesquita, 1956:66-68). Se não fosse suficiente, o governo pagou a particulares preços elevados pela desapropriação de terras valorizadas por obras públicas, em outros locais realizou drenagem dentro de domínios particulares, além de adquirir terras que já lhe pertenciam (Geiger & Mesquita, 1956:154; Geiger & Schaeffer, 1951:101). São portanto

"...inúmeros os exemplos que demonstram como a ação do Estado articulou-se de forma clara com os interesses especulativos na ocupação do espaço no estado do Rio de Janeiro e, particularmente, mostram como esta ação se deu no sentido de transformar antigas áreas agrícolas em áreas destinadas basicamente à especulação urbana" (Alentejano, 1996:85).

É por isso que pesquisadores do tema afirmam que os objetivos inicialmente propostos pelo plano de obras e revitalização agrícola da região não foram alcançados. O principal motivo foi que os investimentos estatais, ao invés de incentivarem a produção agrícola, acabaram alimentando a especulação para loteamento urbano e a disputa de grandes proprietários (Grynspan, 1987). Mesmo assim, as contradições de uma legislação que falava inicialmente em privilegiar a produção agrícola acabou semeando no local uma camada de pequenos lavradores independentes, que serão a origem da resistência organizada aos despejos.

O s d e s p e j o s d e l a v r a d o r e s

O conflito entre pequenos lavradores contra supostos proprietários na região não era novo. Já observara Saint Hilaire em 1822 que

Os pobres que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e

*quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsando-os e aproveita o fruto do seu trabalho.*⁷³

As lutas pela posse da terra marcaram todo o processo de expansão cafeeira na região, quando as fazendas engoliam os sertões e fechavam a "fronteira aberta" (estrutura fundiária não definida⁷⁴) no início dos oitocentos. Mais de um século depois disso, o presidente da província fluminense em 1843, João Caldas Viana, continuava destacando que

*Um germe fecundíssimo de desordens e de crimes tem sido a confusão dos limites das propriedades rurais, tanto as adquiridas por sesmarias primitivamente, como as havidas por título de posse com cultivados efetivos. As divisas principalmente destas últimas só são firmadas e respeitadas por armas de fogo desfechadas de emboscadas de trás dos grossos troncos de nossas árvores seculares.*⁷⁵

Portanto, os conflitos pelas terras se recriavam continuamente. Até o início da década de 1940 o desinteresse e a desvalorização pela região eram tamanhos que os foros que deviam ser pagos pelos lavradores aos proprietários das terras eram mínimos, dando àqueles a sensação de estarem “quase” independentes. Depois, com a retomada do interesse econômico, os proprietários se fizeram mais presentes, exigindo foros mais altos, proibindo cultivos permanentes, ou simplesmente requerendo a terra de volta, já que a primeira providência dos especuladores era desocupar o imóvel, tornando-o livre para suas transações comerciais. Nesse processo, os expropriadores podiam ser bancos, empresas imobiliárias, famílias e até órgãos públicos. No caso dos bancos, por exemplo, o processo passa pela coação financeira dos posseiros, cujas etapas foram pormenorizadas no relato a seguir:

(...) logo que se constata a valorização das terras, graças, principalmente, ao trabalho dos posseiros, aparece o banco. O banco não assalta as terras por meio de capangas armados. O assalto do banco tem aparência de legalidade. (...) o primeiro passo do banco é uma oferta de venda de terreno ao arrendatário por preço exorbitante. Outras vezes o arrendamento é

⁷³ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. (1822). Belo Horizonte. 1974 apud Mattos, 1987:53.

⁷⁴ Para entender estes conflitos, Ilmar Mattos pontua que é preciso pôr em questão essa disponibilidade de terras, porque as relações de poder as tornavam disponíveis para alguns mas não para outros. Mattos, 1986.

⁷⁵ *Relatório dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro*. 1843: João Caldas Viana. P. 4 (apud Mattos, 1987:73).

*aumentado de maneira absurda, para levar o arrendatário ao desespero. Vejamos o caso do posseiro Agostinho de Oliveira. Seu terreno foi estipulado, a princípio, para efeito de arrendamento, em 25 cruzeiros mensais. Nos 4 anos e meio seguintes passou para 75 cruzeiros e, atualmente, o arrendamento já está em 300 cruzeiros mensais (...).*⁷⁶

Além disso, estando à mercê de uma legalidade que não entendem nem dominam, muitas vezes os posseiros eram ‘enrolados’ a ponto de abrir mão de terras que já seriam suas por usucapião. No contrato do Banco de Crédito Móvel com Agostinho de Oliveira, este mesmo pequeno arrendatário de que fala a fonte anterior, estipula-se, no artigo 2º, que o arrendamento é por 5 anos. Mas o artigo 8º permite que o Banco, antes de findo o prazo contratual, necessitando do terreno para vender ou para qualquer outro fim, mande o arrendatário desocupar o imóvel no prazo de 90 dias. (...) ⁷⁷. Em outras palavras, o próprio contrato prevê a quebra do contrato a qualquer momento, a partir dos interesses do elo mais forte. E, para piorar

*Se a área de 48 mil metros do vertente contrato, produz 200 sacos de batatas que poderiam ser vendidos a 300 cruzeiros cada um, só as plantações, sem incluir as benfeitorias, teriam que ser avaliadas em 60 mil cruzeiros. No entanto, as cláusulas do contrato são duras e unilaterais: o lavrador só recebe mesmo pelo despejo extemporâneo os 2 mil cruzeiros. (...)*⁷⁸

Como se vê, os processos de expropriação podiam envolver complicadas redes de legalidades forjadas, em que os lavradores se viam sem condições de responder à altura, na mesma moeda, já que seu direito a terra, mesmo existindo, não era exercitado nem cobrado. Por isso, no início, as desocupações se processaram sem maiores problemas para os supostos donos.

Mas, para qualquer eventual falta de colaboração na saída dos lavradores, suas casas eram derrubadas e as plantações destruídas por jagunços (Geiger & Mesquita, 1956; O’Dwyer, 1988:59). Os despejos pareciam ser realmente o maior problema daquela região

⁷⁶ Assaltam as terras por meio de contratos. Imprensa Popular. 19 de fevereiro de 1954.

⁷⁷ Assaltam as terras por meio de contratos. Imprensa Popular. 19 de fevereiro de 1954.

⁷⁸ Assaltam as terras por meio de contratos. Imprensa Popular. 19 de fevereiro de 1954.

(Grynspan, 1987:17). Segundo artigo do jornalista Maurício Hill, publicado no *Última Hora* em 1962, a Baixada passara a ser “o Nordeste sem seca”, com aproximadamente cinco mil famílias ameaçadas⁷⁹ pelo avanço dos loteamentos, relacionado diretamente com a transformação do espaço rural em urbano, em particular nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu (Grynspan, 1987; Araújo, 1982). Sua expansão no período é impressionante: a princípio eles se circunscreviam às áreas próximas ao centro urbano para a formação imediata de novos bairros, tomando áreas incultas (particulares e públicas) ou cultivadas por parceiros e posseiros. Com o passar do tempo, passam a invadir terras mais distantes, com fins de especulação.

Os loteamentos também se alimentaram de uma situação muito comum nos sertões cariocas: a indefinição quanto aos limites e à titulação das propriedades (Grynspan, 1987; Geiger & Mesquita, 1956). A maior confusão era em relação às terras públicas: devido às sucessivas ocupações e à inexistência de cadastro, tornou-se difícil separar as propriedades privadas legítimas das terras que ainda pertenciam (ou deveriam pertencer) à União (Silva, 1961:2; Grynspan, 1987:53). Toda essa situação ameaçava as áreas de plantio, premidas pela valorização e indefinição dos limites.

Nesse momento se dá um processo crescente de pressão para que os lavradores abandonem suas terras, a que chamarei de “descamponesação” da região. Otávio Velho reconhece que o estímulo da *‘fronteira aberta’*, como caminho a ser explorado na lógica do sistema, não garantiria de antemão a integração completa das massas marginalizadas (Velho, 1979). Com isso, o autor parece ter de reconhecer que nem todos os camponeses tradicionais conseguem se reproduzir socialmente e que, por isso, ainda permanece um imenso exército social de reserva em formação (Velho, 1979:61). A crítica de Moacir Palmeira é que Velho não se detém na análise dessa outra parte do processo, que ele

⁷⁹ HILL, Maurício. *Baixada, Nordeste sem seca*. Última Hora. Edição do estado do Rio de Janeiro. Niterói. 30 de agosto de 1962.

privilegiaria intencionalmente o objeto fronteira, sem relativizá-la como locus parcial de análise num processo espacialmente mais amplo. Fazendo assim, Velho seria instado a identificar uma trajetória ascendente do campesinato tal como uma protoburguesia, descartando os conflitos reais da fronteira que diriam respeito à trajetória descendente de um campesinato marginal em liquidação (Palmeira, 1978, in Velho, 1979).

É preciso entender, então, essas trajetórias descendentes de grupos camponeses marginais com cada vez maiores dificuldades de reprodução social, já que parece ser esse o caso dos lavradores e lavradoras na Baixada Fluminense. Estou pensando, por exemplo, que se poderia traçar contínuos de possibilidades de reprodução camponesa no sistema capitalista. As situações poderiam oscilar desde os posseiros das fronteiras mais distantes -- que vence parcialmente uma batalha ao conseguir manter por mais tempo sua posse -- até o posseiro das beiras de grandes metrópoles, expulso ainda no primeiro momento da penetração capitalista e condenado ao êxodo rural, à descamponesação. Se conjugarmos espaços e tempos distintos, é possível perceber dois processos de expansão do capitalismo, simultâneos e conjugados: a expansão em profundidade (o que expropria e proletariza o antigo lavrador) e outra em extensão (o que o desloca para outros espaços) (Lênin, 1982).

10 *Identidade camponesa em transformação*

A citação a seguir me parece importante para o começo desta nova conversa. Nela, José Gomes da Silva, pesquisador da questão agrária e militante da reforma agrária no Brasil, respondeu a um jornalista por que a ocupação de uma fábrica de carros da Volkswagen por seus operários desempregados seria algo muito distinto de uma ocupação de terras improdutivas. Ele disse o seguinte:

*Tudo o que a Volks tem na sua fábrica foi feito pelo homem. Ela pode invocar o direito porque pagou pelo trabalho ou porque foi ela quem construiu o prédio e as máquinas. Com a terra ninguém pode dizer que a fez. É um bem da natureza e que tem que estar a serviço de toda a sociedade.*⁸⁰

A questão da legitimidade das ocupações de terra, colocada pelo jornalista e respondida pelo pesquisador, faz parte de uma lógica de pensamento muito forte dentro da ode à propriedade privada da cultura capitalista. Como já mostrei em capítulos anteriores, os lavradores não estão totalmente isentos dessas formas capitalistas de pensar. Por isso, a questão que parece ser importante para a compreensão da não resistência inicial aos despejos é que, por mais violentos e injustos que fossem, durante algum tempo, eles foram considerados inevitáveis pelos lavradores, já que os mesmos reconheciam que não eram os proprietários. Nesses casos, eles desocuparam as terras sem oferecer problemas aos grileiros.

A questão que temos que resolver neste momento é a seguinte: como se rompe a subordinação e a dependência que “amarrariam” cultural e politicamente os lavradores a ponto de não ter havido resistência às primeiras desocupações? Por outro lado, a partir de quando os lavradores ameaçados de despejo nos sertões cariocas optaram por lutar e não migrar para as cidades ou outras regiões? E em que medida essa “teimosia” se opõe à

⁸⁰ José Gomes da Silva, em entrevista no programa Opinião Nacional, da TV Cultura de São Paulo (Stédile & Fernandes, 1999:114).

tendência geral da modernização – o crescimento das cidades — e à tendência específica do campesinato em emigrar quando vê suas condições de vida ameaçadas?⁸¹

Vou discutir nesta parte algumas propostas de interpretação desse processo de construção da legitimidade da resistência, processo que tem relação com a legitimidade (ou não) do ato dos despejos, na visão dos próprios lavradores. Partirei da análise da crise social e cultural dos lavradores ao se verem alijados dos laços de compromissos tradicionais que mantinham com seus “patrões”, e depois abordarei a questão da invenção da nova identidade política de posseiros como forma de reconhecer suas reivindicações e organizações como legítimas e antagônicas aos interesses dos proprietários e grileiros.

A r e i n v e n ç ã o d o c a m p e s i n a t o

Acho que, para essa quebra da dependência, confluíram dois conjuntos de fatores: o primeiro, que já discuti em parte, é o valor diferente que a terra tem para o camponês: muitas vezes ele pode abandoná-la em busca de outra, ou mesmo para uma estadia temporária na cidade visando a acumular dinheiro que compre outro lote. Mas, em situações onde estas duas alternativas não parecem viáveis (no fechamento da fronteira ou na falta de perspectiva de trabalho urbano), o lavrador fará mais esforços para permanecer onde está.

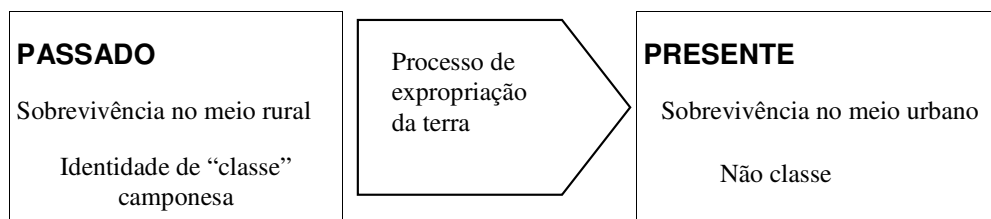
O segundo fator importante na quebra da dependência foi bem exposto por Barrington Moore. Ele disse que para que houvesse revolta seria preciso que um grupo superasse a ilusão de que a situação em que se encontra é permanente e inevitável e, para tanto, seria fundamental a quebra da dependência e da dominação (Barrington Moore Jr., 1978:461 *apud* Grynspar, 1987:78). O mesmo autor chamava a atenção para o fato de a relação direta entre o senhor e seus subordinados ser um fator inibidor de rebeliões. Nos casos de fortes laços de

⁸¹ Huntington & Nelson. *No easy choice: political participation in developing countries*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press. 1976. p.52 (apud Grynspar, 1987)

dependência entre eles pode até haver revoltas, mas elas não vão chegar a questionar a ordem vigente (Grynspan, 1987:147; Wolf, 1969; Moore Jr., 1975; Bianco, 1975).

No caso que trabalho, os lavradores tiveram que passar por um processo de construção de uma identidade própria, autônoma e antagônica a dos proprietários, para poderem legitimar suas ações de resistência. Mas, quando falamos de identidades camponesas, encontramos em muitos estudos marxistas a idéia de que identidade seria algo muito parecido com consciência de classe, que se colaria diretamente e sem conflitos à posição do grupo/classe social na esfera da produção. Isto é, cada grupo teria já “nascido” com a identidade que lhe caberia segundo sua “classe”. É assim por exemplo que Frederico Araújo se refere à “massa migrante” que havia chegado aos novos loteamentos da Baixada Fluminense. Ele diz que esse grupo *encontrava-se num processo de desestruturação – estruturação de classe. Como ex-camponeses, haviam perdido a identidade de classe na luta onde foram expulsos do espaço rural* (Araújo, 1982:19).

Ora, não estou contestando o fato desses migrantes terem provavelmente chegado à Baixada por terem sido expulsos do campo e não encontrarem outros meios de sobrevivência, a não ser como subempregados nas cidades. Mas a discordância persiste quando Araújo os coloca como ex-camponeses por que *perderam sua identidade* no mesmo momento em que perderam suas terras. Julgo que o autor parte de uma dicotomia que pode ser expressa da seguinte forma:



A confusão entre posição de classe na esfera produtiva e identidade social está clara. A idéia marxista clássica de que a consciência/identidade de classe seria decorrência

mecânica da posição na produção gera até hoje uma série de problemas políticos (das vanguardas incumbidas de apresentar aos trabalhadores suas “reais necessidades de classe”) e teóricos (no problema da “falsa consciência”).

Não vou aprofundar essa discussão, que foge um pouco do escopo deste trabalho e mereceria dissertação à parte. Mas a idéia de que os migrantes seriam ex-camponeses porque perderam as terras me interessa analisar aqui. Depois de tudo que já foi dito no primeiro capítulo, creio já ter esclarecido algumas questões teóricas que se impõem: primeiro, com a contribuição de Thompson, quando demonstrou que a classe e sua identidade são categorias históricas que se constroem na luta de classes e, portanto, não se nasce com elas (Thompson, 1979). Nesta mesma linha, José de Sousa Martins (1981) afirma que **camponês no Brasil é uma categoria política para designar o trabalhador do campo que luta, que se organiza**, extrapolando a filiação simplesmente econômica do conceito na Europa.

Segundo, a respeito do uso do termo camponês para designar uma categoria de produtores rurais. A esse respeito, enquanto bom conceito que se preze, a categoria camponês deveria mais que apenas designar um tipo social real: deveria trazer alguma cota de abstração, de *insights* teóricos sobre a realidade. O uso que Araújo faz não segue essa proposta, é um sinônimo de pessoas que viviam no campo (sem nem explicitar em que condições). Na medida em que perderam a terra e migraram para cidades, para ele, deixaram de ser camponeses.

Contrária a essa noção, para Eliane O'Dwyer seria um erro supor que haveria nos sertões cariocas um campesinato já existente (e propenso à mobilização política) antes das ameaças de expropriação. Para isso seria necessário que eles já tivessem criado sua identidade coletiva, fato este que só é verificado no momento mesmo da luta, quando foram obrigados a romper os laços da dominação simbólica que os amalgamava aos padrões na identidade comum de ‘classes rurais’. Pelo contrário, a ação política que se seguirá às ameaças de despejo, mesmo tendo ajudado a manter antigas relações de parentesco e

vizinhança entre o grupo de lavradores (na medida em que impediu em alguns casos a desagregação decorrente do processo expropriatório), vai transformar as relações e representações desses grupos em algo essencialmente novo (O'Dwyer, 1988:89).

Segundo Barrington Moore, para a formação de uma nova identidade seria primeiro preciso reverter as relações em que oprimidos lutam entre si e auxiliam o opressor, para dirigir seu antagonismo para fora, contra um inimigo comum. Depois, seria preciso criar padrões de condenação moral para o sofrimento do grupo que ao mesmo tempo proponham alternativas a esse martírio, para que ele não seja considerado inevitável (Moore Jr., 1978:87/88).⁸²

No caso dos lavradores fluminenses, sua identidade tinha sido até aquele momento unificada a outra diferente, dos proprietários e, nesses casos, segundo Bourdieu, estamos diante de um processo de dominação de uma identidade pela outra, cabendo aos proprietários rurais 'englobantes', ao subordinarem moradores e lavradores, seus contrários, integrá-los em um conjunto de maneira que esses 'englobados' não sejam reconhecidos socialmente como diferentes (O'Dwyer, 1988:274).

Se podemos, a partir daqui, concordar que é possível falar em ex-lavradores mas não em ex-camponeses, vamos agora entender como se formou essa nova identidade social no Brasil. Os autores que se debruçaram sobre o problema vêm na difusão do sistema capitalista a causa dos efeitos desestruturadores das relações sociais tradicionais (Grynspan, 1987:79). José de Souza Martins (1989) pontua dois grandes aspectos que afetaram as relações sócio-econômicas no campo: primeiro, a expulsão dos trabalhadores residentes e sua

⁸² "O sociólogo francês Pierre Bourdieu [Bourdieu, 1977] trabalha com a noção de identidade como um produto de lutas. Para ele, a representação que os grupos fazem de si mesmos e dos outros contribui, em grande parte, para fazer deles aquilo que eles são e o que fazem. Essa representação, por sua vez, não é um dado ou um simples reflexo, mas fruto de ações de construção que se realizam a cada momento, nas lutas entre os grupos para imporem a representação do mundo social mais de acordo com os seus interesses. Dessa forma, uma das facetas da dominação estaria, justamente, na imposição de uma representação do mundo social. Ela incidiria sobre a produção da identidade social do dominado. Os grupos dominados se constituem, assim, naquilo que Bourdieu chama de uma "classe-pour-autri", isto é, uma classe que conta com uma verdade objetiva de si mesma que não foi ela quem produziu. E de todos os grupos dominados, aquele onde isto se colocaria de forma mais evidente seria o campesinato." Grynspan, 1987:86.

transformação, em parte, em assalariados temporários; segundo, o esvaziamento político dos “currais eleitorais”, isto é, dos vínculos de dependência pessoal que uniam (e legitimavam a dominação) o fazendeiro e seus agregados. A combinação desses dois processos dá margem a uma visão bem mais dura – violenta e capitalizada – das relações de trabalho pelos próprios lavradores.

Segundo o autor, na cultura popular-camponesa as relações 'de favor' aparecem como uma obrigação inerente ao direito de propriedade do fazendeiro. Sendo assim, a terra é uma *concessão* que exige uma *contrapartida*. A quebra desse pacto -- o alijamento brusco de suas condições objetivas de sobrevivência -- golpeou o/a trabalhador/a e pôde, em alguns casos, servir como fator “libertador das consciências”, possibilitando ações associativas horizontais.

O'Dwyer estuda em sua tese os motivos pelos quais certos agentes sociais, sobretudo lideranças e mediadores políticos, mesmo sabendo do fato de não haver consciência de classe camponesa antes dos despejos, projetaram a existência do campesinato numa época em que ele não existia, como uma identidade singularizada (porque se encontrava ainda sujeito a ser representado e dominado pelo par englobante-englobado dos proprietários rurais). Ela sabia que a intenção clara desses agentes era a mobilização política dos lavradores contra o processo de expropriação, para a qual, dentro da lógica desses posseiros (que legitimava um padrão de vida baseado num passado ideal), seria útil um discurso de ‘retorno à condição camponesa anterior’ mas que, de fato, nunca existira.

A conclusão da autora é que, quando fizeram isso, essas pessoas transportaram a identidade camponesa para tempos e espaços muito mais amplos do que permitiriam os seus determinantes e limites concretos. Agindo desta forma, fizeram com que a identidade camponesa fosse recriada como um contra-efeito político do processo de expropriação e, ao mesmo tempo, que ela não pudesse designar um agente social específico no tempo e no espaço, mas sim agentes políticos em luta, que, para tanto, podiam ser continuamente reinventados, pois *ao se apresentar em ‘excesso’ e por ‘carência’, esta identidade traz como*

efeito o esquecimento da sua própria gênese na representação dos agentes sociais, possibilita sua transferência a condições sociais distintas infindáveis vezes (O'Dwyer, 1988:312).⁸³

Concluindo esta parte da discussão, parece pertinente lembrar que as tradições, longe de estarem imóveis nas lembranças do passado, são continuamente reinventadas pelas classes trabalhadoras, segundo suas necessidades do *quê* legitimar como costumes no presente (Thompson, 1998^a). Pensando dessa forma, o duplo vínculo da identidade camponesa com o passado (como retorno a uma situação de posse da terra ideal) e com o futuro (como possibilidade concreta de mudança a partir da mobilização política), está muito bem encaixado numa prática tradicionalmente legitimadora das ações populares. Thompson já nos dizia que, quando procura legitimar seus protestos, *o povo retorna freqüentemente às regras do passado, de uma sociedade possivelmente até mais autoritária, mas selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais* (Thompson, 1988^a:19). Nesse sentido, seria possível articular o passado e o futuro num mesmo processo de luta de classes e de representações que a sustentam.

Na análise concreta da formação de identidades coletivas nos sertões cariocas, constatou-se que, mesmo com trajetórias de vida e origens diferentes, antes do conflito com os grileiros todos os trabalhadores rurais que moravam no local se auto-denominavam *lavradores*, termo utilizado naquele período para definir os que tinham na produção de gêneros alimentícios (tanto para subsistência quanto para mercado local) a principal atividade da família mas não eram proprietários das terras em que trabalhavam, obrigados a pagamento de parte de sua produção em troca do acesso à terra.⁸⁴ Como mantinham certa autonomia no

⁸³ Esta tese é mais uma das opostas à 'metáfora do saco de batatas', segundo a qual a expropriação capitalista seria o fim do campesinato; mas também que não é a mesma coisa que falar em recamponesação como trajetória pessoal desses lavradores, porque, de fato, eles não vinham de uma situação camponesa anterior que tivesse sido interrompida pela sujeição a um patrão. **A situação camponesa poderia deixar de ser encarada como uma "origem" e passar a ser vista como efeito de um trabalho político de mobilização, representação e simbolização coletiva**, para o qual me parece muito pertinente o conceito utilizado pela autora, neste caso, de 'reinvenção do campesinato' (O'Dwyer, 1988:314).

⁸⁴ Sobre definições e transformações na identidade dos lavradores da Baixada Fluminense ver melhor em O'Dwyer, 1988, capítulos II e V.

campo da produção graças ao absenteísmo dos donos legais até aproximadamente 1940, os lavradores se distinguiam dos moradores, que eram mandados e deviam trabalhos e favores a seus patrões, e se aproximavam dos pequenos proprietários e posseiros, categorias que também tinham a ‘liberdade’ de produzir o “conteúdo” com a “forma” que bem escolhessem (O’Dwyer, 1988:89).

Pois bem: a valorização das terras, a especulação fundiária, a chegada dos grileiros e os primeiros despejos conformaram uma nova situação de crise política e social para os lavradores da região. É nesse sentido que Barrington Moore aponta que a difusão do capitalismo acarretou a *débâcle* da autoridade tradicional, porque a elite deixou de desempenhar, em relação aos dominados, funções que até então lhe eram reservadas, esgarçando os laços de legitimidade da dominação (Moore Jr., 1975:539/541). Foi a alteração do significado da terra para seus proprietários, que agora passava a ter fins lucrativos acima das obrigações com seus pequenos parceiros, que alterou as perspectivas de futuro das famílias ameaçadas.

Somada a isso, a especulação imobiliária na Baixada atraiu elementos externos às relações tradicionais de dominação: os grileiros eram pessoas ou grupos novos, desconhecidos. O poder que despejava, agora, era socialmente diferente de quem por anos dominou a região, e por isso mais facilmente visto como ‘poder estranho’ (O’Dwyer, 1988:92; Grynspan, 1987:81). A quebra da relação vertical de autoridade possibilitou a redefinição de redes horizontais de solidariedade e novas identidades (Grynspan, 1987:85).

A construção da identidade camponesa prevê, portanto, a ruptura do par englobante-englobado, para que os elementos formadores do conjunto passem a ser considerados separadamente, a partir das relações que os diferenciam (O’Dwyer, 1988:274). A experiência comum de ameaça à sobrevivência pressionou por mudanças na organização social desses lavradores, antes verticalmente ligada ao proprietário para sua reprodução, agora depositando nos mesmos a “culpa” pela situação que viviam (O’Dwyer, 1988:88).

A t r a n s f o r m a ç ã o d o l a v r a d o r e m p o s s e i r o

É nessa luta de classes e representações que os termos *grileiro* e *posseiro* foram cunhados para definir os dois campos em disputa. A criação de duas identidades coletivas antagônicas nesse momento, despregando as duas de um todo outrora indiviso, as “classes rurais”, só pode ser pensada a partir dessa desnaturalização de relações de dominação.

Vejamos uma história de grilagem, para que fiquem mais claros os antagonismos. Na extensão de terras das Fazendas Sete Riachos, Guandu e Guandu do Sena, antes só havia capoeira, pois a terra pertencia à União. A partir de um determinado momento

*apareceram pessoas que cercavam um pedaço de terra e diziam serem as proprietárias. Algumas deixaram as terras abandonadas e outras começaram a beneficiá-las. Os que se diziam proprietários fizeram um leilão e as terras foram arrematadas por 11 contos e 500 por José Garcia Ferreira. Herdou-as Marcos Garcia Ferreira, que passou a cobrar aluguel dos que ali trabalhavam, desde que começaram a aparecer estradas pelas proximidades.*⁸⁵

Esta reportagem deixa claro o processo de apropriação indébita das terras pelos grileiros, a partir sobretudo de heranças ou compras de terras devolutas que não poderiam ter sido alienadas por ninguém. Aparece também o interesse em auferir renda sem trabalho, a partir do *aluguel* ou *tributos* que os lavradores passavam a ser coagidos a pagar. Por isso os *grileiros* eram vistos como falsos donos, que apareciam de repente, depois que a terra havia sido valorizada pelo trabalho do lavrador, portando documentação forjada e exigindo a saída dos que lá viviam. Além disso, os grileiros visavam não à produção, mas à realização dos loteamentos ou, simplesmente, à especulação com as terras, que manteriam incultas. Por isso que a opinião dos lavradores era de que eles impediam que a terra cumprisse sua função econômica e social. Assim, o termo *grileiro* era usado para aquele que se encaixasse nesse perfil de oportunista, expropriador e especulador, pouco importando se fosse ou não o proprietário legal das terras.

⁸⁵ *Mil camponeses lutarão em defesa de suas terras.* Imprensa Popular. 12 de janeiro de 1954

O que importava era o caráter negativo assumido pelos despejos de maneira geral, aparecendo como um roubo e uma injustiça contra os lavradores, e como um prejuízo para as populações urbanas. O que importava era deslegitimar as pretensões dos grileiros em relação às terras (Grynspan, 1987:75).

Por sua vez, mesmo que os lavradores antes não se sentissem os donos das terras, eles iriam, aos poucos, relativizando sua situação, e desconfiando de que aqueles que se diziam donos também não o eram (Grynspan, 1987:84). O que os aglutinava era que definitivamente não queriam perder as terras em que viviam e ir para as cidades. Eles começaram a se organizar e lutar para resistir à 'penetração capitalista no campo' que, para eles, representaria a expropriação do principal meio de sobrevivência/produção – a terra -- e a conseqüente necessidade de proletarianização.⁸⁶

A nova identidade que os lavradores forjaram para seu novo contexto de luta de classes foi a de posseiros. Inicialmente fruto de uma argumentação jurídica no sentido de obter usucapião, ela passava a significar também que haviam entrado em terras abandonadas, aparentemente sem dono, e que as haviam cultivado, 'mansa e ininterruptamente', antes do grileiro aparecer, daí ser possível e legítimo que quisessem permanecer nelas.

Por isso, no contexto específico do estado do Rio de Janeiro, essas duas categorias, *posseiro* e *grileiro*, só ganham sentido uma em relação à outra, e não podem ser dissociadas. (Grynspan, 1987:87) Thompson já nos disse que

As classes não existem como entidades separadas, que olham em volta, encontram uma classe inimiga e começam a lutar. Ao contrário, as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção) experimentam a exploração (ou a necessidade de manter seu poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônicos, começam a lutar por essas questões e no processo de luta se descobrem como classe (Thompson, 1979:37).

Se concordarmos com esta proposta, vamos perceber que no decorrer do litígio a nova identidade de *posseiro* vai funcionar menos como um diferenciador de produtores (já que vai

⁸⁶ Sobre processo de penetração capitalista no campo no Brasil, ver Pinsky, 1977, Martins, 1981 e Leite & Palmeira, 1998

abarcam diversas categorias de pequenos produtores rurais, como parceiros, foreiros, moradores, sitiantes e até pequenos proprietários ameaçados), e mais como uma referência de sua posição de classe em relação à luta pela terra.

Nessa perspectiva relacional das classes sociais, podemos dizer que a classe proprietária acusada de grilagem, à qual se opunham as novas organizações de posseiros, já não era a mesma que servia à referência simbólica dos antigos lavradores. Os posseiros lutavam contra “outros proprietários”, quer no sentido de serem realmente outros grupos ou pessoas que agora se diziam os donos (em detrimento do patrão com que tradicionalmente se relacionavam), quer no sentido de serem os mesmos mas agora com interesses distintos, irreconhecíveis pelas novas exigências que faziam.

Estendendo esse exercício de raciocínio, os lavradores também não são mais os mesmos. A pressão das mudanças sociais e econômicas, somada à intervenção das associações e outros mediadores políticos na criação de uma nova identidade de grupo, posseiros, vai trazer alterações tão profundas para o pensar-se do grupo que os novos posseiros, organizados politicamente, não vão se enxergar mais como lavradores vinculados aos grandes proprietários, por mais que pudesse se tratar das mesmas famílias, nos mesmos lotes de cultivo (O’Dwyer, 1988:94).

11 Conclusão: finalmente definindo o grupo

Nesta conclusão vale a pena responder a pergunta proposta por Shanin: que esclarecimentos e que obscurecimentos posso ter a partir da utilização do conceito de camponeses para os posseiros que estudo? Esse é um problema crucial que se coloca neste trabalho: a definição conceitual do grupo social objeto desta pesquisa. É uma questão complicada de responder, e por isso tive que fazer todas as discussões anteriores, que foram na verdade uma síntese do processo de reflexão que trilhei no início desta tarefa de pesquisa para dar conta da complexidade do objeto. Também, porque existe uma dificuldade muito peculiar ao estudo de "objetos de fronteira" nos campos acadêmicos,⁸⁷ o que não se configura um problema apenas teórico, na invenção de novas palavras para velhas questões. Mais do que isso,

Como os grupos domésticos e os indivíduos empreendedores se definem a si próprios, que critérios acionam para marcar suas próprias identidades sociais, o que os distingue e de que forma a identidade interfere sobre as formulações de projetos de futuro, sobre a recomposição histórica da trajetória pregressa e sobre as decisões entre opções que lhes oferecem as circunstâncias mais diversas? (Soares, 1981:213)

Este trecho mostra o quanto a construção de uma identidade coletiva define e distingue os sujeitos que nela são englobados, podendo inclusive ter repercussões nos projetos futuros e nas memórias passadas do grupo em questão. Assim se deu também com os lavradores do sertão carioca. Ao redefinirem sua identidade como posseiros, mudaram seu rumo de vida e também a história daqueles sertões. Vamos nos aprofundar um pouco mais nessa discussão.

Segundo Margarida Maria Moura, se no Brasil o camponês for entendido como sitante (ou seja, integrante de uma família que cultivava uma parcela de terra) sua presença e

⁸⁷ "As zonas da história que têm sido mais negligenciadas são as zonas fronteiriças. Por exemplo, a fronteira entre especialidades (...) Poucos são os historiadores capazes de mover-se dentro dessas diferentes especialidades com a mesma segurança (...) Infelizmente, a fragmentação da história em subseções, monopolizadas por especialistas, e o sentimento de que certos aspectos da história estão na moda, enquanto outros estão ultrapassados, em nada contribuirá para nossa causa." Bourdieu, Pierre. *Raisons Pratiques*. Paris. Seuil. 1994, p. 104 apud Mendonça, 1996:109.

atividade podem ser detectadas não somente no Sul do país, mas também no Nordeste, no Sudeste e na Amazônia. Estendendo mais esse conceito, ela diz que camponês também é o colono, morador ou parceiro. Isto é, camponês seria qualquer pequeno cultivador, desde os posseiros que produzem para subsistência em terras livres, até os que possuem uma roça dentro da grande propriedade (Moura, 1986).

A análise de Moura, quem sabe pelo próprio objetivo do livro em que se insere (de simplificar uma discussão muito complexa), acabou a meu ver incorrendo num vício muito comum, quando disse que *o camponês é o lavrador, o posseiro, etc.* Nesse sentido, além de generalizar a ponto de não definir quase nada, a autora parece sugerir que a correção de um conceito é medida por ele ser imediatamente dedutível de uma dada realidade, isto é, que o bom conceito corresponderia a um decalque do mundo real (*lavradores, posseiros*) para o mundo das idéias (*camponeses*). Isso não é verdade.

Por outro lado, se pudermos deduzir algo dessa definição é que, de parceiro a posseiro, de norte a sul, todos seriam camponeses. Mas sendo um conceito assim tão amplo não acabaria perdendo sua capacidade analítica e investigativa? Nas palavras de Ciro Cardoso, *campesinato é uma noção vaga, ampla demais, carregada de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos* (Cardoso, 2002:35). Por isso vou tomar cuidado com essas generalizações tão temidas para os estudos históricos. Na verdade, esse é o motivo de a parte teórico-conceitual deste trabalho ser tão perigosa: qualquer deslize e se pode cair numa abstração sem sentido analítico nem empírico. Ao mesmo tempo, se me abstivesse de uma tentativa de teorização, apenas descreveria a realidade social com categorias implícitas no olhar do/a pesquisador/a – sempre parcial – mas sem a honestidade de explicitá-las para o debate com o leitor.

A questão de se os camponeses existem ou não e onde se esconderiam, não tem cabimento. Não discutimos aqui a realidade imediata, e sim uma generalização ligada a um modelo conceitual – uma simplificação e uma formalização significativamente seletivas, com

o propósito de uma melhor compreensão (Shanin, 1980:75). Isso também torna sem sentido perguntas genéricas tais como: "os camponeses são um modo de produção, ou uma economia, ou uma classe?" Bem, se entendemos que os conceitos, tais como os princípios epistemológicos e as generalizações, não são uma realidade, essas perguntas não são mutuamente excludentes, porque cada uma delas, como instrumentos de análise que são, podem trazer luzes diferentes sobre o objeto em questão (Shanin, 1980).

Vendo desse modo, o 'camponês' (como qualquer outro conceito analítico) ao mesmo tempo *é e não é* a realidade, porque

todo conceito é sistematicamente seletivo e, portanto, tem limitações e obscuridades necessárias. Exigir demasiado de nossos conceitos significa dualizar a análise: de um lado, os fatos totalmente empíricos e, de outro, as construções totalmente teóricas e, portanto, absolutas. Ambos têm pouca validade (Shanin, 1980:74).

Posso lembrar de exemplos de construções totalmente teóricas no campo pós-moderno, muito na moda. Para um pós-moderno o campesinato seria, *hermeneuticamente considerado, aquilo que, no contexto de determinado campo de discurso ou comunidade interpretativa, decidir-se que ele é* (Cardoso, 2002:30). Concordo com Ciro Cardoso que essa é uma solução cômoda mas inaceitável, porque em seus subjetivismo e relativismo absolutos tende a reduzir a meros fantasmas de representações os grandes objetos históricos, como o campesinato.

Diferente disso, entendo da proposta de Shanin que não podemos cobrar nem *de menos* nem *de mais* dos nossos conceitos: eles não podem ser *de menos* para explicar somente um minúsculo recorte sócio-histórico, porque dessa feita cairiam no empirismo, abandonando sua quota de abstração; mas também não podem ser *de mais* e querer generalizar toda uma realidade no tempo e no espaço, abandonando qualquer especificidade histórica e passando ao campo das divagações filosóficas. Devo me manter numa corda bamba: o conceito de camponês deve partir de realidades sócio-históricas, mas deve conter em si algum trabalho de reflexão teórica a ponto de justificar a utilização de si mesmo e não de uma categoria

descritiva ou autodesignativa (como a de 'lavradores'). Em outras palavras, se a realidade é sempre mais complexa que qualquer conceituação, e por isso todo conceito ser limitado *per se*, ao mesmo tempo um 'bom conceito' deve trazer algum *insight* sobre essa realidade, que sua não utilização não permitiria deduzir (Shanin, 1980).

Os camponeses portanto podem ser uma classe, uma economia, uma sociedade parcial. Partindo desta premissa teórico-metodológica, com os riscos que ela carrega consigo, é preciso fazer algo de novo: ajudar a esclarecer questões relativas a *quando são e não são* (isto é, as rupturas no processo histórico) parece ser uma tarefa importante, que tentei ao menos exercitar neste capítulo. Se ficar clara também a discussão sobre a subordinação do campesinato ao modo de produção hegemônico, pode-se perceber que o grupo terá sempre características da 'hegemonia' gramsciana,⁸⁸ isto é, valores da sociedade capitalista mais ampla em que se inserem e que reproduzem. *Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social* (Shanin, 1980:75). Essa questão da autonomia nada mais é que o aspecto de resistência ou simplesmente de estranhamento que o grupo manterá em relação ao conjunto da sociedade. Por que meios de expressão e ação ela se dará em cada conjuntura histórica é um trabalho a ser feito, no meu caso, no próximo capítulo.

Mas o campesinato pode também ser entendido a partir de sua inserção particular no processo de produção, isto é, pela singularidade de sua organização social e econômica

⁸⁸ “O conceito de hegemonia é a grande contribuição de Gramsci à teoria marxista. Gramsci se referia inicialmente à hegemonia como uma estratégia da classe operária de criação de alianças para a derrubada do Estado. Mais tarde, nos Cadernos do Cárcere, ele vai aplicar o conceito ao modo pelo qual a burguesia estabelece e mantém sua dominação. Apoiando-se na leitura crítica de Maquiavel e Pareto, Gramsci descreve o Estado como força e consentimento, e que, nas condições modernas, uma classe mantém seu domínio não apenas pela organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos restritos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados num bloco de forças. Essa base social mais ampla é que garantiria uma base de consentimento para certa ordem social, na qual a hegemonia de uma classe dominante é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e idéias. A hegemonia, segundo Gramsci, não se reduz a legitimação, falsa consciência ou instrumentalização das massas. O que uma ideologia hegemônica pode propiciar é uma visão de mundo mais coerente e sistemática que não só influencia a massa da população mas também serve como princípio para a organização das instituições sociais.” in BOTTOMORE, Tom (ed) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores. 1988

(sobretudo o trabalho familiar em unidades domésticas de produção e consumo) articulada com o sistema econômico hegemônico (Soares, 1981:187). Nessa forma de ver as coisas, a relação determinante para a definição do campesinato seria sua particularidade de manter suas especificidades produtivas mesmo tensionado continuamente por uma outra lógica, a capitalista, como vimos que acontece no caso dos posseiros do sertão carioca.

Começando a caracterizar conceitualmente esses lavradores, vou seguir a sugestão de Otávio Velho, quando propõe um *continuum* para analisar as situações camponesas que viessem a ocorrer no Brasil segundo o entrecruzamento de três fatores: abundância de terras, escassez de mão-de-obra e baixa integração ao sistema nacional. Estas variáveis em grau máximo conformariam uma situação de "campesinidade" tendendo ao "ideal" e, no caso contrário, caracterizariam situações de proletarização rural: pouca terra (alta pressão demográfica), excesso de mão-de-obra disponível e grande integração aos circuitos econômicos nacionais (Velho, 1979). A partir dessa proposta, posso situar os posseiros do sertão carioca da seguinte maneira:

a) Fator terras: elas não estavam totalmente desocupadas na região metropolitana, mas procurando um pouco eles encontraram pequenas nêgas livres e certamente ociosas, que só foram questionadas anos depois de consolidadas suas posses, isto é, houve um processo de crescente pressão demográfica na região. Outro problema é que as terras se encontravam livres de fato mas não de direito, na medida em que seus títulos de propriedade mantinham-se firmemente concentrados nas mãos de poucos, mesmo que não houvesse interesse em contestar suas posses efetivas no momento da instalação dos posseiros. Nesse sentido, podemos dizer que a situação das terras sofreu transformações, acompanhando o dinamismo da região: até o início da década de 40 abundaram, e depois disso a fronteira agrícola foi sendo comida pela região urbana que se expandia.

b) Fator mão-de-obra: certamente escassa e familiar. As comunidades formadas são pequenas, e os trabalhos que exigiam mais braços eram feitos em mutirão (como drenagem,

escavação de canais e colheitas maiores). Dentro do sítio o baixíssimo índice de capitalização fazia com que as famílias dependessem exclusivamente de seus membros. Parecia também haver pouca 'pluriatividade', isto é, os membros da família se dedicavam basicamente a cultivos agrícolas para mercado local e subsistência (Alentejano, 1996). Outro fator interessante é que, já que conviviam lado a lado com grandes propriedades, podiam sazonalmente prestar serviços nessas áreas, ou mesmo terem vindo de uma situação de moradores ou empregados nelas para suas posses, seguindo aquela lógica de sístole e diástole do latifúndio a que me referi antes.

c) Fator integração nacional: a principal característica a explicitar aqui é a exclusão do trabalhador rural do macrocenário político nacional, que também atingia o microcosmo desta pesquisa. Suas necessidades e interesses não são tomados como identidade própria, eles vão a reboque das 'classes rurais' ou simplesmente não são considerados. Essa falta de integração se definiu pelos interesses da manutenção do poder local do proprietário rural, este sim, umbilicalmente ligado aos aparelhos de Estado no país. Em nível local, então, a relação que os lavradores fluminenses tiveram com a sociedade mais ampla e com os poderes públicos (advogados, mesmo partidos e sindicatos rurais, entre outros elementos "modernos") foi inicialmente muito restrita, embora não inexistente. A percepção cotidiana dos agentes de sua relação com o exterior é de quase nulidade: não conhecem políticos, advogados, só as relações que estabelecem na feira semanal, onde vendem sua produção. Mas mesmo assim não podemos falar de um campesinato que mantém traços feudais, sem qualquer vínculo com o Estado, porque sua resistência é inventada no seio do Estado capitalista, e não remontava a estratégias ancestrais, embora pudesse usar de argumentos de antigüidade da posse.

Mesmo assim, por que vou optar pelo uso do conceito camponês ao invés de trabalhadores rurais, como são normalmente conhecidos? Porque o termo trabalhador rural passa uma idéia de proletarização, de inserção em formas capitalistas de trabalho, que efetivamente não havia. Os posseiros que estudo podem ser definidos como camponeses

segundo o critério que considero particularmente significativo: eles mantêm produção familiar autônoma, voltada no máximo para complemento em mercado local, e lutam por continuar assim: sem fazer questão de acumular para enriquecer, mas com direito a terra. Suas relações sociais, culturais, e seu modo de viver e produzir não podem ser considerados diretamente capitalistas, embora, por tudo o que já foi mostrado, eles sejam subordinados ao capitalismo enquanto sistema político/jurídico e econômico maior (processo de 'subsunção formal', explicado por Marx, e de 'auto-exploração', de Chayanov).

Mesmo sendo tão problematizado e tendo ficado tão maltrapilho com o excesso de puxões e rasgões que lhe fizeram, teimosamente não vou abrir mão do uso do conceito de 'camponês'. Concordo com os que me avisam que ele tem limites e é insuficiente em si mesmo. Concordo também que ele tem "potenciais de reificação" (como outros aliás, também têm: *capitalismo, proletariado, modo de produção...*), principalmente quando mal utilizado. Mas sobretudo entendo que, além de ser *uma idéia socialmente difundida desde muito antes do advento das ciências sociais* (Cardoso, 2002:35), a noção de uma especificidade camponesa continua trazendo novas luzes para a compreensão dos conflitos sociais no mundo em que vivemos, e que esse conceito ainda não pode ser substituído por algo de natureza semelhante, se revogado. Enquanto questão teórico-metodológica de fundo,

A conceituação da especificidade camponesa reside na admissão da complexidade e dos graus de ambivalência e expressa uma tentativa de atacar a questão em um nível teórico. Não é essencialmente uma resposta, mas uma pressuposição que ajuda a engendrar novas respostas específicas. As questões fundamentais da realidade social ou podem ser compreendidas em um nível razoável de sofisticação epistemológica, ou não o podem de modo algum (Shanin, 1980:77).

Uma última questão ainda me parece instigante. Quando Shanin dá a pista que o campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla (1980:75), me parece condensar algo que pode parecer um ninho de versões, visões, estudos empíricos e debates teóricos. Se o campesinato é processo, entendido como mudanças e continuidades no tempo e no espaço, precisa ser também historicizado, daí a diversidade

possível entre essa teoria e a prática social efetiva. Isso também corresponde a recomendações metodológicas de Ciro Cardoso. Ele dá a dica que, para fugir da escolha entre o subjetivismo total e o objetivismo, ambos caminhos já trilhados,

é preciso se concentrar nos processos entre relações sociais vistos em sua dinâmica, em sua processualidade. É preciso também sempre recordar que aquilo que é aparentemente dado ou evidente na noção de campesinato pode ser altamente ilusório. Outrossim, não se pode esquecer da grande heterogeneidade, no tempo e no espaço, dos campesinatos (Cardoso, 2002:31).

Essa tipologia é somente uma classificação estanque, que não cumpre o propósito expresso no início deste capítulo de apreender a região a partir de sua dinâmica social e agrária. As classificações nunca dão conta do movimento histórico de fazer-se mais ou menos camponês que continuamente pressionava os lavradores e suas terras. Para a proposta da minha pesquisa, que é analisar as formas de resistência dos lavradores à expropriação, o conceito de camponês consegue ter o sentido político -- de luta de classes no processo histórico -- que me interessa para caracterizar esses grupos, porque carrega em si dois veios, um mais amplo, outro mais restrito, de resistência ao capitalismo. Apresentei no capítulo anterior algumas teses que explicaram que o campesinato pode ser gestado no desenrolar da penetração capitalista no campo brasileiro, mas como contradição a esse mesmo processo, na medida em que suas especificidades teimam em não serem assimiláveis (e mesmo em causar problemas) para relações de terra, trabalho e mercado capitalistas já dominantes. Vou explicar melhor.

No sentido estrito, os posseiros-camponeses organizaram-se da forma que sabiam e podiam pela defesa de suas terras, contra a investida dos grileiros do sertão carioca. Seguindo as pistas que Eliane O'Dwyer nos deixou a respeito da construção da identidade camponesa, no momento em que a 'situação de tranquilidade' se quebrou, esses lavradores adquiriram por vários meios a consciência do problema maior em que se inseriam de forma subordinada, e

mesmo onde isso não aconteceu, a resistência aos grileiros implicou ao menos na contraposição de dois códigos de Justiça: a propriedade contra o trabalho de cultivar a terra.

O viés mais amplo da resistência tem que ver com os próprios sentidos históricos da formação dos homens livres e pobres no Brasil, em contraposição à estrutura colonial calcada no jugo de muitos e lucro de poucos. Foram partes do sistema contraditório contra o qual lutaram, porque resistiram dentro da própria estrutura capitalista que outrora os expropriara, que os ameaçou e recriou, conforme já vimos no capítulo anterior. Quero aqui inferir que a pequena posse *per se* pode ser considerada uma resistência aos circuitos de dominação coronelística no campo ou à proletarianização na cidade. Vou seguir esse raciocínio a partir da definição de campesinato de Eric Wolf. Além de pensar simplesmente em grupos que cultivavam, ele nos traz o *insight* da busca de autonomia, quando define camponeses como

populações essencialmente dedicadas ao cultivo da terra e que tomam decisões autônomas quanto ao processo de cultivo. Desse modo, a categoria cobrirá arrendatários, meeiros e posseiros, bem como proprietários-trabalhadores, enquanto estiverem em condições de tomar decisões importantes sobre o cultivo de suas plantações (Wolf, 1969:15, grifos meus).

Um dos aspectos característicos da estrutura camponesa é justamente sua autonomia, que pode ser mensurada na intersecção de três dimensões: 1º a segurança no acesso à parcela de terra; 2º o grau de relação direta com o mercado vertical; 3º o grau de gestão do camponês sobre sua parcela (Archetti, Fossum & Reinton *apud* Cardoso, 2002).

A busca por autonomia como um critério para a caracterização dos grupos camponeses serve para entendermos vários campos de sua existência social: primeiro a autonomia **de pensar a produção familiar** (daí o debate sobre um ‘modo de produção camponês’); segundo, a autonomia **de se deslocar em busca de terras livres** (marcando sua diferença para moradores de grandes fazendas) e, por último, a autonomia **de manter-se fora do sistema de dominação** dos coronéis e, portanto, romper o jugo da dominação dos grandes fazendeiros.

Como já visto nas análises de Otávio Velho, a posse nas fronteiras abertas é a histórica busca por autonomia dos homens livres e pobres brasileiros, num movimento secular de migrações, abertura de picadas e instalação de sítios isolados da 'região colonial', na qual meu grupo de posseiros se insere. A prática do apossamento uniu várias gerações de pequenos lavradores sem terra, como o lavrador Benedito de Alcantara Filho, que trabalhava numa lavoura iniciada pelo pai num local então deserto, para quem *"a hipótese de deixar a terra não existe"* e que *"fará tudo para garantir a posse da terra que exigiu dele muito trabalho e sofrimento, mas que sustentou primeiro seus pais e agora ajuda a criar os seus 11 filhos."*⁸⁹

Na trajetória específica dos lavradores do século XX, quando o cerco do capital ia se fechando cada vez mais, multiplicando a sucessão temporal e espacial de expulsões de moradores e posseiros, essas pessoas teimaram em continuar procurando terras livres do latifúndio e dos coronéis. Sua luta foi, em sua percepção imediata, uma busca por liberdade de produzir e de viver autonomamente (na medida em que não formulam a idéia de estarem subordinadas ao capitalismo mais amplamente). Na medida em que buscavam terras livres, eles se esgueiravam astutamente da expropriação que se assomava e, nesse sentido amplo, seguindo seus próprios métodos e objetivos, pelos meios que foram possíveis naquele momento, resistiram.

Por isso vou defender que as ações desses lavradores podem ser mais bem compreendidas se eles forem conceituados como camponeses com especificidades históricas. Já no sentido de busca de autonomia política, o fato de ocuparem terras supostamente abandonadas trazia para esses posseiros certa independência política, que comumente é vista 'de cima' como uma situação de abandono ou isolamento. Certamente não estamos habituados a ver populações pobres fora do cabresto de um patrão visível. Não se inserindo na lógica da grande produção (embora o fossem em outros aspectos), guardavam com isso uma margem de

⁸⁹ *Lavradores querem continuar em Santa Cruz.* Jornal do Brasil. 04 de dezembro de 1966.

autonomia pessoal pouco desejada pelos poderosos. Em vários momentos, os depoimentos falam do passado de desbravamento e muito trabalho de cultivo, mas 'calmo'.

"Estivemos na casa de dona Creuza, uma das sitiantes ameaçadas. Disse ela: "-- Cheguei para esse sítio em 1922, juntamente com o meu marido. Aqui só encontramos mato. Passamos as maiores privações nesse lugar e aqui perdemos três filhos em consequência da água que tomavam. Mas vivíamos calmamente até o ano passado, quando fomos intimados, os 32 posseiros, para comparecer à delegacia de polícia. Lá encontramos o dito Velasco que se intitula dono das terras".⁹⁰

Veja que não estou conclamando uma consciência clara da opressão e da exploração a que estão submetidos, mas tão somente que "tinham o rabo menos preso" para fazer julgamentos, tomar decisões e atitudes ou emitir opiniões que de outra forma seriam escondidos, dissimulados ou retaliados. Já dizia Otávio Velho que

"A liberdade [do campesinato] cria um espaço positivo para o exercício da auto-exploração. Eis a contradição que explicita de certo modo o sentido trágico da autonomia camponesa. Autonomia que é real, porém adscrita a uma subordinação estabelecida em nível externo ao processo imediato da produção, locus por excelência da liberdade camponesa (Velho, 1976:216).⁹¹

Por isso, vou defender a hipótese de que a idéia da autonomia no campo produtivo pode ser cuidadosamente ampliada para o campo político, porque os elementos da especificidade do modo de vida camponês (autonomia de trabalhar, comercializar e gerenciar a 'empresa' familiar) podem ser entendidos também como elementos contrários à lógica hegemônica da dominação dos mais pobres pelos detentores do capital e, por isso, a busca por uma vida "camponesa" seria também uma forma velada de resistência ao capitalismo.

Pensando dessa forma, as situações onde esses lavradores foram acuados pelo capital e se instauraram disputas para preservação do direito à terra contra a expropriação, isto é, as

⁹⁰ Em Campo Grande, estado do Rio, mais de 30 posseiros estão sendo expulsos das terras que cultivavam. Terra Livre, 1^a quinzena de setembro de 1954.

⁹¹ Nesse sentido, é possível afirmar a especificidade da lógica camponesa em sua relação subordinada aos modos-de-produção dominantes: o caráter familiar da produção, a unidade doméstica como locus de produção e consumo, a relativa independência dessa unidade frente ao mercado, a flexibilidade econômica, a capacidade crescente de auto-exploração como resposta aos mecanismos de subsunção formal. Além de todas essas características sócio-produtivas, podemos ainda ressaltar uma grande divergência valorativa: a terra para o camponês é valor de uso, meio de produção e matéria-prima, nunca valor de troca.

ações de resistência direta, podem ser entendidos a partir do conceito de “luta de classes sem classes”, luta em que os antagonistas, mesmo sem partidos, sindicatos ou consciência de classe, se percebem como portadores de interesses distintos e se organizam para alcançá-los. O relato do lavrador Benedito de Alcântara Filho mostra bem que eles sabiam contra quem estavam lutando:

*Sofremos fome ainda hoje, somos os fundadores disso tudo e não vamos perder isso de forma alguma. É impossível a gente perder, temos que enfrentar o que der. Não tenho receio, tenho razão. Mas, apesar disso, tenho medo da razão deles, que nunca empregam os mesmos métodos que nós.*⁹²

A idéia expressa pelo lavrador de uma luta de racionalidades e métodos distintos, mas que ao mesmo tempo *sabe que tem a razão*, isto é, sabe que *sua razão é legítima*, é o ponto central dessa discussão. Nesses casos, um dos instrumentos de luta foi a idéia da ‘autonomia camponesa’, visivelmente instrumentalizada pelas lideranças como um ‘costume’ que unia as pontas do passado com o futuro: uma situação nostálgica idealizada (existente apenas em fragmentos do passado) a que se podia “retornar, no futuro” a partir da mobilização política. Em outras palavras, a autonomia econômica camponesa me pareceu ter sido utilizada dentro da lógica de resistência da cultura como uma ‘arma’ política desses homens livres e pobres contra a expropriação capitalista.

Por outro lado, gostaria que a idéia de busca por autonomia também expressasse o estado sempre transitório e "a perigo" dessa autonomia. A busca é sempre por algo que não se tem parcial ou completamente e, portanto, a autonomia não é um dado, mas um processo que se constrói e se desfaz nos embates históricos, uma aspiração de trajetórias camponesas muito complexas, que atuam dentro de quadros de possibilidades e ‘táticas do fraco’ (De Certeau, 1994), do pobre, do dominado e, nesse caso, do constantemente ameaçado direito a terras livres.

⁹² *Lavradores querem continuar em Santa Cruz.* Jornal do Brasil. 04 de dezembro de 1966.

Em síntese, ao invés de definir o grupo como camponês ou não segundo critérios estanques, preferi aqui caracterizá-lo a partir de seu movimento constante em busca de autonomia. Essa autonomia já foi suficientemente estudada no campo econômico sobretudo na herança dos trabalhos de Chayanov, que já apresentei. Minha contribuição é partir dessa caracterização econômica para pensar seus reflexos no comportamento político desses lavradores, isto é, de que forma podemos dizer que seu modo de viver e ver o mundo os diferencia politicamente da lógica cultural do capitalismo. A partir disso, deixei claro que, mais que diferente, essa forma de perceber a política dos camponeses, mesmo subordinada, se viu em vários momentos em confronto direto com os interesses capitalistas, como no caso dos despejos nos sertões cariocas. Nesses casos, podemos falar que esses dois modos de viver não são mutuamente assimiláveis e que, portanto, nesse contexto, a ânsia de liberdade que luta contra a expropriação mesmo sem o dizer pode ser considerada uma resistência velada ou direta ao sistema mais amplo.

Foi intenção deste capítulo expor linhas gerais que pudessem caracterizar o grupo social dos lavradores-depois-posseiros fluminenses, o contexto em que agiram e pelo qual foram transformados, num conjunto a que conceituamos sertões cariocas, entendendo que *"a delimitação espaço-temporal de uma região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais"* (Mattos, 1987:24). O conceito de sertões cariocas, que exponho aqui à crítica do leitor, me pareceu adequado por poder expressar uma relação complexa que sofreu alterações profundas entre esses homens e o espaço físico da Baixada Fluminense no decorrer deste período, processo que busquei apreender no decorrer do capítulo.

Esses traços, inseridos em 'arenas de lutas de classe' distintas no tempo e no espaço, vão delinear ações e reações ambíguas na luta pela terra, profundamente singulares e de difícil compreensão fora desse contexto em que se articulavam. Portanto, a intenção do próximo

capítulo é se deter sobre essas táticas e estratégias de resistência, tentando entender suas características e sua eficácia a partir do contexto específico em que se situaram.

CAPÍTULO 3

TÁTICAS DE RESISTÊNCIA

Malditas sejam todas as cercas!

*Malditas sejam
todas as propriedades privadas
Que nos privam de viver e de amar!*

*Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por umas poucas mãos*

Para ampararem cercas e bois

E fazer a Terra, escrava

E escravos os humanos!

D. Pedro Casaldáliga

ÍNDICE

Introdução

1.	<i>Legislação trabalhista como arena de lutas e seus limites para os lavradores</i>	167
2.	<i>As singularidades das associações de lavradores</i>	175
3.	<i>Autonomia dos posseiros e mediação nas ações políticas</i>	183
	a) <i>Papel dos ativistas comunistas nos sertões cariocas</i>	187
	b) <i>Influências das diretrizes comunistas na organização política dos camponeses</i>	192
4.	<i>Transformações nas táticas e estratégias de resistência</i>	195
	a) <i>concepção de justiça dos lavradores e posseiros</i>	195
	b) <i>Mudanças da resistência tradicional</i>	201
5.	<i>Radicalidade e eficácia das lutas de posseiros</i>	215
6.	<i>Conclusão</i>	221

Depois de trilhar um caminho de reflexões sobre o campesinato e o capitalismo no Brasil, nos últimos dois capítulos, estamos avançando nos problemas propostos. O problema que se coloca agora é entender a forma e o conteúdo específicos das lutas por terra na Baixada Fluminense a partir da década de 1950. Um tempo, um grupo social definido e algumas fontes... desse conjunto partirão as linhas que tecem o sentido dessa reconstrução histórica. Só assim parece possível pactuar com Thompson, quando disse que esperava que a cultura plebéia tivesse se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos ‘significados, atitudes, valores’, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho, de exploração e resistência à exploração (Thompson, 1998^a:17).

As questões deste capítulo enfocarão precisamente os processos de resistência aos despejos, suas características, transformações e as possibilidades de interpretação. Mas a diferença é que todas as perguntas precisam ter seu calço firme, pés no chão. Isto é, mesmo considerando a inserção da região dos sertões cariocas no contexto nacional e explicativo mais amplo, as categorias teóricas mais gerais -- como modernização, capitalismo, grilagem, conflito, entre outras -- não serão a base, para que não se escorregue para uma ordem sociológica auto-explicativa por seu hermetismo teórico. Não é isso que quero fazer.

Para historicizar as lutas e daí entender a singularidade da racionalidade política das ações camponesas no sertão carioca, devemos saber quais elementos, naquele contexto específico, visavam a reproduzir os mecanismos de desigualdade social, perpetuando a dominação, e quais outros poderiam transformar o sistema. Para tanto, é preciso entender as relações desses trabalhadores e trabalhadoras com a sociedade que os cercava, que alianças estabeleceram com os novos e velhos poderes da região, quando e como começaram a se organizar para resistir em suas posses. De onde partiram as iniciativas de ocupar uma área a termo e de não sair dela ao ser confrontado com o suposto título de propriedade de outrem?

Que formas de luta foram geradas por determinado contexto e possíveis dentro dele? Que práticas sociais foram consideradas legítimas a ponto de serem defendidas por um determinado grupo, mesmo que se contrapusessem às leis vigentes?

Para melhor localizar essa resistência no contexto político agitado do estado do Rio de Janeiro, vou citar algumas marcas singulares que influenciaram o fluxo da questão agrária no estado. Em fins dos anos 40, depois das grandes obras de saneamento promovidas pelo Estado Novo, já havia sete núcleos coloniais instalados nos sertões cariocas e eles também já se viam disputados por grileiros e antigos lavradores, conforme discutido no capítulo anterior. A partir desse momento uma série de transformações aconteceria. A primeira delas foi a crise de domínio do Partido Social Democrático (PSD), que dominava as eleições desde o Estado Novo com base num eleitorado tradicional e conservador, como os proprietários de terras. Ernani do Amaral Peixoto, governador de 1950 a 54, manteve sempre atitude hostil em relação aos lavradores, enviando a polícia para ameaçá-los, reprimi-los e expulsá-los.

A mudança se deu quando seu sucessor e correligionário, Miguel Couto Filho, cujo vice era Roberto Silveira, do PTB, iniciou uma política de tratamento dos conflitos de terra diferente: preocupou-se com a realocação de lavradores expulsos e desapropriou duas fazendas em Nova Iguaçu (Grynspan, 1987:232). Possivelmente Miguel Couto Filho assim agiu por interesses eleitoreiros, já que a adoção de políticas reformistas no campo, naquele momento em que se operava a politização da questão agrária, poderia lhe render apoio em massa dos posseiros (Grynspan, 1987:234). De toda forma, a avaliação do PSD e de Amaral Peixoto foi que o governo Miguel Couto não seguiu a linha por eles esperada: *“foi um fracasso total, uma desmoralização para o estado”*. (Camargo et alli, 1986:265)

O rompimento definitivo do PTB com o PSD fez com que o primeiro vencesse as eleições de 1958 com candidato próprio: Roberto Silveira (mas com o vice do PSD), apoiado por uma ampla aliança de forças, que ia desde comunistas na clandestinidade até conservadores da UDN. Nesse momento, a Baixada Fluminense já era o maior colégio

eleitoral do estado do Rio, sendo indispensável para a vitória suas bases e alianças nessa região. Durante seu governo, Silveira dedicou bastante atenção para os conflitos de terra, prometendo diretamente aos lavradores a reforma agrária.⁹³ Concretamente, conseguiu aprovar um Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas para o Estado, que ficou conhecido como Plano Agrário.⁹⁴ O plano continha reivindicações dos ruralistas e decepcionou as organizações camponesas mais à esquerda, mas mesmo assim representava uma possibilidade concreta de intervenção nos conflitos.

De fato, o Plano se mostrou um instrumento útil. Roberto Silveira decretou a desapropriação de diversas áreas em conflito e levou o PTB pela primeira vez à posição de mediador político dos lavradores, entrando em choque inclusive com o PCB. Ao que parece, foi nas áreas em que desenvolveu alguma atuação que o governo estadual conseguiu formar associações na órbita de influência do PTB (como a de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu) e congregá-las numa federação de lavradores, a FLERJ, fundada em julho de 1960 (Grynspan, 1987:242). No papel de líder carismático em ascensão, com grandes projetos eleitorais, Roberto Silveira disputou a mediação do campesinato fluminense com os comunistas. Quando morreu, em fevereiro de 1961, em um acidente de helicóptero, a situação que deixava já não era a mesma de antes.

Celso Peçanha, seu vice, não era um orgânico pessedista, e só governou por um ano. Nesse período a FALERJ (hegemonizada pelo PCB) conseguiu ainda mais destaque e reconhecimento do governo estadual. O próximo governador, Carvalho Janotti, manteve atitude favorável aos lavradores e as mesmas linhas de política agrária iniciadas pelo Plano Agrário, mas num contexto de cada vez maior pressão e instabilidade política e de crescente organização dos proprietários rurais. Foi também nesse governo que o plano estadual de sindicalização rural tornou possível a transformação de várias associações em sindicatos de

⁹³ *Imprensa Popular*, 15 de julho de 1958.

⁹⁴ Para maiores detalhes sobre tramitação, oposição e revisões deste projeto, ver Grynspan, 1987.

trabalhadores rurais. Mas no início de 1963 o governador Badger Silveira, do PTB, adversário confesso dos comunistas, mudaria esses rumos.

A idéia central do governo Badger era “*promover uma reforma agrária pacífica, através da entrega de terras devolutas do estado a lavradores que quisessem cultivá-las*”.⁹⁵

Para Badger, as ocupações eram obra de agitadores e em nada contribuíam para a realização da reforma agrária.⁹⁶ O governo Badger foi acusado pelos comunistas de reprimir os movimentos de posseiros e expulsar lavradores das terras que ocupavam, de desviar recursos da SUPRA e ter vínculos com os latifundiários do estado.⁹⁷ Novamente, não se pode perder de vista que o executor do Plano Agrário, Padre Carvalho, era indicado pelo governador e continuava a rivalizar a mediação dos lavradores com o PCB. Mesmo assim, o Plano Agrário não estava conseguindo imprimir o rumo que o governo queria dar à questão agrária no estado, isto é, acabar com as “agitações” no campo. A realidade foi outra: uma série de ocupações “pipocou” e obrigou os funcionários do Plano a correr por todo o estado em busca dos dados para que a SUPRA desapropriasse as terras em litígio. Em julho de 1964, pouco depois da cassação de Badger pelo AI 1, o plano foi suspenso por intervenção federal.

É importante frisar que a iniciativa estadual de resolver a questão agrária do estado do Rio, considerada calamitosa, partia da constatada inoperância dos órgãos federais que poderiam resolver o assunto, ao menos até 1963. Um dos técnicos do INIC⁹⁸ mesmo confirmou que ele foi “*um órgão que se omitiu gravemente aqui dentro. E quais as causas dessa omissão: a incapacidade administrativa*” (Grynspan, 1987:263).

⁹⁵ *Última Hora*, edição do estado do Rio de Janeiro, 29 de março de 1963.

⁹⁶ *Última Hora*, edição do estado do Rio de Janeiro, 22 de maio de 1963.

⁹⁷ *Última Hora*, edição do estado do Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1963.

⁹⁸ O Instituto Nacional de Imigração e Colonização, INIC, ligado ao Ministério da Agricultura, foi criado no início dos anos 50 e funcionou durante uma década, tendo como objetivo maior a administração e manutenção dos núcleos coloniais e das terras públicas existentes. O órgão pouco realizou de concreto e durante seu funcionamento houve várias denúncias contra o instituto partidas de organizações de lavradores e jornais de esquerda, que iam desde desvios de verbas destinadas aos núcleos até a conivência com os grileiros (Grynspan, 1987:261).

O início das atividades da SUPRA, em 1963, foi o que mudou esse quadro de inoperância. Também começou nesse momento um descompasso entre as competências federais e estaduais. Por problemas partidários e eleitorais mais antigos, a SUPRA mantinha distância do governador Badger Silveira, implementando ações “por cima” deste e, aproveitando-se disso, os lavradores dirigiam diretamente a ela suas demandas. O governador acusou inclusive o superintendente da SUPRA, junto ao presidente João Goulart, de realizar uma ação negativa no estado, instigando pessoalmente as ocupações de terras e a luta armada.⁹⁹ Depois dessas acusações e do levante de Capivari, em meados de 1963 o superintendente seria substituído por outro, João Pinheiro, que se esforçou por uma integração maior do Plano Agrário com a SUPRA, sem perder a linha política anterior.

A atuação incisiva da SUPRA nos conflitos fluminenses fez com que sofresse crescentes ataques dos setores conservadores e, depois do golpe militar, seus atos fossem anulados e a própria superintendência extinta. O novo órgão executor da reforma agrária seria o IBRA, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, subordinado diretamente ao presidente da república, General Castello Branco.¹⁰⁰ Além desse, o Estatuto da Terra criava o INDA, Instituto de Desenvolvimento Agrário, vinculado ao Ministério da Agricultura, cujo objetivo seria promover o desenvolvimento rural nos setores de colonização. Concretamente, esses órgãos trabalharam para apagar a herança da SUPRA e implantar a concepção que os militares tinham do que deveria ser uma agricultura moderna: modernização técnica e aumento da produtividade, sem necessidade de reforma agrária.

No ano de 1967 foi criada uma CPI no Congresso Nacional que tinha como objetivo investigar a ação e funcionamento desses órgãos e, mesmo sendo levada a cabo pela ARENA, a CPI concluiu pela corrupção e inoperância dos institutos (Grynspan, 1990:25). De fato, a avaliação geral parece apontar que o trabalho desses órgãos em inocular a reforma agrária que

⁹⁹ *Última Hora*, edição do estado do Rio de Janeiro, 7 de abril de 1964.

¹⁰⁰ Lei número 4.504 de 30 de novembro de 1964.

constava no Estatuto da Terra, aprovado em 1964. A legislação pertinente ao IBRA foi rarissimamente aplicada e, mesmo assim, somente em áreas onde não eram contrariados os interesses latifundiários. Enquanto o IBRA ficava muito aquém de suas metas previstas de assentamentos, o INDA assumia uma atitude paternalista na administração dos núcleos coloniais, sem titular nem emancipar as terras. Os institutos deviam nada fazer também por que acreditavam não ser necessário: para os setores conservadores, a agricultura não constituía um entrave e cumpria bem seu papel. Fora aspectos administrativos e econômicos, a avaliação política que se faz é que

durante o regime militar, quaisquer manifestações em favor da reforma agrária ou tentativas de organização dos trabalhadores rurais eram, de imediato, identificadas com a subversão. Assim, grandes empresas madeireiras, pecuaristas e grandes projetos agroflorestais puderam livremente – a maioria utilizando-se dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo – se apoderar de terras e explorar o trabalho agrícola sem sofrer punições (Linhares, 1999:182).

O interesse do governo em relação ao campo era uma questão de Segurança Nacional: preocupava-se com a possibilidade de surgimento de guerrilhas rurais que ameaçassem o regime militar, e queria acreditar que a articulação dos movimentos populares era uma conspiração internacional do comunismo. Já que, segundo concepções da Escola Superior de Guerra, o desenvolvimento econômico só viria com a paz social, justificava-se poderosa repressão às representações populares, em geral, e aos “focos comunistas” que eram os conflitos nos sertões cariocas, em particular. Por isso, praticou firme intervenção nos sindicatos de trabalhadores rurais (colocando membros dos Círculos Operários no lugar das diretorias eleitas), prendeu e exilou lideranças camponesas. E fechou os olhos para o desenvolvimento de milícias armadas, os jagunços, que incendiavam casas de trabalhadores que resistiam à expulsão (Linhares, 1999:187).

Esse foi o campo político mais amplo no qual foram tecidas as táticas de luta que pretendo discutir neste capítulo. Pretendo conseguir ver as rupturas, as tendências, as transformações ao longo do tempo e do cotidiano dessas ações de resistência. É importante

deixar novamente claro que houve vários outros atores envolvidos no processo de mediação política dos homens do campo, e particularmente no estado do Rio de Janeiro essa multiplicidade pode ter inclusive instigado a maior radicalidade das lutas, segundo a tese de Mario Grynspan (1987). Mas como o meu objeto de pesquisa são as táticas de resistência e não os mediadores políticos, neste trabalho fiz uma seleção das organizações que disputaram a mediação do trabalhador rural tendo como critério a influência que concretamente tiveram no cotidiano das lutas dos posseiros no sertão carioca. É por isso que as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Empregados Rurais, mesmo tendo existido e sido importantes nas lutas de outras regiões ou outros segmentos de trabalhadores, não serão abordados aqui.¹⁰¹

A primeira discussão se dará em torno do papel dos mediadores políticos externos (legislação, associações e partidos) para modelar, construir a forma, das ações de resistência. Diferente de uma dicotomia entre sucesso ou fracasso total desses atores, defenderei que existiu tanto sincrônica quanto diacronicamente diversidade de poderes de intervenção dos mediadores nos locais de conflito, o que levou a um mosaico de formas, basicamente variando e misturando ações politicamente modernas -- lideradas por diretrizes ou militantes de grupos externos aos lavradores -- e reações politicamente tradicionais, dependendo para tanto do grau de autonomia das famílias ameaçadas.

Se a atuação política dos trabalhadores pelos moldes ‘modernos’ (em sindicatos, partidos, seguindo planos fixados de antemão segundo teorias e objetivos políticos que se quer atingir) já foi suficientemente estudada (Camargo, 1973; Coletti, 1998; Costa, 1996; Füchtner, 1980; Grynspan, 1987; Palmeira, 1985), as ações políticas dos camponeses, quando não estão inseridos nesses circuitos, requerem ainda muitas pesquisas. Sustento que, mesmo que seus objetivos e métodos diferissem dos grandes projetos políticos e estratégias que norteavam os mediadores organizados, havia uma “forma tradicional de ser rebelde”. Acho

¹⁰¹ Se o leitor tiver interesse no estudo destas outras organizações, a bibliografia final deste trabalho contém uma série de referências a respeito.

que os lavradores tinham consciência das condições de dominação e exploração em que estavam inseridos, e também sabiam quais eram seus direitos e lutariam por eles dentro do “campo de possibilidades” que conheciam. Um aspecto original da resistência dos posseiros foi justamente a forma com que misturou elementos “tradicionais” e “modernos” de ação: esses lavradores resgataram antigas legitimidades numa disputa com novas características (como era o caso da especulação imobiliária nos sertões cariocas).

Por último, este capítulo tentará perceber a forma como os mediadores externos se relacionaram com – e transformaram – as formas tradicionais de resistência. Em outras palavras, como foi possível uma negociação rica da cultura política dos lavradores com outras matrizes de pensamento e ação. Pretende-se analisar a inserção de novos padrões e representações quando as pressões e particularidades do contexto local pressionavam por uma resistência mais eficaz. Isso parece mostrar que cada nova ameaça de expulsão iniciava um processo único de aprendizado, organização e luta para o foco das famílias de posseiros que naquele momento eram atingidas. Aquelas famílias se transformavam, como já mostrei no capítulo anterior, de lavradores em camponeses (Caldart, 1997, 2000).

1.12 Legislação trabalhista como arena de lutas e seus limites para os lavradores

Formatados: Marcadores e numeração

No final do ano de 1966, quando já ficara claro o projeto real do governo militar para a questão agrária e camponesa no Brasil, o presidente da CONTAG,¹⁰² José Rotta, afirmou que

*o trabalhador rural continua na expectativa de melhores dias, permanecendo esquecido e marginalizado. Embora exista uma legislação que o ampare e proteja, dela ele muito pouco tem se beneficiado.(...) A Reforma Agrária lembrada pelo presidente Castelo Branco ficou somente na lei. (...) Se os recursos gastos em estudos, pesquisas e montagem da máquina administrativa fossem investidos diretamente na execução prática da Reforma Agrária, muitos trabalhadores já teriam melhores condições de vida e mais segurança no futuro.*¹⁰³

Em 1968, o Jornal do Brasil reitera a crítica à política de terras do governo militar. Em sua opinião, só havia um fato novo no universo rural fluminense: a criação da Polícia Rural. Comparando o território fluminense com “um novo Nordeste”, o jornal diz que “as agitações no campo terminaram, mas o quadro ainda é o mesmo de 5 anos atrás.¹⁰⁴” Na sequência de uma série de denúncias sobre o fim dos documentos que regularizariam a situação dos posseiros, o jornal trouxe à tona um depoimento de funcionário do IBRA afirmando que:

*Muitas terras da União e do Estado, algumas produtos de "heranças jacentes", continuam a ser griladas em território fluminense, sem a menor cerimônia, por homens interessados em promover a confusão em torno do problema e agravá-lo ainda mais, para tirar partido da situação. (...)*¹⁰⁵

Na continuação das denúncias, o jornal disse que estariam localizadas no estado do Rio e relacionadas pelo patrimônio da União perto de 30 ou mais fazendas com grandes áreas que poderiam ser comparadas às maiores do estado. Mas

¹⁰² A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura foi reconhecida em janeiro de 1964. Depois do golpe sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, que alijou os dirigentes comunistas e colocou católicos circulistas no lugar. José Rotta era um desses interventores e permaneceu a frente da entidade até 1968 (Colletti, 1998:66). E até ele fazia declarações como essa...

¹⁰³ CONTAG denuncia marginalização rural. Correio da Manhã. 23 de outubro de 1966

¹⁰⁴ Reforma Agrária ainda é mito no Brasil mesmo com Estatuto da Terra. Jornal do Brasil. 21 de abril de 1968

¹⁰⁵ Reforma Agrária ainda é mito no Brasil mesmo com Estatuto da Terra. Jornal do Brasil. 21 de abril de 1968

*O aproveitamento dessas terras para a dinamização da agricultura fluminense nunca se tornou um fato concreto e os convênios firmados pelo Governo do estado do Rio de Janeiro com a extinta SUPRA ficaram no papel.*¹⁰⁶

A partir dessas denúncias, fica clara a difícil luta cotidiana dos posseiros contra todas as práticas que inviabilizavam seus desejos de permanecer na terra que cultivavam, vendo que a lei era cada vez mais contrária aos seus interesses. A partir disso, parece pertinente crer que os posseiros não se fiavam muito nas leis instituídas do país, já que elas ou os prejudicavam ou eram propositalmente esquecidas quando lhes beneficiavam. Mas não foi isso que aconteceu. O fato é que, mesmo depois do golpe militar, os posseiros não desconsideraram as lutas legais: eles usaram o que podiam, reutilizando a legislação em vigor num patch work: coletânea dos retalhos que pareceram adequados para fazer determinada composição de direitos e costumes valer a seu favor. Isso merece ser explicado.

Uma das teses mais originais e polêmicas de Thompson (1987) é que o Estado moderno, mesmo sendo capitalista, possui limitadores ao poder total dos capitalistas em seu próprio seio, uma dessas barreiras sendo as regras universais da legislação e do funcionamento dos poderes. Em suas palavras, Thompson defende que as formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibem as arbitrariedades dos mais fortes e oferecem alguma proteção aos destituídos de poder. Somente quando assim é vista é que a lei pode ser útil em seu outro aspecto, a ideologia. (Thompson, 1987:358).

Ao expor essas conclusões, Thompson as circunscreve para o universo da Inglaterra no século XVIII. Mas julguei poder extrapolar esses limites já que me parece que, no caso específico que trato, instrumentos legais foram ora desdenhados ora importantes para barrar a violência do Estado -- se não para puni-la, ao menos explicitá-la -- e garantiram concretamente aos trabalhadores e trabalhadoras nacos das terras que, sem a lei, passariam aos especuladores. As questões legais se mantiveram acesas, inclusive com o apoio de algumas

¹⁰⁶ *Reforma Agrária ainda é mito no Brasil mesmo com Estatuto da Terra.* Jornal do Brasil. 21 de abril de 1968

vozes isoladas, como o jornal Correio da Manhã, que continuou a denunciar até 1968 casos de corrupção interna e o mercado de terras públicas fomentado pelo IBRA.

Num raro mas expressivo caso de Justiça que contrariou os interesses dominantes, vou contar a história de José dos Santos Oliveira. Seu problema data de 1966, quando teve um desentendimento pessoal com um general que era o chefe da Comissão de Verificação e Regularização do IBRA. Quando José dos Santos começou a pressionar pela regularização do seu lote, depois de haver pagado todos os impostos, começou a sofrer represálias do general que, por último, *invadiu sua casa, quebrou-lhe os móveis e benfeitorias do sítio*.¹⁰⁷ José dos Santos Oliveira respondeu assim ao presidente do IBRA, que tentava justificar o despejo desqualificando-o como não sendo um trabalhador rural de fato:

*(...) "Não adianta, não irei embora e não me acovardarei. Vou lutar pelo que me pertence. Hoje, as terras que eu cultivei já começaram a recompensar meu trabalho. Não permitirei que a roubem de mim. Não passa de calúnia o que o presidente do IBRA disse de mim, que eu jamais soube o que é o duro trabalho do campo. Meu advogado irá processá-lo por isso".*¹⁰⁸

E ele não estava blefando. É um lavrador, despejado, no meio da ditadura militar, quem ameaça e realmente processa o general Saraiva e o presidente do IBRA! A fala de José demonstra uma crença emocional no poder da Justiça e do Estado em reparar os males feitos pelos "homens do IBRA", esquecendo-se um pouco de que eles também eram o Estado e a lei. Esse tipo de atitude não foi exclusivo de José dos Santos. Em seu trabalho sobre a cultura política das classes trabalhadoras no Brasil, Marilena Chauí concluiu que

A população trabalhadora (...) não concebe um poder sem transcendência. E esse aspecto é decisivo porque o "governo" de que os depoimentos falam não é o governo existente no Brasil. Os discursos são claros: o governo deveria, poderia; trata-se daquele governo que deveria ou poderia existir, mas não existe. Trata-se da idéia do governo, contraposta à realidade do poder vigente. (...) o que se exprime aqui é a esperança de justiça e não o desejo de tomar o poder (Chauí, 1986:169).

¹⁰⁷ IBRA despeja lavrador expando seus filhos. Jornal do Brasil. 30 de novembro de 1966

¹⁰⁸ Violência do IBRA continua. Correio da Manhã. 4 de dezembro de 1966

Está presente na visão de mundo desses posseiros a crença numa justiça maior (na maioria das vezes, 'divina') baseada na legitimidade de seu trabalho duro e também num bom governo que se coloque ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras. O que esse lavrador fez foi juntar toda sua indignação pela situação aviltante em que foi posto com a sua família para tentar fazer o governo funcionar "da forma que deveria ser", "fazendo justiça". Pouco a par das grandes mudanças institucionais que se processaram depois de 1964, esse lavrador tenta recorrer ao órgão competente da mesma forma que já havia feito anteriormente. Por coincidência ou não, seu advogado, Walter Puvoreli, havia sido chefe do órgão responsável pela colonização das terras recém saneadas da Baixada Fluminense, o INIC, e conhecia bem os problemas da região. Por isso, como estratégia de defesa de José dos Santos, ele contratacou e acusou a direção do IBRA

*de negociatas na compra de loteamentos em Caxias para revenda com lucro imobiliário, citando como exemplo as fazendas Mato Grosso e Capivari, e disse que a Reforma Agrária expulsou o lavrador mas deixou intactos os sítios de um embaixador e de um general no mesmo local.*¹⁰⁹

Aqui o advogado mostrou com toda clareza a ligação entre os despejos e os interesses imobiliários. Mesmo nos locais onde não era possível o IBRA alegar esbulho possessório, porque os sitiantes eram legalmente os proprietários de suas terras, ainda assim o despejo era acenado se não "concordassem" em vender os lotes, como foi o caso da Fazenda Mato Grosso, em Duque de Caxias, que havia sido desapropriada pela extinta Superintendência de Política Agrária,¹¹⁰ em 63, citada pelo advogado:

Os 122 ocupantes das terras selecionadas pelo IBRA, na Fazenda Mato Grosso, em Duque de Caxias, não serão mais despejados, porque os proprietários da área entraram em acordo com o IBRA e se

¹⁰⁹ *Violência do IBRA continua*. Correio da Manhã. 4 de dezembro de 1966.

¹¹⁰ A SUPRA foi criada pela lei 4.132 de 10 de setembro de 1962, pelo presidente João Goulart, para intervir diretamente nas lutas camponesas e incentivar a sindicalização rural. Sua atuação foi expressiva porque conseguiu estabelecer canal direto de comunicação com os grupos envolvidos em litígios, passando por cima do governo do estado do Rio. Por tudo isso, foi severamente criticada e dissolvida logo após o golpe militar. (Grynspan, 1987:266).

*comprometeram a vender os lotes urbanos, com 500 m² cada um, em 50 prestações de Cr\$ 12 mil.*¹¹¹

O caso dessa fazenda – que havia sido efetivamente desapropriada -- mostra com muita clareza a que ponto se mexeu com instrumentos supostamente legais para que se adequassem aos interesses políticos do momento. Uma suposta transação legal e horizontal (que pelo direito liberal clássico deveria representar a negociação de interesses de duas partes iguais), quando é vista dentro de uma estrutura fundiária desigual e opressora, revela suas formas de expropriar e espoliar os mais fracos. Isso não seria novidade se não estivesse sendo feito de dentro do aparelho do Estado -- que deveria idealmente zelar pelos seus próprios feitos e leis -- e com uso explícito de violência direta, já que o próprio mecanismo da venda dos lotes era movido por ameaças e medo.

José dos Santos se manteve firme nas denúncias, mas também mudou o conteúdo delas. Na continuidade de seu depoimento, ele disse que o general Saraiva invadiu sua casa porque antes ele havia cobrado dele a aceleração da tramitação do seu processo no IBRA. Podemos perceber que José dos Santos não era ignorante, desinformado, e nem deixou de tomar as iniciativas legalmente possíveis para regularizar sua situação. Ele tinha conhecimento da legislação e do andamento dos seus próprios processos e, inclusive, denunciou a inoperância do órgão competente.

Mas se no início José dos Santos não tinha em mente que o seu problema era mais que um desentendimento pessoal, no decorrer da disputa sua visão foi sendo acrescida do senso de legitimidade e justiça de suas propostas, a ponto de, no final, acabar mesmo acusando a direção do IBRA de ilegalidade. Por outro lado, José dos Santos optou por resolver a questão em âmbito familiar, acompanhado de seu advogado, acreditando, como sempre o fizera, que a legitimidade da sua posse seria garantida mesmo pelo regime militar. Ele acreditava na

¹¹¹ *IBRA despeja lavrador expondo seus filhos.* Jornal do Brasil. 30 de novembro de 1966

Justiça e, num caso singular de vitória dos mais pobres, ela vai acreditar nele, como será visto mais tarde.

Além disso, o lavrador disse que, na ocasião do despejo, o general gritou: "*comigo não adianta Justiça, não admito teimosia, pouco me importa o escândalo que possa fazer a imprensa, pelo contrário, reportagens constantes, além de me fazer famoso, divulgam também o meu trabalho*".¹¹² Se o lavrador tiver sido fidedigno quando narrou a fala do general (e mesmo que a tenha alterado um pouco, os atos do general o denunciam), ele alardeou o quanto esse executor se considerava acima das instituições e exercia violência arbitrariamente. Francisco Saraiva queria conseguir liberdade total para o poder do arbítrio e da violência, e via a justiça ou a legislação como empecilhos para a consecução desse objetivo. Algo de especial devia haver nesse governo para que seus funcionários pudessem se julgar acima das leis.

Mas o desfecho da história foi que o general

*foi condenado ontem, na 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias, à pena de 2 anos de prisão domiciliar, devendo comparecer em juízo de 60 em 60 dias, por ter invadido a residência do lavrador José dos Santos Oliveira, em outubro do ano passado, para ali estabelecer quatro guardas rurais daquela autarquia.*¹¹³

Além de ser considerado culpado em 1967, o general teve uma longa lista criminal levantada e divulgada nacionalmente pelo jornal. O relatório produzido pela CPI da Câmara dos Deputados em 17 de abril de 1964 citava como crimes praticados pelo general

*facilidade ao contrabando, condescendência criminosa, constrangimento ilegal, ameaça, seqüestro e cárcere privado, violação de domicílio, falsa identidade [ilegível] violência arbitrária, corrupção privilegiada e usurpação da função pública.*¹¹⁴

¹¹² General Saraiva semeia o terror entre lavradores. Correio da Manhã. 30 de novembro de 1966

¹¹³ Condenação do General do IBRA. Correio da Manhã. 07 de novembro de 67

¹¹⁴ Condenação do General do IBRA. Correio da Manhã. 07 de novembro de 67

Há muitas coisas a decifrar nesse caso. Por exemplo, em outra reportagem¹¹⁵ ficou claro que os diretores do IBRA não foram punidos após a conclusão do inquérito que motivou a intervenção no órgão, mais uma prova de impunidade. Como o JB não tem mais editoriais depois do AI-5, fica quase impossível conhecermos os meandros desse processo. Mas a punição do general pode ser considerada um caso exemplar de ação legal, onde o maior responsável pelos despejos e outras séries de arbitrariedades, além de funcionário público um militar de carreira, foi sentenciado. A partir de um exemplo como esse é que podemos pensar que, mesmo num contexto muito adverso, e com uma série de dificuldades, as brechas possíveis de reações e resistências ainda eram aproveitadas.

O caso de José dos Santos é emblemático em vários sentidos. Primeiro, porque é a luta do Davi contra Golias, onde o Davi vence, e vence no meio da ditadura do Golias! Segundo, porque o vigor com que José dos Santos lutou por seu sítio não significou que ele fosse um homem modernamente politizado: organizado coletivamente, sindicalizado ou um militante. Não há nenhuma menção ao “coletivo” em suas falas. Uma outra pista fornecida pelo caso José dos Santos é de que mesmo num momento onde a orientação geral do Estado era claramente a expropriação violenta em massa dos lavradores em benefício do capital especulativo ou imobiliário, as opções individuais ou familiares dos despejados ainda podiam variar muito, como nesse caso em que ao mesmo tempo José dos Santos denuncia o general no meio da ditadura militar mas confia no sistema e aproveita suas brechas.

O golpe de 1964 levou os trabalhadores rurais a uma situação paradoxal, em que seus direitos (de usucapião, de livre organização, trabalhistas) existiam institucionalmente e sua profissão era reconhecida, mas pela repressão do regime militar essas conquistas viraram letra morta. Mas essa situação exposta por Leonilde Medeiros, segundo suas próprias palavras, não se deu sem conflitos e contradições (Medeiros, 2002:162). É por isso que minha questão central permanece: no contexto da ditadura militar as denúncias, os processos, as tentativas de

¹¹⁵ *Inquéritos gorados*. Jornal do Brasil. 09 de novembro de 68.

fazer valer leis cada vez mais carcomidas continuaram acontecendo. Claramente tiveram sua eficácia diminuída enormemente, mas o próprio fato de serem continuamente reutilizados como legitimadores de um discurso legal que estava sendo descumprido, e como instrumentos de resistência contra a violência do mais forte, são sintomáticos.

2.13 As singularidades das associações de lavradores

Diferente dos assalariados agrícolas que lutavam pela extensão dos direitos trabalhistas através dos sindicatos, a forma predominante de organização dos lavradores dos sertões cariocas até 1962 foram as ‘Associações de Lavradores’, criadas a partir da luta contra os despejos. Elas começaram a surgir em fins dos anos 40, como a “Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa”, fundada em 1948 em Nova Iguaçu, e a “Associação dos Lavradores Fluminenses”, fundada em Duque de Caxias, em 1949 (Grynspan, 1987:102). Vejamos aqui as possíveis causas dessas diferenças.

O primeiro decreto que regulava a formação de sindicatos rurais é de 1903, e não fazia distinção entre empregados e empregadores, o que permitiu que os sindicatos formados ficassem sob a direção dos proprietários das terras. Os decretos que se seguiram permaneceram sem efeito para o trabalhador rural porque, embora a legislação vigente regulasse a existência dos sindicatos de trabalhadores rurais, os sucessivos órgãos de governo, devido à estreita vinculação que tinham com os proprietários de terras, impediram o reconhecimento oficial das organizações criadas e reprimiram na prática a sindicalização dos trabalhadores rurais. Isso porque a coibição à organização autônoma dos trabalhadores rurais estava inscrita nas regras que pautavam a conduta cotidiana dos trabalhadores em suas relações com seus senhores, da forma imposta pelos últimos, já que se viam confinados a territórios particulares, as fazendas, onde não valiam os direitos constitucionais, mas o poder das classes proprietárias rurais (O’Dwyer, 1988:165; Grynspan, 1987:110; Füchtner, 1980:115; Costa, 1996; Coletti, 1998).

Tanto é assim que as práticas associativas dos trabalhadores desses domínios eram impedidas até mesmo pela intervenção de autoridades policiais. Entre inúmeros casos, mostra-se particularmente ilustrativa a instalação de um posto policial na localidade de Xerém, município de Duque de Caxias (caracteristicamente de proprietários absenteístas) logo após a criação da Associação dos Lavradores Fluminenses”. (O’Dwyer, 1988:164).

Além da morosidade do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, havia severas restrições sobre quais categorias de trabalhadores rurais podiam se sindicalizar. Segundo essa legislação, aos pequenos produtores era reservada a possibilidade de entrar para os sindicatos dos empregadores, juntamente com grandes arrendatários e proprietários (Grynspan, 1987:115), o que reforçava ideologicamente os vínculos identitários entre as classes e a dominação de uma sobre as outras, como discuti anteriormente. Do decreto-lei de 10 de novembro de 1944 até 1950 apenas sindicatos de empregados rurais (aqueles que trabalhavam na terra de outrem em troca de pagamento) foram reconhecidos,¹¹⁶ o que excluía todos os arrendatários, posseiros e pequenos proprietários do direito de organização.

Foi devido a essas dificuldades legais que no estado do Rio de Janeiro, até o final da década de 40, só havia o Sindicato de Empregados Rurais de Campos, fundado em 1938, que abarcava os trabalhadores dos canaviais em luta por direitos trabalhistas.¹¹⁷ Tentando superar esses limites legais foi que setores de esquerda – sobretudo os comunistas e as Ligas Camponesas -- depois de já haver há muito concordado que devia se fazer algum trabalho político com os trabalhadores rurais,¹¹⁸ começaram a partir daquele momento a concretamente incentivar a formação de organizações camponesas com base no Código Civil, os núcleos e as

¹¹⁶ Decreto-lei número 7.038 de 10 de novembro de 1944.

¹¹⁷ A relação entre o Sindicato dos Empregados de Campos, tendo como líder e fundador Antônio Farias, não está ainda bastante esclarecida. Segundo Mário Grynspan (1988:103), Este sindicato tinha sólidas relações com o PCB, que podem ser comprovadas pelas sucessivas alusões, nos jornais comunistas *Imprensa Popular* e *Terra Livre* durante a década de 1950, às condições de vida precárias e lutas dos trabalhadores da cana, bem como ao “grande líder” Antônio Farias. Segundo ele, o sindicato tinha, inclusive, assento na direção da ULTAB. Leonilde Medeiros, entretanto, pondera que o PCB tinha melhores relações com outro sindicato, o dos Trabalhadores da Indústria, que disputava com o primeiro a representação dos empregados da cana (notas pessoais). Mesmo que o PCB programaticamente tivesse interesse na luta por direitos trabalhistas no campo, a atuação pessoal de Antônio Faria, isso é certo, se mantinha independente do Partido, sendo este um dos motivos aventados para explicar o progressivo afastamento do PC das lutas de Campos.

¹¹⁸ Uma série de manifestos e debates no campo da esquerda desde os anos 30 marcou a necessidade da extensão da legislação sindical ao trabalhador agrícola. Alguns exemplos são o Programa Três de Outubro, do movimento tenentista, o Manifesto Comunista de Luis Carlos Prestes de 1930, o programa da Aliança Nacional Libertadora, de 1935. a crítica de Eliane o’Dwyer a estes programas é que eles tentaram expressar os interesses de um grupo independentemente de sua existência objetivada em termos de movimentos sociais, ficando apenas num discurso político inócuo. Cf O’Dwyer, 1988:30.

associações de lavradores.¹¹⁹ O processo de conta-gotas da organização é mais bem descrito por quem o viveu, como Zé Pureza, que compara o trabalho político à semeadura do lavrador:

Sempre considerei a organização no campo como as próprias plantações. (...) Agíamos da seguinte forma: plantava-se o Núcleo e tratava-se dele, discutindo seus problemas, até quando pudesse andar com os próprios pés. Quando o Núcleo estava dominando melhor a situação e tinha consciência suficiente, então descansávamos um pouco de dar aquela assistência mais aguda (Pureza, 1982:36).

Quando os camponeses aprendiam a dirigir seus núcleos e o número de associados crescia, eles eram transformados numa Associação, que recebia o nome do lugar de batismo.

O ditado popular costuma dizer que "de grão em grão a galinha enche o papo". Da mesma forma, de Associação em Associação, sentimos a necessidade de fundar uma entidade que coordenasse a luta em todo o estado do Rio de Janeiro (...)(Pureza, 1982:38).

Essa entidade foi a Federação dos Lavradores do estado do Rio de Janeiro, fundada na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do estado do Rio de Janeiro, em 1959. A FALERJ tinha fortes ligações com o PCB, com alguns de seus dirigentes pertencentes à seção de campo do Partido Comunista ou dentro de sua “área de influência” (Grynspan, 1987:109). Mas sua atuação, longe de ser abrangente e sistemática, estava voltada principalmente para a luta contra os despejos que ameaçavam mais de uma categoria de pequenos produtores, englobados na figura de posseiros (Grynspan, 1987:137).

A aparência de que só as lutas dos assalariados de Campos existiam no estado do Rio entre 1952 e 54 (devido à importância dada a elas pelos jornais comunistas e pelas prioridades da ULTAB) começou a mudar ao longo da década de 50. As notícias sobre Campos vão cada vez ocupar menos espaço nos periódicos comunistas, enquanto o “grupo de Caxias” (como eram conhecidas as lideranças da Associação dos Lavradores Fluminense) assumiria mais relevância à frente das lutas de resistência da Baixada e dentro da ULTAB (Grynspan,

¹¹⁹ A regulação destas entidades se deu baseada no decreto-lei 8.127, no que dizia respeito à fundação de associações e núcleos rurais. Cf. *Código Civil Brasileiro*.

1987:105), reunindo todos os antigos núcleos de lavradores (que, nesse momento, já haviam sido transformados em associações municipais).¹²⁰

As dificuldades e ambigüidades da situação política e econômica em que viviam os posseiros se refletiram nas possibilidades e nos limites de suas ações de resistência. Lembro, por exemplo, do fato pitoresco desses lavradores só terem o rádio como meio de comunicação e circulação de informações do que acontecia ao seu redor, mas ao mesmo tempo estarem ligados a uma rede ampla de associações de lavradores como a ULTAB, que pressupunha a participação em uma série de congressos e ações em nível nacional.

Outro aspecto singular dessas associações era sua relação direta com o local dos conflitos. Segundo Grynspan, as entidades camponesas eram fundadas justamente nas áreas em litígio, isto é, a organização era continuamente alimentada pelas lutas concretas, sendo marcante o fato da maior parte das entidades manter em seu nome oficial referência à localidade em que surgiram (Grynspan, 1987:140). Segundo Eliane Cantarino, as reuniões dos lavradores nos seus locais de trabalho e morada, quase sempre dentro de grandes propriedades, reivindicando questões ligadas a sua imediata sobrevivência no local, longe de ser característica de conflitos isolados por questões menores, representavam naquele momento a contestação direta ao espaço de poder dos grandes proprietários e, sendo assim, se colocavam como afronta ao poder político mais geral destes (O'Dwyer, 1988:163). Essas ações locais seguiram o princípio de Thompson de que toda ação da multidão ocorria num contexto específico e era influenciada pelo equilíbrio local das forças (Thompson, 1998^a:84).

Um outro dado singular é que os posseiros, mesmo militantes e diretores de associações, não eram amparados por nenhuma estrutural sindical, como bem lembra José Pureza em suas memórias:

Como sempre, eu só tinha o dinheiro da passagem; nosso movimento não possuía recursos como os sindicatos de hoje. Viajávamos com o dinheirinho contado de ida e de volta. Eu ficava até acanhado quando

¹²⁰ Fundada em Niterói a Federação dos Lavradores. Terra Livre. 1^a quinzena de novembro de 1963.

encontrava um companheiro e não podia oferecer nem um cafezinho (Pureza, 1982:69).

E esse foi o quadro na segunda conferência nacional de trabalhadores agrícolas, em 1954: *dois dias comendo banana assada, café: feijão com farinha, almoço: feijão com farinha, janta: feijão com farinha (...)*¹²¹ Mesmo sem recursos, suas passeatas, congressos e ações tiveram claras diretrizes políticas, conseguiram repercutir nos maiores jornais e geraram debates acalorados entre parlamentares, reforçando a orientação da ULTAB que era pela “Reforma Agrária Democrática”. Procurava-se agir sobre o poder político, pressionando parlamento e parlamentares com grandes abaixo-assinados, no sentido de elaborar uma legislação que atendessem às mudanças na estrutura agrária, consideradas necessárias pelas organizações de trabalhadores rurais (O’Dwyer, 1988:192-3).

As associações de lavradores tiveram praticamente 15 anos de existência como sociedades civis, registradas em cartórios e não sujeitas à autoridade reguladora do Estado (sua duração se encaixa quase certamente aos limites temporais deste trabalho).

O fato das organizações camponesas, durante aproximadamente uma década, inexistirem num sistema de representação oficial não significou que houvessem escapado aos chamados “mecanismos de poder.” Ao contrário, sua formação fora do Estado era consequência do tipo de dominação que incidia sobre os grupos sociais representados (...) Tais posicionamentos contraditórios fizeram parte, assim, do processo no qual se forjaram os instrumentos de representação coletiva específicos desses trabalhadores (O’Dwyer, 1988:251).

Mesmo no exercício de uma atividade não autorizada pela legislação trabalhista, essas organizações foram admitidas nos círculos de sindicalistas urbanos como representantes legítimas dos lavradores e parceiras em suas lutas. Politicamente elas desempenharam papel fundamental na afirmação da identidade coletiva do camponês, na demonstração da unidade do grupo e na reivindicação junto ao poder público do pleno reconhecimento de sua existência social e política (O’Dwyer, 1988:50-143).

¹²¹ *A miséria do campo desfilou no Ibirapuera*. Imprensa Popular, 22 de setembro de 1954.

As associações também trouxeram mudanças práticas na dinâmica das comunidades de lavradores, por exemplo no controle das terras. Mesmo que o cultivo do lote permanecesse a cargo de cada família, as matas e outros recursos a serem redistribuídos ou organizados em interesse comum passaram a ser controlados por elas. Na opinião de Eliane Cantarino, essas experiências possibilitaram a autonomização de um espaço comum de decisões, nem restrito às famílias, nem dependente dos proprietários, semelhante às aldeias camponesas comunais (O'Dwyer, 1988:95; Palmeira, 1985).

A autonomia dessas entidades pode ser vista como privilégio delas em relação ao “atrelamento” dos sindicatos urbanos (Colletti, 1998). Mas, se levarmos em conta que só eram assegurados direitos e benefícios sociais aos trabalhadores sindicalizados reconhecidos pelo Ministério do Trabalho,¹²² para os trabalhadores rurais e suas lideranças isso era mais uma prova da sua exclusão política, contra a qual durante todo o tempo reivindicaram a institucionalização de seus órgãos de classe (O'Dwyer, 1988:32).¹²³

Em se tratando da legislação, o que vinha ocorrendo desde o início dos anos 60 era uma disputa social crescente pelos rumos do desenvolvimento do país. A partir de 1959, com o debate nacional sobre a necessidade da reforma agrária que acabou repercutindo em alterações legais que favoreciam trabalhadores sem terra e posseiros em geral, as organizações de lavradores começaram a ser incentivadas institucionalmente. A SUPRA, criada em 1962, exerceu grande influência na sindicalização rural, dando apoio, reconhecendo juridicamente e liberando verbas para as novas entidades que “pipocavam”. Os efeitos foram rápidos: dos somente 5 sindicatos reconhecidos em todo o país em fins da década de 50, já eram 270 em

¹²² Sobre o complexo processo de reconhecimento político e subordinação dos sindicatos de trabalhadores pelo Estado Novo, ver Gomes, 1994.

¹²³ Esta situação tenderia a mudar apenas em 1962, devido às ações do próprio Estado populista interessado em exercer controle sobre as massas rurais e conter um pouco de sua “rebeldia” (Camargo, 1973). Segundo esta visão, instituições como o Estado, os Partidos e a Igreja, pelas suas posições quanto à mobilização das massas rurais nos anos de 50 e 60, atuaram na conformação de um novo sujeito político: o movimento camponês. Eliane O'Dwyer, no entanto, atenta para que não tenhamos uma “visão policialesca da história”, vendo a mobilização popular como massa de manobra de agentes externos. Cf O'Dwyer, 1988:34.

dezembro de 1963, com 557 outros aguardando reconhecimento (Grynspan, 1987:117).¹²⁴

Para tamanho sucesso, também foi fundamental a atuação do PCB, das Ligas Camponesas e dos segmentos organizados da sociedade civil (Grynspan, 1987:159).

Por isso, se a legislação consolidada com o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, por um lado, veio atrelar organismos antes independentes do Estado e de sua normatização, por outro permitiu a participação autorizada num sistema de nomeação oficial, que garantia direitos sociais e reconhecia a nova identidade política dos camponeses na cena pública.

Na opinião de Mário Grynspan, não podemos entender que o que faltava às organizações camponesas para se multiplicarem era o apoio da legislação do Estado. Primeiro, porque havia outros agentes envolvidos na organização do campesinato, e nem todos tinham em seus projetos políticos rumarem para os sindicatos oficiais. O caso das Ligas Camponesas¹²⁵ é exemplar: elas fizeram uma clara opção pelo trabalho junto a pequenos produtores, para o qual era mais eficiente a luta contra o pagamento de foro, do cambão e do vale do barracão, em detrimento dos direitos trabalhistas. A sindicalização dizia respeito aos assalariados rurais, para os camponeses continuaria valendo outras formas de organização, mais específicas para seus problemas (Grynspan, 1987:121).

Sobre a mesma discussão, Eliane Cantarino reforça que devemos inverter a relação de causa (legislação normativa) consequência (fundação dos sindicatos), e pensar que foi a própria insistência dos lavradores e trabalhadores agrícolas em se organizarem, reivindicarem seus direitos e afirmarem sua identidade política (num contexto em que isso não era permitido) que pressionou a criação de uma jurisprudência que regulasse contratos de terra

¹²⁴ O governo João Goulart, através da atuação da SUPRA, criou em 1963 a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, cujos objetivos eram a fundação de sindicatos e atendimento das reivindicações de comunidades rurais em áreas específicas. Por outro lado, regulou a sindicalização rural através de várias portarias e leis: a lei 4214 de 2 de marcos de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural de novembro de 1963, as portarias 209-A de 25 de junho de 62, a 355-A e 356-A, ambas de novembro de 62. Cf Grynspan, 1987:118.

¹²⁵ Para uma visão mais aprofundada da opinião dos dirigentes das Ligas sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, ver Julião, 1962.

(Estatuto da Terra, de 1964) e trabalho (Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963) no campo. A luta criou os direitos, e não o contrário (O'Dwyer, 1988:63).

Sendo assim, parece ser possível pensar que os lavradores se organizaram num contexto muito contraditório, onde os 'direitos possíveis' – presentes na lei mas não efetivados na prática -- eram requeridos; e os direitos não existentes considerados legítimos, exigidos, com base numa visão de Justiça que operava, no campo da legislação fundiária, a favor da posse de suas terras e, no campo da legislação trabalhista, pelo reconhecimento de suas organizações de classe.

3.14 *Autonomia dos posseiros e mediação nas ações políticas*

Devido ao isolamento, à assimetria, à dominação política e econômica historicamente consolidados na relação campo/cidade, universalmente tem se produzido a necessidade de mediação entre os trabalhadores rurais e a sociedade mais ampla, quer seja para a reprodução dessas desigualdades, quer seja para o questionamento da dominação.

Antropólogos, coronéis, mestres ou padres, diferentes entre si, contribuíram para submissões ou rebeldias camponesas. De todas as formas, todos se propõem a ser ponte, a estar entre, fazer meio de campo. Fazer mediação é traduzir e/ou introduzir falas e linguagens (Novaes, 177/179 in Medeiros, 1994).¹²⁶

Uma série de trabalhos tentou provar a inevitabilidade da intervenção de um agente externo/urbano para a mobilização política camponesa (Shanin, 1979; Hobsbawm, 1978). Grynspan relativiza esse paradigma, defendendo que não bastava simplesmente vir de fora da comunidade rural (Grynspan, 1987:94). A exterioridade deve ser relativa à visão crítica das relações sociais vividas pelos camponeses, consequência da posição externa às relações de patronagem dos grandes proprietários rurais, posição que gozavam os mediadores devido a suas trajetórias políticas anteriores como operários urbanos e também por sua visão de mundo orientada pela noção de classes sociais. O potencial perturbador dos mediadores políticos residiria no fato de fornecerem novos padrões para a condenação da dominação dos trabalhadores, ao mesmo tempo propondo alternativas a ele. Segundo Grynspan, os grupos que promovem a mobilização são portadores daquilo que Bourdieu chama de ‘discurso herético’, ou seja, um discurso que rompe a adesão à ordem estabelecida e que produz, ao mesmo tempo, um novo senso comum que aponta para uma nova ordem (Grynspan, 1987:95).

¹²⁶ Em sua opinião, entre 1950 e 60 não devíamos falar em mediação, porque os posseiros eram seus próprios agentes políticos e suas organizações exerceram a maior parte das tarefas políticas necessárias, esperando de outros grupos apenas apoios e alianças. A mediação surgiria concretamente a partir da década de 70, com a constatada exclusão dos trabalhadores do cenário político nacional. Mas confesso que não estou sendo tão rigorosa no uso do termo mediadores e o estou utilizando no contexto das décadas de 1950 e 60 (Cf. Novaes, 177-179 in Medeiros, 1994).

No contexto pré-64 o papel das mediações políticas foi importante para o processo de desnaturalização das relações de dominação vividas no meio rural. No caso do estado do Rio de Janeiro, esses ‘agentes externos’ foram decisivos na desconstrução do binômio englobante-englobado, e na construção do camponês como identidade política autônoma, processo de que falei no capítulo anterior. Alguns mediadores-chave estavam se esforçando para inserir os trabalhadores e trabalhadoras rurais no jogo de forças da política nacional.

Entenderemos o processo de disputa entre mediadores políticos segundo a teoria de Pierre Bourdieu, que nos diz que as lutas travadas no campo político têm uma dupla determinação: ao mesmo tempo são lutas entre os seus agentes (os próprios mediadores) pelo poder, e são também lutas pelos grupos sociais que se encontram fora do campo (neste caso, os lavradores ameaçados).¹²⁷

No contexto fluminense era clara a oposição entre dois pólos de mediadores: de um lado o Partido Comunista Brasileiro e a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), de outro a Federação dos Círculos Operários Fluminense (FCOF) e a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ). A tese de Mário Grynspan nos diz que se o PCB e a FALERJ acabaram encampando reivindicações mais radicais, isto se deve não apenas ao temor de perder o controle sobre o movimento, mas também, principalmente, ao risco de ceder a dianteira para uma outra força que, com eles, competia pelo controle político do campesinato e suas ações. Estava claro que se projetariam politicamente aqueles que conseguissem a maior adesão dos camponeses, e para isso valia neutralizar o poder dos opositores deslegitimando suas proposições, apontando suas inconsistências, denunciando sua inautenticidade e negando que houvesse uma correspondência entre suas propostas e os "verdadeiros interesses" dos grupos aos quais se

¹²⁷ Bourdieu, Pierre. La représentation politique: éléments pour une théorie du champs politique. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris.fev/mars, 1981. p. 13 apud Grynspan, 1987, 304-5.

dirigiam (Grynspan, 1987:304). É importante frisar a enorme disputa e indefinição dos mediadores -- ligada à própria disputa e indefinição da identidade política destes grupos.

Exemplo desse processo foi a primeira Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em setembro de 1953, que apostou na fundação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e na luta pelo salário mínimo.¹²⁸ Em agosto de 1954 o jornal *Terra Livre* anunciou a fundação da Associação dos Lavradores do Sertão Carioca, com sede em Bangu.¹²⁹ Em setembro, o jornal dá notícia, pela primeira vez, de um caso de despejo de lavradores por grileiros, em Campo Grande.¹³⁰ Nesse mesmo mês é realizada a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, que reuniu 303 representantes de 16 estados em São Paulo. Nela foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil -- a ULTAB -- e também a União dos Trabalhadores Agrícolas do Norte Fluminense, além de ser aprovada uma pauta nacional de reivindicações para os trabalhadores do campo, a Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

Mesmo assim, boa parte dos trabalhos feitos sobre esses mediadores políticos acaba reforçando o estereótipo das “vanguardas que lideraram clientelas rurais,” como se os que viessem de fora tivessem o poder de dominar associações, teleguiar militantes e formar a totalidade da consciência política dos lavradores em questão, segundo seus objetivos determinados de antemão. Diferente disso, minha hipótese é que **até o golpe militar a influência de uma série de novos mediadores (sobretudo a Igreja Católica e o PCB) foi importante, mas não podemos negar aos trabalhadores e trabalhadoras rurais serem protagonistas de suas próprias trajetórias e experiências de formação de classe nas lutas pela posse da terra.**

¹²⁸ Ver dados no jornal *Terra Livre*, São Paulo, da 1ª quinzena de julho de 1954, e no recenseamento do IBGE de 1940.

¹²⁹ *Terra Livre*, São Paulo, 2ª quinzena de agosto de 1954.

¹³⁰ *Em Campo Grande, estado do Rio, mais de 30 posseiros estão sendo expulsos das terras que cultivavam.* *Terra Livre*, 1ª quinzena de julho de 1954.

Gostaria de discutir até onde foi realmente a mediação política no contexto pré-64 -- até porque ela deveria ter limites quantitativos e ideológicos para ação no campo. Tentarei não reificar sobremaneira o papel das mediações para não cair no erro tradicional de tentar inculcar categorias da política clássica num caso que não tem nada de clássico. Por isso, defenderei que existiu, tanto sincrônica quanto diacronicamente, um continuum de poderes de intervenção dos mediadores nos locais de conflito, um mosaico de possibilidades de mediação, que variou desde a autonomia total das famílias “isoladas” nos locais de conflito, agindo segundo seus próprios valores e métodos, até ações realmente lideradas por diretrizes ou militantes de grupos externos aos lavradores.

Acredito que, de início, foi a partir da iniciativa dos lavradores ameaçados que uma série de mediadores foi solicitada nos locais dos conflitos (vereadores, repórteres, advogados, dirigentes de associações e sindicatos), e que foram procuradas edições de jornais, câmaras e prefeituras municipais, dentre outros instrumentos que eram vistos como importantes na balança da disputa. Quase sempre eram convites para ajudar a "apagar o fogo" de conflitos que já passavam do nível crítico, e consistiam no primeiro contato de organizações políticas com a questão das disputas por terra na região.

É claro que, para cativar esses mediadores para sua causa, os lavradores valiam-se de vários meios, como essa homenagem ao deputado Álvaro Fernandes nas fazendas Pedra Lisa e Santo Antônio, em Nova Iguaçu (a lembrar: ambas com posseiros envolvidos em litígios).

*Na ocasião, ele foi alvo de significativas manifestações dos lavradores locais, agradeceu as atenções que lhe vêm sendo tributadas pelos homens do campo de todo o estado do Rio e também anotou as mais urgentes reivindicações que lhe foram feitas pelos líderes dos lavradores daquelas regiões.*¹³¹

Parece que esse deputado estava sendo “cooptado” pelos lavradores, e não o contrário... É claro que ele não estava sendo “enganado”, num jogo reverso das falsas

¹³¹ *Visita, o presidente do legislativo fluminense, importantes centros agrícolas de Nova Iguaçu.* O Fluminense. 30 de novembro de 1960.

intenções e manipulações constantes na relação entre “massas” e lideranças espertas. Ele sabia muito bem o que fazia e que trunfos teria mantendo boas relações com aquela comunidade.

É interessante ver que os mediadores não insuflavam o conflito em áreas de gente calma e pacífica, como a polícia queria acreditar. Um posseiro envolvido na resistência armada da Fazenda São Lourenço nos conta como conseguiu que o deputado Tenório Cavalcanti intermediasse com a polícia a favor dos posseiros: *“fui na casa dele cedo e solicitamos sua presença para fazer a procuração. Não queria ir. Mas tamos precisando agora lá no campo”* (Araújo, 1982:43). Esse depoimento se torna mais interessante quando sabemos que, depois dessa primeira incursão meio a contragosto, Tenório Cavalcanti tomou gosto pela coisa e se tornou, ele próprio, um organizador de ocupações de terra.¹³²

Uma melhor explicação é que parecia ser uma **necessidade do momento a publicização dos conflitos**. Ao fazer o deputado anotar suas reivindicações, os lavradores faziam com que mais forças, a do peso da opinião pública e a dos parlamentares, pendessem a seu favor, como forma de resistir às agressões locais e diretas dos grileiros e jagunços, que se julgavam protegidos e invencíveis se o cabo-de-guerra contra os posseiros se mantivesse confinado aos seus domínios privados.

Só num segundo momento esses mediadores passariam a ir a campo, colocando-se no papel de organizadores das ações de resistência aos despejos e mesmo de novas ocupações de terras. Com o passar do tempo, esses mediadores se interessariam em influenciar as disputas a favor do pólo que julgavam o mais correto, ou a favor de si mesmos.

a) P a p e l d o s a t i v i s t a s c o m u n i s t a s n o s s e r t õ e s c a r i o c a s

O Partido Comunista Brasileiro não foi o único mediador dos posseiros. Podemos remarcar também a atuação da Igreja Católica circulista, do deputado Tenório Cavalcanti, do

¹³² Para saber um pouco mais da trajetória política de Tenório Cavalcanti, ver Beloch, Israel. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro. Record. 1986; e Grynspan, Mário. *Lavradores e grileiros na Luta Democrática*. Rio de Janeiro. PPGAS/UFRJ. (mimeo) 1982.

Partido Trabalhista Brasileiro na figura principalmente dos governadores e do Plano Agrário, das Federações de lavradores (a FLERJ e a FALERJ) e das Ligas Camponesas. Um estudo aprofundado das estratégias de cada um deles se encontra no trabalho de Mário Grynspan (1987, capítulo IV). Mas, para os meus objetivos justificados na introdução, vou focar precisamente a atuação dos comunistas.

A tarefa é trabalhosa, e merece ainda bastantes pesquisas e análises que consigam transcender as memórias e registros escritos -- muito abundantes -- para alcançar o papel real que tiveram os comunistas em sanar problemas concretos no cotidiano das comunidades ameaçadas. Em verdade, o deslocamento de ativistas para o campo não foi uma peculiaridade do Rio de Janeiro, e sim correspondeu a uma política nacional do PCB que, a partir de 1946, decidira organizar e mobilizar os trabalhadores agrícolas das aldeias e das fazendas para a luta política, para a luta em favor dos seus direitos.¹³³ Mesmo assim, até 1950 os efeitos desse trabalho foram incipientes.

Apenas sob a marca internacional do Manifesto de Agosto de 1950, o PCB localizou o atraso da economia brasileira nos restos feudais e no monopólio da terra e decidiu em resolução nacional pela intensificação das atividades entre camponeses. Segundo suas teses, que já discutimos no primeiro capítulo, o campo brasileiro tinha características feudais que deveriam ser eliminadas com a introdução de formas capitalistas de trabalho (mais precisamente os direitos trabalhistas) que só seriam providenciadas por uma Revolução Democrática e Burguesa. Só depois da superação dessa fase feudal pelo capitalismo é que se poderia pensar em trabalhar em prol do socialismo. Para o Partido Comunista, portanto, a mobilização dos trabalhadores rurais deveria visar à superação do atraso na agricultura camponesa, para que houvesse bases sociais sólidas – um proletariado rural consolidado – para se lutar pelo socialismo (Medeiros, 2000).

¹³³ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1946. p. 15

A partir dessas resoluções é que começou a haver atividades contínuas de propaganda e pregação política, sobretudo com a chegada nos sertões cariocas de alguns militantes comunistas desgarrados da organização em função da clandestinidade que lhes foi imposta a partir de 1946 (O'Dwyer, 1988:36).

Grandes lideranças do movimento camponês nessa época foram José e Josefa Pureza, casal que, em sua própria trajetória de vida, explicita muito do que aconteceu com trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. Casados desde 1942 em Alagoas, terra natal, os dois vêm para o Rio de Janeiro depois de experimentarem a vida duríssima dos cortadores de cana. Chegando à cidade do Rio, são proletarizados e assim continuariam, não fosse a opção de Zé Pureza (filiado ao PCB desde 1945) de retornar ao campo no final de 1947. Nessa época ele

trabalhava em construção civil na cidade do Rio de Janeiro como estucador e participava das lutas operárias. Os trabalhadores da cidade estavam se organizando, mas no campo não havia nada nesse sentido e eu achava que os dois movimentos -- campo e cidade -- deveriam marchar juntos (Pureza, 1982:17).

Enquanto Pureza passava fome em Xerém, distrito rural de Duque de Caxias, e aprendia a plantar, a mulher e os filhos moravam numa favela, lutando quotidianamente para se manter vivos. Josefa conta que

o fato de ter permanecido na cidade, longe do marido, foi por discordar em voltar a viver na (e da) terra: as lembranças do campo estavam vivas. (...) Nessas circunstâncias, voltar para a terra significava o temor e a possibilidade de que se repetisse com ela o que acontecera com sua mãe: ser bóia-fria, não ter dinheiro ou recursos e acabar morrendo (Gheller, 1996:39).

As lembranças que Josefa Pureza tinha do seu passado de bóia-fria e a própria opção de terem ido para a cidade, fazia com que o campo fosse lembrança de sofrimento e morte. Não era ainda espaço de luta. Ela estava -- premida pelas circunstâncias -- dentro de seu próprio processo de "consciência em transição". Para Josefa, desde os primeiros convites até a filiação ao PCB foram dez anos, nos quais ela realizava atividades de organização das

trabalhadoras rurais ainda sem muita elaboração teórica. No fim de sua vida, Josefa avaliou dessa forma o processo de conscientização sobre seu 'estar no mundo' (Freire, 1987):

Depois que conheci o PCB comecei a ver o mundo com outros olhos. Posso dizer que foram as primeiras pessoas que me trataram como gente, com dignidade. Conheci o partido através do meu marido, José Pureza. Até meus 25 anos eu não vivia, eu vegetava, pois me sentia um resto de gente, tímida, medrosa, descrente da vida (Gheller, 1996:45).

A partir da inflexão social e política dessas duas trajetórias singulares, podemos perceber que também se transformavam as pessoas que viviam no campo. São retratos de muito contraste porque relatam a trajetória de duas lideranças nacionais do movimento camponês, mas, se os vemos dentro de sua moldura, são os frutos do processo de politização crescente da questão agrária. Esses militantes deixaram registradas suas memórias e entrevistas muito ricas (Pureza, 1982; Gheller, 1996) e é a partir delas e de outros trabalhos sobre o tema (O'Dwyer, 1988; Grynspar, 1987) que foram tecidas as considerações que se seguem.

Vou começar avaliando a atuação dos militantes sozinhos e, quando falo assim, como se fosse possível separá-los da organização partidária em que se diziam inseridos, estou partindo da constatação de Eliane Cantarino, que provou em sua tese o quanto esses homens estavam realmente isolados nas áreas rurais, afastados dos outros militantes e dos meios de comunicação em geral, sem apoio concreto do Partido (O'Dwyer, 1988). É por isso que vou considerar aqui que suas práticas cotidianas no meio dos lavradores possuíam algum grau de autonomia em relação às orientações práticas dadas pelo Partido Comunista.

Uma característica remarcada pelos pesquisadores são as origens urbanas de todos os militantes que vão para o campo mas, diferente do que se acredita, eles tomam a decisão de morar nos sertões cariocas sobretudo por suas necessidades de sobrevivência e pela contingência da repressão que se abate sobre o PC depois de 1946, em detrimento de puras convicções ideológicas ou deliberações de superiores do Partido, como fazem crer suas memórias. Conforme concluiu Eliane Cantarino

A visão teleológica que informa seus depoimentos como antigas lideranças, explicando o início pelo desfecho, juntamente com outros dados acerca da repressão, naquele período, contra o movimento operário e, especialmente, contra os membros do PC, permite pensar que a opção pelo campo tinha também o caráter de sobrevivência pessoal e política (O'Dwyer, 1988:41).

Esse fato pode inclusive explicar a divergência das orientações das ações da Baixada, muito mais 'radicais' do que as que eram dadas pela ULTAB e pelos manifestos do PC, que falavam da reforma agrária por meios democráticos. Essa idéia é reforçada por José Pureza, um desses militantes comunistas isolados, quando disse que o movimento camponês não era dirigido pelo PC... *Se o movimento decidisse, era isto mesmo. Se os companheiros decidissem uma resolução mais forte, nós (a FALERJ) não recuávamos. Dávamos toda a força, procurávamos orientar da melhor forma.* Segundo Pureza, os militantes comunistas que trabalhavam no campo *não escolhiam a forma de lutar, encarando os desafios impostos pela realidade de cada contexto e obedecendo as decisões das assembléias de camponeses.* Ele mesmo achava que, *mesmo que o PC tivesse como tese "ações pacíficas", isso não queria dizer "dar a outra face": ação de jagunços se enfrentava.* (Araújo, 1982:38).

Mesmo sem seguir uma linha programática estrita, os militantes comunistas que se tornaram lideranças camponesas fizeram importante trabalho de mobilização dos lavradores, mas muito mais incitados por suas próprias convicções ideológicas do que orientados por políticas nacionais do PC. Essas lideranças acabaram se construindo mais como "líderes de massa", seguindo os clamores e respeitando as necessidades e convicções da comunidade em que se inseriram, do que "quadros de partido" que simplesmente transmitissem orientações para suas clientelas políticas (O'Dwyer, 1988:44). Com seu trabalho elas conseguiram minar o antigo senso de inevitabilidade que "acomodava" os lavradores a sua sujeição (Grynspar, 1987:95; O'Dwyer, 1988:78).

**b) I n f l u ê n c i a s d a s d i r e t r i z e s
c o m u n i s t a s n a o r g a n i z a ç ã o p o l í t i c a
d o s c a m p o n e s e s**

Agora, se formos analisar a influência do Partido *per se* na direção e organização dos lavradores, as respostas podem ser diferentes.

Grynspan pontua como principais resultados da atuação do Partido Comunista no campo a fundação de associações e de ligas camponesas. Mas Eliane Cantarino discorda que se possa julgar que as associações eram inteiramente controladas pelo PCB. Primeiro, porque a condição de membro do PCB não era determinante para se chegar ao posto de direção de associação ou de liderança camponesa, até pelo contrário: a imagem de comunista, num período de clandestinidade e de fortes preconceitos no imaginário social, poderia ser prejudicial. Segundo, porque os lavradores tinham poucos parâmetros para avaliarem a aproximação desse ou de outro partido com suas necessidades em termos formais, programáticos, ainda mais se levarmos em consideração sua histórica exclusão política (Grynspan, 1987; O'Dwyer, 1988).

Em seu trabalho, Eliane Cantarino concluiu que o critério crucial para quem quisesse se incorporar ou ter legitimidade de liderança entre os lavradores era a adesão de fato ao seu modo de vida e aos interesses desses camponeses em permanecerem na terra. Independente do partido, essa pessoa deveria, antes de tudo, ser um deles, e isso foi na maior parte das vezes o que aconteceu com os militantes do PC (O'Dwyer, 1988:112-6). Vou reforçar o fato de que, numa conjuntura crítica de conflitos e problemas, exigindo dedicação e soluções rápidas, as entidades organizadas mesmo por comunistas deveriam ter sua eficácia comprovada na prática para serem legitimadas pelos posseiros, e não somente seguirem linhas programáticas do Partido que não respondessem àquelas necessidades

O trabalho do Partido Comunista de incentivo à organização dos trabalhadores rurais era feito sobretudo pelo jornal Terra Livre, que fornecia orientação jurídica em quase todos os

números e emulava as organizações que surgiam em todo o país, dando ênfase ao estado do Rio de Janeiro, que vinha dando frutos, como nesta reportagem.

*A I Conferência realizada em agosto do ano passado, contou com mais de 500 pessoas, sendo criada nessa reunião a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Entusiasmados com a criação da Federação, seus membros se lançam ao trabalho de organização de novas associações, procurando ainda aumentar o número de associados. Atualmente, a Federação era composta por 13 associações, nas quais estão cerca de 16 mil associados já registrados. Esse é um esforço realmente muito grande.*¹³⁴

Na análise de Eliane Cantarino, o papel do Partido Comunista enquanto mediador político dos conflitos nos sertões cariocas foi o de: 1) fornecer os recursos materiais e humanos de que podia dispor para a facilitação de encontros, organizações e mobilizações de lavradores (mesmo diferentes do que pretendia), 2) publicizar, em seus periódicos, conflitos que não teriam outro meio de serem conhecidos fora das localidades e 3) tentar, a partir de 1952, unificar as associações isoladas, como efetivamente consegue no caso da Associação dos Lavradores Fluminenses (O'Dwyer, 1988:110).

A iniciativa e a importância de um mediador como um jornal não podem ser desprezadas, pela tentativa de articulação das ações antes dispersas em nível nacional -- historicamente isoladas -- e pela disposição de setores sociais mais favorecidos -- advogados, jornalistas, professores -- mesmo na clandestinidade ou anonimato, de contribuírem da forma que podiam para a formação política -- e “transição da consciência” -- dos trabalhadores rurais. Mas sabemos das dificuldades financeiras e logísticas para a confecção e distribuição dos jornais na clandestinidade, do alto índice de analfabetismo da população rural, da pequena tiragem do jornal e também das dificuldades ideológicas e sociais de entrosamento dos militantes vindos das camadas médias urbanas com um povo do campo, que pré-conceituavam e desconheciam em grande parte.¹³⁵

⁴² *Crescem as associações de camponeses no Estado do Rio.* Terra Livre. 1ª quinzena de março de 1960.

¹³⁵ Embora o PCB formulasse muitos textos sobre o que deveria fazer na ação política do campo, a maior parte deles era elaborado segundo teses do comunismo internacional, e, na verdade, o que havia era um grande

Por isso, não acho que um partido pequeno, urbano, clandestino e perseguido pudesse ter tal dimensão no cotidiano dos conflitos. Minha opinião sobre esse caso é que a imagem do partido super-poderoso só foi cunhada porque os pesquisadores teriam ficado fascinados com os registros dos discursos e diretrizes comunistas. Além do que os militantes comunistas (‘militantes adscritos’, nas palavras de Eliane O’Dwyer) teriam querido deixar como memória suas atuações em conformidade com as linhas programáticas do Partido, em detrimento de seu isolamento real e do fato de, concretamente, terem liderado ações até contrárias às linhas do PCB em nível nacional (O’Dwyer, 1988).

Em minha pesquisa, conclui que os militantes que se diziam comunistas representaram menos os programas do Partido (que na época reforçava a luta “democrática” e legal por direitos trabalhistas) do que os interesses dos lavradores ameaçados e a resistência “radical” para permanência na terra. Pela leitura das fontes, me parece que o Partido foi antes de qualquer coisa solicitado pelos próprios lavradores nos locais de conflito, e nesses casos sua atuação ia mais no sentido de publicizar as arbitrariedades cometidas pelos grileiros e auxiliar juridicamente o encaminhamento do conflito com seus advogados. Sendo assim, posso concluir que, enquanto Partido-organização, o PCB atuou muito mais como mediador entre lavradores e instituições e opiniões urbanas.

Diferente do estereótipo das “vanguardas que lideraram clientelas rurais”, a capacidade de intervenção dos mediadores nos locais de conflito foi muito diversificada, desde o isolamento das famílias, até ações realmente lideradas por diretrizes ou militantes de grupos externos aos lavradores. Por isso, permanece a pergunta sobre de que forma e segundo quais princípios esses lavradores agiam quando se organizaram localmente sem mediadores externos, e para isso servirá a discussão do tópico a seguir.

desconhecimento e estranhamento da realidade brasileira, pouco levando em conta as especificidades da ocupação territorial e agrícola e os interesses reais dos homens e mulheres que viviam no campo. Sobre este assunto, ver Medeiros, 1983.

4.15 Transformações nas táticas e estratégias de resistência

Formatados: Marcadores e numeração

a) concepção de justiça dos lavradores e posseiros

Nesta parte vou trabalhar com a idéia de que os lavradores, mesmo os que não tiveram contato com mediadores externos, conheciam seus antagonistas, seus direitos e os limites da legislação, que os protegia dentro da 'arena de luta de classes' em que se encontravam. Mesmo que seus objetivos diferissem dos grandes projetos políticos e estratégias que norteavam os grupos que disputavam em nível nacional não somente a terra, mas a Reforma Agrária ampla e as transformações profundas na sociedade a longo prazo, defendo a hipótese de que essa consciência peculiar das condições de dominação e a reação dos lavradores tinham relações com uma tradicional cultura popular rebelde que, por si só, tinha métodos de ação fragmentados, instantâneos, anônimos e diretos, mas era diferente do modelo reacionário e individualista proposto pela 'metáfora do saco de batatas'.

A resistência dos posseiros contra os despejos impostos pelos grileiros, grandes proprietários e mais tarde pelo próprio Estado capitalista, era ao mesmo tempo nova e antiga. Antiga porque se baseava em princípios de legitimidade historicamente duradouros, que permearam as lutas pela permanência na terra durante toda a história brasileira, por vezes amparada pela leis coloniais de incentivo ao cultivo, por outras simplesmente sabendo-se justas dentro de um código de valores populares que se opunham aos títulos de propriedade de sesmeiros e grileiros (Motta, 1996; L. Silva, 1996). Uma parte da cultura popular que "*não está sujeita, em seu funcionamento, ao domínio ideológico dos governantes*" (Thompson, 1998:19) e, durante a história desses últimos 500 anos que conhecemos, essa cultura -- menos poderosa, influente e violenta -- tentou manter a prerrogativa da posse dentro ou fora da lei.

Para ajudar na compreensão desse processo, Márcia Motta e Ligia Osório Silva resgataram a historicidade dos conflitos institucionais e sociais que permearam a prática da posse de terra no Brasil. A posse foi legalizada como costume em 1769 e, a partir daí, uma

série de possibilidades de legalidades foram sucessivamente geradas, debatidas, abortadas ou não, no intuito de regular esse expediente frente à pressão de sesmeiros, políticos e, por vezes, dos próprios posseiros. O que se percebe é que, durante a primeira metade do século XIX (pelos Alvarás de 1795, 1808, 1822), a figura do posseiro -- que produz e povoa -- vai ganhando *status* jurídico crescente. Os projetos de legislação agrária de José Bonifácio (1821) e Padre Feijó (1828) tentam regular o acesso à terra face à criação dos primeiros núcleos coloniais das décadas de 20 e 30, detendo os abusos tanto de sesmeiros quanto de posseiros e regulando o cultivo. Uma grande continuidade histórica traçada por Motta pode ser percebida na tentativa dos posseiros de usar determinados argumentos jurídicos -- como hoje o usucapião ou a função social da propriedade -- para dar legalidade às terras que povoam (Motta, 1996).

Mas, quando nas décadas de 1950 e 60 os posseiros do sertão carioca resgataram princípios antigos, eles também atualizaram esses códigos, inclusive fazendo com que parte de suas reivindicações fosse incorporada à legislação muitos anos depois. **Minha hipótese é de que, no momento da disputa pela terra, esses lavradores se lembraram e se utilizaram de direitos e de representações de Justiça que conheciam, mas que foram cunhados para outro contexto histórico.** Reforço de novo que as tradições, longe de estarem imóveis nas lembranças do passado, são continuamente reinventadas pelas classes trabalhadoras, segundo suas necessidades do *quê* legitimar como costumes no presente (Thompson, 1998^a). Nesse sentido, seria possível articular o passado, presente e o futuro num mesmo processo de luta de classes e de representações que a sustentam.

Agindo dessa forma, numa disputa com novas características (como era o caso da especulação imobiliária nos sertões cariocas) eles resgataram antigas legitimidades como instrumentos para se protegerem dos grileiros. E essa é a parte nova da sua resistência. Nos depoimentos recolhidos podemos ter algumas pistas dessas justificativas, como neste aqui, do lavrador Raimundo Nonato da Silva. Ele morava há 27 anos em terras de Jacarepaguá, até

que, em 1952, começou a sofrer ameaças de dois grileiros para que abandonasse sua posse.

Ele se defende dizendo que

Há 27 anos quando aqui cheguei, tudo era mato e mosquitos. Secamos o charco e saneamos a restinga. Lavramos, plantamos e logo chegaram os "donos" da terra, (...) Já por duas vezes quiseram me expulsar sem pagar as benfeitorias da terra. Mas eu os toquei à bala. Daqui só saio morto, porque a terra é nossa, nós a saneamos, somos nós que plantamos.¹³⁶

Da mesma forma que o senhor Raimundo, todos os outros de que tenho depoimentos são unânimes em afirmar que chegaram em terras virgens, improdutivas (inclusive alagadas, no caso da Baixada), e que pelo próprio trabalho fizeram melhorias e tornaram os sítios férteis. Claramente se baseavam em uma noção costumeira de justiça, que legitimava a posse da terra aos seus primeiros ocupantes, em detrimento do código capitalista formal que reconhece como proprietário aquele a quem pertence o título legal (Thompson, 1998; Martins, 1994; Carvalho, 2002). Por isso, de acordo com sua visão do funcionamento das coisas e da Justiça, eles tinham direitos à terra que fizeram produzir e na qual instalaram benfeitorias.

Outra questão é que, mesmo que não possamos julgar que todas as famílias atingidas tivessem em mente uma consciência geral dos problemas estruturais de que eram vítimas e das alianças mais amplas que os apoiavam ou prejudicavam, elas tinham noção de quem eram os inimigos, de quem era mais forte, e de quais seriam os direitos legítimos pelos quais lutariam. Vejamos por exemplo a fala da lavradora Maria Pereira Leite, ao ser chamada de invasora pelo general que a ameaçava de despejo:

"Mas, general, eu não invadi. Eu trabalhei muito na minha terra e agora vou ser expulsa? Pobre não tem vez mesmo?(...)O general Castelo Branco [chefe do serviço de levantamento do Núcleo de Capivari] disse que não sabia de nada sobre os lavradores. Mentira. Pura mentira. Ele sabe de tudo, principalmente das derrubadas e das roças ocupadas pelos soldados da guarda Rural que trabalham para ele. Há soldado escondido até em tocas, próximo aos locais dos despejos e das lavouras destruídas.¹³⁷

¹³⁶ *Ninguém me põe fora da terra!* Imprensa Popular. 18 de julho de 1954.

¹³⁷ *IBRA ameaça agora lavradores de Capivari.* Jornal do Brasil. 02 de dezembro de 1966.

Neste pequeno trecho, vemos que a lavradora Maria Luiza sabe diferenciar invasão e posse. Ela soube contrapor à acusação de "invasão" o fato de sua posse ter sido primária, mansa e pacífica e o seu trabalho de cultivo, o que deslocou o eixo da acusação de ela própria para a legitimidade do despejo das famílias que sobreviviam da agricultura. Mas, quando pontua que "pobre não tem vez mesmo" ela sabe que, por detrás das justificativas que o general possa dar e ela desmentir, a "vez" dificilmente será de quem não exerce a violência legal. A lavradora simplifica muito bem os pólos antagônicos: de um lado, os pobres que trabalham, de outro, o general que se apóia na mentira e na violência de seus soldados, inviabilizando sua permanência na terra. Mais ainda, ela demonstrou um alto nível de consciência das falcaturas legais e ilegais que eram cometidas pelo general, como a sua preferência por terras dos posseiros já valorizadas pelo trabalho. Sua síntese é clara:

*(...) O IBRA nos destrói. Os homens do IBRA só escolhem as terras produtivas. As terras que não estão trabalhadas, eles não reclamam nem dizem que tem outros donos.(...) O que a gente sofre, o general não sente. Para ele, parece até que nós somos uma doença, que ele precisa afastar.*¹³⁸

Essa mensagem é muito forte porque antítese de tudo o que o regime militar propagandeava a seu favor para a população mais pobre: de que os estava protegendo contra o perigo do comunismo internacional, etc e tal. Nessa fala há tanto uma amostra da coragem dessa mulher quanto do ódio que vai sendo criado em relação ao IBRA e à guarda rural. Portanto, pela lógica de justiça daqueles lavradores, independente de mediadores externos, a ação violenta desses órgãos podia gerar reação legítima.

Pois num aspecto a 'economia moral' da multidão rompia decisivamente com a dos paternalistas. A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que era categoricamente reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista (Thompson, 1998^a:167).

¹³⁸ IBRA ameaça agora lavradores de Capivari. Jornal do Brasil. 02 de dezembro de 1966.

Os lavradores do lote 51 da estrada do Curtume, na Fazenda Santa Cruz, pensaram aproximadamente da mesma forma. Eles ficaram preocupados com as declarações do presidente do IBRA, Sr Paulo de Assis Ribeiro, de que "*o maior prato para a imprensa está por vir, quando se começar a agir na Fazenda Santa Cruz, área declarada prioritária*".¹³⁹

Um dos lavradores entrevistados, Benedito de Alcântara Filho, ao justificar seus direitos e falar das violências cometidas pela Guarda Rural em outras localidades, afirmou: *Não tenho receio, tenho razão. Mas, apesar disso, tenho medo da razão deles, que nunca empregam os mesmos métodos que nós*.¹⁴⁰ Sua afirmativa é emblemática: ao mesmo tempo em que sabe que tem direitos, sabe também que, segundo a razão do opositor, esses direitos podem não ser reconhecidos. Benedito teme ser despejado pois os fatos que ele pensava legitimar sua posse -- o pai ter sido o primeiro a cultivar uma terra abandonada e ele trabalhar para sustentar sua família -- não tinham sido suficientes para deter os despejos que já aconteciam em outros locais da baixada. Esse lavrador do Núcleo Colonial de Santa Cruz percebe que as regras estavam mudando e, se as anteriores lhe conferiam "razão", as ações atuais do IBRA lhe mostravam que a "nova razão" estava atuando exclusivamente a favor dos interesses dos "que nunca empregam os mesmos métodos que nós". Não bastando suas razões serem distintas -- o que caracterizaria apenas um conflito entre partes iguais -- os métodos de ação das partes, mais que diferentes, são desiguais: eles podem usar da força, da violência, e impunemente.

Não me parece absurdo fazer uma comparação dessas resistências aos despejos com os motins de fome do século XVIII estudados por Edward Thompson. Práticas que nós hoje, imersos na hegemonia do mercado capitalista, podemos considerar "naturais" e "inevitáveis"(como um grupo pequeno de posseiros ter sido enxotado de suas terras para permitir a urbanização da região da Baixada), naquela época não foram vistas assim, pois as

¹³⁹ *IBRA alarma lavradores de Santa Cruz mas lavradores querem continuar em Santa Cruz*. Jornal do Brasil. 04 de dezembro de 1966.

¹⁴⁰ *IBRA alarma lavradores de Santa Cruz e lavradores querem continuar em Santa Cruz*. Jornal do Brasil. 04 de dezembro de 1966.

justificativas das comunidades ameaçadas exprimiram o ressentimento que sentiram quando viram mudar as regras a que estavam acostumadas.

De maneira similar aos motins, os posseiros agiram segundo ‘noções legitimadoras’, pois acreditavam estar defendendo direitos e costumes tradicionais e que tinham apoio do consenso mais amplo da comunidade para passar por cima das causas do medo e da deferência (Thompson, 1998a:152). Eles partiam de consensos da comunidade em que viviam do que seriam práticas legítimas ou ilegítimas dos proprietários e deles próprios, dentro de visões tradicionais de obrigações sociais e funções econômicas de cada grupo da sociedade.

Da mesma forma que, no caso analisado por Thompson, as multidões sediciosas agiam segundo noções legitimadoras que eram uma reconstrução seletiva do paternalismo dos séculos anteriores, os posseiros da Baixada, ao construírem a legitimidade de sua causa, vão pinçar na legislação fundiária em vigor os pontos que podiam embasar suas noções de direito à terra, enquanto passavam por cima (ou tentavam mudar) as que eram desfavoráveis.¹⁴¹ Essa concepção de justiça particular estava ancorada não numa prática corrente do passado que se extinguia, mas num modelo ideal de funcionamento da sociedade que, para não pairar no ar das utopias, se fixara num tempo pretérito (uma “existência real mas fragmentária”) como forma de ser considerado pertinente e viável, a ser acionado nos momentos de crise (Thompson, 1998^a:160).

¹⁴¹ “Pode-se sugerir que, se as multidões sediciosas ou fixadoras de preços agiram segundo um modelo teórico consistente, esse era uma reconstrução seletiva do paternalismo, extraindo dele todas as características que favoreciam os pobres e que ofereciam uma possibilidade de cereais mais baratos. Porém, era menos generalizado que a visão dos paternalistas. Os registros dos pobres revelam mais particularidades: trata-se deste moleiro, deste negociante ou daqueles agricultores que retêm os grãos, provocando indignação e ação. Tal particularidade era, entretanto, inspirada por noções gerais de direitos que só se revelam bem claramente quando se examina a multidão em ação. Pois num aspecto a ‘economia moral’ da multidão rompia decisivamente com a dos paternalistas. A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que era categoricamente reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista.” Thompson, 1998^a:167.

b) M u d a n ç a s d a r e s i s t ê n c i a t r a d i c i o n a l

Mesmo assim, é certo que essa consciência estava se transformando num processo ativo de recriação de tradições na arena de luta de classes em que os posseiros se encontravam. Sofrendo pressão de diversos fatores alheios a suas vontades, as representações de mundo do grupo de lavradores/as que começara a ser ameaçado estava em 'fase de transição'. Não encaro o termo transição a partir da visão evolucionista ou etapista da consciência de classe observada de um ponto de vista ortodoxo. Mas falo em transição, primeiro, porque acredito na alteração de padrões culturais -- entendida aqui como representações de mundo e criação de identidades coletivas -- a partir de transformações ligadas ao mundo do trabalho e do cotidiano, levando em conta as trajetórias e experiências desses homens e mulheres.

Já foi visto que processos de expropriação e concentração fundiária/imobiliária vinham se acelerando desde a década de 50 e tiveram seu apogeu durante a ditadura militar, que somou à força dos grileiros a violência de um regime de exceção. Por isso, as formas 'tradicionais' de luta, sobrevivência e resistência dos posseiros -- seculares, arraigadas nos sistemas de legitimidade popular e referendadas parcialmente pelo sistema legal pré-64 -- se viram pressionadas a uma transformação que lhes conferisse mais força e eficácia. Mas essa transformação não foi unívoca ou homogênea. Ela respondeu a situações específicas dentro de contextos sócio-culturais próprios e, ao mesmo tempo, manteve-se dentro das possibilidades realizáveis dentro desses limites. Todo esse preâmbulo é porque quero reforçar a idéia de que, distante de possíveis tipologias estanques, houve mudanças significativas nas ações de resistência a partir de fins dos anos 50, para as quais as alianças e mediações externas foram importantes, estimulando o processo de debates, articulação e formação política. Algumas vezes, a partir deles os camponeses puderam abandonar formas de resistência isoladas e passar a formas de ação coletivas. Outras não.

Vou começar discutindo a maior mudança de mentalidades que considero ter se processado naquele momento. A grande transformação, a meu ver, se relacionou ao teor das reivindicações dos lavradores, que mudou do usucapião para a desapropriação das terras em litígio, e teve relações diretas com a mudança em torno da discussão sobre a legalidade das ocupações coletivas de terra.

Existe uma certa desconfiança que paira até hoje a respeito da legitimidade das ocupações. De fato, elas não são constitucionalmente legais -- são esbulhos possessórios -- e nesses termos a Justiça de classe se faz valer prontamente da reintegração de posse. Por isso, embora fosse uma prática usual o apossamento de terras vazias até o começo da década de 60, essas posses nunca eram chamadas de ocupações. Todos os lavradores eram apresentados como antigos posseiros, para tentar garantir a eles a aplicação do usucapião, já que os advogados reclamavam em juízo esse direito após a posse ininterrupta da terra durante mais de 10 anos.

Para que fosse legitimada a ocupação recente de terra improdutiva, devoluta ou grilada, seria preciso que antes fosse feita uma profunda inversão de valores sociais canonizados: o valor do trabalho e da vida devia ser encarado como prioritário em relação à propriedade privada. Essa inversão, entretanto, não tinha ainda jurisprudência e os próprios lavradores e lideranças tiveram de elaborar -- no embate cotidiano -- suas justificativas para tal.

A luta por usucapião já se mostrara ineficiente porque os grileiros sempre encontravam modos de contestar o tempo mínimo de permanência na terra necessário para que os lavradores conseguissem o direito (Grynspan, 1987:157). Mas o debate sobre a Reforma Agrária crescia e as estratégias para obtenção da desapropriação eram foco de polêmica entre as esquerdas desde a década de 1950. Especificamente no caso do estado do Rio de Janeiro, houve uma mudança importante de conjuntura política a partir de 1959, quando assumiu o governo Roberto Silveira, do PTB, eleito por uma grande aliança de forças,

inclusive as esquerdas, e tendo se comprometido desde a campanha eleitoral em favor dos posseiros. Nesse novo contexto, as lutas dos lavradores passavam a assumir um caráter mais marcado de enfrentamento, além de alcançarem maior repercussão (Grynspan, 1987:159).

A palavra de ordem "Reforma Agrária na lei ou na marra" foi interpretada, no estado do Rio de Janeiro, como a legitimação da luta de resistência dos camponeses aos despejos e, paralelamente, à ocupação de terras de grilagem (Pureza, 1982). Esse processo de passar da reação para a ação, contudo, não se deu numa reunião e nem somente movido por palavras. Ele respondia novamente a uma característica da ocupação territorial do estado do Rio de Janeiro, onde existiam muitas terras no interior que pertenciam à União e que estavam sendo indevidamente apropriadas (Pureza, 1982:41). Partindo dessa desconfiança, as organizações camponesas decidiram requerer em cartório o levantamento da situação das terras em litígio. Aí

Os documentos comprovaram a suspeita de que se tratavam de terras griladas. Em vista disso, resolvemos realizar uma luta de ocupação dessas terras nas localidades de Xerém, Santa Alice, Magé, Rio das Ostras, entre outras (Pureza, 1982:41).

É por isso que, após a realização do I Congresso Nacional Camponês em 1961 -- com a participação da ULTAB, MASTER, STRs e Ligas Camponesas -- os métodos de luta foram modificados. Era isso que representavam as ocupações. *A decisão do nosso movimento a partir daí foi substituir a reclamação de usucapião por uma luta pela desapropriação das terras em litígio* (Pureza, 1982:32). As ocupações passaram a figurar como estratégia explícita de ação, com caráter assumido de denúncia à improdutividade reinante, desafio ao direito de propriedade e de pressão pela desapropriação (Grynspan, 1987:166).¹⁴² Isso fica bastante claro na fala de Francisco Dias Lacerda, vice-presidente da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa: *Queremos, com isso [as ocupações] provocar uma*

¹⁴² Para ter notícias das ocupações no sertão carioca nesta época, ver *Luta Democrática* de 5 de dezembro de 1961, *Jornal do Brasil* de 16 de fevereiro de 1964, de 28 de fevereiro de 64 e de 16 de fevereiro de 1964, *Terra Livre* da 1ª quinzena de maio de 1963, da 1ª quinzena de janeiro de 56, da 1ª quinzena de julho de 1961 e de janeiro de 1963, entre outros.

*solução rápida para o problema. Se formos presos melhor será. As autoridades competentes compreenderão que não estamos brincando.*¹⁴³

O foco das ocupações eram as terras públicas griladas, detectadas por militantes e advogados através de pesquisas em cartórios. Na grande maioria dos casos, os contingentes de ocupantes eram recrutados entre lavradores sem terra vindos de diversas áreas distintas (Grynspan, 1987:170). Na medida em que os primeiros ocupantes conseguiam permanecer na terra, traziam suas famílias e conhecidos e, pouco depois, a região ocupada se tornava um pólo de atração de outros lavradores que, como já foi explicado no capítulo anterior, constituíam população numerosa e crescente no estado.¹⁴⁴

Para explicar melhor a singularidade das ocupações no estado do Rio de Janeiro usarei como parâmetro o modelo formulado por Eric Hobsbawm ao estudar ocupações de terras ocorridas no Peru. Tendo como critério básico a situação legal da terra e sua legitimidade pelos camponeses, Hobsbawm classificou em três tipos as ocupações de terras: o primeiro quer a recuperação de terras tidas como pertencentes aos camponeses, mas que lhes teriam sido tomadas por meios que consideravam ilegítimos; o segundo seria a ocupação de terras aparentemente sem dono ou públicas. E o terceiro seria aquele em que inquestionavelmente a terra pertencia a alguém que não os ocupantes -- nesse caso configurando uma expropriação dentro de uma tática revolucionária consciente (Hobsbawm, 1999; Grynspan, 1987).

Pois bem, as ocupações de terras ocorridas no Rio de Janeiro reuniam características desses três tipos: eram movimentos influenciados por ideologias políticas modernas, dirigiam-se para terras públicas, mas consideradas griladas, e também punham em xeque o controle que alguém exercia sobre elas. Esses movimentos, portanto, não se encaixariam em tipologias excludentes, como as de Hobsbawm (Grynspan, 1987), porque refletiam a própria miscelânea

¹⁴³ *Jornal do Brasil*, 29 de dezembro de 1961.

¹⁴⁴ Mário Grynspan, citando pesquisa feita pelo *Jornal do Brasil* (*Jornal do Brasil*, 30 de junho de 1963) diz que as autoridades fluminenses estimavam que havia 75.000 famílias sem terra no estado do Rio de Janeiro neste período, das quais 20.000 vivam à procura de terras que pudessem ocupar (Grynspan, 1987:176).

das táticas de resistência e combinaram ideologias "modernas" com ações "tradicionais". Por isso se tornaram objetos singulares para minha pesquisa e reflexão.

Mas a questão não era tão simples. Para perceber o embate de discursos, vou citar o caso ocorrido durante a ocupação do Imbé, região do município de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense. Segundo José Pureza (1982:76), em 1963 cerca de 210 mil hectares de terras devolutas já estavam grilados por grandes usineiros. Os trabalhadores rurais expulsos das terras ou desempregados resolveram então se concentrar nos limites da área grilada, em terreno de um pequeno proprietário. No momento em que um delegado chegou ao local, com um ônibus carregado de policiais armados para desocuparem a área, questionou Pureza, organizador, sobre quem teria dado a ordem para a ocupação. Pureza respondeu que representando a Federação das Associações de Lavradores do estado do Rio de Janeiro, ele estava ocupando a terra a partir de uma resolução da Assembléia da Federação e, portanto, cumprindo sua tarefa. Desta feita o delegado, já um pouco confuso, apenas tentou confirmar que ele estava fazendo algo errado, ao que Pureza emendou que

Não, eu estou certo, porque o que faço é uma necessidade que há muito devia ter sido feita. Esses companheiros estavam passando a maior dificuldade. Do meu ponto de vista, ajudando esses companheiros estamos ajudando o próprio governo (...) (Pureza, 1982:78).

Sabemos que, seguindo as matrizes teóricas do Partido Comunista, José Pureza entendia o que era um Estado de classe e que a expropriação dos meios de produção -- sobretudo a terra -- era motor da acumulação da burguesia. Mas não foi esse o discurso que ele fez, porque isso não seria válido no sistema de legalidades vigente, nem na conversa com o delegado. A opção foi a de confundir a matriz da legalidade -- afinal, ele também estava executando ordens de sua federação -- e se colocar como cooperador do governo. A tática deu certo: o delegado apenas recolheu as armas e o acampamento se manteve por mais algum tempo.

Mas sabemos também que as convicções de Zé Pureza não eram as mesmas de grande parte dos/as trabalhadores/as rurais da época. Muito longe de concordarem com a expropriação e a luta de classes, o que desejavam intimamente era a posse legalizada por documento que a garantisse até o fim de suas vidas (Hobsbawm, 1987, 1998^a, 1998b). Os argumentos tradicionais dos lavradores tendiam a justificar o usucapião e a posse mansa e pacífica e o que os comunistas se colocavam de novo no debate era a necessidade de não ser manso... o fato dos camponeses poderem agir contra o direito de propriedade, em defesa de seu direito de cultivo, como algo legítimo.

A legitimidade para esse tipo de ação naquele momento foi construída com o tempo e dificuldades. Para tanto foi fundamental o cabedal teórico e ideológico dos comunistas -- que se preocuparam em tentar difundir pelos trabalhadores as noções de interesses de classe, exploração do capital sobre o trabalho, parcialidade do Estado, necessidade da organização e da pressão dos/as trabalhadores/as para a consecução das "leis boas", como a da reforma agrária. Alguns advogados também se colocavam na posição de requalificar as leis e instrumentalizar os trabalhadores para o recurso a elas em caso de necessidade, valendo-se para isso da recorrente ilegalidade dos métodos dos grileiros, fazendeiros e, por vezes, do Estado. As mudanças significativas nas ações de resistência a partir de fins dos anos 50 não seriam possíveis sem essas alianças e mediações, que estimularam o processo de debates, articulação e formação política dos posseiros.

Claro que tudo isso não seria necessário se a “antiga” forma de resistência dos posseiros pudesse dar conta do grande adversário da expropriação como sempre o fizera. Foi o aumento da pressão expropriatória em níveis nunca antes vividos que forçou formas “tradicionais” de luta, sobrevivência e resistência dos posseiros a uma transformação que lhes conferisse mais força e eficácia. O que vamos ver agora é que essa transformação não foi unívoca ou homogênea. Ela respondeu a situações específicas dentro de contextos sócio-culturais próprios e, por outro lado, manteve-se dentro das possibilidades realizáveis dentro

desses limites. Quero reforçar que, algumas vezes, a partir dos mediadores externos os camponeses puderam ou quiseram abandonar formas de resistência isoladas e passar a formas de ação coletivas. Outras não.

Sincronicamente havia áreas onde, mesmo havendo poder dos “coronéis”, inclusive no controle de aparelhos do poder municipal e cartorial, o nível de organização da sociedade civil (incluindo o poder de barganha de sindicatos e de representantes dos trabalhadores em partidos e associações civis) conseguia, a duras penas, fazer frente a eles. Exemplos podem ser percebidos no município de Duque de Caxias (Pureza, 1982) e Magé (O’Dwyer, 1988; Grynspar, 1987:140; Araújo, 1982). Nessas regiões os lavradores puderam criar uma estreita relação com os trabalhadores urbanos e suas entidades (partidos e sindicatos), aliança essa que inicialmente amparou e/ou fortaleceu as associações de lavradores (Grynspar, 1987).

Mas, nos municípios onde essa rede de solidariedade era mais fraca ou inexistente, ou ainda onde o poder coronelista era mais forte, as famílias, ao serem atingidas pelos despejos, se organizaram de forma mais autônoma e localista (comumente vistas como “isoladas”), ensaiando tentativas de erro e acerto que somente tangenciavam os métodos modernos de organização e representação.

Isso porque a maior parte das famílias de posseiros teve seu primeiro contato com o Estado-Nação e suas instituições (com proprietários e seus supostos papéis, Justiça, poderes e partidos) com a chegada dos grileiros, dos oficiais de justiça e/ou policiais que os despejavam. Em outras palavras, o contato com o mundo de outros direitos, dito 'moderno', se dá no momento em que este mundo quer entrar no mundo 'tradicional' daquelas pessoas, que até então tinham passado sem suas instituições. Nesse sentido, esses lavradores foram inicialmente mais objetos que sujeitos históricos da contenda. São apanhados de surpresa, e frente ao evento inesperado é que terão de reorganizar seus sistemas de valores, direitos e formas de ação. Estou usando aqui a idéia de Marshall Sahlins de que todo novo evento é inserido numa categoria preexistente das mentalidades para poder ser compreendido. Mas

esse processo pressupõe o ‘risco das categorias na ação’, isto é, que o uso de conceitos tradicionais em contextos empíricos sujeita os significados culturais a revalidações práticas. De acordo com ele, as pessoas colocariam seus conceitos e categorias preexistentes numa relação ostensiva com os novos contextos, o que põe em jogo outras determinações e signos, a partir do mundo real e das pessoas envolvidas. Nesse sentido, a bagagem cultural é posta em perigo: objetivamente porque o novo cosmos é capaz de contradizer os sistemas simbólicos que presumivelmente o descreveriam (Sahlins, 1990).

Diacronicamente também houve mudança expressiva no poder dos mediadores. Isso porque houve dezenas de despejos entre 1949 e 1968, marcos temporais deste trabalho, espalhados em regiões distintas. Houve casos, por exemplo, onde os conflitos cresceram, mas a mediação política ainda era incipiente, então as famílias envolvidas foram inteiramente responsáveis pelo encaminhamento de suas questões,¹⁴⁵ como já mostrei no caso de José dos Santos. Com o desenrolar dos conflitos é que outros atores começaram a se envolver ou foram envolvidos, primordialmente órgãos de representação de ambos os grupos (lavradores e proprietários), cada qual buscando melhor atender aos interesses das relações que defendiam. Segundo entrevista de José Pureza, liderança camponesa no local e fundador da Associação dos Lavradores Fluminense, **a Associação era procurada por lavradores em luta, de diversas regiões, que queriam se organizar** (Pureza, 1982:26).

Vou citar alguns casos onde essas mudanças de táticas puderam ser verificadas.

Diferente da visão desarticulada e espontânea que se fez delas, as reflexões e ações camponesas desse momento poderiam se pautar em orientações coletivas prévias e se articular em nível nacional, ainda que de maneira embrionária. Esse início e articulação mais ampla das ações foi sinal de um processo de mudança na resistência tradicional, mas que não excluiu—muito menos superou – as antigas formas de luta pela terra. É por isso que tenho

¹⁴⁵ O termo *questão* faz parte do linguajar popular dos lavradores para designar disputas que não conseguem ser resolvidas no âmbito local, dos costumes e das relações pessoais, e precisam ir para a esfera desconhecida da Justiça. Ver definição de *questão* em Neves, 1981.

que resgatar o que Thompson remarcou como uma das três mais marcantes e duradouras características da ação popular tradicional: a tradição anônima

"o mesmo homem que faz uma reverência ao fidalgo durante o dia -- e que entra na história como exemplo de deferência -- pode à noite matar as suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães".(Thompson, 1998a:65)

De certa forma, o anonimato de um grupo de ação podia ser útil até determinado ponto, mas não dava conta de responder um conflito se este tomava vulto não previsto tradicionalmente. Quando isso ocorria, poderiam ser feitas algumas opções, como essas que se deram no contexto de despejo da Fazenda Normandia, em Japeri

O pessoal realmente muitos desocuparam, estavam saindo fora. Aí depois foi que voltaram para a terra outra vez. Deixou a família aí passando fome, sofrendo tudo aí, troço muito terrível. Aí eu, pai de seis filhos esta época, sofrendo com a minha patroa passando necessidade, lutando um tanto que nós lutamos com tanto sacrifício, e aí quer jogar a gente para fora a moda e vai-se embora... Entendeu? Deus me livre, você prefere é a morte... eu falei "oi, se ocês tiver intenção de matar, vai ter eu mais a mulher para morrer e seis filhos para matar. Vocês vão ter que matar. Porque isso aqui eu não deixo".¹⁴⁶

Além da via da dissolução do grupo para saídas individuais, como essa que alguns posseiros da Fazenda Normandia escolheram, era também possível o fortalecimento da forma de resistência tradicional e já conhecida, que era a de assegurar a posse pelo trabalho, pelo cultivo da terra... essa estratégia foi posta em prática pelos posseiros de Japeri no momento em que souberam dos despejos que começavam a ocorrer nas proximidades.

se a gente tava plantando, a gente continua plantando... quando chegava [os homens], a gente dizia: "ói, eu trabalho aqui, não estou roubando de ninguém, estou usando aquilo que Deus me deu, minha herança que Deus me deu, a terra, não roubei de ninguém, não matei ninguém para adquirir aquilo, nós não matamos".

No caso relatado por Seu Geneci, mesmo sabendo que podiam a qualquer momento ser despejados, os posseiros preferiram "continuar plantando", e "achar que a briga não era com eles"... o que pode ser entendido como uma forma de tentar se auto-convencer de que

¹⁴⁶ Dados de entrevista.

não havia problema se mantivessem-se produzindo, protelando ao máximo o conflito (Holston, 1993).

Mas, depois do primeiro momento dos despejos, os/as lavradores/as perceberam que precisavam fazer algo que não fosse esperar plantando, porque essa tática visivelmente não estava surtindo o resultado desejado. Só que a reação à violência dos grileiros e da polícia também era pouco viável nos mesmos termos -- de violência em armas -- pela própria desigualdade de condições materiais. Optou-se pela denúncia nos jornais e mobilizações públicas, formas constitucionais encontradas com alguma eficácia política. Esses dois caminhos exigiram -- para bom efeito -- organização do grupo e politização crescente do discurso, com vias a publicizar o problema que viviam.

Esse processo pode ser percebido pelas seguintes manchetes:

*Camponeses de Vassouras exigem desapropriação da Anglo*¹⁴⁷

*Lavradores acusam a PM -- lavradores de Caxias denunciam violências da PM em Caxias e Nova Iguaçu, na fazenda dos Meninos e Fazenda São Bernardino*¹⁴⁸

*Liga Camponesa em Barra Mansa para defender os colonos ameaçados*¹⁴⁹

É nesse contexto de pressão que as ações tradicionais puderam se transformar em ações políticas já não anônimas. O caso da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Magé é emblemático do que estou querendo afirmar. Oitenta famílias camponesas receberam ordem de despejo em fevereiro de 1956,¹⁵⁰ o que é um indício do clima de tensão que reinava no local. Em junho de 60, o jornal Terra Livre registrou o seguinte atentado:

Mais uma vítima do grileiro Mauro Abrão: (...) a opinião geral é de que o agressor foi pago pelo grileiro Mauro Abrão, com quem Ignácio Rosa [atingido por um tiro], trava luta judicial por questão de terra. (...) a Associação de lavradores, da qual Ignácio Rosa é associado, protesta contra o banditismo utilizado pelo grileiro Mauro Abrão e exige a punição

¹⁴⁷ Terra Livre, 1ª quinzena de abril de 1963.

¹⁴⁸ Correio da Manhã, 27 de fevereiro de 1964.

¹⁴⁹ Terra Livre, 1ª quinzena de março de 1961.

¹⁵⁰ Ordem de despejo para 80 famílias camponesas. Terra Livre, 1ª quinzena de fevereiro de 1956.

*do capanga, que em 57 agrediu outro sitiante em Cordovil e, segundo consta, assassinou outra pessoa a foice.*¹⁵¹

No número do jornal do dia 1º de janeiro de 1963, encontrei o registro da transformação da Associação de Lavradores do local em Sindicato de Trabalhadores Rurais, recentemente regulamentado pelo Estatuto do Trabalhador Rural. A reportagem mostra que atos de violência ocorriam desde 1956, e que a Associação era quase sempre o pólo para denúncias públicas e ações judiciais dos posseiros contra a violência do grileiro.

O interessante foi que, no mesmo número do jornal há a seguinte manchete: *Terras griladas pela América Fabril ocupadas por camponeses em Magé.*¹⁵² Ficou claro para mim que a criação do sindicato e a organização de uma ocupação estão intimamente relacionadas, e fazem parte de um mesmo processo de organização da luta pela terra. A luta pela posse pode ter determinado a mudança das estratégias, e essas por si, também se reverteram em formas de organização cada vez mais arrojadas, como uma ocupação de latifúndio.

Na tiragem de fevereiro de 1963, o jornal traz a seguinte emulação: *Com unidade, luta e solidariedade, camponeses conquistam a terra.*¹⁵³ E parabeniza os camponeses de Magé pela desapropriação da Fazenda Rio do Ouro, nesse mesmo mês. Nesse caso específico, os/as trabalhadores/as foram vitoriosos porque optaram por formas cada vez mais coletivas e planejadas de organização da luta.

Mas nem sempre o resultado é como o de Magé. A ocupação das áreas improdutivas da Fundação Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias, foi um exemplo de organização coletiva de um acampamento, muito antes das lonas pretas ficarem famosas. O repórter do Jornal do Brasil que foi ao local relatou que

(...) os invasores estão dispersos por longa faixa da propriedade e estão dividindo e demarcando as terras, que logo são capinadas. Já armaram algumas barracas e estão organizados em uma espécie de sindicato, sendo

¹⁵¹ *Mais uma vítima do grileiro Mauro Abrão.* Terra Livre, 1ª quinzena de junho de 1960.

¹⁵² *Terra Livre*, 1ª quinzena de janeiro de 1963

¹⁵³ *Terra Livre*, 1ª quinzena de fevereiro de 1963.

*cobrada uma taxa de Cr\$ 500 para terem direito a participar do loteamento (...)*¹⁵⁴

(...) cerca de 200 famílias já estavam ontem de posse de 10 hectares de terras (...) iniciando imediatamente o trabalho de preparação do solo onde pretendem plantar abóbora, aipim, arroz e banana.

[o líder Zé Russo] informou que o Movimento é pacífico, uma vez que só tem por objetivo "fazer com que as terras devolutas produzam os frutos de que são capazes". Os camponeses fizeram questão de não tomar qualquer trecho de terra cultivado pela administração da Cidade dos Meninos, como também de não se estabelecerem na zona onde estão as instalações daquele orfanato-escola.

*Segundo declarou Zé Russo, os lotes de terras só são dados àqueles que provarem não ter outro meio de vida a não ser a lavoura, estarem desempregados e serem casados legalmente e com família.(...)*¹⁵⁵

Se conseguirmos olhar para além da visão apavorada, criminalizadora e comunistizante desse jornal, será possível perceber os mecanismos e valores que gerenciavam a organização interna de uma ocupação. Vemos que, longe de uma ação espontânea e isolada, se proteger da polícia e dos jagunços requeria táticas de guerrilha e uma certa hierarquia militar no acampamento. Mesmo se protegendo, os lavradores e lavradoras iniciaram imediatamente o preparo do solo e o cultivo pois -- para além da legalidade jurídica que estavam infringindo -- havia a convicção de que seus atos eram legítimos porque tornavam fértil a terra que se destinaria a dar alimentos. Além disso, a criteriosa distribuição dos lotes nos mostra a preocupação em garantir a terra de trabalho para a lavoura com equidade, e não um simples loteamento, como dito pelo jornal.

Mesmo assim, a ocupação da Fazenda dos Meninos deu o azar de ser já no período de arbítrio, depois de abril de 1964. Antes fosse, poderia ter sido desapropriada pela SUPRA como tantas outras menores e menos organizadas o foram. Mas os camponeses organizados por Zé Russo tiveram que optar pela *Desocupação da Fazenda dos Meninos diante da*

¹⁵⁴ *Ocupação da Cidade dos Meninos em Duque de Caxias.* Jornal do Brasil, 16 de fevereiro de 1964.

¹⁵⁵ *Jornal do Brasil*, 18 de fevereiro de 1964.

*iminência de uma ação da polícia.*¹⁵⁶ No jornal O Globo, do mesmo dia, consta que 50 policiais militares puseram em fuga “mais de 1000 invasores”.¹⁵⁷

Como se vê, o destino das ocupações não estava pré-determinado, e variava segundo correlações de forças e oportunidades concretas muito específicas e difíceis de serem previstas. Sabendo disso e tentando, portanto, fazer pender a balança para seus interesses, os movimentos camponeses organizaram greves, congressos, passeatas e ações de solidariedade às ocupações, como as próximas manchetes nos mostram:

*Solidariedade aos camponeses do Imbé -- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) conclama todas as organizações e sindicatos camponeses, operários e estudantis, a apoiarem os camponeses da região do Imbé.*¹⁵⁸

*Trabalhadores da Usina do Tinguá fazem greve de protesto*¹⁵⁹

*1800 delegados camponeses exigiram em Belo Horizonte a Reforma Agrária*¹⁶⁰

*Camponeses fluminenses reafirmam nas ruas: Reforma Agrária começa no Imbé*¹⁶¹

Isso quer dizer que, diferente de um roldão homogêneo no tempo e no espaço, cada nova ameaça de expulsão iniciava um processo único de aprendizado, organização e luta para o foco das famílias de posseiros que naquele momento eram atingidas. Aquelas famílias se transformavam, como já mostrei no capítulo anterior, de lavradores em camponeses (Caldart, 1997, 2000). Assim, a intervenção de lideranças e mediações precisa ser percebida como algo pontual, descontínuo, focal, e as ações dos mediadores só podem ser avaliadas se inseridas em cada nova ameaça de despejo, tendo sua eficácia política estritamente relacionada à resposta

¹⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 22 de fevereiro de 1964.

¹⁵⁷ *O Globo*, 22 de fevereiro de 1964.

¹⁵⁸ *Terra Livre*, 1^a quinzena de maio de 1963.

¹⁵⁹ *Terra Livre*, 1^a quinzena de janeiro de 1963.

¹⁶⁰ *Terra Livre*, 2^a quinzena de novembro de 1961.

¹⁶¹ *Terra Livre*, 1^a quinzena de dezembro de 1963.

que davam às necessidades concretas, no tempo e no espaço, das famílias envolvidas no conflito.

Afinal, como já disse, essas noções de legitimidade estão tendo de ser construídas sob pressão de fatores novos e alheios ao domínio desses trabalhadores, e sua reação tradicional já não basta para deter o que lhes ameaça. Mesmo assim, muitas dificuldades se interpõem no curso desses intercâmbios de saberes e fazeres: o analfabetismo das populações rurais para lerem jornais; a falta de recursos para contratar um advogado; o próprio alinhamento de classe da maioria desses profissionais das leis... Ainda assim, se encontravam brechas e alternativas possíveis.

É para esse contexto de mudanças heterogeneamente vivenciadas que cunhei a idéia de 'consciência em transição' dos posseiros, que se armam ideologicamente para novos e maiores embates. De forma híbrida, esses novos e velhos termos misturados causavam confusão entre os mediadores -- que despenderam muito tempo e energia tentando tipificar como somente conservadores ou somente revolucionários esses sujeitos -- e mesmo entre os próprios 'praticantes', que ora conseguiam vitórias com determinada opção de luta, ora a mesma opção não surtia efeito político algum, ora uma determinada ação não prevista ou tachada de tradicional respondia à realidade de maneira mais satisfatória que iniciativas calculadas e cheias de mediação política.

5.16 Radicalidade e eficácia das lutas de posseiros

Formatados: Marcadores e numeração

As ações de resistência de posseiros nas manchetes de jornais anteriores ao golpe de 1964 se diversificavam e cresciam em número de participantes e em repercussão. A pressão que faziam sobre os órgãos do governo federal e estadual era constante, através de abaixo-assinados, delegações para negociação, e também da cobrança das promessas de políticos eleitos com votos de trabalhadores/as rurais. Nesse item, vou discutir dois aspectos dessas lutas: primeiro, sua suposta radicalidade, isto é, seu desapego em relação à legalidade vigente e, segundo, a possibilidade de sua eficácia ser avaliada, ou não.

Uma diferença significativa da atuação da ULTAB em nível nacional para as lutas da Baixada Fluminense dizia respeito às estratégias de pressão e ação adotadas pelos posseiros. Mesmo que a luta “democrática” pela Reforma Agrária, pela própria necessidade de existir, já desmentisse a suposta neutralidade da Justiça, o recurso utilizado para contestar as decisões das autoridades era a denúncia pública para tentar reverter o ordenamento jurídico prevalente.

Já nas formas “radicais”, os lavradores visavam a impossibilitar o judiciário -- visto como um instrumento de poder dos grandes proprietários que deveria ser combatido -- de levar a termo suas determinações de despejo, de reintegração de posse, entre outras. No seio mesmo de conflitos pela posse da terra, a resistência se processava contra o Poder Judiciário (com os trabalhadores opondo-se às decisões judiciais que contrariassem o sentido dado à luta e à organização camponesas), e pelo aproveitamento de uma conjuntura política “populista” que tinha interesses em favorecer a permanência dos lavradores nas áreas conflituosas (O’Dwyer, 1988:62).

Mas, segundo analistas políticos comunistas daquele tempo, as lutas “radicais” foram consideradas mais elevadas, “refletindo uma fase superior de luta camponesa” (Facó, artigo em Novos Rumos, 1963, 204, 6) porque exprimiam real consciência revolucionária quando lutavam diretamente pela reforma agrária. Portanto, a “radicalidade” foi colocada no final da

linha evolutiva das organizações camponesas, cujo início foram lutas por “pequenas reivindicações”, tais como melhores condições de arrendamento, abolição da meia e da terça, extinção do cambão, aumento dos salários, e não pela posse da terra de fato. A discussão que se travava no seio dos “representantes dos camponeses” daquele momento (comunistas e ligas camponesas), era se a prioridade deveria ser dada às conquistas parciais, atendendo às necessidades imediatas dos lavradores, ou à luta geral pela Reforma Agrária como melhor estratégia aglutinadora do movimento camponês (O’Dwyer, 1988:205).

Não creio que seja necessário retomar aqui toda a discussão feita no capítulo um, onde mostrei as limitações e dificuldades desse tipo de raciocínio na análise dos movimentos de trabalhadores. No nosso caso específico, o gradualismo estabelecido entre reivindicações de “caráter econômico mais imediato, parciais, jurídicas e legais” e reivindicações propriamente “políticas, radicais e gerais”, como se fossem diacronicamente excludentes, não se sustenta. Eliane O’Dwyer faz uma crítica muito contundente às teses gradualistas. Depois de examinar casos concretos de luta a autora concluiu que o encaminhamento legal (jurídico e administrativo) das questões da terra continuava ocorrendo *pari passo* com as lutas caracterizadas como radicais (O’Dwyer, 1988:214). Essas formas de mobilização coexistiam, pois

A formulação jurídica dessas lutas não foi assim eliminada; ao contrário, desempenhou papel importante ao fundamentar as exigências de novos procedimentos de governo – por exemplo, a ação discriminatória de terras – que substituísssem a aplicação pura e simples da lei e, principalmente, do direito de propriedade (O’Dwyer, 1988:215).

Concordo com a conclusão da autora de que foi necessário forjar, naquele momento, uma nova “forma jurídica e institucional” de gerir os conflitos emergentes e novas modalidades de mobilização e associação dos trabalhadores do campo. Mas que, mesmo assim, outras formas de ação não deixaram de ser utilizadas, conformando o tal mosaico de formas de que falei na introdução. O uso da violência física, por exemplo, deve ser sempre contextualizado. No caso das ações camponesas nos sertões cariocas, não podemos deixar de

remarcar a extrema desigualdade de forças políticas instaurada depois do golpe de 1964, a partir do qual os trabalhadores não conseguiram fazer valer direitos conquistados anteriormente, porque a concepção de Justiça que passou a predominar não reconhecia nem a legalidade de suas demandas nem de suas organizações (Medeiros, 2002).

O que deve ter sido percebido pelos posseiros no cabo de guerra que travavam contra a repressão foi que, com o passar do tempo, a pressão que antes era feita pessoalmente pelo grileiro e o delegado se transforma em opressão dos mesmos só que de dentro do próprio aparelho do Estado – o IBRA. Essa transformação, para os posseiros e posseiras, personifica a violência do Estado porque a reveste de elementos já muito conhecidos: o uso de força e arbítrio.

Esse fato é muito importante de ser remarcado, pois nos faz relativizar o caráter tradicional da resistência dos posseiros fluminenses. Ora, é preciso entender suas estratégias dentro do contexto em que se impunham necessárias e possíveis... no caso de que tratamos, a violência utilizada pelo IBRA era qualitativamente muito próxima da violência dos grileiros de antes, embora quantitativamente muito mais forte e ampla. Contra a violência da expulsão, de imediato foram usadas formas conhecidas de responder aos expropriadores, como a contra-violência na ação direta.

Agora, o que poderia explicar essa diferença de orientações nas táticas de resistência? Como o recurso ao usucapião (decreto-lei 4.657, de 4 de setembro de 1942) se mostrou inadequado para a maioria dos posseiros (que não ocupavam a terra há mais de 20 anos ou não conseguiam comprová-lo), eles passaram a lutar pela desapropriação por utilidade pública e interesse social, que rendeu resultados melhores. Acho que a falta de dispositivos jurídicos efetivos que garantissem a permanência dos posseiros em suas terras fez com que, ao menos no estado do Rio de Janeiro, a defesa legal dos seus direitos fosse sempre concomitante com ações de resistência direta, de passeatas às armas, constatando-se a conjunção dos métodos e

não o gradualismo da passagem dos meios “democráticos” para os “radicais” (O’Dwyer, 1988:63).

A resistência aos despejos foi a forma de luta mais comum dos posseiros da Baixada Fluminense, que conjugava em si várias modalidades de ações distintas: enquanto tentavam permanecer na terra resistindo à violência de jagunços e policiais pelo maior tempo possível, recorriam à autoridades, promoviam manifestações públicas e denunciavam as arbitrariedades de grileiros nos jornais. Nem as resistências armadas pareciam recursos extremos nessa conjuntura crítica: eram vistas pelas associações de lavradores como formas de autodefesa contra a violência dos grileiros, apoiadas inclusive no Código Civil, artigo 502 (Grynspan, 1987:148/153). Os posseiros foram instados, pela falta de outras possibilidades, a optar por formas heterodoxas de expressão política, como a “reforma agrária radical”.¹⁶² Essas formas autônomas de organização tanto desafiaram o poder dos potentados rurais como os limites impostos pelo Estado ao poder de atuação dos sindicatos oficiais (O’Dwyer, 1988:163, 252).

Podemos abrir um parêntese para discutir até que ponto só os trabalhadores descumpriam a lei. Sabemos que a discussão sobre a Reforma Agrária foi um dos motes da radicalização política e justificativa da tendência golpista de direita, que se efetivou com o golpe militar em 1964 (Medeiros, 2002). A partir disso, posso crer que essa crescente reviravolta nos “direitos instituídos” abalou tanto a crença dos poderosos na força da lei democrática que tiveram que apelar para um golpe de Estado, o que mostra em si a pouca propensão de aceitarem uma legislação que não funcionasse exclusivamente para a opressão e exploração de classe, pois os oligarcas e grandes fidalgos só estavam satisfeitos em se submeter ao domínio da lei, porque essa lei era útil e oferecia à sua hegemonia a retórica da legitimidade (Thompson, 1987:358-361). Mas essa é uma outra história.

A última pergunta que tenho que fazer é: foram eficazes essas estratégias?

¹⁶² São exemplos desta orientação radical a resistência armada ao despejo dos posseiros da Fazenda São Lourenço (Araújo, 1982), as ocupações das Fazendas Reunidas (Bembeca, Cachoeira e Macedo) na localidade de Tinguá, em Nova Iguaçu, e da Fazenda Santa Alice (Araújo, 1982:108; O’Dwyer, 1988:176).

A conclusão de Mario Grynspan em sua pesquisa foi que a eficácia das ações de resistência empreendidas pelos lavradores durante os anos 1950 foi relativa e desigual. Em sua opinião, ela se restringiu, na maioria das vezes, em prolongar a permanência na terra, sem regularizar a situação fundiária dos posseiros, o que sujeitava-os a constantes idas e vindas entre uma vitória judicial provisória e um despejo, sem que fossem excluídas a tensão, as ameaças e a violência (Grynspan, 1987:154).¹⁶³

Mesmo podendo ser contestadas em médio prazo, as vitórias parciais dos posseiros serviram como exemplo e incentivo para ações semelhantes à sua volta. Usando a terminologia dos conflitos entre discursos, elas colaboraram para que se quebrasse no discurso dominante o senso de inevitabilidade associado aos despejos (Grynspan, 1987:155), e colaboraram para que, em nível nacional, o problema agrário passasse a ser visto como problema político e não meramente técnico, policial ou judicial (Grynspan, 1987:159).

De um modo geral, a questão da eficácia das ações costumou ser respondida a partir dos objetivos traçados pelos próprios pesquisadores que, ao requerer delas visões revolucionárias a longo prazo e uma maior articulação e tenacidade, quase sempre se decepcionaram. Isso porque tendemos a usar nossos olhos, mentes e corações para avaliarmos os objetivos e os desejos daqueles outros homens, que tinham sua própria e distinta cultura política. Ao tentar novamente levantar essa questão, vou tentar uma maneira diferente de olhar para esses/as trabalhadores/as.

Primeiro, é preciso notar que, no caso brasileiro, as classes sociais se constituem não no marco do trabalho assalariado clássico, como na Europa, e sim nos marcos da escravidão e colonização. Surpreende uma sociedade com cidadania incompleta, onde boa parte da população trabalhadora, menos do que classe, é propriamente desclassificada, e boa parte sequer comparece ao mercado como vendedores puros de força de trabalho, vivendo antes nos

¹⁶³ O autor cita como exemplos os conflitos da Fazenda Penha Caixão. Ver para tanto Grynspan, 1987:155 e *Imprensa Popular* de 6/10/1954, 23/1/1955, 26/4/1955, 28/4/1955, 6/5/1955.

interstícios deste (Rabelo, 1992). Existem poucos dados ou pesquisas que mostrem o que seja o imaginário político das classes trabalhadoras brasileiras, sua compreensão de para que servem partidos e sindicatos, instituições que nunca funcionaram aqui como nas democracias liberais clássicas. Mas podemos concordar com a hipótese de que a representação que o povo tem de poder e de política não pode ser compreendida através das categorias próprias da teoria liberal (Rabelo, 1992).

Segundo Maria Aurora Rabelo, os camponeses e seus movimentos de luta são um resultado-limite dessa prática teórica: durante muito tempo foram desclassificados socialmente e minorizados politicamente a pretexto de serem apolíticos. Mas afirmar a despolitização dos movimentos sociais no caso brasileiro pode ser, por um lado, uma precipitação, decorrência do uso de um conceito estreito de política, herdado do liberalismo e jamais partilhado pela maior parte da população trabalhadora. Por outro lado, muitas vezes as lutas dos pobres não tinham por alvo a estrutura de poder, mas nem por isso deixaram de afetá-la ou de nela inscreverem suas marcas.

Thompson, com base na sua teoria de ‘economia moral’, quando discutia as ações populares na feira de mercado inglesa, disse que a multidão certamente tinha argumentos inteligentes sobre o funcionamento de mercados reais, mas não sobre relações de mercado teorizadas, porque não eram filósofos (Thompson, 1998^a:215). Ao discutir a eficácia dos motins, deixou claro que eles não poderiam ser examinados procurando-se intenções políticas manifestas e articuladas, porque dependiam de um conjunto particular de relações sociais locais em equilíbrio (Thompson, 1998^a:187).

Poderia partir do mesmo princípio para avaliar as ações camponesas. Mas isso, infelizmente, é um outro trabalho que não pode ser começado nem concluído aqui. Apenas deixo a dica, para que a pista possa ser seguida por quem estiver interessado, como eu, em desvendar os objetivos próprios dessa “multidão em ação”.

6.17 Conclusão

Formatados: Marcadores e numeração

O objetivo deste capítulo foi entender um pouco da forma e o conteúdo específicos das lutas por terra e a singularidade da racionalidade política das ações camponesas no sertão carioca nas décadas de 1950 e 60, a partir da contextualização rigorosa dessas lutas. Essa conclusão pretende apenas retomar as hipóteses que foram apontadas na introdução .

De início, foram apresentados os limites legais do “campo de possibilidades” em que as associações de lavradores foram criadas. A situação de legalidades precárias piorou sobremaneira depois do golpe de 1964, porque a ditadura levou os trabalhadores rurais à paradoxal situação em que seus direitos (de usucapião, de livre organização, trabalhistas) existiam institucionalmente e sua profissão era reconhecida, mas pela repressão do regime militar essas conquistas viraram letra morta. As lutas por direitos em geral tiveram sua eficácia diminuída enormemente, dada a imensa desigualdade das condições, mas o próprio fato de serem continuamente reutilizadas como legitimadoras de um discurso legal que estava sendo descumprido, e como instrumentos de resistência contra a violência do mais forte, mostrou que os lavradores mantinham e defendiam a todo custo suas concepções a respeito de como o governo ‘deveria funcionar’.

Acontece que a luta pela terra nunca foi impermeável a conflitos e contradições: as denúncias, os processos, as tentativas de fazer valer leis cada vez mais carcomidas continuaram acontecendo mesmo depois de 1964 (Medeiros, 2002:162). Como, no caso específico desses posseiros, o direito de permanecer na terra só seria efetivado pelo mecanismo do usucapião, que se mostrava ineficaz, eles brigaram também para que outras formas de afirmação de suas posses fossem possíveis, como a desapropriação para fins sociais. Os lavradores não desistiram de também usar a legislação que lhes garantisse direitos e denunciar a que lhes expropriava. Essa briga por direitos foi permanente mas fragmentada,

podendo ser ou não acompanhada de outras ações (mais radicais) que imprimissem maior vigor à demanda pleiteada, como as ocupações.

Discuti os fatores que poderiam explicar a diferença de orientações entre táticas “democráticas” e “radicais” de luta pela terra. No trabalho de Eliane Cantarino O’Dwyer (1988) sobre o tema, já havia sido discutido o fato das ações camponesas no sertão carioca terem se utilizado simultaneamente de várias táticas de luta (mais ‘reformistas’ ou mais ‘radicais’) para conseguirem seus objetivos. Conforme Eliane Cantarino, a falta de dispositivos jurídicos efetivos que garantissem a permanência dos posseiros em suas terras fez com que, ao menos no estado do Rio de Janeiro, a defesa legal dos seus direitos fosse sempre concomitante com ações de resistência direta, de passeatas às armas, constatando-se a conjugação dos métodos e não o gradualismo (O’Dwyer, 1988:63). A resistência aos despejos foi a forma de luta mais comum dos posseiros da Baixada Fluminense, que conjugava em si várias modalidades de ações distintas: enquanto tentavam permanecer na terra resistindo à violência de jagunços e policiais pelo maior tempo possível, recorriam a autoridades, promoviam manifestações públicas e denunciavam as arbitrariedades de grileiros nos jornais.

Portanto, para fazer frente às formas de coerção tradicionais mas não legais – como a violência dos jagunços dos proprietários – os lavradores tiveram que encontrar formas também não convencionais de ação, dentre as quais deve-se destacar os métodos da reforma agrária radical. A partir dessas práticas diferenciadas é que as organizações de posseiros afirmaram sua autonomia frente a partidos políticos, ao Estado e ao sindicalismo urbano (O’Dwyer, 1988:200).

Se as táticas de resistência podiam transcender o campo da legalidade vigente, eu não conseguiria entendê-las como uma luta por direitos instituídos. Esse fato fez com que fosse necessário, primeiro, conhecer as “noções legitimadoras” das ações dos posseiros, isto é, a base sobre a qual assentava o seu direito de resistir mesmo que esse direito não existisse formalmente. O trabalho de Marilena Chauí (1986), me ajudou a perceber como a população

trabalhadora brasileira concebe o governo, e de que forma essa visão pode ser considerada uma contestação ao poder vigente, na medida em que a população percebe a distância do que deseja para o que efetivamente existe, especialmente no que tange à “esperança de Justiça”. Um segundo aspecto estudado pela filósofa foram as características atribuídas ao governo: é poder pessoal, voluntário, tutelar, mas sobretudo um poder que tem obrigação de zelar pelos pobres. Para poder fazer isso, deve possuir um atributo fundamental: a transcendência, isto é, estar separado do conjunto do social para poder vê-lo em sua totalidade. Essa é a principal crítica ao governo existente: ser um governo articulado com as elites e que, por isso, não transcende as determinações da classe dominante. *O caráter separado do poder surge, portanto, como garantia de que o adversário de classe (...) não será sempre vitorioso* (Chauí, 1986:169).

Seguindo essa pista, para perceber como deveria funcionar esse poder para os posseiros dos sertões cariocas, analisei o caso da briga de José dos Santos, colono do núcleo São Bento. Se sua forma de ver as coisas não for uma exceção, poder-se-ia deduzir que está presente na visão de mundo desses posseiros a crença numa justiça maior (na maioria das vezes, ‘divina’) baseada na legitimidade de seu trabalho duro, e também num bom governo que se coloque ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras. O que esse lavrador fez foi juntar toda a sua indignação pela situação aviltante em que foi posto com sua família para tentar fazer o governo funcionar “da forma que deveria ser”, “fazendo justiça”.

A partir daí, procurei analisar algumas formas de resistência dos posseiros sem influência dos mediadores políticos, tentando perceber em que medida poderiam ser consideradas políticas mesmo que não ‘modernas’. A discussão sobre o caráter local das associações de lavradores dos sertões cariocas, fundadas justamente nas áreas em litígio, diferente das organizações cada vez mais nacionalmente modernas, que buscavam representar sempre um conjunto maior que si próprias, me pareceu boa para isso. Mostrei a conclusão de Eliane Cantarino, para a qual as reuniões dos lavradores nos seus locais de trabalho e morada,

quase sempre dentro de grandes propriedades, reivindicando questões ligadas à sua imediata sobrevivência no local, longe de ser característica de conflitos isolados por questões menores, representava naquele momento a contestação direta ao espaço de poder dos grandes proprietários e, sendo assim, se colocavam como afronta ao poder político mais geral destes (O'Dwyer, 1988:163).

Seguindo a mesma linha de raciocínio da autora e acrescentando a contribuição de Thompson, considero que as associações de lavradores fazem parte de uma certa forma de ação popular que só pode ser avaliada num equilíbrio particular de relações sociais, com já foi visto: proprietários absenteístas, novos grileiros, limites imprecisos entre terras públicas e privadas, colonos instalados há mais tempo para produção de alimentos. Dentro desse equilíbrio de forças é que têm que ser avaliadas as táticas de luta, inclusive o uso da violência física.

É por isso que devemos relativizar a força do Estatuto do Trabalhador Rural nas organizações do estado do Rio de Janeiro. Aqui, as especificidades da ocupação agrária tornaram muito mais presentes os segmentos que lutavam pela posse da terra e melhores condições de produção e comercialização (como posseiros, pequenos produtores e parceiros), do que aqueles que se organizariam em torno dos direitos trabalhistas, como foi o caso dos empregados dos canaviais do norte fluminense. Enquanto para estes últimos o papel regulador do Estado se fez muito forte a partir de 63, inclusive diminuindo a pressão das suas lutas, nos sertões cariocas, mesmo que as associações se transformassem em sindicatos, o nome oficial mudou muito pouco o teor e a força de suas reivindicações, que só foram mesmo estancadas com o intenso uso da violência dos militares.

Em contraposição a uma literatura que reforça o papel assistencialista dos “sindicatos fun-rurais” (forçando uma analogia com o funcionamento “atrelado” dos sindicatos urbanos), acho necessário contrapor uma nova tipologia que contemple as diversidades e, sobretudo, os interesses concretos que motivavam a fundação dos sindicatos rurais independentes dos

ditames oficiais (Grynspan, 1987:138). Posso dizer que, ao menos nos sertões cariocas, os sindicatos rurais mais ativos, fundados até 1964, são organizações autonomamente gerenciadas sobretudo por posseiros e alguns mediadores, em locais de conflitos de terra antigos e mal resolvidos, que propugnavam as conquistas legais que conferissem maior eficácia a sua resistência. Tampouco é possível falar da representatividade expressiva dos “sindicatos cristãos”. Muito fortes em outros estados como estratégia da Igreja Católica conservadora para fazer frente ao “perigo vermelho” no campo, nos sertões cariocas os círculos católicos só adquiriram força depois do golpe militar, quando serão neles recrutados os interventores que substituiriam as diretorias eleitas dos sindicatos mais combativos.

Neste sentido, parece plausível dizer que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos sertões cariocas até 1968 se configuram como organizações em luta ativa pelos interesses dos posseiros. Suas relações com os poderes públicos foram na maioria das vezes marcadas por pressões políticas e atitudes críticas, que poderiam ser vitoriosas dependendo da correlação de forças específicas, da criação de “consensos” negociados entre governantes interessados em ter apoio daquela classe, do maior ou menor respeito à legalidade vigente, entre outros fatores. Novamente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais era o meio de um processo de organização que passava por muitas outras táticas de luta.

É claro que esta situação vai ser forçada a mudar a partir de 64, com a repressão maciça a entidades classistas, perseguição de todas as lideranças mais atuantes, e intervenção direta nas diretorias, entre outras violências e arbitrariedades do regime militar. Porém, mais uma vez a resposta das entidades sindicais rurais vai ser diferente dos sindicatos urbanos: enquanto nas cidades as organizações mais atuantes, mas reguladas e vigiadas pelo Ministério do Trabalho e pelo DOPS desde 62, vão ser imediatamente desmontadas em 64, nos sertões cariocas, com os focos de conflito mais isolados, lideranças mais dispersas e uma tradição de autonomia, as entidades vão conseguir mesmo com dificuldades uma sobrevivência maior, e, pelo

que podemos confirmar pelos periódicos, a resistência aos despejos agora com o apoio dos militares persistirá ao menos até 1968.

Deve também ter sido possível notar, pela série de manchetes e depoimentos citados ao longo deste trabalho, que o uso de força era algo recorrente por parte dos grupos que desejavam expulsar os lavradores renitentes. Com o passar do tempo, a pressão que antes era feita *pessoalmente* pelo grileiro e o delegado se transforma em opressão *do próprio aparelho de Estado – o IBRA*. Essa transformação, para os posseiros e posseiras personificava a violência do Estado porque a revestia de elementos já muito conhecidos: o uso de força e arbítrio. A violência utilizada pelo IBRA era qualitativamente muito próxima da violência dos grileiros de antes, embora quantitativamente muito mais forte e ampla. A resistência armada não parecia um recurso extremo nessa conjuntura crítica: era vista pelas associações de lavradores como forma de autodefesa contra a violência dos grileiros, apoiada inclusive no Código Civil, artigo 502 (Grynspan, 1987:148/153). Contra a violência da expulsão, de imediato foram usadas as formas conhecidas de responder aos expropriadores, como a contra-violência da ação direta.

Seguindo as pistas de Thompson sobre os conflitos na praça de mercado, considero que os conflitos sobre a posse da terra, mesmo que reunissem apenas o grupo de famílias ameaçadas, eram questões políticas mesmo que não nominadas porque ameaçavam somente a sobrevivência dos posseiros, e não das outras classes, já que a desigualdade econômica, política e jurídica permitia que os outros continuassem reproduzindo sua sobrevivência a até acumulando capitais, mas eles não (Thompson, 1998^a:222). Da mesma forma que o acesso à comida, o acesso à terra *envolve sistemas de poder, propriedades e leis, que criam um “direito socialmente diferenciado”* para obtê-la (1998^a:223).

Assim como, para Thompson, *o conflito sobre o direito de acesso aos alimentos no mercado pode ser visto como uma arena de luta de classes* (1998^a:223), acho que as relações de mando tradicionais no universo rural brasileiro, que obrigavam os pobres à deferência para

poder manter-se nas terras de outrem, foram contestadas diretamente pela organização das associações de lavradores. Concluí que as disputas, mesmo locais, eram políticas, não porque empunhavam slogans da luta de classes, mas porque desdiziam o princípio da deferência em prol da luta para a obtenção da terra e também fomentavam a solidariedade do grupo e posterior criação de uma identidade coletiva, em detrimento da relação vertical entre cada posseiro e proprietário apenas.

Depois de tentar entender a cultura política da resistência autônoma dos posseiros, eu não poderia negar que ela não estivesse mudando com a influência de atores externos e do próprio acirramento das expropriações. A transformação da maior parte das associações civis em sindicatos de trabalhadores rurais é só um exemplo desse processo. Mostrei que a relação das associações de lavradores independentes com o sistema político nacional foi tensa pois se, por um lado, sua autonomia era fator potencializador da radicalidade de suas ações, por outro era prova de sua exclusão política. Eliane Cantarino reforça que devemos inverter a relação de causa (legislação normativa) - consequência (fundação dos sindicatos) e pensar que **foi a luta que criou os direitos, não o contrário** (O'Dwyer, 1988:63). Sobre isso, discuti a hipótese de que os lavradores se organizaram num contexto muito contraditório, onde os 'direitos possíveis' eram requeridos; e os direitos não existentes mas considerados legítimos, exigidos. No campo da legislação fundiária, as reivindicações se deram a favor da posse de suas terras e, no campo da legislação trabalhista, pelo reconhecimento de suas organizações de classe.

Outro exemplo dessa mudança é a busca dos lavradores por mediações políticas. A presença de militantes comunistas e de outros atores externos ao local do litígio servia para tornar visíveis, e potencialmente mais abominados para a opinião pública, conflitos que, durante séculos, começaram e terminaram encerrados no âmbito local, onde os detentores da força ~~eram~~ dificilmente eram vencidos. Para isso é que a visita de políticos, a ação de lideranças que conheciam outros métodos de ação e a redação de jornais simpáticos a sua causa eram

sempre bem-vindos. Só num segundo momento esses mediadores passariam a ir a campo, colocando-se no papel de organizadores das ações de resistência aos despejos e mesmo de novas ocupações de terras.

As formas 'tradicionais' de luta, sobrevivência e resistência dos posseiros -- seculares, arraigadas nos sistemas de legitimidade popular e referendadas parcialmente pelo sistema legal pré-64 -- se viram pressionadas a uma transformação que lhes conferisse mais força e eficácia. Minha hipótese foi que essa transformação não foi unívoca ou homogênea, correspondendo a situações específicas dentro de contextos sócio-culturais próprios e, por outro lado, mantendo-se dentro das possibilidades realizáveis dentro desses limites. Quis reforçar também que as alianças e mediações externas foram importantes, estimulando o processo de debates, articulação e formação política, mas precisam ser percebidas como algo pontual, descontínuo, focal, tendo sua eficácia política estritamente relacionada à resposta que davam às necessidades concretas, no tempo e no espaço, das famílias envolvidas no conflito.

Por fim, deixo claro que este capítulo se reduziu ao papel de explicitar questões surgidas no cotejar das fontes e no pensar da questão camponesa nos sertões cariocas como uma reação à nova ordem,¹⁶⁴ e não tem condições de ser conclusivo. Devido ao caráter incompleto das fontes disponíveis para pesquisa, o/a leitor/a deve ter percebido que, diferente das anteriores, as hipóteses levantadas aqui não tiveram um nível maior de comprovação. Mais do que uma chegada, elas representam apenas uma pista a ser seguida em etapa posterior a essa de mestrado. Mesmo assim, com base nesses indícios não deixei de apontar no que convergem e no que divergem dos estudos já feitos sobre o assunto, embora, novamente, esses apontamentos precisem de melhor embasamento para justificar uma divergência concreta.

¹⁶⁴ “A inovação tecnológica não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas, (‘modernização’, ‘racionalização’), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes”. Thompson, 1998^a:19.

CONCLUSÃO

*Se estas bocas tanto amargaram,
foi por terem falado e esperado falar
ainda melhor, se viesse a liberdade, e
afinal a liberdade não veio, alguém viu a
liberdade, tanto dela se disse, mas a
liberdade não é mulher que se ande pelos
caminhos, não se senta num pedra a
espera de que a convidem para jantar ou
para dormir na nossa cama o resto da
vida.*

José Saramago

Apenas para lembrar a organização do texto explicada na introdução, já que cada capítulo apresentou em seu próprio corpo as hipóteses que buscou comprovar e, na conclusão, cada um retomou as idéias centrais que foram testadas no decorrer do texto, se torna desnecessário, a meu ver, que nesta conclusão final se repita o que já foi dito. Portanto, esta última parte trará debates específicos, de cunho mais comparativo, reflexivo e sobre as implicações e os limites do conjunto do que foi pensado até aqui.

* * *

Edward Thompson, no artigo *Patrícios e Plebeus* (1998^a), que é uma continuação da reflexão começada em *Luta de Classes sem Classes* (1979), defendeu e tentou provar com uma série de exemplos e fontes que a cultura plebéia na Inglaterra do século XVIII, se não era revolucionária, também não podia ser descrita como deferente ou infantil -- pré-política, proto-classista. O autor apresentou quais seriam as três características da ação popular: a primeira, a tradição dos atos obscuros - cartas anônimas, incêndios criminosos, árvores derrubadas ou o tiro pela janela. A segunda seria o contrateatro: um teatro de ameaça e sedição pelo qual os plebeus afirmavam sua presença, simbolismo muitas vezes empregado com sucesso para enfurecer ou alarmar os governantes. E a terceira a capacidade de ação direta e rápida, com a multidão agindo de forma imediata para destruir máquinas, intimidar negociantes, danificar um moinho antes que as tropas da repressão chegassem.

A partir da análise dessas três características, o autor concluiu, primeiro, pela existência de uma certa "reciprocidade estrutural" entre gentry e multidão. Segundo, que a resistência da multidão era menos articulada, muito específica, direta e turbulenta, mas que, longe de ser cega, era em geral disciplinada, tinha objetivos claros, sabia negociar com as autoridades e, acima de tudo, empregava sua força com rapidez. Terceiro, mesmo que não

Formatado

fosse possível identificá-la como uma *cultura de classe* -- pelo anacronismo conceitual que isso poderia trazer -- essa cultura só poderia ser compreendida inserida num contexto de antagonismos, ajustes e reconciliações dialéticas de *luta de classes*.

As hipóteses e conclusões a que Thompson chegou me pareceram extremamente tentadoras desde que as conheci, pois vinham ao encontro da interpretação mais corrente que o senso comum *savant* fazia dos movimentos camponeses no estado do Rio de Janeiro. Diferentes dos sindicatos rurais, das grandes ligas camponesas do nordeste e do MST, e antes do Estatuto do Trabalhador rural, estes movimentos foram tachados justamente de espontaneístas, desclassificados socialmente e minorizados politicamente a pretexto de serem apolíticos. Mas como já disse no capítulo anterior, afirmar a despolitização dos movimentos sociais no caso brasileiro pode ser, por um lado, uma precipitação, decorrência do uso de um conceito estreito de política, herdado do liberalismo e jamais partilhado pela maior parte da população trabalhadora. Por outro lado, muitas vezes as lutas dos pobres não tinham por alvo a estrutura de poder, mas nem por isso deixavam de afetá-la ou de nela inscreverem suas marcas (Rabelo, 1992).

Por isso, minhas idéias iniciais, num texto que ficou pela metade, deveriam relacionar essas categorias de ação propostas por Thompson com o caso dos camponeses fluminenses. Refletindo agora sobre o trabalho que acabo de concluir, certamente tudo teria sido muito mais simples se pudesse ter sido feito dessa forma.

Acontece que, à medida que escrevia meus argumentos e analisava as fontes, fui percebendo que a transposição do caso inglês do século XVIII para Baixada Fluminense de 1950 não era tão simples quanto parecia à primeira vista. E que, inclusive, proceder dessa maneira seria ir de encontro ao que o próprio Thompson remarcava como sendo característica básica dessas ações: *ocorrerem num contexto específico, serem influenciadas pelo equilíbrio local das forças, encontrando sua oportunidade e seu roteiro nas divisões faccionais do grupo dominante* (Thompson, 1998^a:196). Por isso, acabei concluindo que o que Thompson

formulou para a multidão inglesa do século XVIII era em parte inadequado para o caso brasileiro, já que **há uma grande diferença da relação dos sistemas camponeses com o sistema dominante, em termos econômicos, políticos e culturais, entre esses dois contextos.**

Se nos dois casos os camponeses queriam manter sua autonomia produtiva e lutaram pela posse das terras em que viviam, no estado do Rio de Janeiro a penetração capitalista é muito mais rápida, direta e violenta que no caso inglês. Enquanto os camponeses ingleses se apoiavam num sistema que remontava às comunidades aldeãs feudais independentes, com direito costumeiro próprio assegurado e secularmente distinto das grandes propriedades, os camponeses brasileiros nascem dentro do capitalismo dependente, não possuem um outro sistema jurídico que não seja algumas brechas na legalidade dominante.

Em termos políticos as diferenças são gritantes: enquanto a Inglaterra tinha que prezar por sua tradição legalista e liberal e, por vezes, abrir algumas exceções no sistema de dominação (Thompson, 1987), nas lutas fluminenses houve falta de instrumentos legais concretos, de atores jurídicos e estatais que viessem a defender também na esfera pública os direitos dos camponeses e, principalmente, qualquer tradição liberal clássica de resolução pública e formal dos conflitos. Na ditadura militar essa situação de desprezo pela legalidade se agravou a ponto de descambar para a total violência na prática sem sequer fazer referência a ela em documentos (similar ao caso das torturas, por exemplo), o que dificulta inclusive o trabalho do historiador. A cultura legal foi quase totalmente esquecida em prol de uma cultura de violência pública. Quem resistiu aqui foi uma multidão de analfabetos que o fez “na marra”, porque não conheciam as leis do país e, mesmo quando as conheciam, tiveram um grande problema para conseguir transformá-las em armas a favor de seus interesses, como discuti no capítulo 3.

Em termos culturais, no caso da região que estudei, por mais sertões que fossem, não é possível falar em um campesinato que mantém traços feudais sem vínculos com o

capitalismo. A relação que os camponeses fluminenses têm com o Estado moderno é muito maior: rádio, partidos e sindicatos rurais, relações de mercado e eleitorais, entre outros elementos "modernos" e de consumo, estão presentes em suas vidas. Suas ações de resistência, embora pudessem usar de argumentos de antiguidade da posse e usucapião, foram inventadas no momento daquela luta, e não remontavam a estratégias ancestrais. Por último, os resultados históricos foram distintos porque, efetivamente, os lavradores fluminenses de modo geral perderam a terra e foram para as cidades num prazo de aproximadamente vinte anos (a contar do primeiro despejo em 1949 até o último noticiado em 1968), enquanto os camponeses ingleses conseguem por quase um século se manter em suas terras (Thompson, 1998^a:85).

Por esses motivos, achei que o trabalho sobre as estratégias camponesas no sertão carioca devia ir mais fundo do que pretendia inicialmente. Primeiro, tive de entender teoricamente o que é uma estrutura, um sistema, um modo de produção, para saber se era possível o capitalismo gestar o campesinato como contradição (que não é a contradição clássica apontada por Marx). Depois, vinha a questão: se os camponeses brasileiros não são resquícios feudais, o que são? De que maneira se relacionam com o sistema capitalista? A idéia de um modo de produção subordinado me pareceu muito boa, pois dava conta das especificidades produtivas, sociais, culturais, políticas, sem perder a noção da inter-relação -- desvantajosa e desigual -- com o sistema. Nessa relação conflitante é que se inseririam as estratégias e táticas de resistência dos posseiros e seriam balizados seus limites e seus métodos, como mais ou menos "modernos" (no sentido de legais, nacionais ou representativos).

Mas porque usar Thompson, então? Marcelo Badaró de Mattos (1998) sintetizou numa "lista" as premissas que o uso do referencial thompsoniano exigiria das pesquisas históricas, na qual vou me basear para avaliar meu trabalho. Vamos por tópicos:

1º A necessidade de referenciar as análises nos processos históricos específicos de formação e conflito entre as classes

Foi o que tentei fazer principalmente no capítulo 2, partindo da discussão de como surge o camponês no Brasil. Entendi que, diferente de um setor produtivo que preexiste ao capitalismo, como os camponeses feudais europeus, os brasileiros são criados a partir e dentro das contradições capitalistas como força subordinada mas de resistência a esse sistema. Essa criação, ou formação de classe, é processo muito amplo do qual só pincei o exemplo dos sertões cariocas. Para o meu caso específico, analisei o processo histórico de desertanização daquela região e a pressão do capital especulativo sobre os lavradores da região, fatores esses que “trans-formaram” esses lavradores em posseiros, sua nova identidade de classe.

2º A percepção da heterogeneidade das classes e de seu comportamento coletivo, a partir da análise das múltiplas respostas ao contexto estrutural possíveis, tanto no nível da consciência, quanto da organização e ação coletivas

Especificamente para a minha pesquisa, e diante da investigação dos sistemas de poder e dominação, considere necessário partir da premissa de que poderes, saberes e domínios não desabam do alto sufocando quem está abaixo da linha de tomada de decisão, e conhecer seu exercício no contexto, na cronologia. Ainda procurei escapar de outra dicotomia: adesão (geralmente "traidora" e "vergonhosa") X recusa (geralmente baseada em autonomia quase onipotente), que é muito comum em estudos sobre relações de poder com classes populares.¹⁶⁵ Desta feita, espero ter conseguido analisar alguns “imprevistos” políticos, por um lado, e “consensos” temporários entre grupos com interesses distintos, por outro. Considerei que esses dois tipos de acontecimentos foram sinais de que aqueles conflitos estavam situados dentro de uma arena com múltiplos interesses sobre a luta por terra – que iam desde interesses eleitorais até interesses de mediações políticas, passando por desavenças pessoais – que poderiam se cruzar em alianças só explicáveis dentro de conjunturas específicas (como as

¹⁶⁵ LEVI, G. *Un problema di scala*. In VVAA. *Dieci interventi sulla storia sociale*. Turim. Rosenberg & Sellier. 1981. *Apud* NEGRO, 1997:124

eleições de Roberto Silveira, por exemplo). Por outro lado, resultados imprevistos pelos atores (como conquistas ou perdas de terras ocupadas e a condenação do general Saraiva) mostraram que um “campo de possibilidades” não é o mesmo que falar em determinações inexoráveis.

3° A obrigatoriedade de se encarar a classe não apenas a partir do *locus* da produção, mas também nos ambientes de moradia e sociabilidade, ou seja, na comunidade

Neste caso, a partir do desvelamento da economia própria desses camponeses, seus hábitos de produção, comercialização e ação política -- que chamei de “tradicionais”-- foi possível perceber as experiências que conformaram a visão de mundo específica desse grupo social. A partir daí, conhecer os determinantes estruturais que foram lidos pelas suas experiências e que os transformaram em nova classe. Entretanto, foi necessário deixar claro que, ao lado da ameaça de esfacelamento da comunidade de lavradores pelos despejos, se criaram outros campos de sociabilidade, como as associações de lavradores, os partidos políticos, ou os acampamentos de famílias nas novas ocupações de terra, também importantes para a compreensão das mudanças de suas visões de mundo.

4° A exigência de compartilhar referenciais interpretativos da História com conceitos e métodos antropológicos ao trabalhar com noções como as de cultura, tradição, costumes e comunidade.

Sei que este trabalho se tornou teórica e metodologicamente híbrido. Discuti no primeiro capítulo a necessidade de trazer para a História um campo de discussão mais visitado até agora por outras disciplinas, o que carrega em si o problema de entender novas técnicas e abordagens do objeto campesinato. Além da antropologia, que nos traz vários *insights* interessantes, dialogar com outros campos em favor de uma “camponesologia” exige que façamos nossa parte enquanto historiadores e historiadoras, qual seja, introduzirmos nessas análises a visão de processo histórico -- rupturas e continuidades no tempo, desconfiança das generalizações e caça às fontes que possam realmente nos dar pistas e testar hipóteses.

Ao constatar esta lista de ‘exigências’ como presente em maior ou menor grau neste trabalho é que considerei que o refencial thompsoniano realmente norteou este texto. Não na mera transposição de hipóteses de trabalho para contextos distintos, mas sobretudo no questionamento a essa prática. É claro que houve muitos limites para que esse exercício possa ser considerado bem feito, mas sobre isso lamentarei mais tarde.

* * *

Mas minha conversa com o professor Marcelo Badaró não acabou. Ao dar seu parecer sobre minha monografia de graduação, cujo objeto eram os posseiros da Fazenda Normandia (Pedroza, 2000), o professor me mostrou alguns impasses teóricos que eu deveria desatar em trabalhos futuros. Badaró pontuava que eu caracterizara a formação de uma consciência de classe entre as famílias de posseiros, mas não deixara claro no texto (quem sabe porque isso não estivesse claro para mim) que classe social era essa e quais os limites de sua consciência.¹⁶⁶ O professor partia de uma leitura rigorosa da obra de Thompson (1979), em que esse autor discutia a complexidade e as possibilidades do uso do conceito de classe social.

Embora eu continue me sentindo despreparada para enfrentar essas questões, não posso ignorá-las. Vou tentar abordá-las agora, partindo da leitura desse mesmo trabalho de Thompson e relacionando-o com o meu caso de estudo.

Primeiro, foi preciso saber o que é uma classe. Essa discussão é extremamente intrincada e não tenho pretensões de fazer um trabalho exclusivamente sobre esse conceito. A mim me interessa o que dela posso extrair para entender o campesinato em países de periferia e, mais precisamente, os lavradores do sertão carioca, como foi intenção do capítulo 1. Em larga medida se encontra em muitos estudos marxistas a idéia de que a classe social seria algo que se colaria diretamente e sem conflitos à posição do grupo na esfera da produção. Isto é,

¹⁶⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. *Formulário para entrega de parecer de monografia*. Uff - Departamento de História. 2000

cada grupo teria já “nascido” com sua “classe”. Já discuti no capítulo 2 o texto de Frederico Araújo em que o autor parece optar por essa forma de ver as famílias migrantes: elas não seriam classe nem teriam identidade porque haviam sido despojadas de seu lugar no mundo da produção. Partindo dessa perspectiva, as classes gestadas pelo capitalismo – proletariado e burguesia – engoliriam as “classes pré-capitalistas”, como o campesinato ou a nobreza feudais, porque justamente o *locus* da produção e extração do excedente foi alterado com o novo sistema.

Claramente essa percepção de classes sociais não contempla a análise de grupos camponeses contemporâneos e não explica sua renitência. Por isso foi necessário que eu extrapolasse ou redimensionasse o conceito original para que ele abrangesse a compreensão de outros grupos fora da ‘contradição capitalista primordial’ pensada por Marx. Mesmo sabendo que a formação de uma classe social não é independente de determinações objetivas, a classe deveria também surgir de experiências de vida e exploração comuns, socializações primárias, vinculadas com o mundo do trabalho em geral. Daí minha opção por um viés mais thompsoniano, que me ensinou que nenhum modelo prévio de determinações objetivas podia dizer o que seria uma ‘verdadeira’ formação de classe, pois *a classe se define a si mesma no seu efetivo acontecer* (Thompson, 1979:39). *Classe*, para Thompson, *é uma categoria histórica, derivada da observação do processo social ao longo do tempo* (Thompson, 1979:34).

Por isso, comecei conhecendo os lavradores, sobre os quais muito já falei no capítulo 2. Como já mostrei anteriormente, eles não estavam totalmente isentos das formas capitalistas de pensar. O exemplo da dificuldade de construção da legitimidade das ocupações de terra, que trabalhei no capítulo 3, mostrou o quanto foi difícil para eles romper com a representação da terra que fazia parte da lógica capitalista, onde a valorização e preservação da propriedade privada tem um peso muito forte. A partir dessa inserção na hegemonia capitalista, expliquei a não resistência inicial aos despejos pois, por mais violentos e injustos que fossem, eram

inevitáveis, já que os lavradores reconheciam que não eram os proprietários legais das terras em que viviam.

Mas essa situação não ficou assim por muito tempo. O que fez os lavradores se transformarem em classe, com interesses distintos dos proprietários? Os fatores que considero que tenham objetivamente redefinido a estrutura social nos sertões cariocas, como já explicado no capítulo 2, foram a valorização das terras, a especulação fundiária e a chegada dos grileiros. Além desses, o novo significado da terra para seus antigos proprietários, que rompiam as obrigações com seus pequenos parceiros, alterou as perspectivas de futuro das famílias ameaçadas. Essas mudanças conformaram uma nova situação de crise política e social para os lavradores da região, em que os despejos eram o novo e principal problema, que precisava ser enfrentado coletivamente. Em outras palavras, eram mudanças objetivas que foram lidas e interpretadas pela bagagem cultural daqueles grupos.

O que estava acontecendo naquele momento era que, a partir dessas pressões objetivas e do diálogo com mediadores políticos, o grupo de lavradores, que não podia antes ser considerado uma ‘classe social para si’ por não reunir aspectos de solidariedade e identidade horizontais, estava se transformando em uma classe que se autodenominava posseiros e que, em termos mais genéricos, correspondia ao que o Partido Comunista entendia como camponeses. Enquanto nova identidade ou consciência de classe (não importa o termo, se já ficou entendido que ele vem depois da luta em que os lavradores se percebem contra os grileiros e com experiências comuns entre si), os camponeses do sertão carioca vão inclusive transformar suas relações e representações da terra e trabalho em algo essencialmente novo (O’Dwyer, 1988:89). Explicando melhor: camponês seria uma identidade coletiva e mais geral de classe utilizada pelos comunistas que, no caso brasileiro, agrupava os trabalhadores rurais que se mobilizavam politicamente. Posseiros seria a categoria específica e autodesignativa desses camponeses, empiricamente observável nas organizações e resistências nos sertões cariocas.

Nos casos em que havia a mediação de militantes comunistas, a idéia da ‘autonomia camponesa’ foi um dos instrumentos de formação dessa identidade de classe, visivelmente instrumentalizada pelas lideranças como um ‘costume’, pois acenava para uma situação nostálgica idealizada, a que os trabalhadores ameaçados poderiam “retornar, no futuro” a partir da mobilização política (O’Dwyer, 1988).

Mas até aqui a questão parece bem simples de ser resolvida, porque o problema ainda não acabou. É mais fácil perceber nos locais onde houve efetiva ação do Partido ou de militantes comunistas a transformação dos lavradores em camponeses, isto é, sua nova atuação como classe horizontal, com atitudes de resistência consciente à expropriação capitalista e ao latifúndio.

Vendo sob nosso olhar de pesquisadores, que é ao mesmo tempo teleológico e teorizante, a ação dos lavradores, quando se colocam contra os grileiros, lutam pela permanência na terra e forjam uma identidade coletiva, já demonstra ao menos o início de uma consciência horizontal de classe social. Acontece que aqueles lavradores, por um lado, continuavam a não se perceber como uma nova classe, tanto que fundavam ‘associações de lavradores’ e não de posseiros ou de camponeses e, por outro, a diversidade espacial dos mediadores nas lutas de resistência, que tanto discuti no capítulo 3, fazia com que muitos conflitos fossem efetivamente liderados pelas famílias ameaçadas e não por “comunistas profissionais”, e essas famílias foram capazes de resistir na terra mesmo sem ter qualquer noção moderna de que classe social eram e contra qual lutavam. O que quero defender é que, mesmo onde isso não se deu dessa forma, **os lavradores resistiram segundo sua própria cultura política tradicional – de lavradores em busca de autonomia – incorporando nessa luta apenas partes ou nada do que seria uma ‘consciência camponesa moderna’, tanto em termos de representações de mundo como de estratégias de luta.**

Para a explicação desse segundo tipo de casos, considero ser pertinente o uso da idéia de ‘luta de classes sem classes’. Segundo Thompson, o conceito de classe social pode ser

usado em dois sentidos diferentes: primeiro, quando se refere a um conteúdo real e empiricamente observável na história. Nesse uso, classe seria algo que surgiu na sociedade industrial capitalista do século XIX, que tinha organizações de classe, partidos de classe, culturas de classe facilmente observáveis. No caso que estudo, isso serviria para o exemplo do Congresso Camponês, em Belo Horizonte, em 1961.

Mas há a possibilidade de um segundo uso, quando a classe não é um dado, mas utilizamo-la como categoria analítica para organizar a evidência histórica, simplesmente porque não haveria um termo melhor que ‘luta de classes’ para definir alguns dos conflitos que se passavam por aqueles tempos, mesmo se as próprias pessoas que lá viviam não se percebessem dessa forma. Esse uso só pode ser possível se concordamos que a *classe e a consciência de classe são sempre as últimas, e não as primeiras, fases do processo real histórico* (Thompson, 1979:37). Nesse emprego, luta de classes, por ser um conceito prévio e muito mais universal, pode vir antes da classe. Por isso, seria possível perceber luta de classes antes de se perceber classes formadas e com consciências de classe, como nas sociedades pré-industriais.

Thompson explicava que a consciência de muitos artesãos urbanos na Inglaterra do século XVIII era mais uma “consciência vertical” do ofício, do que uma “consciência horizontal” de classe social, e as fissuras características daquela sociedade não se produziam entre patrões e assalariados, mas sim quando a plebe se unia por outras questões, libertárias, econômicas ou patrióticas. Por isso ele preferiu usar o termo ‘plebe’ a ‘classe’ para aqueles contextos. Os lavradores do sertão carioca, mesmo com autonomia produtiva, se encontravam bem próximos a essa situação de “consciência de classe vertical”, enquanto os sertões permaneceram abandonados. Além disso, os lavradores tinham por hábito a visão de que problemas econômicos se resolviam com a mobilidade espacial para terras livres ou para outros patrões, decisão que caberia somente à família. Nesse sentido, o vínculo primordial era

entre lavradores e proprietário, a quem deviam foro ou outra renda, e sem seu aval não permaneciam na terra.

No meu caso de estudo, o termo camponês teve dois usos diferenciados: quando vinha da boca dos mediadores comunistas, como classe que agrupava os trabalhadores rurais que se mobilizavam politicamente, pode ser considerado uma categoria de identidade coletiva real. Já os posseiros seriam a categoria empírica e autodesignativa de um grupo de lavradores que eu, na posição externa em que me encontro, como conheço seu modo de vida e suas lutas, posso considerar como parte do contexto de luta de classes dos sertões cariocas e que, portanto, poderiam ser analiticamente inseridos numa teoria que os aproxima de camponeses, neste caso um modo de vida que busca autonomia e resiste à expropriação capitalista. Os posseiros não podem ser definidos como uma classe social horizontal, mas mesmo assim se agregaram a outras categorias sociais ameaçadas (pequenos proprietários, parceiros e moradores) e, numa arena local de luta de classes, resistiram. Mesmo inseridos na hegemonia mais ampla dos valores capitalistas, por sua capacidade de manter suas especificidades produtivas mesmo tensionados continuamente, é que a autonomia produtiva e política dos lavradores do sertão carioca podia ser um fator de resistência, ou simplesmente de estranhamento, que o grupo manterá em relação ao conjunto da sociedade.

Os lavradores-camponeses organizaram-se da forma que sabiam e podiam pela defesa de suas terras, contra a investida dos grileiros. Mesmo onde a mediação política não formou a identidade camponesa como um fator de mobilização para a luta, a resistência aos grileiros implicou ao menos na contraposição de dois códigos de Justiça: a propriedade contra o trabalho de cultivar a terra. Quando trabalhei no capítulo 3 com os depoimentos dos lavradores que resistiam à expulsão e expressavam a idéia de que sabiam estar numa luta de racionalidades e métodos distintos, mas que ao mesmo tempo *sabiam que tinham a razão*, isto é, sabiam que *sua razão era legítima*, queria mostrar o quanto sua cultura política só podia ser entendida em seus *antagonismos, adaptações, reconciliações dialéticas de classe*, contra os

grileiros, formando um campo de forças societal e uma oposição sociológica que conferiam coerência prática à cultura política da plebe, mesmo que essa categoria cognitiva não estivesse presente.

Por isso vou utilizar o conceito de camponês também para o caso desses lavradores que resistem sem “consciência de classe”, porque o termo é analítico: faz entender sua inserção na luta de classes no processo histórico, que me interessa para caracterizar esses grupos. Para facilitar, vou chamá-los de posseiros-camponeses¹⁶⁷. Queria provar que, mesmo não sendo uma classe, esse grupo social tem elementos desunidos e fragmentados que podem ser integrados em uma organização de classe, pois, *em uma dada sociedade qualquer, não podemos entender as partes ao menos que entendamos sua função e seu papel em sua relação mútua e em sua relação com o total* (Thompson, 1979:14).

Sobre o caráter de luta de classes dos motins ingleses do século XVIII, Thompson vai defender que os momentos de racionamento de alimentos e os motins na praça de mercado sobre o direito de acesso aos grãos se tornavam questões políticas porque ameaçavam a sobrevivência dos pobres, e não das outras classes, já que a desigualdade econômica permitia que os outros continuassem comendo. Já que a relação das pessoas com os alimentos envolve sistemas de poder, propriedade e leis, que criam um “direito socialmente diferenciado” de obter a subsistência, eles poderiam ser vistos como uma arena de luta de classes (Thompson, 1998a:222/223).

Acho que, no caso dos conflitos de que tratei, estamos diante de um caso similar ao citado por Thompson no parágrafo acima, porque a terra, como bem social numa sociedade politicamente desigual, não é de livre acesso a todos, e sobre esse mesmo bem social, foram utilizados diferentes poderes. De um lado, a classe proprietária (ou pseudo), tem a seu dispor os “jagunços públicos” da polícia militar, os juízes que decidem pela “legalidade” do despejo ou pelas reintegrações de terras ocupadas, a lógica cartorial burlesca, da falsificação de títulos

¹⁶⁷ Ver anexo 4

e dos grilos, a maior parte dos governantes em todos os níveis. Do outro lado, os lavradores dispõem da consciência da legitimidade de sua luta pela permanência na terra, de alguns mediadores políticos, jornais e advogados para publicizar os conflitos, e de suas organizações de classe, como as associações de lavradores e sindicatos de trabalhadores rurais.

Por isso, considero que os conflitos por terras no sertão carioca sejam conflitos classistas porque opõem dois grupos sociais em interesses, posições e poderes distintos dentro da “arena de luta” daquele contexto, sem atribuir identidade de classe aos lavradores. Novamente, é preciso deixar claro que a categoria lavrador-camponês é apenas analítica, enquanto, em outros casos, ela pode ser uma evidência. A análise do mosaico de conflitos é que pode diferenciar um uso do outro.

Espero que essas reflexões atendam um pouco aos rigores das críticas do professor Badaró.

* * *

Há um problema teórico que ainda permanece. No título e corpo deste trabalho falei em táticas e estratégias de resistência do grupo de posseiros. O que são afinal? Porque me utilizo desses termos e em que teoria se inserem? Nessa parte, a intenção é localizar melhor a discussão sobre as táticas camponesas como ações que caracterizariam a cultura popular oprimida, partindo das teses de quatro autores; Michel de Certeau (1994), Marilena Chauí (1986), Héctor Bruit (1991) e Edward Thompson (1998^a).

Michel de Certeau utiliza esses conceitos desde 1974 (1994). Segundo sua definição, as estratégias são o cálculo das relações de força quando o sujeito do querer é isolável de um ambiente que é sua base circunscrita de ação, contra uma exterioridade de alvos ou de ameaças (inimigos, concorrentes, ou outra instituição científica, por exemplo). Já as táticas são o cálculo que não pode contar com um lugar próprio nem dispor de base em que possa

capitalizar seus proveitos, preparar expansões ou assegurar sua independência, pois age sempre no espaço do outro. A tática depende do tempo para aproveitar a ocasião, de ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho para tirar partido de forças que lhe são estranhas.

Dialogando diretamente com o Foucault de *Vigiar e Punir*, Certeau o questiona sobre quais os procedimentos populares jogam contra os mecanismos da disciplina e as redes de vigilância e não se conformam com elas. Diferente da posição de Foucault (e da minha, se faz alguma diferença saber), a visão de Certeau é bem mais otimista: sob a realidade das instituições e dos macro-poderes, ele consegue sempre perceber resistências mínimas, que fundam micro-liberdades mesmo silenciosas, e assim deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre uma multidão anônima. Nessa perspectiva, **os fracos, desarmados face às estratégias dos fortes, mesmo assim não perdem sua mobilidade tática, sua inteligência e inventividade.** Para os fracos, haveria uma “economia do dom”, “uma estética de lances” e uma “ética da tenacidade”, e com esses três qualificativos Certeau valoriza a cultura ordinária e atribui às suas práticas o estatuto de objeto teórico.

A maior diferença que percebo entre a proposta de Certeau e a minha é que ele fala em táticas de consumo de produtos de massa, enquanto eu falo de táticas de resistência ao sistema capitalista, e não em usuários nem em uso de quaisquer produtos. Meu instrumental teórico é menos individual e mais classista, menos estético e mais duro. Por isso, depreender o que poderia ser útil de suas teses para o meu trabalho, sem jogar fora o bebê com a água do banho, foi uma aprendizagem inusitada. Parecia-me interessante, primeiro, a rejeição aos métodos puramente quantitativos que deixassem escapar operações e trajetórias individuais diversas. Já que *a estatística apreende o material dessas práticas e não a sua forma; ela põe à mostra os elementos utilizados e não o fraseado devido à bricolagem, à inventividade artesanal, à discursividade que combinam esses elementos* (Certeau, 1994:15).

Concordo com Certeau quando avalia que a cultura popular tradicional, porque dominada, se move mais por táticas que por estratégias. A busca do campesinato por

autonomia, que discuti no capítulo 2, se por um lado pode ser considerada uma resistência à proletarianização do capitalismo (mesmo não nominada enquanto tal), por outro não deixa de ser uma resposta local e imediata a uma desavença pessoal ou à expulsão da família de uma determinada área que, embora possa se repetir infinitas vezes, sempre é uma ação no território do outro: de outras legalidades, de outros proprietários, isto é, uma resistência tática. Mesmo a resistência à expulsão no sertão carioca foi resposta à pressão externa dos grileiros, não prevista e nem dominada por aqueles posseiros, e por isso vou considerá-las táticas também. Aos poucos, pela força do aprendizado e trocas políticas, podem ter adquirido caráter estratégico, sendo “oficializadas” em desapropriações, mandados de segurança, direito de usucapião e, bem mais tarde, na criação de assentamentos de reforma agrária. Mas, espero que tenha ficado claro que, determinada por lutas locais e diferentes resultados possíveis, essa transformação não foi homogênea nem no tempo nem no espaço e, portanto, a resistência pode ter se mantido tática em diversos conflitos.

O meu problema foi entender esse campo das táticas de resistência tanto dos lavradores quanto dos posseiros, depois que encontrei em ambos a característica política camponesa: a busca por autonomia. Outro problema era desvendar limites e possibilidades dessas táticas fora do campo político-institucional, o que me obrigava a entender mais do que seria uma “cultura popular rebelde”. Foi por isso que busquei conhecer o *imaginário político* desses posseiros, principalmente como percebiam as relações sociais de dominação e exploração e como procuraram transformá-las a partir de seus desejos, experiências e trocas simbólicas com outros grupos sociais.

Esse campo de práticas populares é muito amplo. Um pesquisador da América Latina, Héctor Bruit (1991), apresentou uma idéia interessante que pude aproveitar para o objetivo deste trabalho: ele fala de campos outrora negligenciados -- como o uso do silêncio, da preguiça, da malandragem -- como sendo também táticas e resistências à disciplina e à vigilância do capitalismo. Embora o autor as denomine como “uma história invisível que flui

do inconsciente”, explicação que não me convence, ele dá pistas de que é preciso enxergar uma outra gama de processos e atitudes que se dão à margem dos campos tradicionalmente escolhidos para ver as disputas políticas: as instituições, as guerras, os aparelhos de poder.

O que parece faltar na análise de Bruit que abunda na de Marilena Chauí é descortinar casos em que certas atitudes podem ser vistas como mescla de conformismo e resistência, analisar essas situações em toda sua complexidade e propor sínteses que explicariam lances aparentemente apenas conformados, ou apenas resistentes. Quando diz que *na América Latina os homens vivem resistindo* (Bruit, 1991:171), o autor trata de atitudes corriqueiras como fatos de clara resistência à dominação capitalista, e cala sobre casos em que práticas populares, de forma visível, introjetam valores e práticas caras aos dominadores, como a ascensão individual, o lucro, a passividade diante de problemas coletivos.

A necessidade das táticas populares pode ser entendida sabendo-se que a cultura popular é diferente da dominante com seus códigos escritos, juramentada e protegida por uma série de instituições permanentes. Segundo Thompson, *a população trabalhadora tem pouca possibilidade de prever o futuro (...) as oportunidades são aproveitadas na medida em que surgem, com pouca reflexão sobre as conseqüências, assim como a multidão impõe seu poder nos momentos de insurreição direta* (Thompson, 1998^a:22). A cultura popular se organizaria para responder sempre situações novas – nas quais ela não influiu e não previu – em contextos de reformulação e de resistência à disciplina e à vigilância, como já apontava Certeau. **Sua lógica se explicita durante a ação e se constitui durante os acontecimentos, por isso é local e temporalmente determinada por seus sujeitos. Em síntese, o caráter tático seria a marca de ações inseridas num sistema dominado por outros interesses que não os ‘dos fracos’.**

Certeau nos diz que “a cultura popular se formula essencialmente em ‘artes do fazer’ isso ou aquilo, e só nessas práticas é possível perceber uma maneira de pensar, investida sempre em uma maneira de agir” (Certeau, 1994:42). Para compreender esse determinante

“prático” e local, deve-se também levar em consideração que o campo de ação popular não é o das instituições dominantes, com seus corpos de funcionários, representantes e jurisdições nacionais, e sim o dos próprios sujeitos do povo dispersos dentro da cultura dominante. Ora, isso não é similar à lógica de ação da cultura popular proposta por Thompson, quando disse que a ‘economia moral’, por não ser uma construção teórica nem escrita, só pode ser entendida quando vemos o povo em ação contra aquele moleiro, ou aquele fazendeiro? Pois a multidão certamente tinha argumentos inteligentes sobre o funcionamento de mercados reais, mas não sobre relações de mercado teorizadas, porque não eram filósofos (Thompson, 1998a:215). As ações populares só podem, portanto, ter o seu discurso compreendido a partir da leitura das suas ações, e não na busca de registros teóricos ou documentais dos seus valores.

Veio daí a necessidade de entender o contexto local, buscando entender as especificidades da formação agrária e agrícola da região dos “sertões cariocas”. Conhecer as idiossincrasias desse local tornou possível, mais tarde, entender as ações de resistência dos posseiros, como as ocupações de terra. Por outro lado, o contexto local também foi a base para compreender a consciência política daqueles lavradores pois, como dito antes, sua cultura política tinha argumentos fortes e inteligentes mas não teorias gerais do funcionamento da sociedade. Era a partir de suas experiências de exploração e confronto com grandes proprietários, grileiros e com o Estado que eles verbalizavam suas conclusões e ações contra a expropriação.

Thompson e Chauí trabalham com o mesmo conceito de ambigüidade para explicar essa cultura popular em contextos tão distintos. Esses autores parecem concordar que *a ambigüidade da cultura popular está em aceitar implicitamente a hegemonia dominante, permanecendo dentro do campo simbólico definido pelos dominantes. E que essa é sua força e fraqueza* (Chauí, 1986:104). Se o que determina a cultura popular é ser uma “lógica e prática que se desenvolve sob a dominação”, as peças do quebra-cabeça vão se encaixando

aos poucos... Thompson se baseia em Gramsci para explicar o que chama de “duas consciências teóricas” da identidade social dos trabalhadores, uma deferente e outra rebelde.

Elas são decorrentes de dois aspectos da mesma realidade: de um lado, a conformidade com o status quo, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores. De outro lado, o “senso comum” derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhadas (...) (Thompson, 1998^a:20).

A diferença é que Thompson fala de duas identidades que se alternam, pois *o mesmo homem que faz uma reverência ao fidalgo de dia – e que entra para a história como um exemplo de deferência – pode à noite matar as suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães* (Thompson, 1998^a:64), enquanto Marilena tenta mostrar a ambigüidade do conformismo e da resistência numa mesma ação. Para Marilena Chauí, essa mistura de conformismo e resistência da cultura popular pode levar a paradoxos, sendo o principal deles o que chamou de *consciência trágica* :

Consciência que opera com paradoxos, porque o real é tecido de paradoxos, e que opera paradoxalmente, porque tecida de saber e não-saber simultâneos, marca profunda da dominação. A consciência trágica, em seu sentido originário, tal como revelada pela tragédia grega, não é aquela que se debate com um destino inelutável, mas, ao contrário, aquela que descobre a diferença entre o que é e o que poderia ser e que por isso mesmo transgredir a ordem estabelecida, mas não chega a constituir uma outra existência social, aprisionada nas malhas do instituído (Chauí, 1986:178).

Agora, a partir de tudo isso, perceber as táticas de resistência como partes de uma cultura popular ambígua mas rebelde, foi outro desafio. Novamente volto às leituras e vejo que, para Certeau, a cultura

articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários (Certeau, 1994:45).

E, nesse contexto de tensões, as táticas de praticante agiriam como

Um estilo de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas, e um estilo de resistência moral, isto é, uma economia do dom (de generosidades como revanches), uma estética de ‘golpes’ (de operações de artistas) e uma ética da tenacidade (mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou fatalidade). A cultura ‘popular’ seria isso, e não um

corpo considerado estranho, estraçalhado a fim de ser exposto (Certeau, 1994:89).

Essa forma de encarar a cultura me pareceu muito próxima da intenção de Thompson de tirar a cultura plebéia apenas do campo dos *significados, atitudes e valores* e localizá-la *dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho, de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência* (Thompson, 1998^a:17).

Por último, para Marilena Chauí,

Talvez seja mais interessante considerá-lo [o popular] ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação (Chauí, 1986:124).

Em síntese, pareceu-me que as ações de resistência poderiam ser percebidas como um tipo especial de relação política, na medida em que colocam em jogo poderes exercidos e contestados não na esfera política tradicional, mas na esfera social. Essas relações podem envolver ou não o poder do Estado e de suas instituições, mas a principal preocupação de uma análise centrada nelas seria perceber os agentes em disputa na vida social concreta, ou cotidiana. Busquei aprender suas pistas de resistência ao sistema, ambigüidades, conformismos, táticas individuais de sobrevivência, dentro do contexto local em que se inseriam, e também sempre durante a ação. Essa foi uma opção teórica e metodológica que espero ter deixado suficientemente clara durante o trabalho. Por isso não julguei de todo incompatível o uso desses instrumentais teóricos distintos, e espero que tanta bricolagem tenha surtido algum efeito analítico no decorrer do trabalho.

Foi a partir dessas leituras que consegui balizar o que seria a lógica de resistência da cultura popular dos posseiros e formular as hipóteses que foram defendidas no decorrer deste trabalho. Considero que as táticas dos lavradores de busca por autonomia seriam, segundo um viés sociológico, de resistência a uma assimilação percebida como desvantajosa ao

sistema (como sempre é a assimilação dos pobres, via expropriação). Por outro, as táticas dos posseiros eram o instrumento daqueles que se percebiam repentinamente acuados e que não viam outra forma de manter o nível de subsistência se não resistindo, em nível prático e local.

Então, na análise do meu caso, pude perceber também táticas e estratégias na luta por terra. Considerei que estratégias foram ações pensadas de antemão, medidas, elaboradas com antecedência, politicamente planejadas. Os congressos camponeses, por exemplo, faziam parte de uma estratégia ampla de “reforma agrária democrática” e de pressão sobre os poderes públicos. Já as ocupações começaram como táticas, necessidades de quem acabava de ser despejado e precisava morar em outro lugar com urgência, e terminaram como estratégias de pressão legal pela desapropriação de terras improdutivas. A resistência armada aos despejos foi tática, reação quase desesperada de quem “só ia sair dali morto”, ainda mais se levarmos em consideração a desigualdade de força física entre as partes. Não se criou legitimidade popular para tornar o uso de armas algo estratégico, embora isso tenha sido tentado por parte de certos mediadores.¹⁶⁸

Avalio as ações camponesas que ocorriam naquele momento como sendo iniciativas que se pautavam sobretudo na invenção cotidiana de novas formas de pressão, aproveitando as brechas constitucionais e resignificando direitos e deveres instituídos mas não viabilizados. Passeatas, abaixo-assinados, greves, fundação de associações civis e sindicatos rurais eram formas novas de organização coletiva para conquista desses direitos, que se articulavam de maneira pragmática com as formas tradicionais de resistência dos posseiros -- *a tradição das ações anônimas e rápidas, por vezes isoladas e violentas, legitimadas pela comunidade* (Thompson, 1998^a).

De forma híbrida, essas novas e velhas táticas misturadas causavam confusão entre os mediadores -- que despenderam muito tempo e energia tentando tipificar como somente

¹⁶⁸ Para tanto, ver caso de Mariano Besser, figura controversa entre os mediadores políticos das lutas camponesas no estado do Rio de Janeiro, contra o qual foi usado o argumento de que “incitava a violência armada”.

conservadores ou somente revolucionários esses sujeitos -- e mesmo entre os próprios 'praticantes', que ora conseguiam vitórias com determinada opção de luta, ora a mesma opção não surtia efeito político algum, pois uma determinada ação não prevista ou tachada de tradicional respondia à realidade de maneira mais satisfatória que iniciativas calculadas e cheias de mediação política.

* * *

A única hipótese geral de todo o trabalho que gostaria de apresentar, pois me pareceu “amarrar” uma série de especificidades das lutas camponesas é que, malgrado o marco tradicional em 1964, com o início da ditadura militar, para se falar no desmonte das ações reivindicatórias e de resistência dos trabalhadores brasileiros, esse não é um “limite qualitativo” para o movimento camponês. As táticas de resistência não sofreram rupturas significativas com o golpe de 1964 por duas razões: primeiro devido às especificidades das formas de luta no meio rural, diferentes do meio urbano; segundo, porque as ações da polícia e do exército após o golpe militar só fizeram reforçar as violências que eram também antes cometidas, só que depois de 1964 em maior escala. Vamos acompanhar esse raciocínio por partes.

Como pode ter sido percebido até aqui, havia diferenças significativas das formas de organização política e trabalhista entre o campo e a cidade. Na cidade, os aparelhos sindicais eram órgãos oficiais, centralizados e reconhecidos pelos poderes públicos, mas também fiscalizados pelo Ministério do Trabalho. Com o início da repressão, suas sedes foram imediatamente invadidas, as diretorias eleitas despojadas de seus cargos ou presas. De certo que a repressão foi rápida, eficaz e, mediante o recurso das intervenções e prisões, conseguiu manter por mais tempo amarradas e caladas as organizações urbanas que representavam oposição política.

Mas no meio rural a situação era diferente. Pela dificuldade legal de que já falei, os sindicatos oficiais eram apenas o fim de um processo de organização que começava com conflitos locais, passando pelas associações de lavradores, entre outros. A consequência da conjunção de problemas de institucionalização, comunicação e mediação, que tantas dificuldades impôs durante anos para que os camponeses tivessem seus direitos e lutas vitoriosas foi que, no momento da repressão, o “feitiço se voltou contra o feiticeiro”, e o que antes era limitação passou a ser trunfo contra as malhas da repressão.

Houve muitos casos de conflitos, por exemplo, em que a comunidade de posseiros se organizou valendo-se apenas de lideranças locais, sem aparelhos oficiais, como já foi visto no capítulo anterior. Mesmo onde eram criadas associações de lavradores, elas foram profundamente marcadas por vicissitudes de seu contexto, dentre as quais a pobreza e a dificuldade de comunicação que tornavam difíceis as articulações mais amplas. Em outros casos, mesmo quando houve a presença das lideranças comunistas vigiadas de perto pela polícia, o grosso dos membros envolvidos nas ações de resistência era “anônimo”: constituía-se na própria população rural total ou semi-analfabeta, sem registro, sem sedes e sem documentos que pudessem ser apreendidos. Percebi isso, por exemplo, ao buscar as fichas policiais das lideranças camponesas presas na sede do DOPS-RJ depois do golpe militar. Nesse momento, encontrei várias fichas de pessoas que já eram vigiadas anteriormente por serem comunistas, mas havia também muitos outros que, fichados apenas pelo nome que aparecia em jornais que divulgavam conflitos, nunca foram encontrados.

O segundo dado a ser considerado para que possamos rever essa periodização cravada em 1964 é que as ações da polícia e do exército após o golpe militar só fizeram reforçar as violências que eram também antes cometidas, só que em menor escala. Em outras palavras, é como se os camponeses já estivessem mais “habitados” ao tratamento truculento dos grileiros, jagunços e das polícias locais, e também à ilegalidade.

Este pronunciamento de um deputado na Câmara, depois do golpe militar, defendia que uma

*Unidade do Exército serviria como ponto estratégico na região, que já conta com um batalhão da polícia militar, ali instalado dias após a posse do general Paulo Torres no governo do estado. O batalhão do Exército atuaria, juntamente com o batalhão da PM, no combate à subversão e à corrupção, até a limpeza total da região.*¹⁶⁹

Essa fonte nos mostra que, mesmo já tendo sido instalado nos sertões cariocas poucos meses após o golpe um Batalhão da Polícia Militar, os reacionários ainda julgavam ser necessário um Batalhão do Exército, que só poderia até aquele momento ser usado para casos de “perigo nacional” ou “ameaça externa”. O termo *limpeza da região* também é muito sugestivo da forma com que os pobres do campo na luta por direitos passam a ser tratados: como agentes infecciosos que devem ser eliminados antes que contaminem todo o país.

Esse discurso não era uma novidade. Luiz Henrique Sombra, que estuda as continuidades das políticas de segurança social na história do Brasil, constatou que

“O termo contágio é recorrente nos discursos sobre segurança pública e revela uma curiosa concepção a respeito do povo brasileiro. Essa concepção sugere que sem o ‘estrangeiro nocivo’ ou o comunista brasileiro, a saúde da Nação, entenda-se a ordem, estaria garantida, podendo todos trabalhar em prol da construção do ‘grandioso futuro’ que se afirmava ser nosso destino” (Secretaria de Estado de Justiça, 1996:39).

A luta entre higiene policial X bactérias comunistas esteve muito presente nos discursos para justificar práticas repressivas sobre organizações e lideranças camponesas e urbanas desde antes de 1964. Não podemos esquecer que os camponeses eram considerados uma ameaça à ordem social e política pelo menos desde 1946, quando da criação da Divisão de Polícia Política e Social e suas Delegacias de Segurança por todo o país. **O período considerado democrático possuía claras restrições a uma democracia que extrapolasse o âmbito consumista e eleitoral, mantendo tradicionais instrumentos de controle tais como**

¹⁶⁹ Deputado quer quartel na Baixada. *O Fluminense*. 14 de julho de 64.

o atestado de ideologia, os registros de suspeição política, fichário e galeria fotográfica de indivíduos tidos como nocivos à ordem pública e aos interesses do país.

A ‘nocividade’ incide sobre uma população nativa, sem anticorpos, despreparada para o contato com o ‘estrangeiro’ (Secretaria de Estado de Justiça, 1996:50). Segundo essa lógica profilática higieneizante, era preciso prevenir a curar. Por isso, a polícia política era a mais recomendada nesses casos, por ser a polícia da ‘profilaxia social’, que agiria purificando as coletividades e *livrando-as do vírus nefasto dos agentes de toda espécie que pretendem a subversão da ordem pública.*¹⁷⁰ Daí a montagem de um elaborado sistema de espionagem e informações sobre indivíduos ou grupos indesejáveis, que deveria culminar em invasões e violências necessárias para erradicá-los.

“Ao mesmo tempo em que busca estirpar a ‘revolução que estava em marcha’, o novo governo implementa medidas visando a impedir possíveis rearticulações de seus oponentes, assegurando assim, consoante as diretrizes doutrinárias da Escola Superior de Guerra – ESG, a manutenção da segurança interna e o desenvolvimento nacional.” (Secretaria de Estado de Justiça, 1996:25)

Sabendo dessa atitude, depois do golpe militar não seria de se estranhar a seguinte notícia: *“Na Fazenda Ronco d’Água, 300 famílias de posseiros, com 10, 20 e até 30 anos em suas posses foram agredidas pelo general Silvio Santa Cruz, comandante dos soldados e oficiais armados a serviço dos grileiros (...).”*¹⁷¹ Seria apenas mais uma ação onde o exército foi utilizado contra posseiros não fosse um importante detalhe: essa notícia foi publicada na tiragem do jornal Terra Livre da primeira quinzena de janeiro de 1963 e, portanto, esse despejo deve ter se passado ainda em dezembro de 1962.

Já dez anos antes, vejamos como Pureza descreveu o cotidiano de seu trabalho de organização dos lavradores em Xerém, distrito de Duque de Caxias, nos quilômetros 41 a 43

¹⁷⁰ TERRA, Silvio & MACCORD, Pedro. *Polícia, lei e cultura*. Rio de Janeiro. Guarani. 1939. p. 139 *apud* SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO, 1996.

¹⁷¹ *Exército utilizado contra posseiros. Terra Livre*. 01 de janeiro de 63

da BR 040, onde em 1952 viviam aproximadamente 150 famílias de posseiros, em terras recém valorizadas pela construção do ramal ferroviário:

Logo após a criação da Associação dos Lavradores Fluminenses , em Xerém, o delegado de Caxias, chamado Imparato, instalou um posto policial na região para fazer medo aos lavradores. Mesmo assim, lutamos três anos sem que houvesse despejo. Nos reuníamos toda semana no terreiro de nossas casas e invariavelmente acabávamos presos. (...) no outro dia, nossas mulheres acorriam à porta da cadeia exigindo nossa libertação, no que normalmente eram atendidas. De tanto nos acudir, elas resolveram fundar uma Comissão Feminina ligada à nossa Associação (Pureza, 1982:27).

Pelo relato de Pureza, a intervenção cotidiana da polícia, mesmo num período que chamamos de “democrático”, agindo contra o direito constitucional de organização, era tão cotidiana que chegou a ser banalizada. Interessante perceber também o quanto a união dos lavradores e sua consciência de classe vão se consolidando justamente ao terem de dar respostas cada vez mais qualificadas a essa repressão, como foi o caso dessa Comissão Feminina. Outra menção à ação policial da mesma época mostra claramente a ligação dos poderes públicos com o grileiro local. Segundo Pureza,

Há um ano mais ou menos apareceram alguns aventureiros no local dizendo-se representantes do Sr. Mário de Almeida, que se juntaram ao destacamento policial do km 43 e passaram a fazer uma série de violências contra os lavradores, prendendo-os e espancando-os com o fim de expulsá-los pela força. (...)¹⁷²

Essa notícia foi divulgada em 10 de outubro de 1953, tendo a investida dos grileiros começado um ano antes. Percebe-se que nesses tempos já há referências às ações de todo o batalhão policial contra os posseiros, numa aliança com os grileiros que me faz caracterizá-los já nesse período “democrático” como “jagunços públicos”.

Um pouco mais tarde, já na conjuntura crítica das articulações pré-golpe, os lavradores da Fazenda dos Meninos e Fazenda São Bernardino *acusavam a PM em Caxias e Nova Iguaçu*¹⁷³ de cometerem violências contra os posseiros. Mas, para não ficar a impressão de

¹⁷² Nova investida dos grileiros de Xerém. Imprensa Popular. 01 de outubro de 53

¹⁷³ Lavradores acusam a PM. Correio da Manhã. 27 de fevereiro de 64.

ser o relato de Pureza um fato isolado e este aqui decorrência da crise institucional do governo Jânio Quadros, poderia citar muitos outros casos dessas violências policiais encontradas nos jornais desde 1949, com o início dos despejos.

Mas que não fique no leitor a impressão de que nada mudou antes e depois do golpe militar. Segundo Leonilde Medeiros, no novo contexto altamente repressivo, os trabalhadores não conseguiram fazer valer suas conquistas, nem os direitos formalizados em lei, nem as concepções de Justiça que permitiram seu reconhecimento (Medeiros, 2002:161). O conjunto de quatro tipos de ações do IBRA potencializou sua eficácia contra a permanência dos posseiros na terra. Por um lado, os despejos e reintegrações de posse eram mais rápidos; segundo, o desmonte das organizações de defesa dos posseiros (com a intervenção nos sindicatos e prisão das lideranças) impedia a resistência organizada, terceiro, os antigos núcleos coloniais, já com todos seus problemas, agora eram fiscalizados e esvaziados pelo IBRA com suas novas exigências para o encaminhamento de novos lavradores, como a apresentação de atestado ideológico e título de eleitor, o que impediu o acesso às terras porque, distante de serem comunistas, a maioria deles era analfabeta.¹⁷⁴ Por último, ainda havia claramente uma reversão de muitas áreas a seus antigos ou supostos donos, fazendo com que

*Cinco mil camponeses que ocuparam metade das áreas desapropriadas pelo IBRA e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro fossem despejados de suas terras, em virtude da revogação do decreto desapropriatório, por sugestão das comissões técnicas do IBRA que sugeriram a devolução aos seus antigos proprietários de 11 das 22 áreas entregues aos lavradores.*¹⁷⁵

Como se vê, mesmo as áreas já desapropriadas pelos governos estadual ou federal em benefício das famílias de posseiros, tinham a validade de seus decretos desapropriatórios “cientificamente” contestada pela equipe “técnica” do IBRA, que “alegando o alto preço das

¹⁷⁴ IBRA vai despejar 5000 camponeses no Estado do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*. 12 de abril de 66.

¹⁷⁵ IBRA vai despejar 5000 camponeses no Estado do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*. 12 de abril de 66.

*terras e o baixo rendimento econômico das explorações existentes*¹⁷⁶, “tecnicamente” sugeriam o despejo das famílias dos camponeses de *Piranema (189), Capivari (234), Mato Grosso (107), Engenho do Mato (23), Largo, em São João da Barra (50)*. Totalizando 704 famílias (...).¹⁷⁷

A novidade era que tudo isso passava a ser recheado se não com uma dose maior de violência física, velha conhecida, mas com a certeza de que a nova correlação de forças garantiria impunidade para as antigas práticas, que considero ser o objetivo principal dos que, por um golpe de Estado, montam nos aparelhos da lei para (dis)torcê-los a seu favor. É somente assim que podemos entender a afirmativa do general reformado do exército, Francisco Saraiva, chefe da Divisão de Terras do IBRA, de que *"comigo não adianta Justiça, não admito teimosia, pouco me importa o escândalo que possa fazer a imprensa, pelo contrário, reportagens constantes além de me fazer famoso divulgam também o meu trabalho"*,¹⁷⁸ que já citei anteriormente.

A política de expulsões violentas do IBRA não tinha surgido naquele momento, e claramente aprofundava uma tendência anterior, o que representou sem dúvida uma perda na capacidade de organização coletiva e uma derrota inelutável para o movimento camponês que tentava se articular nacionalmente. Foi por isso que, na percepção dos que sofriam as violências antes e depois do golpe, a polícia e os jagunços vão ter atuação muito semelhante. A partir dessa percepção é que defendo que **o golpe de 1964, pelo menos até 1968, representou apenas o aprofundamento de algo que já existia, consistindo novidade apenas que agora os grileiros não precisavam mais armar milícias privadas, já que tinham ao seu dispor a estrutura legal e policial do IBRA para fazer valer seus interesses.**

¹⁷⁶ IBRA vai despejar 5000 camponeses no Estado do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*. 12 de abril de 66.

¹⁷⁷ IBRA vai despejar 5000 camponeses no Estado do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*. 12 de abril de 66. os números entre parênteses são a quantidade de famílias despejadas em cada localidade.

¹⁷⁸ General Saraiva semeia o terror entre lavradores. *Correio da Manhã*. 30 de novembro de 66.

Hoje sabemos que depois de 1968 a situação ainda piorou muito. Mas, exercitando um raciocínio não teleológico, não podemos dizer que estivesse claro, até 1968, até que ponto seria definitivo ou se haveria condições de uma reversão à esquerda da situação política instaurada com o golpe e que, por isso, as resistências também violentas e fragmentadas se tornaram a única saída possível para aqueles posseiros. No campo, viriam outros processos que aprofundariam a concentração fundiária e a desigualdade social: a modernização conservadora, os créditos agrícolas só para os grandes proprietários, o FUNRURAL, a fronteira agrícola do Centro Oeste, as torturas no DOI-CODI. Mas não era possível prever isso.

* * *

Por último, considero que tenham sido limites importantes para este trabalho, primeiro, a falta de recursos financeiros e materiais para o aprofundamento da pesquisa. Devido às necessidades de subsistência, esta dissertação foi escrita em um ano que tive de trabalhar todo o tempo como professora. O trabalho em si muito me agrada, mas com certeza diminuiu meu tempo disponível para ir a bibliotecas, arquivos, ler mais e construir melhor os argumentos defendidos. Um banco de fontes informatizado também me parecia uma necessidade imperiosa que não foi oferecida pela Universidade nem pode ser suprida com recursos próprios, logo, alguns cruzamentos de dados importantes ficaram a desejar. Como esses, muitas das idéias iniciais que alimentei no projeto inicial foram abortadas devido a essa dificuldade de recursos, sobretudo as que requeriam melhores e maiores busca e tratamento para fontes numerosas e esparsas.

O segundo limite foi ter privilegiado, além da bibliografia secundária, apenas um *corpus* documental. O recurso às fontes jornalísticas acabou sendo o meio mais viável de conseguir informações e depoimentos dos posseiros em curto prazo e com baixo custo. Isso

não quer dizer que outras fontes não existam: a proposta para o próximo trabalho é recorrer ao material recém disponibilizado do DOPS-RJ e fazer algumas entrevistas. Mas isso requer, como já disse, algum apoio para realizar viagens na região, transcrever fitas, formar um banco de dados em computador, comprar materiais. Quem sabe o trabalho coletivo, a divisão de tarefas e o intercâmbio maior entre pesquisadores de temas afins teria contribuído muito nesse sentido. Mas o trabalho solitário se torna por demais árduo, limitado e frustrante quando temos pretensões maiores. Só que estou cada vez mais convencida de que é preciso ter pretensões maiores para fugir da superespecialização de saber quase tudo sobre quase nada, o que só uma política de incentivo à pesquisa acadêmica pode resolver.

Terceiro, todas as incompletudes teóricas em que um trabalho que tem limitações de tempo e recursos pode acabar recaindo. Minhas leituras de outras áreas, sobretudo de economia e antropologia, ainda foram muito limitadas. O material interessante e disponível que encontrei nas bibliotecas do Museu Nacional da UFRJ e do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Agrário da UFRRJ, nem sempre pôde ser analisado com a calma e atenção que mereciam. Sinto que algumas pistas interessantes não foram seguidas a contento, o que, de certa forma, me deixou no meio do caminho entre um trabalho de historiadora e outro que se propunha transdisciplinar. Mesmo a revisão da bibliografia secundária merecia melhor acesso, por exemplo, a periódicos internacionais.

Por último, meu maior desejo não concretizado: era objetivo deste trabalho usar o conceito de economia moral de Thompson como instrumento de leitura do modo de vida e das ações de resistência dos posseiros do sertão carioca. Heresia? Anacronismo? Pode ser que não. A economia moral estaria presente, para Thompson, onde houvesse consenso popular do que eram práticas legítimas ou não de cada grupo social, fundamentada numa visão tradicional das normas, obrigações sociais e funções econômicas desses grupos. Valores que incluiriam um modelo ideal de papéis econômicos e que endossariam práticas costumeiras, que só poderiam ser avaliados num equilíbrio particular de relações sociais, nunca fora do

contexto (Thompson, 1998^a:152). Em seu uso original, o conceito foi empregado para analisar os confrontos na praça do mercado inglesa no século XVIII porque, na justificativa de Thompson, seriam confrontos com particular peso moral (Thompson, 1998^a:257).

Mesmo assim, Thompson reconhece que o conceito de economia moral já foi usado para descrever vários processos diferentes do que previra, tais como: relações econômicas reguladas por normas não monetárias nas sociedades camponesas, resistências à economia de livre mercado, concepções camponesas de justiça social, direito e obrigações, e como sinônimo de “reciprocidade assimétrica dialética” (relações de necessidade e obrigação que unem governantes e governados na maioria das sociedades. Numa ampliação do conceito, ele foi usado inclusive para dar conta de formas tenazes de resistência ao poder que os fracos e pobres possuem. Nesse sentido, ‘economia moral’ seriam as obrigações mútuas entre governantes e governados, os limites que os fracos podem impor ao poder, como Barrington Moore afirmou em *Injustiça* (1978).

Em suas próprias palavras, Thompson diz que o termo ‘economia moral’ está à disposição para todo desenvolvimento que possa ser justificado mas, se for estendido a outros contextos, deve ser redefinido para não haver perda de foco (Thompson, 1998^a:257), se não pode virar uma “retórica moralista sem contexto” (Thompson, 1998^a:259). Usado de forma rigorosa, a ampliação do conceito seria um ganho se pudesse provar que a hegemonia não pode ser apenas imposta (ou contestada) mas articulada nas relações diárias de uma comunidade, sendo mantida apenas por concessões e proteção (nos bons tempos), e, pelo menos, por gestos de amparo nos tempos difíceis. (Thompson, 1998^a:261).

A primeira dificuldade dessa tarefa, portanto, é definir o que é moral (como norma e como estrutura cognitiva) em culturas diferentes. Por isso, “*uma vantagem do transporte do termo para os estudos camponeses é a possibilidade de vê-lo em operação dentro de culturas cujas premissas morais não são idênticas às da herança judaico-cristã*” (Thompson, 1998^a:261). É nesse ponto que a discussão de Thompson caiu como uma luva sobre minhas

intenções. Ao analisar a pertinência de uma “economia moral camponesa” (discutindo precisamente o livro de James Scott, *The moral economy of the peasant*, 1979), o autor considerou pertinente esse uso, pois

Como, para os camponeses, a subsistência depende do acesso à terra, o que está no centro da análise são os costumes relativos ao uso da terra e ao direito de acesso aos seus produtos. E o costume é visto (contra um pano de fundo de memórias da fome) como algo que perpetua imperativos de subsistência e usos que protegem a comunidade contra riscos. Esses imperativos são também expressos em relações protetoras de senhor-arrendatário (ou benfeitor-cliente) e em resistências às inovações técnicas e às racionalizações de mercado, no qual elas poderiam acarretar riscos em tempos de crise (Thompson, 1998^a:259)

A crise de legitimidade das formas de dominação se deu, no meu caso, com a penetração da especulação imobiliária que gerou a falta de terra. Por isso, para se construir a economia moral dos posseiros seria necessário entender as ocupações de terra como instrumentos de ação de sua cultura rebelde, tecer fidedignamente as redes de relações sociais do momento em foco, ver de que forma ação direta se contrapunha a “direitos desigualmente distribuídos” no acesso a esse meio de sobrevivência, por exemplo, através de entrevistas com lideranças camponesas da época. Por limitações de fontes, acabei desistindo dessa intenção inicial e apontando apenas para uma lógica econômica própria daqueles trabalhadores, entendendo que não havia suficientes dados e faltaria rigor teórico ao fazer uma transposição leviana de contextos históricos. Mas esse projeto continua esperando uma próxima oportunidade para se concretizar, e não está de forma alguma descartado. Muito pelo contrário, com tudo o que aprendi até aqui, estou convencida de que é possível fazê-lo se houver recursos e tempo para um “mergulho” nas redes sociais e políticas locais daqueles sertões. É a promessa que fica.

* * *

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. ANPOCS/HUCITEC. SP/RJ. 1992.
- ABREU, Alzira A.(org) *A imprensa em transição: o jornalismo nos anos 50*. Rio de Janeiro. FGV. 1996
- ALAVI, Hamza. *Revolução no Campo*. in DEUTCHER, Isaac et alli. *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1969
- ALENTEJANO, Paulo R. *Reforma Agrária no Rio de Janeiro: repassando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos*. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ. 1996
- ALTHUSSER, Louis. *Para ler o capital*. Rio de Janeiro. Zahar. 1979
- AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos 'mucker' (Rio Grande do Sul, 1868-1898)*. São Paulo. Símbolo. 1978
- AMADO, Janaína. *Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. Resgate*. Campinas. UNICAMP. (5): 47-69. 1993
- AMIN, Samir & VERGOUPOLOS, Kostas. *A Questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977
- ARAÚJO, Frederico. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara (1950-1964)*. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ. (dissertação de mestrado). 1982
- ARAÚJO, Maria Paula. *A questão camponesa na teoria marxista clássica*. in CHEVITARESE, André (org) *O campesinato na história*. Rio de Janeiro. Relume Dumará/FAPERJ. 2002
- BIANCO, Lucien. *Peasants and Revolution: the case of China*. *The journal of peasant studies*. Londres, 2 (3): abril, 1975
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. in FERREIRA & AMADO (orgs) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1986
- BOURDIEU, Pierre. *Une classe objet*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: 1977, (17/18):2-5.
- BRANDÃO, Carlos R. *Do sertão à cidade: quantos territórios!* in (orgs) MESQUITA & BRANDÃO. *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Editoras UFRGS e UNISC. 1995
- BRUIT, Hector. *América Latina: quinhentos anos entre resistência e revolução*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Volume 10, número 20, mar/ago 1991.

- CALDART, Roseli Salete. *Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis. Vozes. 1997
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola*. Petrópolis. Vozes. 2000
- CAMARGO, Aspásia, HIPOLITO, Lucia, FLAKSMAN, Dora & D'ARAÚJO, Maria Celina. *Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986
- CAMARGO, Aspásia. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. Paris. Universidade de Paris (tese de doutorado). 1973
- CARDOSO, C. F. & BRIGNOLI, H. P. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro. Graal. 1988
- CARDOSO, Ciro F. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas in CHEVITARESE, André (org) *O campesinato na história*. Rio de Janeiro. Relume Dumará/FAPERJ. 2002
- CARDOSO, Ciro, BOUZON, Emanuel, TUNES, Cássio. *Modo de Produção Asiático: nova visita a um velho conceito*. Rio de Janeiro. Campus. 1990
- CARDOSO, Ciro. *A cidade-Estado antiga*. São Paulo. Ática. 1985
- CARDOSO, Ciro. *Sete olhares sobre a antiguidade*. Brasília. UnB. 1994
- CARNEIRO, Maria José et alii (orgs) *Campo Aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria. 1998
- CARVALHO, Tarcísio M. *Jeca Tatu reinventado: a exclusão dos sem terra na nova república*. Niterói. UFF (Trabalho De Conclusão De Curso De Graduação em História). 1999
- CARVALHO, Tarcísio M. *Nós não tem direito: costume e direito à terra no Contestado (1912-1916)*. Niterói. UFF. (Dissertação de mestrado). 2002
- CASTRO, Elisa G. *Entre o Rural e o Urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. UFRJ (Dissertação de mestrado). 1995
- CASTRO, Hebe. A escravidão fora das grandes unidades agro-exportadoras. in CARDOSO, Ciro. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro. Zahar. 1988
- CASTRO, Hebe. Os últimos cativos: trabalho rural e direito civis no Brasil oitocentista. in CARNEIRO, Maria José et alii (orgs) *Campo Aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria. 1998
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1986

- CHAYANOV, A V. *The theory of peasant economy*. Homewood, Illinois, Richard D. Irwin Inc. 1966 (versão original de 1924)
- COLETTI, Claudinei. *A Estrutura Sindical no campo*. Campinas. UNICAMP. 1998.
- COSTA, Luiz Flávio C. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1996
- CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México. Siglo XXI. 1977
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis. Vozes. 1994
- DE DECCA, Edgar. 1930: *O silêncio dos vencidos*. São Paulo. Brasiliense. 1986
- DE DECCA, Edgar. Rebelião e revolução na história social. in BRESCIANI, Stella e outros (orgs) *Jogos da Política*. São Paulo. ANPUH/FAPESP. 1992
- DIAS, Maria Odila L. S. Sociabilidade sem história: votantes pobres no império (1824-1881). in FREITAS, Marcos (org) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo. Contexto. 1998
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. Campinas. Ensaio/UNICAMP. 1993.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1994
- DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no ocidente medieval*. Lisboa. Edições 70. 1962 (volumes I e II)
- DUGGETT, Michael. Marx y los campesinos. *FCE Mexico*. Trimestre Político, ano 1, n. 4, abril/junho, 1976.
- ELLIS, F. *Peasant economics-farm-households and agrarian development*. Cambridge. Cambridge University Press. 1988.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1976
- FALEIROS, M. *Percurso e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. São Paulo. FFLCH/USP (Tese de doutorado). 1989
- FONTES, Virginia. A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica. in MENDONÇA & MOTTA (orgs) *Nações e Poder: as dimensões da história*. Niterói. EDUFF. 1998
- FRANCO, Maria Sylvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo. UNESP. 1997
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987

- FÜCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política*. Rio de Janeiro. Graal. 1980
- GARCIA JR, Afrânio. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983
- GEIGER, Pedro P. & SCHAEFFER, Regina S. *Nota sobre a evolução econômica da Baixada Fluminense*. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. IBGE. 1951: 4.
- GEIGER, Pedro Pinchas & MESQUISTA, Myriam G. C. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro. IBGE. 1956
- GHELLER, Elza M. (org) *Josefa: a resistência de uma camponesa brasileira*. São Paulo. Paulinas. 1996
- GIULIANI, Gian & CASTRO, Elisa. *Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro*. *Estudos Sociais e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 6, 1996.
- GIULIANI, Gian. *As formas de reprodução e expansão das unidades produtivas capitalistas no estado do Rio de Janeiro*. Mimeo: NUER/IFCS/UFRJ. S/d
- GOHN, Maria. *Teoria dos Movimentos sociais*. São Paulo. Loyola. 1997
- GOMES, Ângela de C. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1994
- GORGEN & STÉDILE. *Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis. Vozes. 1991
- GOULDNER, Alvin. *Los dos marxismos. Contradicciones y anomalias em el desarrollo de la teoria*. Madrid. Alianza. 1985.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1981
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1979.
- GRYNSPAN, Mario (coord) *Levantamento histórico dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro (1950-90)*. Rio de Janeiro. SECRETARIA ESTADUAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS DO RIO DE JANEIRO. 1990
- GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Rio de Janeiro. PPGAS/UFRJ (dissertação de mestrado). 1987
- GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis. Vozes. 1991
- GUIMARÃES, Alberto P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo. Fulgor. 1963

- HEGEDÜS, András. A questão agrária in (org) HOBSBAWM, Eric. *História do Marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984
- HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979
- HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores. 1968
- HOBSBAWM, Eric & RUDÉ, Georges. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1982
- HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1997
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo. Cia das Letras. 1998a.
- HOBSBAWM, Eric. Seção Camponeses in *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1998b
- HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 21, ano 8, Fevereiro de 1993
- IANNI, Otávio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. São Paulo. Civilização Brasileira. 1979. (partes I e II)
- JULIÃO, Francisco. *O que são Ligas Camponesas?* São Paulo. Civilização Brasileira. 1962
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo. Proposta Editorial. 1980
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo. Alfa-ômega. 1949
- LEITE & PALMEIRA. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas in COSTA & SANTOS. (orgs) *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro. Mauad. 1998
- LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo. Abril Cultural. 1982
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história in BURKE, Peter. (org) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. Editora da UNESP. 1992

- LINDOSO, José F. *O campesinato e o mercado: circuitos comerciais e reprodução camponesa*. Rio de Janeiro. PPGAS/UFRJ. (Tese de mestrado) 1983.
- LINHARES, Maria Yedda. Possibilidades da história comparada no Brasil: a história agrária como uma experiência de pesquisa. in CHEVITARESE, André (org) *O campesinato na história*. Rio de Janeiro. Relume Dumará/FAPERJ. 2002
- LINHARES, Maria Yedda. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro. Campus. 1999
- LLOYD, Christopher. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro. Zahar. 1995
- LOPES, José S. O tradicionalismo camponês segundo a antropologia da tradição. in *Projeto Emprego e mudança sócio-econômica no nordeste*. Relatório de pesquisa IV. PPGAS/UFRJ. 1977
- MAIA, André Luiz. *Visões: homens livres pobres e a produção de subsistência*. Niterói. UFF (Trabalho De Conclusão De Curso De Graduação em História). 1994
- MANN, Susan & DICKINSON, James. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. *Literatura Econômica*, vol 9, n. 1, Rio de Janeiro. IPEA. 1987
- MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis. Vozes. 1981
- MARTINS, José de Souza *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis. Vozes. 1984
- MARTINS, José de Souza *Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação dos Movimentos Sociais no Campo*. São Paulo. HUCITEC. 1989
- MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. in SCHWARCZ, Lilia Moritz (org do volume) *História da Vida Privada no Brasil vol 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo. Cia das Letras. s/d
- MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1991
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luiz Bonaparte*. (parte VII) Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1969
- MARX, Karl. *O Capital*, livro III. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1968-1983
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política in Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo. Abril Cultural. 1978
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo. HUCITEC. 1987
- MATTOS, Marcelo Badaró de. Classes sociais e luta de classes in BADARÓ, M. (org) *História: pensar e fazer*. Niterói. UFF/LDH. 1998

- MATTOS, Marcelo Badaró de. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 1998
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* in Sociologia e Antropologia. Vol. II. São Paulo. EPU. 1974.
- MEDEIROS, Leonilde et alii (orgs). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo. EDUNESP. 1994
- MEDEIROS, Leonilde S. *A questão da reforma agrária no Brasil*. São Paulo. FFCL/USP (Dissertação de mestrado). 1983
- MEDEIROS, Leonilde S. Dimensões políticas da Violência no Campo. *Tempo*. Rio de Janeiro: Vol 1, n 1. 1996
- MEDEIROS, Leonilde S. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. in MORAES & DEL ROYO (orgs) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas. UNICAMP. 2000
- MEDEIROS, Leonilde S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro. FASE. 1989.
- MEDEIROS, Leonilde. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos in CHEVITARESE, André (org) *O campesinato na história*. Rio de Janeiro. Relume Dumará/FAPERJ. 2002
- MELLO, Jorge. *Movimentos de ocupação de terras na Baixada Fluminense - notas sobre o processo de representação política*. Workshop Agricultura e Meio Rural no Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ, UFF, UFRJ, APIPSA. 1996
- MENDES, Renato S. *Paisagens culturais na Baixada Fluminense*. São Paulo. FFLC/USP. 1950
- MENDONÇA, Sônia R. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Graal. 1986.
- MENDONÇA, Sônia R & FONTES, Virginia. *História do Brasil Recente; 1964-1992*. São Paulo. Ática. 1994
- MENDONÇA, Sônia R. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. in LINHARES, Maria Y. (org) *História Geral do Brasil*. Campus. 1990
- MENDONÇA, Sônia R. Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 1996.
- MENEZES, Heloísa. *Reforma Agrária e Identidade Social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana*. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ (dissertação de mestrado). 1991

- MOORE JR, Barrington. *Injustice: the social bases of obedience and revolt*. London. MacMillan. 1978
- MOTTA, Márcia Maria M. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX*. Campinas. UNICAMP (Tese de doutoramento). 1996
- MOURA, Margarida M. *Camponeses*. São Paulo. Ática. 1986
- MOURA, Margarida M. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expropriação e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1988
- MST. *As lutas pela terra no Estado do Rio de Janeiro*. Cartilha editada pelo MST-RJ. 2000
- NEGRO, Antonio. O fragmento como via de acesso à história social. *Diálogos*, Maringá: n. 1, vol. 1, 1997
- NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1981
- NOVAES, Regina. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro. Graphia. 1995
- NOVICKI, Vítor. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro (1983-87) in MEDEIROS (org). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo. UNESP. 1994.
- O'DWYER, Eliane. *Da proletarianização renovada à reinvenção do campesinato*. Rio de Janeiro. PPGAS/UFRJ (tese de doutoramento). 1988
- O'DWYER, Eliane. Lavoura branca para o gasto ou laranja para vender? Hábitos alimentares dos produtores de laranja do estado do Rio de Janeiro. *Projeto Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste*. Relatório de pesquisa IV. Rio de Janeiro. PPGAS/UFRJ. 1977
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis. Vozes. 1987
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon. *A parte pelo Todo: o nacional e o regional no movimento operário brasileiro*. Porto Alegre. PPGHIST/UFRGS. 2001 (não publicado)
- PAIM, Gilberto. Industrialização e Economia Natural. *Textos Brasileiros de Economia*. 1, s. 1, 1957
- PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. in PAIVA, Vanilda (org) *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo. Loyola. 1985

- PALMEIRA, Moacir. *Diferenciação social e participação política do campesinato: primeiras questões*. Rio de Janeiro. PPGAS/UFRJ (mimeo). 1975
- PEDROZA, Manoela. *Na beira da Estrada São Pedro... tempos da luta pela terra na Fazenda Normandia (1938-1990)*. Niterói. UFF (Trabalho De Conclusão De Curso De Graduação em História). 2000
- PEDROZA, Manoela. *Visões do mundo rural: terra e trabalho pelos olhos dos políticos fluminenses na primeira república (1889-1920)*. Monografia final de pesquisa de iniciação científica (CNPq-PIBIC) apresentada no 9º Seminário de Iniciação Científica da UFF. 1999
- PEDROZA, Manoela. *Campesinato e desenvolvimento do capitalismo no Brasil: Revisão de bibliografia*. Porto Alegre. PGDR/UFRGS (Documento de trabalho não publicado). 2001a
- PEDROZA, Manoela. *Relendo o campesinato: o debate sobre a estrutura social camponesa na teoria marxista*. Porto Alegre. PPGHIST/UFRGS (Documento de trabalho não publicado). 2001b
- PINSKY, Jaime (org) *Capital e trabalho no campo*. São Paulo. HUCITEC. 1977
- POLANYI, K. & ARENSBERG, C (orgs) *Les systèmes économiques dans l'histoire e dans la théorie*. Paris. Larousse Université. 1957
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Brasiliense. 1992
- PRADO JR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1979
- PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo. Brasiliense. 1966
- PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1978
- PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro. Marco Zero. 1982.
- RABELO, Maria Aurora. O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais. *História e Perspectivas*. Uberlândia: (6) 1992
- RANGEL, Ignácio. Industrialização e Agricultura. *Econômica Brasileira*, 1 (4): 248-9, jul/set, 1955.
- RANGEL, Ignácio. Questão Agrária e Agricultura. in *Encontro com a Civilização Brasileira*. Volume 7. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1978
- REDFIELD, Robert. *Peasant society and culture*. Chicago. The University of Chicago Press. 1956
- RIO DE JANEIRO (ESTADO). SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Secretaria Estadual De Assuntos Fundiários Do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro. 1991

- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1990
- SANTOS & COSTA. Camponeses e política no pré 64. *Estudos Sociedade e Agricultura*: 8, abr, 1997.
- SANTOS, Ana Maria dos. *Agricultural Reform and the Idea of decadence in the state of Rio de Janeiro, 1870-1910*. Austin. Universidade do Texas (Tese de doutorado). 1984
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro. Graal. 1989.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Porto. Afrontamento. 1996.
- SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1999
- SCOTT, J. *The moral economy of the peasant*. New Haven. Yale University Press. 1979
- SCOTT, James C. *The moral economy of the peasants: rebellion and subsistence in South-east Asia*. New Haven. Yale University Press. 1976
- SERNA, Justo & PONS, Anaclet. El ojo de la aguja: de qué hablamos cuando hablamos de microhistoria? in TORRES, Pedro (ed) *La Historiografía*. Madrid. Marcial Pons. 1993
- SHANIN, Teodor O campesinato como um agente político in *Pesants and Peasants societies*. Peguin. 1976
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos CEBRAP: Trabalho e dominação*; número 26. São Paulo. CEBRAP. 1980
- SHANIN, Teodor. The nature and logic of the peasant economy - 1: a generalisation. *The Journal of Peasant Studies*. Volume 1, Número 1, outubro, 1973.
- SILVA, Francisco Carlos da. Conservadorismo e Hegemonia Agrária no Brasil. in CARNEIRO, Maria José et alii (orgs) *Campo Aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria. 1998
- SILVA, José Graziano. *A nova dinâmica da Agricultura brasileira*. Campinas. UNICAMP. 1996
- SILVA, José Graziano. *O que é questão agrária*. Coleção Primeiros Passos. 18, 2. s.1, 1998
- SILVA, José Graziano. Progresso técnico e agricultura. in *Tecnologia e Agricultura Familiar*. Porto Alegre. UFRGS. 1999
- SILVA, Luciano P. *O regime jurídico das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz*. Rio de Janeiro (datilografado). 1961

- SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os marxistas e outros. in THOMPSON, E. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (orgs: Antônio Negro e Sérgio Silva). Campinas. UNICAMP. 2001
- SILVA, Ligia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas. UNICAMP. 1996
- SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1981
- SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do Ouro: pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro. Graal. 1990.
- STÉDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 1999
- STÉDILE, João Pedro (coord) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre. UFRGS. 1994
- TEPICHT, Jerze. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris. Armand Colin. 1973
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro. Zahar. 1981
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo. Cia das Letras. 1998a
- THOMPSON, Edward P. *Formação da Classe Operária Inglesa I*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1998b
- THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987
- THOMPSON, Edward P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona. Editora Critica. 1979
- VEIGA, José Eli. *A reforma que virou suco: uma introdução ao dilema agrário do Brasil*. Petrópolis. Vozes. 1990
- VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo. Difel. 1976
- VELHO, Otávio. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, Zahar. 1982
- WOLF, Eric. *Guerras Camponesas no século XX*. Editora Global. 1969

FONTES PERIÓDICAS

Título	Cidade da edição	Período total da edição	Amostragem geral, incluindo números citados nas notas de rodapé
Correio da Manhã	Rio de Janeiro	1901 - 1974	27-fev-64 12-abr-66 23-out-66 20-nov-66 30-nov-66 03-dez-66 04-dez-66 11-dez-66 16-dez-66 04-jun-67 07-nov-67 31-dez-67 27-jul-68
Imprensa Popular	Rio de Janeiro	1951 - 1958	26-ago-53 29-ago-53 02-set-53 01-out-53 01-nov-53 06-jan-54 08-jan-54 12-jan-54 23-jan-54 05-fev-54 05-fev-54 13-fev-54 18-fev-54 19-fev-54 21-fev-54 23-fev-54 17-mar-54 04-abr-54 06-mai-54 11-jun-54 22-jun-54 18-jul-54 20-jul-54 31-jul-54 08-ago-54 10-ago-54 12-ago-54 18-ago-54 19-ago-54

			21-ago-54 24-ago-54 24-ago-54 26-ago-54 10-set-54 11-set-54 18-set-54 22-set-54 06-out-54 24-out-54 19-jan-55 19-mar-58 24-abr-58 26-abr-58
Diário de Notícias	Rio de Janeiro	1930 - 1976	06-out-56
Jornal do Brasil	Rio de Janeiro	1891 --	04-jan-64 07-jan-64 09-jan-64 14-jan-64 16-jan-64 25-jan-64 16-fev-64 16-fev-64 18-fev-64 22-fev-64 28-fev-64 12-abr-64 30-nov-66 30-nov-66 01-dez-66 02-dez-66 04-dez-66 21-abr-68 21-abr-68 21-abr-68 09-nov-68
Terra Livre	São Paulo	1954 - 1964	01-jul-54 15-ago-54 01-set-54 15-set-54 15-set-54 01-jul-55 01-jan-56 01-fev-56 01-set-56 01-mar-60 01-abr-60 01-jun-60

			01-mar-61 01-mar-61 01-jul-61 30-jul-61 01-out-61 01-nov-61 01-nov-61 01-fev-62 01-ago-62 01-jan-63 01-jan-63 01-jan-63 01-jan-63 01-fev-63 01-abr-63 01-mai-63 01-mai-63 01-jul-63 01-nov-63 01-dez-63 01-jan-64
Última Hora	Rio de Janeiro	1951 - 1993	29-mar-63 22-mai-63 29-out-63 7-abr-64
A Notícia	Rio de Janeiro	1854 - 1996	27-fev-54
Luta Democrática	Rio de Janeiro	1954 - 1986	5-dez-61 02-nov-61
O Fluminense	Rio de Janeiro	1848 -	26-nov-60 27-nov-60 30-nov-60 14-jul-64

ANEXOS

1. Mapa de satélite do Estado do Rio de Janeiro, ressaltando a região da Baixada da Guanabara.

2. Mapa político do Estado do Rio de Janeiro, ressaltando os municípios da Baixada Fluminense.

3. Alguns focos de conflitos nos sertões cariocas entre 1950 e 68.

4. Visão esquemática do processo de formação de classe nos sertões cariocas entre 1950-68